

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PROARQ – programa de pós-graduação em arquitetura



Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências da Arquitetura. 154 pp. [bibliografia 154-162]

Prof. Dr. CRISTIANE ROSE DUARTE (orientadora)

Rio de Janeiro
Março de 2010

Tese de Doutorado
Ethel Pinheiro Santana – 2010

Aprovada por

Prof. Cristiane Rose de Siqueira Duarte, Dra. [Orientadora]
PROARQ/FAU/UFRJ

Prof. Guilherme Lassance, Dr.
PROARQ/FAU/UFRJ

Prof. Beatriz Santos Oliveira, Dra.
PROARQ/FAU/UFRJ

Prof. Robert Moses Pechman, Dr.
R IPPUR/UFRJ

Prof. Lúcia Maria Sá Antunes Costa, Dra.
PROURB/ UFRJ

Rio de Janeiro, março de 2010.

SANTANA, Ethel Pinheiro.

Cidades 'ENTRE'. Dimensões do Sensível em Arquitetura ou a Memória do Futuro na Construção de uma Cidade / Ethel Pinheiro Santana. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2010.

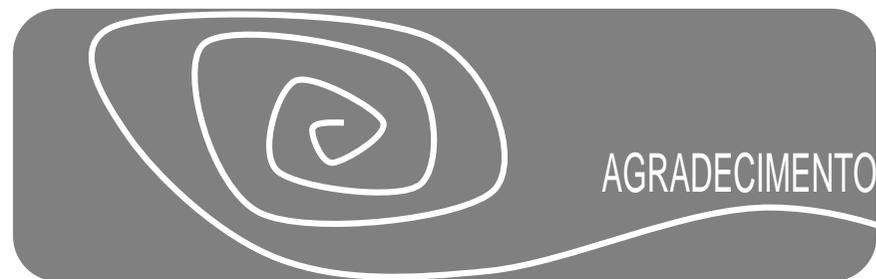
xiv, 154f.: il.; 21 x 24 cm.

Orientadora: Dr. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura/PROARQ/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 154-162.

1.Cidade. 2.Memória. 3.Memória do Futuro. 4.Cidade 'entre'. I.DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira. II.(Doutorado – UFRJ/FAU/PROARQ). III. Título.



Antes de tudo, agradeço à cidade, esta maravilhosa invenção humana; e à arquitetura, minha escolha e meu sopro de pesquisa, em todos esses anos.

Agradeço à Cristiane Duarte, minha orientadora, sempre presente, sempre alerta, revisora e tensionadora de minha teimosia. Pessoa audaciosa, perspicaz, inteligente e contagiante. A você, que em todos esses anos de mestrado e doutorado me acompanha e entrecruza, me auxilia e me torna uma pessoa melhor, em níveis tão diversos que eu não poderia listar aqui, agora. E, pelo bem da ciência, nunca se esquivou de uma empreitada nova e de temas muitas vezes complicados: Obrigadíssima! Você é um exemplo para mim!

| 4 |

Devo começar agradecendo, imensamente, as revisões, considerações e envios de textos pertinentes aos assuntos abrangidos nesta tese, em especial sobre Memória do Futuro: à Jean-François Augoyard, de quem recebi bibliografia valiosíssima; Fábio Reis Motta, que me permitiu conhecer um viés sociológico da abordagem do tempo; amigos com quem divido os trabalhos de pesquisa no grupo ASC e cujas críticas sempre me impulsionaram (Alice Brasileiro, Regina Cohen, Paula Ugione, Osvaldo Silva e André Carvalho) e de mais uma amiga incorporada a nós, Ione Silveira. Vocês são minha mola propulsora e a vocês desejo, todos os dias, as melhores coisas do mundo!

Não poderia deixar de mencionar a (sempre) presente figura de Robert Pechman, conversando e me inspirando em discussões atualíssimas sob a batuta da pensadora Claudine Haroche. Muito obrigada!

Agradeço, também, a presença, apoio e trabalho crítico dos membros de minha banca, escolhidos principalmente pela pertinência ao meu tema e inegável capacidade intelectual: Guilherme Lassance, Beatriz Oliveira, Lúcia Costa, Robert Pechman e aos suplentes que, mesmo não atuando na data da defesa, foram de igual modo pensados: Paulo Afonso Rheingantz e Rainer Randolph. A vocês, minha eterna gratidão por tanto esforço.

A todo o corpo docente do Proarq que, generosamente, dedica seus dias (e finais de semana) a orientar e produzir material de qualidade em todas as aulas. Em especial aos professores e amigos Paulo Afonso Rheingantz, Cristiane Duarte, Laís Bronstein, Giselle Arteiro, Vera Tângari, Beatriz Oliveira, Guilherme Lassance e Gustavo Peixoto.

Agradeço, muito, ao corpo docente e queridos amigos do DARF por terem me permitido ausentar por quase seis meses (sem contar com minha licença maternidade!) de forma a concluir este trabalho da forma como deveria acontecer. A vocês e às queridas Maria e Norma meu *muito obrigada!*

Obrigada às sempre eficientes Maria da Guia e Rita, por estarem presentes para ajudar em todas as situações burocráticas relativas ao Programa de Pós-graduação – Proarq.

Agradeço o contato e a convivência (maravilhosa) com tantos amigos, companheiros de jornada e de pesquisa durante o percurso do doutorado e em todos os outros dias; sem conhecê-los ou estimular nossos laços eu não teria me desenvolvido tanto: Denise Nunes, Arthur Tavares, Marcia Poppe, Keiko Rovo, Ana Eugenia.

A toda minha grande família, mãe, pai, irmãos, Delza, meu cunhado André, amigos queridos (e parte da família) Rosângela, Dean, amigos de vizinhança antiga e sempre presentes em minha história Rose, Larissa, Igor, Aline, Marcello e filhos, aos meus sogros Reintraut e Boni e cunhados João Herbert, Ana Paula e Alfredo, por fazerem minha história cada dia mais completa.

À memória de minha doce avó, Eduvirge.

Ao meu amor, chamado assim por ser verbo, João; um pedaço de mim que desejo ver crescer e prosperar de forma a solidificar cada vez mais nossa vida em família. Por cuidar de mim, por me amar sempre, por me fazer feliz em todos os momentos, mesmo quando os momentos não são felizes, e por acreditar em nós. Por me proporcionar a graça de gerar filhos e fazer este mundo acreditar na renovação. Eu te amo.

Ao meu querido Ian. Porque só devo agradecer! E ao que chegará em pouco tempo para transformar nossa família em algo ainda mais completo.



Desta experiência singular com o espaço surge a cidade como espiral de heterogeneidades, como oportunidade permanente de encontro com o desconhecido, de contiguidade com o estranho, de contato com outros mundos possíveis. Formas de comunicação singulares são geradas nesse espaço amorfo, entranhado [...] no esbarrão, na proximidade, na urgência dos trânsitos. [...] A cidade que se desprende dessas 'páginas', tantas vezes emocionantes, vem carregada de um forte acento em seu caráter imaterial. Ela está sempre onde estou.

Fernanda Eugenio, In: Urbe-variantes: aventura e etnografia das cidades, Revista Univerciência, vol. 4, São Paulo: 2007.

Para IAN,

que tirou de lugar minha noção de centralidade e, em seu posto, colocou a mais completa mobilidade. Que foi gestado, nasceu, evoluiu, aprendeu a andar e falar durante esta tese... e, ainda assim, me ajudou a não perder os objetivos, mesmo diante do apelo mais caloroso, mais meigo e irresistível por um odo e da vibração mais intensa por um pouco mais de atenção, sempre.

Você é minha mais imensa e complexa cidade.

RESUMO

CIDADES 'ENTRE'

Dimensões do Sensível em Arquitetura

ou *a Memória do Futuro na construção de uma cidade*



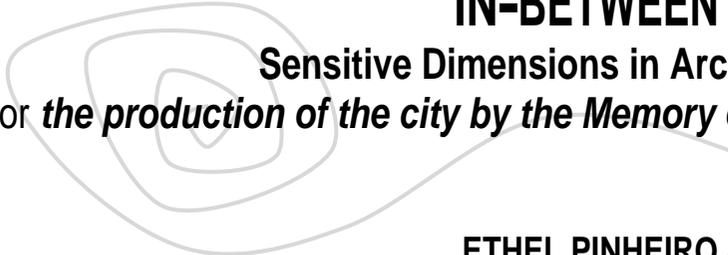
ETHEL PINHEIRO SANTANA

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como **parte dos requisitos** necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências da Arquitetura.

As cidades contemporâneas neste novo século (XXI) vêm sendo marcadas por um traço de desterritorialização que tem encontrado em 'novos e virtuais espaços' o lugar definido para a construção de 'novas e transitórias formas' de articulação do usuário com este meio, cada vez mais mundializado. Este espaço é por nós chamando de Cidade 'entre', formulado sobre um conjunto de teorias que não hominimamente o ressalta nas cidades contemporâneas. Neste sentido, a ideia de uma Cidade 'entre' funde-se à ideia de uma cidade subjetiva proposta pela necessidade de mobilidade em diferentes níveis de apreensão, assim como incorpora conceitos transitórios e laterais nos processos de compreensão do espaço como em *abstrato x real, planejado x imaginado e contínuo x descontínuo*. Nossos estudos nos levaram a levantar uma hipótese de que mais do que pelas transformações de ordem social e espacial, a Cidade 'entre' se manifesta como subterfúgio às mudanças globais – e como parte do discurso de diversos autores da arquitetura e de demais ciências – através de um agente temporal pouco mencionado nos trabalhos analisados: a memória. Não uma memória fixa e catalogável, mas o que chamamos Memória do Futuro. Concebido primeiramente por Pierre Janet (1928), a Memória do Futuro é o elo que une o panorama descontínuo e transitório das cidades com uma imagem coesa e pertinente ao senso de pertencimento dos praticantes urbanos, mesmo diante de uma perda de identidade. É nosso objetivo mostrar a conexão da Memória do Futuro e da cidade como uma relação ofertada pelas novas dimensões *espaço-tempo* nas cidades. As conclusões evidenciam a existência efetiva e necessária deste agente memorial nos discursos selecionados, que buscam nas sensações e na cinestesia solidificar uma imagem contemporânea de cidade, dentro da notória transitoriedade (dos espaços e dos corpos).

Rio de Janeiro, mar. 2010.

ABSTRACT



'IN-BETWEEN' CITIes
Sensitive Dimensions in Architecture
or *the production of the city by the Memory of Future*

ETHEL PINHEIRO SANTANA

Abstract of the Doctoral Thesis presented to the Post-graduation Studies Program in Architecture, at the Faculty of Architecture and Urbanism in the Federal University of Rio de Janeiro, **as partial requirement** for the acknowledgment of the Doctoral degree in Architectural Sciences.

| 8 |

In the beginning of the new century (XXI), contemporary cities are being tracked by displacement and found in 'new and transitory places' the spot for the construction of 'new and transitory ways' of dealing with users and globalized spaces. This space is so-called 'In-between City' as it has been acquired through the compilation of a group of theories that speak of immaterial cities with different concepts. In this sense, the idea of a 'in-between city' merges with the idea of a subjective city proposed by the necessity of mobility in many different levels as well as the embodiment of transitory concepts related to the ways of apprehending spaces, revealed by the relations real vs. abstract, planned vs. imagined, continuous vs. discontinuous. Our studies lead us to highlight a hypothesis that assures that beyond the transformations of social and spatial order, the 'In-between City' is assembled as a subterfuge for global changes (and as part of many authors' speeches) but less referred to memory. We do not speak of a fixed memory but of a complex entity named Memory of Future. First conceived by Pierre Janet (1928) in the early 1920s, the Memory of the Future is, for us, the bond that links a transitory and discontinuous panorama of the contemporary city with an 'ideal' image that furnishes users with a concrete sense of belonging, even with the loss of identity proposed by our time. It is also our aim to show in this study that the connection between 'memory' (of the future) and 'city' is widely accomplished in the new relations offered by time and space(s) in contemporary theories. The conclusions show the necessary existence of this new memorial space for the management of today's cities and enable the process in which fickleness (of spaces and people) has enhanced the modification of social identities in the contemporary context.

Rio de Janeiro, March, 2010.

SUMÁRIO

	3	FICHA CATALOGRÁFICA
	4	AGRADECIMENTOS
	7	RESUMO
	8	ABSTRACT
	9	SUMÁRIO
	11	LISTA DE ABREVIÇÕES, EXPRESSÕES E SIGLAS
	12	LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS
	13	EPÍGRAFE
INTRODUÇÃO	03	POR QUE CIDADE?
	23	DELIMITANDO AS QUESTÕES
CAPÍTULO 1 . metodologia	19	1. OPTANDO PELA ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA
	26	1.1. A PRÁTICA DO DISCURSO: UMA ESTRATÉGIA DE ANÁLISE
	28	1.2. DO COSMÓGRAFO AO SATÉLITE
	33	1.3. COMO LER ESTA TESE
CAPÍTULO 2 . Fundamentos	37	2. CIDADE E CONTEMPORANEIDADE: COMPLEXIDADE DE DEFINIÇÕES
	41	2.1. CONCEITUANDO CIDADE
	45	2.1.1. TRANSITORIEDADE
	48	2.1.2. VIRTUALIDADE COMO TENSÃO DE POSSIBILIDADES
	52	2.1.3. SUBJETIVIDADE: UMA RECORRÊNCIA À VIDA SENSÍVEL?
	61	2.2. CIDADE 'ENTRE': UMA OUTRA ABORDAGEM DE CIDADE
	64	2.2.1. IMATERIALIDADES DA/NA CIDADE
	73	2.3. TEMPO E ESPAÇO CONTEMPORÂNEOS
	82	2.3.1. UMA RESPOSTA AO TEMPO: MEMÓRIA
	91	2.3.2. MEMÓRIA DO FUTURO
	96	2.4. UM ESFORÇO EMPÍRICO: A QUESTÃO DA MOBILIDADE
	101	2.4.1. O CORPO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

- 3. PANORAMA . ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA
 - 3.1. SOBRE CIDADE 'ENTRE'
 - 3.2. SOBRE MEMÓRIA DO FUTURO
 - 3.3. INTERPRETAÇÕES

CONJUGAÇÕES

BIBLIOGRAFIA

107

111

128

140

CAPÍTULO 3 . Análise

146

CONSIDERAÇÕES finais

154

Lista de Expressões, Abreviaturas e Siglas

EXPRESSÕES
ABREVIATURAS
SIGLAS

Apud – (latin.) Citado por; citação de segunda mão.
Cf. – (latin.) Compare, confira; refere-se a alguma coisa.
e.g. – (latin.) Exempli gratia. Significa: por exemplo.
Et al. – (latin. *Et alii*) E outros.
Et seq. – (latin.) Seqüência, o que segue; quando se menciona apenas a primeira página da citação.
Ibid. – (latin.) Ibidem. Na mesma obra; do mesmo autor, mesmo documento.
Id. – (latin.) Idem. Do mesmo autor; mesmo documento e páginas.
i.e. – (latin.) Id est. Significa: 'isto é'.
Ipsis verbis – (fr.) Com as mesmas palavras.
Ipsis literis – (fr.) Com as mesmas letras.
Op. Cit. – (latin.) Opus citato. Obra citada; documento já citado em lugar anterior.
Passim – (latin.) Aqui e ali; não é identificado uma página, e sim, um assunto central do texto.
Per se – por ele mesmo
Sic. – (latin.) Assim, desta forma. Quando o autor se expressou daquela maneira.
Sine qua non – (fr.) Sem a qual não [podemos demonstrar].
Status quo – (latin.) No estado em que estava antes.
Sui generis – (fr.) Que não tem analogia com outro qualquer.

AD – Análise do Discurso
ASC – Grupo de pesquisa "Arquitetura, Subjetividade e Cultura"
CD – Cristiane Duarte
EP – Ethel Pinheiro
N.A. – Nota das autoras
R. - Rua
RJ – Rio de Janeiro
s.d. – Sem data definida
s.p. – Sem página definida
séc. – Século
T.A. – Tradução das autoras
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

ABN – Acervo da Biblioteca Nacional
CRESSON - Centre de Recherche sur L'Espace Sonore et L'Environnement Urbain
IPP – Instituto Municipal Pereira Passos
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MHN – Museu Histórico Nacional / Iphan / MinC
MIS – Museu da Imagem e do Som / Gov. do Estado do Rio de Janeiro

Lista de Figuras, Gráficos e Tabelas

I 121

FIGURA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	Diagrama de Intenções, 2009 – Tese Ethel Pinheiro. Fonte: EP	14
02	Centro de Hong Kong, 2006. Fonte: < www.geocities.dubaimcau.com >	48
03	Evolução II, de Escher, 1947. Fonte: < http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/seminario/escher/prosto.html >	60
04	Foto de Nova Iorque, 2007 – The Radio City Music Hall. Fonte: < http://www.fotosearch.com.br/FSB038/x15525439/ >	66
05	Foto de Tóquio, 2008 – arranha-céus na metrópole. Fonte: < http://www.fotosearch.com.br/FSB038/x15525270/ >	67
06	Group Sector, 1959 – Constant Nieuwenhuis. Fonte: < http://rebeccareilering.wordpress.com/ >	70
07	Litografia de Nova Babilônia, 1960. < http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=357 >	71
08	Diagrama de Setores, 1958 - Constant Nieuwenhuis. Fonte: < http://rebeccareilering.wordpress.com/ >	71
09	Nova Babilônia a lápis, 1960. < http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=357 >	71
10	Mutáveis, de Tânia Fraga. < http://vejasaopaulo.abril.com.br/red/galerias_vejinha/memoria_do_futuro/index.html >	94
11	Reflexões #3, de Raquel Kogan. Fonte: < http://vejasaopaulo.abril.com.br/red/galerias_vejinha/memoria_do_futuro/index.html >	94
12	Sketches do grupo Archigram para duas Instant Cities (1962). Fonte: < www.retrofuture.com >	145

O "Labirinto", por Jorge Luis Borges

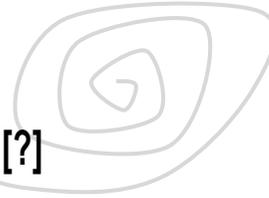
Este é o labirinto de Creta. Este é o labirinto de Creta cujo centro foi o Minotauro. Este é o labirinto de Creta cujo centro foi o Minotauro, que Dante imaginou como um touro com cabeça de homem e em cuja rede de pedra se perderam tantas gerações. Este é o labirinto de Creta cujo centro foi o Minotauro, que Dante imaginou como um touro com cabeça de homem e em cuja rede de pedra se perderam tantas gerações como Maria Kodama e eu nos perdemos. Este é o labirinto de Creta cujo centro foi o Minotauro, que Dante imaginou como um touro com cabeça de homem e em cuja rede de pedra se perderam tantas gerações como Maria Kodama e eu nos perdemos naquela manhã e continuamos perdidos no tempo, esse outro labirinto.

| 131

Sempre existe uma cidade ideal
dentro ou sob a cidade real,
distinta desta como o mundo do
pensamento o é do mundo dos
fatos.

Argan, G. (1992, p. 73). História da Arte
como história da cidade. São Paulo:
Martins Fontes.

POR QUE CIDADE [?]



Muitas perguntas rodeavam nosso projeto inicial de tese e todas elas sinalizavam para um excesso de caminhos. Os caminhos da cidade, complexa e multilinguística, teimavam em revelar tantos campos de saberes quanto os de possibilidades de pesquisa e – todas – falavam em diversas direções. Se “a cidade mora em mim” como Lima Barreto falava no início do século XX, “a cidade não mora mais em mim” tem sido o mote defendido por Chico Buarque e por diversos cidadãos, no final do mesmo século. Fibrila a pergunta: onde mora a cidade, então?

Falar de cidade, no entanto, tem sido recorrência nos pensamentos e questionamentos que temos feito, desde o Mestrado. E por isso, tornou-se o cerne da formulação de nossa hipótese.

Ao abordarmos a evolução do conceito de cidade e as relações microscópicas desta com o Largo da Carioca no Rio de Janeiro, na Dissertação de Mestrado (*A Cidade no Fragmento: Lugar e Poesis no Largo da Carioca*, 2004), defendida pelo ProArq/UFRJ, apresentamos um dos parâmetros de evolução de centros de importância nas metrópoles: o aumento de sua capacidade em reter o contingente circulante e a renovação de seus símbolos, sem grandes mudanças nos significados. Neste contexto, as mudanças implicadas pelo aumento da produtividade industrial e de serviços, o inchaço dos centros urbanos e as características originais de sua ocupação são pontos importantes na interpretação do presente, diretamente relacionados à evolução do espaço construído, condicionados por uma visão de temporalidade que, segundo Derrida (1994, p. 36) é uma retórica representada numa diferenciada ideia de memória: “A memória se projeta em direção ao futuro e ela (se) constitui a presença do presente” (T.A.). Por representar-se como arquivo e não como lembrança (como ato, ação e narrativa) é que a memória trabalha diferentemente no espaço contemporâneo – talhado por diversas costuras – e se concilia firmemente com o esquecimento, voltando-se ao futuro (Op. cit., p.34).

| 151

Pelas limitações naturais de um trabalho de Dissertação, temas que começaram a ser esboçados nas conclusões do trabalho – como a questão de uma memória da cidade evocada em meio a metanarrativas que sobrevivem no futuro – tiveram de ser protelados, esperando por uma continuidade em novas pesquisas – de fato, no doutorado. Alguns desses conceitos (memória e transitoriedade) aparecem nas formas de apreensão das cidades contemporâneas, na crise tática do corpo que não necessita de muitos esforços para se locomover (Sennet, 2003) – e se mantém dessensibilizado – e no movimento cada vez mais acelerado de transeuntes, fornecendo nas ci-

idades – ao invés de muitos *largos-da-carioca* – espaços inócuos e sucumbidos à força maior da vertigem.

É bem verdade que esta vertigem¹ de compreensão puramente psíquica (como nos coloca o dicionário de termos léxicos) não se encaixa, exatamente, no que propomos dentro de nossos questionamentos sobre a cidade contemporânea.

Pensamos vertigem por seu lado conflituoso, que geralmente se emprega na utilização de um truque promovido pela ilusão do olhar, da mesma forma que Merleau-Ponty (2002, p. 27) coloca: “(...) é verdade que ao observar sinais na noite, ao ver passar sobre as lâmpadas imóveis as letras lentas e rápidas do letreiro luminoso, pareceu-me ver surgir ali uma notícia (...), mas isso, enfim, é apenas uma *miragem* [grifo nosso]”; vertigem como perda de seus referenciais de verdade e coerência, vertigem como sinal da mobilidade constante do que se vê e do que se apreende; vertigem como imagem.

Em sua citação, a ‘miragem’ que Merleau-Ponty (Op. cit.) comenta é, justamente, a fixação da cidade-imagem onde tudo é consumo, onde tudo se apresenta e retrai momentaneamente, onde o que acontece precisa ser um acontecimento para ser absorvido. Tudo o que é visto instiga à imagem de uma outra coisa, muito mais por seu valor individual que por nossa seleção, lembrando o que Baudrillard já previra em 1997 nos textos sobre o valor da imagem urbana em “A Arte da Desaparição”: “é o objeto que nos vê; é o mundo que nos pensa.” (1997, p. 30).

Transitoriedade, memória, complexidade, vertigem. Ao apresentarmos nosso material redigido para a Qualificação desta tese, em agosto de 2008, toda esta confusão de conceitos e possibilidades se manifestou; e, com uma devida reflexão, algumas afirmativas concisas passaram a compor o escopo deste trabalho e delinear o novo rumo de nossa pesquisa, agora, mais centrada em uma investigação específica: a cidade e sua representação.

Uma resposta tardia, mas importante, chegou-nos depois de uma (boa) provocação. “O que te afligiu?”. Afligiu-nos reconhecer que as estruturas que permitiram definir ‘cidade’ no Mestrado se inverteram quase totalmente em pouco mais de oito anos (ou, justamente, a partir do século XXI) e que o reconhecimento do que É CIDADE se tornou uma questão.

Não por coincidência, esta pergunta inflamou os rumos de nosso texto e pôde cimentar uma nova busca por respostas. Destas respostas comporemos esta tese, que se preza a considerar o tema ‘espaço’ como uma investigação correlata do papel da arquitetura (como ciência e como objeto), num contexto plural e híbrido: a cidade contemporânea.

¹ Vertigem (s.f.): sensação de falta de equilíbrio no espaço, de estar ‘fora do espaço’, que faz parecer ao indivíduo girarem ou moverem-se todos os objetos a sua volta. Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções, Vol. I, Paris: Librairie Larousse, 1981.

Espaço é, para nós, um conceito de importância essencial para a compreensão e a estruturação da arquitetura como prática e como ciência. E por isso, falar de espaço é, sem dúvida, sinalizar de forma *incisiva* uma questão seminal no reconhecimento de como fazer e o que é arquitetura (e urbanismo) nas cidades do século XXI.

Pensamos em sua importância (espaço) desde as primeiras incursões desta palavra pelas searas arquitetônicas, quando da demarcação do discurso dos arquitetos dentro de uma perspectiva de engendramento do modernismo, em 1920 – situação esta demarcada pela coleção *Espacements (Éditions du Seuil)* coordenada e dirigida por Françoise Choay, em décadas posteriores. A noção de 'espaço=*espacement*' surge como um localizador para polarizar os debates e os questionamentos de uma esfera específica (arquitetônica) e também para ressignificar o corpo neste espaço urbano, através de uma nova leitura kantiana². Na Alemanha, também um pequeno movimento prévio se associava para vitalizar esta palavra (espaço); a partir de alguns esforços teóricos entre 1870 e 1890 (alguns oriundos dos trabalhos de Nietzsche e Goethe), é possibilitado o deslocamento do sentido da palavra 'arquitetura' de uma simples dimensão do desenho e das artes para uma dimensão de completa imersão experiencial (*Erfüllung*). Isto faz surgir uma dimensão estética inédita na história arquitetônica mundial, inerente à condição humana sensitiva, uma vez que *sentir* é uma experiência pré-categórica (isto é, independente de qualquer dogmatização ou linguagem).

| 171

Este retorno à visão Kantiana de valorização dos corpos num sistema matricial funda dezenas de palavras associadas ao espaço (entre 1874 e 1880), em que a dimensão corporal tem papel preponderante e a experiência com este depende de uma sintonização com os sentidos e de uma requalificação dos termos posteriormente criados (e tantas vezes reclamados) para categorizar o campo de atuação da arquitetura: o 'espaço', o 'lugar' e o 'território'. De forma bastante análoga, é este exercício que o estudo das Ambiências vem propondo à arquitetura: o condicionamento do 'espaço da cidade' a uma dimensão sensitiva, assim como a reavaliação das formas de se praticar arquitetura e de nomear o campo (físico) de atuação do arquiteto.

Uma Ambiência, em seu sentido *stricto*, sugere aos experienciadores uma postura de apreensão e compreensão dos espaços da cidade através de um veículo corporal denominado *exercício de errância urbana*. Foi Certeau (1980) quem primeiramente mencionou este estado, relacionando-o a um saber subjetivo, lúdico, amoroso e a uma 'vagarosidade' necessária para a fundamentação deste saber.

Tomando carona nesta posição de Certeau (Op. cit.) e também de Duarte (2001), resolvemos considerar o espaço contemporâneo exatamente como o termo mais simples o intitula, um *espaço*. Pois é justamente o conjunto de elementos apresentados nas linhas acima que sustenta a afirmação de que o 'estado de corpo errante' (gerando habitantes nômades) não é condizente com

² Para maiores detalhes sobre a teoria de descentralização dos corpos ver KANT, I. (2001). A Crítica da Razão Pura. Trad. de M.P. dos Santos e A.F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (1787).

os aspectos associados ao habitante contemporâneo, 'inimigo' das distâncias e minimizador do tempo. Em suma, um não-errante. E como não busca a errância e tampouco a permanência, este habitante se incorpora à cidade como um homem *desterritorializado*, em busca de respostas imediatas, objetivas, desprendidas.

Para Augoyard (2009), é justamente no fim de uma teoria especulativa e no reconhecimento de uma 'estética da ação' (que permite delinear os contrastes entre sentir/conhecer, por exemplo) que a universalidade da experiência estética se fará nas Ambiências e fundará o que ele chama de *Estética do Imperceptível*. O que é imperceptível, afinal? A cidade que estudo, que vejo representada, ou a cidade que vivo, que sinto? É desta forma que nossas perguntas sobre/para a cidade se colocam.

Este objeto complexo e transdisciplinar por excelência, a cidade, recusa hoje qualquer abordagem que a fragmente em domínios parciais do conhecimento disciplinar. Talvez seja ela a maior invenção da história, posto que não é 'natural', o espaço onde é possível conquistar nossa liberdade e humanidade plenas. Como um conjunto de fotografias em movimento, como num filme não linear, ela narra histórias múltiplas, diversificadas e diferentes das classificações que a modernidade nos ensinou. Quanto mais tentamos nomear a cidade atualmente, mais ela aparece 'em outra parte' – com outros nomes, outra roupagem.

1181

Baseando-nos em Duarte (2002), cremos que esta aparelhagem do conceito de espaço (e definitivamente da noção atual de cidade) veio com a modificação das matrizes espaciais urbanas a partir dos anos 1960: em oposição ao espaço moderno hegemônico (e homogêneo) dos planos e propostas ofertados desde o final do século XIX, surge a revalorização das características próprias a cada lugar, culminando numa miscelânea de opiniões intervencionistas no século XXI e na adoção de conceitos mais humanistas para a interpretação dos espaços – entre eles, a noção de Ambiência.

Novamente, repensando Duarte (2002, p. 37), nossa inquietação sobre o tema 'cidade' se depara com a pergunta: "*qual o papel das cidades [fixas, concretas] na sociedade informacional [construída através de redes flexíveis de fluxos de materiais, pessoas e, sobretudo, informação]?*". Se esta dúvida é genuína, se ela também faz parte de nossa pergunta: 'o que nos aflige na cidade, que é ao mesmo tempo de concreto e de matéria impalpável[?]' – ela, assim, nos auxilia a compreender que além do que observamos, além do que a visão nos proporciona, outros elementos participam da (re)estruturação de sua representação imagética – assim como (deveriam) para suas intervenções arquitetônicas.

Há quase cinquenta anos, alguns teóricos comprometidos com uma relação fenomenológica com o lugar (e com a arquitetura) se entranharam na dimensão existencial colocada sobre o mundo construído, recuperando termos e ideais propostos desde os romanos (cujo termo *genius loci* lhes pertence), e mais tarde (no final da década de 1960) definidos como 'caráter' por Aldo Rossi

(1995), justamente culminando no período definido como 'crise das matrizes espaciais' por Duarte (2002).

Na esfera específica da percepção, posteriormente sumarizada em 'sensação' – mais próxima do corpo – uma contribuição significativa veio com a aproximação da fenomenologia de Merleau-Ponty (1996), que ajudou a sustentar discursos favoráveis a uma arquitetura (e cidade) mais sensualista, onde a corporeidade aparece explorada nas suas camadas sensíveis e é vista nas falas em defesa de experiências não ordinárias com o ambiente construído.

Engel (2006) coloca que:

É fato que os esforços da filosofia de cunho fenomenológico ou existencialista contribuíram para estruturar toda uma teoria da experiência arquitetônica e amparar a defesa das noções de Ambiente e Lugar fortalecidas na revisão do movimento moderno após o final da segunda guerra.

Assim, contrapondo-se ao modelo do espaço cartesiano – matemático e transparente à razão – emerge neste processo a noção de um espaço da experiência, existencial. Arquitetura e cidade passam a ser pensadas em continuidade à nossa corporeidade, ligadas à experiência atual, embora não desvinculadas do nosso horizonte histórico e cultural.³

| 191

Entendemos que estas mudanças ocasionam uma interpretação diferenciada de cidade e regem novas relações entre o vivido e o concebido. Neste sentido, a noção de 'espaço' começa a se desarticular frente às solicitações de um novo habitante citadino, mais ágil, menos paciente, mais preocupado com a utilização de seu tempo útil, menos ligado às especificidades e exigências da vida social imposta nos séculos antecedentes. Toma-se evidente que outros conceitos de interpretação do espaço devem surgir em simultaneidade e estes devem servir para auxiliar os novos planos (gerais e pontuais) que surgem na área da arquitetura e do urbanismo.

Diante disso, a certeza de que os fragmentos de cidade (seus espaços de convívio públicos ou privados, seus edifícios e marcos), como outrora defendido, não são simplesmente bastantes para caracterizar a complexidade que os grandes centros incorporam; e que a imagem das cidades (dentro de uma preliminar 'Teoria da Representação', apontada por Moscovici, 1961)⁴ tem sido

³ Incluem-se nesta fenomenologia autores como Joseph Rykwert, Ernesto N. Rodgers, Kenneth Frampton, e Christian Norberg-Schulz, cujas obras apresentam traços do pensamento de Martin Heidegger.

⁴ O conceito de 'Representação Social' surgiu do trabalho pioneiro de Serge Moscovici, intitulado *La Psychanalyse, son image e son public* (tese defendida em 1961), que se ocupava do estudo da difusão da psicanálise em diferentes âmbitos da população parisiense, de sua apropriação e transformação pela mesma para outras funções sociais. Egressa da tradição da sociologia do conhecimento, a proposta se tornou o cerne de uma abordagem psicossociológica, arribando a redefinição dos problemas da psicologia social.

trabalhada de forma a incorporar outros componentes de ordem sensorial e subjetiva, chegamos à conclusão (alicerçada por diversos autores) de que entre a cidade fisicamente estabelecida e a cidade a ser edificada existe um ENTRE, que é vivido e é cidade, como Certeau comentou em suas 'caminhadas pela cidade' (Certeau, 1994, p. 171-172):

(...) escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de 'operações' ('maneiras de fazer'), a 'uma outra espacialidade' (uma experiência 'antropológica', poética e mítica construtora do espaço) e a uma mobilidade opaca. **Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível e é, de fato, cidade [grifo nosso].**

1201

Tais autores acima mencionados (sendo alguns deles: Certeau, 1994; Deleuze, 1988; Virilio, 1993 e 1993a; Castells, 1995; Soja, 1996; Cuff, 2003; Mongin, 2008) tomaram-se a base fundamental de nosso trabalho, pois forneceram material de pesquisa, dúvida e recorrência à respostas durante todo o processo de confecção desta tese; foram selecionados por uma corrente de análise que preferimos chamar de Análise de Conteúdo – e não Análise do Discurso, como a Linguística a desenvolve, por não mantermos fidelidade completa a essa abordagem.

Analisando tais teorias e chegando à conclusão de que a recorrência do tema sobre espaço e imaterialidade do espaço contemporâneo têm sido motes frequentes no desenvolvimento do arcabouço mais recente sobre as cidades contemporâneas, assumimos que a Cidade 'entre' é real e está impregnada em todos os processos de configuração do mundo pós-globalizado.

Por isso mesmo, nosso trabalho de análise dos textos acabou por solidificar um panorama em que um grande dúvida se instaurou em nós: se a Cidade 'entre' existe, como pode ser fabricada? E como a memória participa dela ou se constrói a partir desta visão? **Para isso, construímos nossa hipótese: dentre as principais teorias contemporâneas sobre a existência de uma cidade imaterial que serve de elo ao reconhecimento da cidade fisicamente estabelecida – nomeada por nós como Cidade 'entre' – há um agente temporal, fabricante de sua ideia, muito pouco explorado e não denominado, que sustentamos ser a Memória do Futuro.**

Este conceito (Memória do Futuro) difere do que entendemos rudemente como memória, associada a um processo de "perder e ganhar" ou simplesmente "relembra"; ao contrário, a memória que adotamos é infiltrada, se contamina da vivência físico-espacial e, por isso, se amplia no campo sensitivo de quem experimenta a cidade – uma cidade marcada por tantas dimensões de urbanidade (Haroche, 2008a).

Adotamos o termo 'entre' com a mesma conotação que o utilizamos em sufixos para designar as ambivalências do 'através' (entrecruzar, entreolhar, entreter), mais do que o espaço composto e subjacente a dois objetos; é a Cidade 'entre' que faz a concordância entre as formas de especulação do mundo sensível. Sensibilidade, pois, é questão de ordem para o reconhecimento das instâncias que ampliam o sentido de adaptação do homem ao seu meio. Neste processo, o corpo oferece, explícita, sua experiência e a cidade se apresenta como um espelho (Araujo, 2007).

Neste espelho, as maneiras de sentir e experimentar vagueiam pelos caminhos do difuso, do inapreensível, do indiscernível (Op.cit., 2008a, p. 200) e por este grande motivo tornam-se padrões de quase impossível detecção ou exploração por metodologias aplicadas. Assim, os estudos de caráter generalista têm empregado suas bases teóricas através de 'especulações sobre especulações', o que espalha e concretiza um cenário conceitual. Mas este dado também nos alerta sobre a dificuldade de se estudar e delimitar certa experiência da/na cidade ou o reino do sensível – pretensões que esta tese não carrega.

Antes de tudo, como coloca Haroche (2009), *"o sensível não é o suporte do cotidiano, mas o acordo que fazemos com o mundo de experimentá-lo e possivelmente religá-lo a nós"*. Isto significa que é através da 'condição sensível' contemporânea, explicitada nas mais diversas subjetividades e desejos individualistas, que a cidade imaterial se consolida e busca estratégias de sobrevivência – num processo retroativo. Assim como a palavra 'experimentar' salienta o papel do tempo e da vivência neste processo.

1211

Mantemo-nos calcados numa 'verdade' geral que assegura a quebra de padrões nas formas de sentir a cidade, desde a Idade Média, e que cede espaço a uma hipersensibilidade do sujeito, em oposição às operações de racionalidade compositiva imperantes nos séculos anteriores. *"Sentir equivale a experimentar apenas sensações efêmeras e, ao mesmo tempo contínuas, hoje."* (Bauman, 2000). Seria como dizer que a profundidade inerente ao pensamento e ao reconhecimento de mundo simplesmente desapareceu e deu margem à superficialidade dos sentidos.

No campo da arquitetura, esta certeza implicou (ao menos em nível teórico) rever estratégias de avaliação e incorporação de dados cabíveis ao desenvolvimento dos planos de intervenção citadinos que se assentaram após a segunda metade do século XX. Mas incidentalmente nos perguntamos se este processo é realmente recíproco: são as cidades ou os homens que se adaptam?

Após o choque das reticências trazido pelo modernismo e pelo a-historicismo que lhe foi próprio em seu 'estilo internacional', relembrar as necessidades específicas de habitação, mobilidade e crescimento adequado das cidades tem sido recorrente nos estudos arquitetônicos atuais, mesmo

que em tempos anteriores tenham sido antecipadamente maculadas por uma fase 'pós-modernista' que se encarregou de, antes, criticar pela força para, depois, aprender com a crítica.⁵

Por esta razão, questionar cidade, hoje, requer um passo adiante sobre o papel do corpo, dos sentidos e da memória. Toda experiência corporal articula um duplo: um movimento externo e extensivo, mas visível, feito por deslocamentos; e um intensivo e interior, dentro da existência humana, no conjunto de suas memórias, de sua inteligência e sensibilidade – quer sejam compartilhadas ou individualizadas.

Creemos ser a cidade contemporânea alócrona (i.e., não se fabrica em uma determinada temporalidade), mas surge da idéia de avanço e da necessidade de ancoragem em elementos fixos e auxilia a representação dos grupos sociais que nela habitam.

Como colocamos acima, a partir das reinterpretações de tempo e espaço atuais perceberemos que entre o *vivido* (aquilo que se absorve através da vivência no espaço físico) e o *concebido* (aquilo que os planos de construção projetam) constrói-se uma noção diferenciada de espaço e, conseqüentemente, uma reinterpretação do conceito cidade, adotada como repositório de uma Memória do Futuro. Esta Memória do Futuro é o elo que associa o espaço da cidade em que se catalisam as lembranças e aquele produzido por um ideário individual e coletivo. Em outras palavras, defenderemos que a Memória do Futuro é o viés pelo qual se materializa a Cidade 'entre'.

Os sentidos humanos olham, cheiram, tocam, escutam o mundo e afastam-se dele para desejá-lo. Assim, a Memória do Futuro é aquela que faz existir o lugar da experiência. Trata-se da memória não (arquivista) do passado (enquanto realidade indestrutível), mas memória que talha no espaço o tempo do devir, lá onde o desejo traceja e habita o espaço (Merleau-Ponty, 1984).

Por ser parte de nossa defesa, colocaremos a Memória do Futuro em um capítulo a parte; passaremos, a seguir, ao desenvolvimento de pequenos subcapítulos que margeiam pela dinâmica por uma cidade imaterial e a propagação de imagens coletivas que acabam por influenciar a formação de Cidades 'entre' em todo o mundo. Pretendemos dar campo a uma noção geral que possibilitará a leitura contínua do capítulo 'fundamentos' nesta tese, assim como introduzir nosso viés de abordagem dos textos teóricos selecionados.

⁵ Alguns arquitetos 'pós-modernos' (entre eles Robert Venturi, Michael Graves, Charles Moore, Aldo Rossi e James Stirling) utilizaram uma série de estratégias para estabelecer a crítica ao modernismo, principalmente a sua versão mais difundida e homogênea: o estilo internacional. Entre estas estratégias a principal foi a reavaliação do papel da *história*, reabilitada na composição arquitetônica, principalmente como meio de provocação e crítica à austeridade do modernismo. Philip Johnson (antes um ávido defensor do *estilo internacional*), por exemplo, adotou uma postura irônica em seus projetos utilizando um "armário antigo" como referência formal para o seu edifício da AT&T em Nova Iorque. Num outro exemplo, a cidade histórica, então recuperada, foi reestudada em busca da reabilitação da escala humana por Rob Krier, na década de 1980.

DELIMITANDO AS QUESTÕES

Na exposição *Mutations (2001)*⁶ Rem Koolhaas sinalizou, entre a retórica e o jogo da provocação, os impasses do urbanismo atual diante de cidades contemporâneas instáveis e da presença de tecidos urbanos ininterruptos, nos quais não se percebem mais com clareza os limites, e nos quais a própria fisicalidade da cidade é questionada.

Absorvendo os resultados de *Mutations*, um grupo liderado por Stefano Boeri, Rem Koolhaas, Sanford Kwinter e Nadia Tazi, reuniu outro grupo de alunos da Escola de Design de Harvard e da Rice University em 2001 e lançou a tarefa de definir a cidade contemporânea (complexa) dentro do conjunto de experiências por que vinham passando e experimentando nos últimos cinco anos. A lista que se segue, como numa bula para uma doença em contingência, é um breve resumo das várias páginas surgidas sob a égide de uma 'nova' permanência (Boyer, 2006, p. 39-45):

1. **A cidade é a própria complexidade** e não há solução imanente para sua grandeza, nem início, nem fim para a sua miríade de problemas. A cidade perdeu sua face, identidade e passou a compreender o múltiplo, o não-linear e a problemática interconectada por visões totalizantes. Por esta razão, a abordagem do urbano, do espaço e do tempo deve ser redefinida;
2. **A cidade contemporânea** é uma cidade emergente que **fala de descontinuidades e rupturas**. Sua dinâmica é caótica, imprevisível e sua trajetória é indefinida – algo completamente novo do que existiu antes. Ela expurga o passado;
3. **A cidade é informação**. Seu realismo é o seu conjunto de arquivos e esta manifestação é arquivada numa pasta dinâmica, recipiente de conhecimento global. A infraestrutura da cidade corresponde a sistemas de cálculo de todos os tipos. A informação é o elemento básico que caracteriza a cidade contemporânea;
4. **A cidade** é uma caixa de marcha, **um sistema de forças em movimento**, um grupo de camadas e fluxos. Pode-se pensar em variações de vetores compostos por linhas e nós por onde a comunicação flui. A informação é, mais uma vez, a chave da sua organização, mas deve ser considerada em todos os seus aspectos dinâmicos.
5. **A cidade é um sistema de organização auto-poiética**;
6. **A cidade é um sistema interativo complexo de centros e nódulos** = Comércio = Movimento = Ecologia. Há diversidade, complexidade e flexibilidade em sua estrutura e comportamento, acompanhado de uma rede infinita de fluidez e trocas.

| 231

⁶ A Exposição *Mutations* foi publicada pela Actar Editorial em 2001.

Com a definição concatenadora de que a cidade contemporânea é um sistema *autopoietico de complexidade, informação, fluidez e alienação do passado*, podemos perceber que o modelo de desenvolvimento citadino associado à contemporaneidade tende a ocultar sua 'memória' e protagonizar um crescimento fragmentado e não-linear.

Neste ponto, torna-se ainda mais importante considerar, reflexivamente, como a fixação do corpo e da imagem das cidades se solidifica através de um conceito de memória que não se resume aos aspectos passados, antes, se institui nas qualidades intrínsecas a esta cidade. Nossos esforços têm sido os de agregar e posicionar um arsenal teórico que se lança sobre este tema, de forma a ressaltar os pormenores que demonstram ser a Memória do Futuro o elo necessário para a fabricação de uma Cidade 'entre'.

Resumidamente, podemos dizer que a Cidade 'entre' se situa entre dois textos importantes em nosso arcabouço teórico: no trabalho de Mongin (2008) e no de Certeau (1994). Os dois trabalhos, não por acaso, conformam a última e a primeira literatura selecionadas para nos guiar nesta tese e denotam a recorrência ao tema.

1241

Ulteriormente, Mongin (2008) se pergunta se a 'cidade-depois' [*après-ville*] seria uma ficção ou se existiria premeditadamente para seus usuários. Por uma 'cidade-depois' entendemos uma série de conceitos ('terceira cidade', Randolph, 2001; 'cidade imanente', Cuff, 2000) que tendem a se sumarizar pelo que Certeau (1994) chamou simplesmente de cidade metafórica.

Para Certeau (Op.cit.) a resposta desta inquietação surge na elaboração de uma *cidade metafórica*, evadida do concreto, mas palpável e descritível; esta cidade, existencialmente real, comporta e se faz sobre uma Memória do Futuro, como comprovaremos.

Creemos que as 'coisas do mundo' são percebidas através de uma abordagem sensitiva e de uma exploração feita de proximidades e afastamentos temporais; e neste dado momento, podemos conferir como a memória opera espacialmente nos praticantes da cidade.

Como vínhamos delineando nos primeiros textos desta tese, o conceito de Memória Sensível⁷ surge para fazer existir este mundo sentido, recordado. Através do trabalho deste reconhecimento, a identidade vai sendo construída através da reminiscência de espaços capazes de proporcionar sentimentos de apropriação, domínio e dando um significado à experiência na cidade.⁸

⁷ Conceito abordado por algumas pesquisas em andamento no grupo ASC.

⁸ Tal reconhecimento, em nosso entender, nasce do fato de que existem dados cognitivos e sensíveis armazenados na memória dos usuários, que se manifestam em sentimentos de adoção ou rejeição no momento em que são envolvidos por determinadas ambiências. Dizer que uma ambiência desperta 'familiaridade' nas pessoas significa dizer que, devido ao seu caráter multisensorial, ela é capaz de fazer emergir sentimentos a partir de fatores evocados por esta Memória Sensível.

No entanto, o conceito de Memória Sensível foca apenas um lado da questão, que é o confronto do que 'se foi' com o que 'é', da mesma forma que é instável falar de 'sensível', pois este esbarra em diversos matizes; a ideia da possibilidade de representação de um objeto metafórico, que rasteja entre a coleção dos sentimentos catalogados e as projeções recebidas, ao mesmo tempo por imagens circulantes e 'inéditas', não participa deste conceito. Por isso, abrimos campo para o desenvolvimento do que nos é caro na formulação de uma Cidade 'entre', a Memória do Futuro.

Tantas são as justificativas para nos atermos neste estudo e cremos ter listado grande parte delas nas linhas anteriores, que compõem esta introdução.

Não é demais frisar, contudo, que a maior das justificativas para esta tese reside na compreensão de que a ideia de cidade, na contemporaneidade, não é única, não pode ser vista por um lado quantitativo e não pode ser esta (a visão 'engessada') a responsável por manter ativos os processos de projeção em arquitetura e urbanismo e as formas de se nomear o espaço urbano.

Com isso, acreditamos que a Cidade 'entre' é um lugar recorrente nas buscas por uma solidificação social e imagética de seus habitantes. Esta cidade, como defendida – não homonimamente – por autores como Brandão (2006), Certeau (1984, 1994) e Virilio (1993), procura um *locus* de manifestação, que acreditamos ser possível através da Memória do Futuro. É nela que experimentamos as variações de ritmos, a cadência compreensível de imagens e cheiros, ancoramos nossas lembranças, criamos possibilidades e mantemos operante a vontade.

1251

Seria impossível extrair uma amostragem subjetiva de diversos sujeitos – e ainda assim contrastá-la ao final. Portanto, nossa tese se definiu pelo desenvolvimento teórico-conceitual do tema proposto, garantindo de certa forma a generalidade necessária para a produção de um saber e a possibilidade futura de confronto com outros saberes.

Também no escopo deste trabalho encontram-se nossos **objetivos**. Por objetivo geral entendemos que esta tese se propõe a

comprovar que a Memória do Futuro é o agente temporal que possibilita a criação de uma Cidade 'entre'.

Enquanto que temos por objetivos específicos:

entender como a memória do futuro se associa com as representações e participa da conformação de tempo e espaço na cidade contemporânea;

produzir uma sistemática de análise teórica (baseada na Análise do Discurso dos textos) que possibilite delatar de que forma a cidade 'entre' contribui para a fixação de uma imagem de cidade sensível;

aprimorar o estudo acerca do imaginário e da participação do homem em seu espaço no campo da arquitetura, favorecendo novas estratégias de projeto;

mostrar que a cidade metafórica (assim denominada por Certeau, 1994) ou a cidade 'entre', se insinua no texto claro da cidade planejada e é, de fato, cidade.

Com estes propósitos, estruturamos esta tese em três grandes grupos que aparecem na fundamentação separados em eixos (tempo – sujeito – espaço).

Este 'diagrama de intenções' foi montado a partir da leitura de diversos teóricos que versam sobre cidades imateriais na contemporaneidade (Virilio, 1993; Soja, 1996; Castells, 1995; entre outros) e pela recorrência dos assuntos em comum. Assim, questões como complexidade, subjetividade, virtualidade, mobilidade e memória (mesmo que não claramente) eram imbricadas aos eixos principais.

Com os entrecruzamentos de nosso diagrama, ficou claro que a recorrência dos assuntos promovia uma leitura diagonal em todos os extratos da tese e que nossa fundamentação deveria dar o panorama destes títulos, como se pode verificar em nosso sumário.

Desta forma, a estrutura desta tese surgiu, primeiramente, pela delimitação da recorrência dos assuntos (1); em segundo, pela busca de um discurso coeso em torno da Cidade 'entre' (2); posteriormente, pela busca do elemento 'memória' que acreditamos estar impregnado nas considerações sobre cidades imateriais (3); e por fim no desenvolvimento de uma metodologia que confrontasse, de forma clara, todo o material teórico disponível e que, por este motivo, tornou-se nosso capítulo 1.

1261

Enfim, as próximas páginas desta tese foram estruturadas da seguinte forma:

Capítulo 1 – apresentamos neste capítulo nossa metodologia de análise dos textos, sendo este um dos principais capítulos direcionais a todo o resto da tese; funcionando como um leme, o capítulo metodológico apresenta de que forma os discursos foram selecionados e colocados lado a lado e de que forma esta tese deve ser lida;

Capítulo 2 – neste capítulo, toda a fundamentação necessária ao reconhecimento das teorias analisadas é colocada à disposição. Talvez não em toda a sua profundidade, mas de acordo com a necessidade dos temas que surgiram e despontaram na leitura dos teóricos escolhidos;

Capítulo 3 – este é o capítulo dedicado à análise propriamente dita de nosso material; ele coloca em confronto as diversas teorias (e teóricos) selecionados e delimita por grandes temas (Cidade 'entre' e Memória do Futuro) as similitudes e discordâncias que acabam por comprovar, efetivamente, nossa tese;

Conjugações – o último capítulo, como o título sugere, funciona de forma pouco hermética e ainda um tanto analítica, visto que os temas – apesar de defendidos – se colocam à disposição de uma visão pessoal e interpretativa.

Creemos, com isso, ter dado o panorama de nosso trabalho, que não começa no próximo capítulo, mas se inicia nas primeiras epígrafes deste compêndio.

[caminhos
metodológicos]





OPTANDO PELA ANÁLISE da Prática Discursiva
Capítulo 1

A PRÁTICA DO DISCURSO: uma estratégia de análise
Sub-capítulo 1.1

DO COSMÓGRAFO AO SATÉLITE
Sub-capítulo 1.2

COMO LER ESTA TESE
Sub-capítulo 1.3

1. OPTANDO PELA ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA

La verdad es lo que es
y sigue siendo verdad
aunque se piense al revés.

(Antonio Machado)

Aquele que não duvida de nada, não sabe nada.

(aforismo Helênico)

A proposta de trabalhar com um objeto chamado "discurso" surgiu com Michel Pêcheux¹⁷ na França, em sua tese "*Analyse Automatique du Discours*" em 1969. Na época ele trabalhava em um Laboratório de Psicologia Social e sua idéia era a de produzir um espaço de reflexão que colocasse em questão a prática elitizada e isolada das Ciências Humanas da época. Para tanto, ele sugeriu que as ciências se confrontassem, particularmente a história (mundial), a psicanálise e a linguística. Este espaço de discussão e compreensão, chamado de *entremeio*, e o objeto que é estudado aí chama-se singularmente "discurso". Assim, é no entremeio das disciplinas que podemos propor a reflexão discursiva desta análise.

| 19 |

No entanto, antes desta incursão de Pêcheux (1999) pela criação do que se tornou conhecido como *Análise do Discurso*, Bardin (2002) nos situa da utilização bastante frequente (inclusive pelo campo da fenomenologia) de uma outra ferramenta precursora, a *Análise de Conteúdo*. É necessário observar que "o gesto inaugural" da chamada Análise do Discurso foi empreendido neste duplo sentido: a construção de um outro olhar sobre as práticas 'linguageiras' e o redimensionamento do objeto de análise, então encabeçado pela Análise de Conteúdo, vigente desde o século XX na Europa e tida como solução para a análise científica de textos. A trajetória da Análise do Discurso instituiu um novo espaço epistemológico produzido por um processo de rupturas e continuidades em relação a uma certa tradição imposta pela forma de analisar escrituras. Do confronto destes dois elementos da linguística selecionamos nossa ferramenta metodológica, que passaremos a descrever nas linhas a seguir.

¹⁷ Os conceitos de Pêcheux(1938-1983) constituem um rompimento com os escritos de diversos autores. Para ele a língua é um objeto montado pelo linguista e deve ser reconhecida pelo seu funcionamento e não porque tem funções. O objeto da Análise do Discurso, para ele, cruza a via do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação discurso. A ambição de Pêcheux era fazer da AD uma ciência que preenchesse o vãos de outras ciências como uma espécie de efeito escolástico.

No final da década de 1960 vimos que, de um lado, imperava nas ciências humanas e sociais um contexto marcadamente orientado pelos desenvolvimentos de uma dada psicologia social em sua versão *behaviorista* – perspectiva desenvolvida nos Estados Unidos a partir da primeira metade do século XX; de outro, era claro o predomínio de uma concepção de linguagem influenciada pelos esquemas “informativos” de comunicação. Segundo a articulação desses elementos que caracterizaram a abordagem da Análise de Conteúdo, a produção de sentido se refere apenas a uma realidade dada *a priori*, ou seja, o objetivo do tipo de análise preconizado pela Análise de Conteúdo é alcançar uma pretensa significação profunda, um sentido estável, conferido pelo locutor no próprio ato de produção do texto.

Situando a análise de conteúdo na história, vemos que seu berço foi nos Estados Unidos como um instrumento de análise das comunicações há mais de meio século. Porém, a interpretação de textos já era abordada há muito tempo e de diversas formas, como na hermenêutica (a arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos).

1201 Sem pretender, a princípio, configurar-se como doutrinal ou normativa, a Análise de Conteúdo se define como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2002) que aposta grandemente no rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto. Nascida de uma longa tradição de abordagem de textos, essa prática interpretativa se destaca, a partir do início do século XX, pela preocupação com recursos metodológicos que validem suas descobertas. Na verdade, trata-se da sistematização, da tentativa de conferir maior objetividade a uma atitude que conta com exemplos dispersos, mas variados, de pesquisa com textos. À guisa de ilustração, temos a pesquisa de autenticidade feita na Suécia por volta de 1940 sobre os hinos religiosos.

Com o objetivo de saber se esses hinos, em número de noventa, podiam ter efeitos nefastos sobre os Luteranos, foi efetuada uma análise dos diferentes temas religiosos, de seus valores e de suas modalidades de aparição (favorável ou desfavorável), bem como de sua complexidade estilística.

Embora a inovação da Análise de Conteúdo tenha consistido em contribuir com procedimentos “científicos” de legitimação de uma dada técnica de leitura, há algo que permaneceu ao longo do tempo com o objetivo de atingir uma “significação profunda” dos textos: o que é passível de interpretação? Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com duplo sentido, cuja significação profunda (a que importa aqui) só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática?

Nesse movimento entre a heterogeneidade do objeto e o rigor metodológico é que se percebe em que modelo de ciência se funda a Análise de Conteúdo: um modelo duro, rígido, de corte positivista, herdeiro de um ideal preconizado pelo Iluminismo. Centra-se, sobretudo, na crença de que a “neutralidade” do método seria a garantia de obtenção de resultados mais precisos.

O rigor, portanto, é o fundamento das contribuições oferecidas pela Análise de Conteúdo, uma vez que, por intermédio dessa característica, afirma-se a possibilidade de ultrapassar as “aparências”, os níveis mais superficiais do texto, residindo nesse processo de descoberta a desconfiança em relação aos planos subjetivo e ideológico, considerados elementos de deturpação da técnica.

Chegamos assim à principal questão referente aos objetivos perseguidos pela Análise de Conteúdo: a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura. O primeiro deles é descrito de acordo com os seguintes aspectos: “o que eu julgo ver na mensagem estará lá efetivamente contido, podendo esta ‘visão’ muito pessoal ser partilhada por outros?” (Bardin, 2002, p. 36). A caracterização do segundo, por sua vez, não se distancia muito do já visto: “se um olhar imediato, espontâneo, já é fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência?” (Id., *Ibidem*). Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a priori não detínhamos a compreensão. Com isso, vê-se uma concepção de linguagem como representação de uma realidade *a priori*: a linguagem seria apenas um veículo de transmissão de uma mensagem subjacente, sendo a esse conteúdo que se pretende chegar com uma pesquisa em Análise de Conteúdo.

1211

Do exposto, percebe-se que os mecanismos de funcionamento de uma pesquisa em Análise de Conteúdo encenam uma busca ou descoberta dos resultados, e não a construção direta de uma análise, que se depreende da não-problematização da pergunta norteadora do inquérito ao ideal de rigor metodológico pretensamente atingido por intermédio das estratégias de apagamento da presença do pesquisador.

Atentamos para o fato de que o rigor metodológico em Análise de Conteúdo e as estratégias de apagamento das implicações do pesquisador na construção de suas análises são acompanhados de uma não-explicitação da trajetória teórica escolhida para a abordagem de conceitos que sustentam o trabalho de análise realizado, ou mesmo de um apagamento dos conceitos que emergem do referido trabalho. Essa observação, de alguma forma, remete-nos à crítica feita por Pêcheux (1999) em relação à não-problematização de elementos teóricos que se mostram relevantes na análise. Com efeito, já no fim da década de 1960, o autor dizia que um ponto de vista científico no tratamento das práticas linguageiras só poderia emergir por intermédio da construção de um objeto de investigação (o discurso) e de um aporte teórico-conceitual.

Sendo assim, o surgimento da Análise do Discurso se caracteriza não só por uma reorientação teórica da relação entre o lingüístico e o extralingüístico, como também por uma mudança da postura do observador em face do objeto de pesquisa. A linguagem, de um ponto de vista discursivo, não pode apenas representar algo já dado, sendo parte de uma construção social que rompe com a ilusão de naturalidade entre os limites do lingüístico e os do extralingüístico. A linguagem não se dissocia da interação social.

Análise do Discurso ou *Análise de Discursos* é uma prática e um campo da lingüística e da comunicação especializado em analisar construções ideológicas presentes em um texto. É muito utilizada, por exemplo, para analisar textos da mídia e as ideologias que trazem em si. A *Análise do Discurso* é proposta a partir da filosofia materialista que põe em questão a prática das ciências humanas e a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva.

Para nós, a *Análise do Discurso* surge como possibilidade de desbravar os textos que surgiram durante o percurso desta tese com o rigor científico necessário e, ao mesmo tempo, a objetividade desejada na forma de confrontar tantas visões aparentemente semelhantes e temporalmente dissociadas. O discurso é nosso ponto-chave e a problemática da discursividade (surgida com as contribuições da *Análise do Discurso*) propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico. A *Análise do Discurso*, portanto, pretende não instituir uma “nova lingüística”, mas consolidar uma alternativa de análise, mesmo que marginal, à perspectiva “tradicional”. Um alargamento teórico, uma possibilidade outra, originada de um olhar diferenciado que se lança sobre a prática do discurso – ferramenta que adotamos para concluir nossas análises.

1221 Contemporâneo a Pêcheux (fundador da *Análise do Discurso*) está Michel Foucault (1926-1984), e também incomodado por questões semelhantes, mas propondo outra via de compreensão, que ele também chama de “discurso” em “*Archeologie du Savoir*”.

O discurso de Pêcheux não é o discurso de Foucault. O que temos são vias, diferentes possibilidades de compreensão de um problema posto diferentemente por cada autor. O que significa que não há uma “teoria” mais aceita atualmente, mas sim *caminhos teóricos* que respondem e co-respondem em parte às necessidades de reflexão que se apresentam.

De acordo leituras possíveis de autores como Pêcheux (1999), Foucault (1996) e Orlandi (1988), *discurso* é a prática social de produção de textos. Isto significa que todo discurso é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando seu *contexto* histórico-social, suas condições de produção; significa ainda que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à do(s) seu(s) autor(es) e à sociedade em que vive(m).

Texto, por sua vez, é o produto da atividade discursiva, o objeto empírico de análise do discurso; é a construção sobre a qual se debruça o analista para buscar, em sua superfície, as marcas que guiam a investigação científica. É necessário, porém salientar, que o objeto da *Análise do Discurso* é o *Discurso* (isto é, o que se produz do entremeio dos textos).

Resumidamente, podemos colocar os elementos desta análise (o contexto, a ordem e a contextualização) da seguinte forma:

Contexto

Contexto é a situação histórico-social de um texto, envolvendo não somente as instituições humanas, como ainda outros textos que sejam produzidos em volta e com ele se relacionem. Pode-se dizer que o *contexto é a moldura de um texto*. O contexto envolve elementos tanto da realidade do autor quanto do receptor — e a análise destes elementos ajuda a determinar o sentido. A interpretação de um texto deve, de imediato, saber que há um autor, um sujeito com determinada identidade social e histórica e, a partir disto, situar o discurso como compartilhando desta identidade. Saliendo que o texto só receberá esta nomenclatura (texto) se o receptor da mensagem conseguir decifrá-la.

Ordem de Discursos

Uma ordem de discursos é um conjunto ou série de tipos de discursos, definido socialmente (Foucault, 1996) ou temporalmente (Fairclough, 2001), a partir de uma origem comum. São os discursos produzidos num mesmo contexto de uma instituição ou comunidade, para circulação interna ou externa e que interagem não apenas entre eles, mas também com textos de outras ordens discursivas (intertextualidade). Sua importância para a Análise do Discurso está em contextualizar os discursos como elementos relacionados em redes sociais e determinados socialmente por regras e rituais, bem como modificáveis na medida em que lidam permanentemente com outros textos que chegam ao emissor e o influenciam na produção de seus próprios discursos.

| 23 |

Contextualização

A *contextualização* de um discurso é dificultada por, fundamentalmente, três itens:

1. a relação de causalidade entre características de um texto e a sociedade não é entre dois elementos distintos $A \rightarrow B$, um causa e outro consequência, mas é *dialética*, ou seja, a continência de um pelo outro é uma relação contraditória.
2. pelo mesmo raciocínio, os discursos (esfera da superestrutura) não sofrem apenas os determinantes econômicos (esfera da infraestrutura), mas também culturais, sexuais, etários.
3. o não-imediatismo da passagem da análise semiológica para a interpretação semântica, ou seja: não basta demarcar e classificar as palavras para imediatamente interpretar seus significados. É preciso considerar o máximo possível de variáveis presentes no contexto.

Sendo assim, fica claro que o discurso é de natureza tridimensional. Sua produção acontece na história, por meio da linguagem, que é uma das instâncias por onde a ideologia se materializa.

Para este tipo de análise, o discurso é uma prática, uma ação do sujeito sobre o mundo. Por isso, sua aparição deve ser contextualizada como um acontecimento, pois funda uma interpretação e constrói uma vontade de verdade. Quando pronunciamos um discurso agimos sobre o mundo, marcamos uma posição - ora selecionando sentidos, ora excluindo-os no processo interlocutório.

Para Fairclough (2001), o discurso é “*uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas*” (2001, p. 15). Já Foucault (2005) diz “*(...) chamaremos discurso um conjunto de enunciados na medida em que se apóia na mesma formação discursiva. (...) ele é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência*”.

1241

A unidade do discurso é um efeito de sentido, como Orlandi (1999) explica: “*a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento*” (1999, p. 15). Os discursos se movem em direção a outros. Ele nunca está só, sempre está atravessado por vozes que o antecederam e que mantêm com ele constante duelo, ora o legitimando, ora o confrontando.

Assim dito, também é óbvio que a formação de um discurso está baseada nesse princípio constitutivo – o dialogismo. Os discursos vêm ao mundo povoados por outros discursos – e necessitam deles para corroborarem. Esses discursos podem estar dispersos pelo tempo e pelo espaço, mas se unem porque são atravessados por uma mesma regra de aparição: *uma mesma escolha temática*, mesmos conceitos, objetos, modalidades ou um acontecimento. Por isso que o discurso é uma unidade na dispersão.

O discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedecem à que oculta. *Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência* (Foucault, 2005, p.171). Mas toda identidade do discurso são construções feitas através do próprio discurso, por isso, permeável e passível de mobilidades de sentido em outras situações. Quando um discurso é proferido, ele já nasce filiado a uma rede tecida por outros discursos com semelhantes escolhas e exclusões. A metáfora da rede é pertinente para explicar o discurso:

Uma rede, e pensemos numa rede mais simples, como a de pesca, é composta de fios, de nós e de furos. Os fios que se encontram e se sustentam nos nós são tão relevantes para o processo de fazer sentido, como os furos, por onde a falta, a falha se deixam escolar. Se não

houvesse furos, estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem. (Orlandi, 1999, p. 35).

A rede, como um sistema, é um todo organizado mas não fechado porque tem os furos, e também não estável, porque os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos que o discurso seria uma rede e como tal representaria o todo.

A Análise do Discurso não toma o sentido em si mesmo, ou seja, em sua imanência. Não se acredita na existência de uma essência da palavra - um significado primeiro, original, imaculado e fixo capaz de ser localizado no interior do significante. Por isso, a Análise do Discurso funciona como técnica (antes de tudo) capaz de delatar, em nossa tese, o tema central abordado pelos autores analisados sem julgar a própria análise como uma verdade absoluta. O viés do pesquisador importa, em muito, neste processo e não pode ser negado.

Como alçapões, na Análise do Discurso, os textos capturam e transformam a infinitude dos sentidos em uma momentânea completude. Inserido na história e na memória, cada texto nasce de um permanente diálogo com outros textos; por isso, não havendo como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte, os sujeitos só podem enxergar os sentidos no seu pleno voo (Foucault, 2005).

1251

Para nós, a Análise do Discurso é uma ciência (ou campo de ciência) ainda em sua incompletude; mas acreditamos que ela auxilia os pesquisadores (desta e de tantas teses) a focar objetivamente sua leitura e a extrair com a maior veracidade possível o contexto dos discursos, por isso tomamos sua pertinência algo desejável para nós.

No entanto, para não nos estendermos num trabalho excessivamente da linguística, resolvemos repousar apenas sobre uma das ferramentas oferecidas pela Análise do Discurso: a *Prática do Discurso*. Nesta ferramenta, **a associação de repetições, contradições e a mesma temática encontrada nos textos** são o cerne da análise textual e funcionam como um guia vidente para nossos estudos.

Da mesma forma, foi com a mesma liberdade que tivemos em nos aproximar da Análise do Discurso, mas não assumi-la completamente, que passamos a nomear nossa ferramenta como *Análise da Prática Discursiva*. Fugindo dos escapismos de adentrar em uma seara completamente nova, mas nunca a refutando, cremos que a análise que propomos funcionou de forma eficaz para trazer à tona o discurso central de cada autor, o contexto e as referências ao mesmo tema, como colocaremos a seguir, na descrição da ferramenta selecionada, a Prática do Discurso.



1.2. A PRÁTICA DO DISCURSO: uma estratégia de análise

A partir da década de setenta, desenvolveu-se uma forma de análise do discurso e do texto que identificava o papel da linguagem na estruturação das relações de poder na sociedade (Fairclough, 2001). Contudo, não podemos deixar de registrar que na década anterior, alguns movimentos consolidavam estudos sobre a importância das mudanças sociais como perspectiva de análise.

Na Grã-Bretanha, um grupo de lingüistas desenvolveu uma "lingüística crítica", ao articular as teorias e os métodos de análise textual da "lingüística sistêmica", de Halliday, com teorias sobre ideologias. Na França, Pêcheux e Jean Dubois desenvolveram uma abordagem da análise de discurso, tendo por base, especialmente, o trabalho do lingüista Zellig Harris e a reelaboração da teoria marxista sobre a ideologia, feita por Althusser, que ficou conhecida como Análise do Discurso Francesa (ADF).

1261

Contrapondo as duas vertentes, verificamos que a primeira destaca a análise lingüística, porém, com pouca ênfase nos conceitos de ideologia e poder, e a segunda enfatiza a perspectiva social, relegando a análise lingüística. Ambas apresentam uma visão estática das relações de poder, enfatizando o *"papel desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos lingüísticos na reprodução das relações de poder existentes"* (Fairclough, 2001, p. 20). O fato é que as lutas e as transformações de poder não mereceram a atenção exigível, considerando-se a linguagem em si e seu papel.

Já em 1990, devido aos estudos limitadores de algumas teorias em Análise do Discurso (AD), surge a Análise Crítica do Discurso (ACD). Um marco para o estabelecimento dessa nova corrente na Lingüística foi a publicação da revista de Van Dijk, *'Discourse and Society'*, em 1990. Entretanto, é importante acrescentar publicações anteriores, como os livros: *'Language and Power'*, de Norman Fairclough, em 1989; *'Language, Power and Ideology'*, de Ruth Wodak, em 1989; e a obra de Theo van Dijk sobre racismo, *'Prejudice in discourse'*, em 1984.

Janeiro de 1991 foi um mês importante para o desenvolvimento dessa nova perspectiva da linguagem, tendo como pano de fundo um pequeno simpósio em Amsterdã. Vários nomes, hoje relevantes em ACD, se reuniram por dois dias: Theo van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Interessante notar que eles apresentaram diferentes enfoques de estudo, mas conseguiram equilibrar-se em torno de uma mesma discussão, como ocorre na própria Análise do Discurso. Dessa forma, esse tipo de ferramenta (em que os pontos de vista são dispostos horizontalmente e interpolando-se) surgiu com um grupo de estudiosos, de caráter

internacional e heterogêneo, porém, estreitamente inter-relacionados.

Um vocábulo novo surgiu, daí, dentro da Análise do Discurso e formou-se umas das ferramentas que fazemos uso neste trabalho: a *Prática Discursiva*.

A Prática Discursiva (produção, distribuição e consumo) está baseada na tradição interpretativa ou microsociológica de levar em conta a prática e o momento do discurso. Trata-se, portanto, de uma análise chamada de "interpretativa", pois é uma dimensão que trabalha com a natureza da produção e interpretação textual.

Alguns aspectos podem ser observados nessa análise, envolvendo as três dimensões da prática discursiva: **produção do texto – interdiscursividade e intertextualidade manifesta (1); distribuição do texto – cadeias intertextuais (2); consumo do texto – coerência (3)**. A essas três dimensões Fairclough (2001) acrescentou as "condições da prática discursiva" com a finalidade de apresentar aspectos sociais e institucionais que envolvem produção e consumo de textos.

O sujeito da Prática do Discurso não é o cartesiano dos tempos áureos do iluminismo. Descartes (1596-1650) projetou um homem dono de si, senhor de seu próprio destino, consciente de suas ações e desejos, capaz de conhecer a verdade e alcançar a felicidade através da razão.

O sujeito da Prática do Discurso também não é o sujeito das Ciências Exatas, que se diz capaz de explicar o objeto através de um conhecimento imparcial. Um sujeito que está no exterior da realidade pesquisada e que observa o fenômeno com a distância suficiente para assumir um comportamento neutro diante do fato.

O sujeito da Análise do Discurso também não é o da Lingüística Clássica, que o concebe ora como idealizado, ora como mero falante. O sujeito idealizado baseado na crença de que todos os falantes de uma mesma comunidade falam a mesma língua. O sujeito falante é o empírico, o individualizado, que *"tem a capacidade para aquisição da língua e a utiliza em conformidade com o contexto sociocultural no qual tem existência"* (Orlandi, 2005, p. 35).

Muito menos é o sujeito da Gramática Normativa que o classifica em simples, composto, indeterminado, oculto e inexistente. O sujeito do discurso não pode estar reduzido aos elementos gramaticais, pois ele é historicamente determinado.

Para a Análise do Discurso, o sujeito do discurso é *histórico, social e descentrado*. *Descentrado*, pois é cindido pela ideologia e pelo inconsciente. *Histórico*, por que não está alienado do mundo que o cerca. *Social*, por que não é o indivíduo, mas àquele apreendido num espaço coletivo. *"O sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam"* (Orlandi, 2005, p. 20).

Resumidamente, a Prática do Discurso se preocupa com a intertextualidade entre os textos, as cadeias formadas pelas linhas de pensamento e a coerência entre eles, itens que levamos em conta para selecionar os autores centrais em nosso confronto teórico e que passamos a detalhar no sub-capítulo seguinte.



1.2. DO COSMÓGRAFO AO SATÉLITE

Sendo a Prática do Discurso um 'sujeito descentrado', capaz de situar-se historicamente e socialmente, cabe-nos descrever, neste capítulo, como selecionamos a bibliografia que faz parte de nosso arcabouço central e de que forma ela se instituiu como versão final do conjunto de temas que versam sobre o mesmo assunto.

Antes de entrar na abordagem de uma metáfora (o cosmógrafo e o satélite) que muito nos ajudou na elaboração de critérios para a seleção dos textos analisados, devemos reforçar que a Prática do Discurso tornou-se nossa ferramenta de análise e que por basear-se em três condicionantes (a intertextualidade manifesta, as cadeias de ligações e a coerência do texto, chamado de *consumo*) os autores tiveram que, necessariamente, apresentar as três características para que pudéssemos confrontá-los horizontalmente.

1281

Primeiramente, fizemos uma 'leitura flutuante' (assim chamado em AD) de diversos teóricos que versavam sobre cidades imateriais e salientamos, em todos eles, os pontos em comum (referência a uma 'terceira cidade' ou a uma necessidade da prática ordinária de reconhecimento dos lugares ou de objetivação real desta cidade 'entre'); após esta leitura, utilizamos os três princípios da Prática do Discurso para detectar quais autores apresentavam intertextualidade em seus discursos, além de referências homônimas e conseguimos, com isso, fechar nosso cerco teórico dentro de uma coerência que nos possibilitou, finalmente, separar as produções em versões 'guarda-chuva' e versões 'objetivadas', ou seja, trabalhos de espectro mais abrangente e trabalhos de operação pontual.

Assumimos, assim, a primazia de alguns teóricos no campo da abordagem imaterial da cidade e, por este motivo, tomamos seus discursos como base para o que cremos ser uma ampliação do conceito de *cidade*, um alargamento dos saberes que promoviam, nos primeiros séculos civilizatórios, um entendimento planificado sobre a cidade – e sobre o mundo – até a sua assimilação tridimensional e extrassensorial, no século XXI.

Entre outros periféricos, assumimos as posturas centrais de autores expoentes nos temas relacionados à espaço e sociedade, sendo eles: Deleuze (1988), Certeau (1994), Virilio (1993 e 1993a), Castells (1995), Soja (1996), Randolph (2001), Cuff (2003) e Mongin (2003). Sendo estes alguns dos estudos mais pertinentes (de acordo com o processo que explicitamos acima) sobre a temática do espaço, decidimos fazer uso de suas conjecturas para explorar o conceito

de tempo, que aparece (nos textos) bastante dissociado da noção de memória contemporânea.¹⁸

Como dissemos anteriormente, tendo levado em consideração algumas premissas colocadas pela Prática do Discurso (Fairclough, 2001) e tendo explorado tais textos acima, reconhecemos duas linhas de abordagem nos oito teóricos escolhidos: uma que se constrói sobre uma linha filosófica mais densa e genérica e que serve de base para outras procedentes, que chamamos anteriormente de 'guarda-chuva' [1]; outra que se constitui uma análise abrangente do cenário espacial contemporâneo e que constrói um conceito mais objetivo, que chamamos de 'objetivado' [2].

Dentre essas duas abordagens decidimos colocar os trabalhos de Deleuze (1988) e Certeau (1994) como os balizadores para o conjunto teórico que se debruça sobre a primeira delas (linha filosófica de pensamento) e associá-los a esta 'planificação' precedente, que relacionamos ao *cosmógrafo*. Os outros autores fazem parte, assim, da segunda abordagem, que promove um olhar 'volumétrico' sobre as dimensões exploradas e possibilitam uma incursão mais apurada no tema; associamos estes ao *satélite*.

Do cosmógrafo e do satélite conseguimos extrair, como mostraremos no capítulo 3 desta tese, os elementos imprescindíveis ao exercício da Prática do Discurso. Nosso processo se baseou em verificar a situação de produção do texto de cada autor escolhido (algo que se refere, também, ao consumo do texto). Desta verificação, pudemos concluir dois pólos, um em que diversos autores tinham trabalhos contemporâneos e outro em que os trabalhos mais recentes buscavam nestes primeiros seu balizamento. Em segundo, nosso processo de análise nos levou a detectar a intertextualidade dos autores fazendo emergir termos e palavras como 'outra cidade', 'experiência', 'adoção de imagem', 'representação' e, por fim, nosso trunfo, 'tempo' e 'memória' — que servirão

1291

¹⁸ Memória é hoje tema explorado como ceme de diversas discussões sobre espaço e sujeito pelas mais diversas ciências, entre elas, parte da arquitetura que se relaciona com os temas 'preservação' e 'monumento'. A preservação dos antigos centros ou de partes da cidade, seja no Brasil ou no exterior, exigiu a revisão de conceitos fundamentais como a preservação do patrimônio mais especificamente a partir da década de 1990, ressaltando o novo uso conferido às áreas preservadas e, especialmente, as diferentes interpretações do passado histórico urbano. O patrimônio, noção que em Roma definia apenas o direito de herança, adquire seu caráter público a partir do Renascimento, valorizador da herança artística legada pela Antiguidade. Já a noção de patrimônio urbano, preconizada em países como a Itália apenas a partir da década de 60 do século XX atinge o *status de bem de significação cultural e humana* a ser conservado e restaurado (Carta de Veneza, 1964), embora práticas difusas de preservação já existissem, também no Brasil, desde a década de 1910, incrementadas com a rápida urbanização do início do século, algo que acreditamos ter sido influenciado nas últimas três décadas por Françoise Choay com suas incursões pelo tema 'patrimônio e monumento' e mais recentemente publicado no Brasil pela UNESP (CHOAY, F. Monumento e Monumento Histórico. In: **Alegoria ao Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001, pp. 11-29). Com os estudos sobre caráter e sexualidade de Freud, a memória passa a ser enxergada como um exercício do corpo e exige das demais ciências uma reinterpretação do espaço e das estruturas edificadas. Por isso, falar de memória contemporânea é falar desta versão flexível de se encarar a manutenção dos edifícios e dos sistemas que compõem a cidade contemporânea, fato consagrado em inúmeros congressos e colóquios realizados em torno do tema em todo o mundo, entre eles o Seminário "Mémoires Urbaines et Présent des Villes. Les mémoires dans les Villes, des enjeux pour les Villes?" organizado pela Université Lumière-Lyon 2 e pela direção regional cultural da região Rhône-Alpes em dez. 2003, cuja participação de Jean François Augoyard trouxe à tona nossa mais cara questão, a Memória do Futuro, sob o tema "La Memoire à l'oeuvre dans les ambiances urbaines".

oportunamente para comprovar nossa hipótese nas considerações finais desta tese.

Mas, retomando a nossa metáfora, para que servem o cosmógrafo e o satélite? Concordamos que a visão do cosmógrafo (compreensão planificada) realmente se diluiu frente à efetiva precisão do satélite (compreensão tridimensional), como colocaram Jorge Czajkowski e Fernando Sendyk, em livro homônimo.¹⁹

Da mesma forma em que a romântica exploração dos mundos cedeu ao conhecimento e à compreensão de uma verdade nada absoluta. Por isso, ao colocar estas duas palavras (cosmógrafo e satélite) como metáforas de nossa análise do discurso, queremos salientar o que se tornou, para nós, metodologia de análise dos textos:

1. que os saberes genéricos chegam com a pretensão de planificar (não no sentido de esvaziar ou tornar raso, mas de promover um campo aberto) e são fator essencial para o desenvolvimento de teorias pontuais;
2. e que os discursos advindos de primeiras incursões temáticas precisam ser confrontados com novos aparelhamentos, de forma a consolidar um panorama de descobertas coletivas e propostas efetivas.

130

Daí, consideramos que os dois instrumentos (da cosmografia e da astronomia) funcionam como ferramentas, como colocamos a seguir:

o Cosmógrafo

É o termo empregado para quem pratica a *Cosmografia* que, desde a invenção da palavra por Ptolomeu (século IV a.C.), buscou examinar o cosmos e os corpos celestes. É evidente que a precariedade de equipamentos se sobrepunha a uma incessante e inquestionável dúvida salutar sobre o infinito, mas é bem verdade que sobre diversos postulados errôneos o mundo sobreviveu por muitos séculos. De diversas formas, até hoje, os arquitetos atuam como cosmógrafos quando se retiram do solo urbanizado, centralizado, determinado das cidades e experimentam compreender o mundo 'de cima', mas sem tirar os pés do chão.

¹⁹ CZAJKOWSKI, J. et SENDYK, F. (2000). Do Cosmógrafo ao Satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CAU.

o Satélite

Ao satélite cabem as glórias de uma percepção ampliada, elevada, englobadora e milimetricamente coordenada. Neste ponto, avistar 'de cima' significa atuar como um astronauta que lidera, pelo campo visual, o que vislumbra. Naturalmente ou artificialmente construído, os satélites circulam por uma órbita que tangencia o 'nada', ao mesmo tempo em que estão polarizados e atraídos pela substância que analisam. São 'seres antenados' (na melhor confluência do termo) e são, sem dúvida, uma grande lente de aumento. Ironicamente (ou melhor, inteligentemente), quanto mais nos afastamos da Terra, mais a tomamos como reconhecível e assimilável – e mais buscamos nos fundamentar em noções efêmeras que destilam 'pacificação' para a turbulência dos prognósticos.

Refletidos sobre a noção de uma urbanidade global, que habita e gere toda a compreensão de cidade atualmente e cuja oposição não seria o rural (termo decaído há mais de dez anos), mas exatamente o classificado como 'exótico', o intangível (a cosmografia) parece o primeiro esboço de uma dúvida. Ser um cosmógrafo significa entrar em contato com as dimensões pré-existentes e acolher o cientificismo como uma ferramenta associada ao humanismo.

| 311

Ir do cosmógrafo ao satélite significa dizer que ao ampliar a quantidade de construções, ao vencer alturas, ao domesticar territórios e solidificar elementos de ordem política, social e econômica nos aglomerados intitulados 'cidades', o homem ampliou seu repertório de conhecimento e interpretação do mundo e, de forma análoga, despreendeu-se de um romantismo que banhava a consciência de mundo e de *habitus* até a aceitação de realidades comprovadas. No entanto, num movimento de reinterpretação das realidades, também o 'satélite' retorna às primeiras considerações, como forma de manter vivas as dúvidas matriciais e de não perder-se em pura materialidade.

Cosmógrafo, para nós, é o conhecimento generalista, em busca de respostas – e cientificamente baseado; satélite é esta lente de aumento, que amplia o foco e desnuda algumas pequenas situações em que os primeiros estudiosos não conseguiram (ou não quiseram) se deparar.

Na abordagem do cosmógrafo colocamos como dissemos anteriormente, o trabalho de Certeau (1994) e de Deleuze (1988), justamente por serem obras de alcance interdisciplinar e bastante abrangentes. Cabe-nos dizer que os trabalhos de Foucault (2001, 1980) também nos serviram de base – quando da relação de uma subjetividade cada vez mais aparente nos dois últimos textos produzidos pelo autor ("*Subjetividade e Verdade*" e "*Hermenêutica do Sujeito*")²⁰— contudo, foi em

²⁰ Na perspectiva filosófica tradicional, de Platão a Kant, a articulação entre subjetividade e verdade parte das seguintes questões: "como e em que condições é possível conhecer a verdade? Como é alcançável o conhecimento legítimo a partir da experiência do sujeito cognoscente? De que modo quem realiza tal experiência reconhece que se trata de conhecimento

Deleuze (Op. cit.), com seu questionamento amplo sobre *o que é real e o que é semelhante* que conseguimos associações mais profícuas ao tema 'espaço'. Não nos utilizamos, simplesmente, de sua obra mais explorada nos últimos anos, "Mil Platôs" (1995), por considerá-la excessivamente apropriada e distante de uma ideia de cidade 'metafórica'. Entretanto, suas duas obras sobre o tempo "Imagem-tempo" e "Imagem-movimento" (1983a, 1983b) podem ser ditas como extratos bastante melhorados de seu trabalho – ao qual nos referimos – e parte também das considerações de Foucault (um parceiro intelectual de Deleuze).

Datando de anos anteriores às publicações que temos em mãos, tanto Deleuze (1988), cujo trabalho "*Diferença e Repetição*" situa-se no contexto de sua tese, defendida durante intensa movimentação social na França, em 1968 – quanto Certeau (1994), cujo trabalho "*A Invenção do Cotidiano*" (1974) se solidificou sobre as bases de uma Escola Freudiana (cuja presença foi efetiva até a dissolução da escola, em 1980), constroem cenários bastante apropriados para falarmos de uma inversão do papel visual do espaço construído (assim como também se utiliza de algumas teorias de Foucault).

Foi a partir desses dois trabalhos que diversas outras teorias afins aferiram ao valor do imaginado, do mentalmente produzido e da prática cotidiana o valor de 'método'. Do trabalho de Certeau (1994) podemos dizer que a contribuição substancial ao espaço veio no capítulo '*Caminhadas pela Cidade*', na qual o autor traz à tona uma necessidade de interpelação e co-produção do espaço, promovendo a *status* de excelência o ato de 'vagabundear' por este. Esta visão inaugura uma perspectiva epistemológica sobre as cidades, pois os *flanêurs*, os andarilhos eram tidos (em sua conceituação) como seres à margem de qualquer sociedade. E, culminando em seu estudo, Certeau promove a cidade impregnada dessa prática a um grau imaterial e denomina-a *metafórica* – pois está lá, num novo texto produzido pelas incursões:

1321

(...) Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de 'operações' ('maneiras de fazer'), a 'uma outra espacialidade' (uma experiência 'antropológica', poética e mítica construtora do espaço) e a uma mobilidade opaca. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível e **é, de fato, cidade**. [grifo nosso] (Michel de Certeau, 1994, p.171-172)

verdadeiro?" – em suma, o problema filosófico da articulação entre subjetividade e verdade postula ser inaceitável a existência de uma realidade sem que a preceda o sujeito puro a partir do qual ela é considerada verdadeira. Michel Foucault procura tomar distância de tais questões, abordando a articulação entre subjetividade e verdade pelo viés histórico. Nesse caso, as perguntas passam a ser outras. Para começar, "*que relação o sujeito estabelece consigo a partir de pressupostos que culturalmente lhe são atribuídos?*" Tal interrogante parte do fato de que em qualquer cultura há enunciações sobre o sujeito que, independentemente de seus valores de verdade, funcionam, são admitidas e circulam como se fossem verdadeiras e, assim, criam uma possibilidade de realidade.

Na abordagem do satélite estão os outros autores mencionados acima – Virilio (1993 e 1993a), Castells (1995), Soja (1996), Randolph (2001), Cuff (2003) e Mongin (2008) – cada um deles apresentando sua versão concatenadora de cidade imaterial e espaço contemporâneo.

Para Virilio em '*O Espaço Crítico*' e '*A Cidade Superexposta*' (1993, 1993a), o valor do deslocamento sobrepõe-se à materialidade do espaço, fazendo com que a performance motora torne-se a unidade, o elemento articulador do processo seja a representação e o lugar 'desapareça'; tal atopia implica o esquecimento do mundo "exterior", na aniquilação da aparência e na construção de um espaço interior.

Já, de forma resumida, para Castells (1995), Soja (1996) e Cuff (2003), as cidades informacionais funcionam como uma ponte para a construção de novas cidades 'sem lugar' (ou virtuais), que estruturam a imagem da cidade atual. E, finalmente, para Randolph (2001) e Mongin (2003) o caminho das metrópoles pode ser seu próprio aniquilamento ou decomposição, mas as respostas encontram-se na existência de uma cidade íntima (imaginada ou 'depois').

Devemos ressaltar que nossa categorização serviu apenas para a escolha dos autores e obras, mas de forma alguma significou uma separação analítica dos temas ou da forma de abordagem de cada discurso. De igual modo, sabemos que a bibliografia tende a se multiplicar conforme os *links* podem ser feitos, mas ainda assim optamos por manter exatamente estes autores por encaixarem-se numa visão mais relacionada com o cenário atual e nas teorias mais difundidas pelas ciências sociais aplicadas na atualidade.

Usaremos o capítulo 3 (Análise de Conteúdo) para delinear os discursos dentro dos temas que se colocam dentro de nossa hipótese: a existência de uma Cidade 'entre' e o papel da Memória do Futuro como um atributo de reconhecimento do tempo pessoal (das cidades e do Eu) e de conformação dessa cidade. Mas, antes, apresentaremos o que acabou se tornando um 'GPS' na leitura desta tese.

1.3. COMO LER ESTA TESE



Há sempre, a cada problema que se atravessa a imposição de uma estética do percurso de resposta. Primeiramente, com a descrição de nosso processo metodológico de análise, grande parte deste 'GPS' e desta imposição foram dados: estaremos trabalhando sobre a Análise da Prática do Discurso dos textos selecionados – pelos critérios apresentados – e utilizando a resposta das análises para chegar às considerações finais.

Obviamente, entre a apresentação desta metodologia e a aplicação direta desta análise uma brecha se coloca, que justamente está preenchida pelos temas que apareceram com frequência nos discursos dos autores selecionados, formando o que chamamos de fundamentos. Foi neste

processo de vai-e-vem que esta tese teve seu texto elaborado e a isto chamamos 'pedagogia arquitetural'.

Esta pedagogia arquitetural vem produzindo – com êxito – aquilo que de mais oportuno vem se fazendo nas teses defendidas por doutorandos em arquitetura nos últimos dez anos – na França, Canadá²⁶ ou no Brasil – pois é através das 'pequenas lições' teóricas para o público de arquitetura que tem se construído o reconhecimento do papel da pesquisa nesta ciência *strita*, como comentam Findelli e Coste (2007).

Em se perguntando sobre este processo nos doutorados em arquitetura na França, Findelli e Coste (Op. cit., p.141) consideraram que o tempo da 'prática teórica' é ainda maior que o da prática de pesquisa propriamente dita (aquela que vai a campo): *"evidentemente é aí [na pedagogia arquitetural] que se constitui uma tradição da pesquisa arquitetônica, tal qual existe em outras disciplinas universitárias uma tradição em tudo o que se busca realizar (transmissão de saberes, de conhecimentos, de métodos e de problemáticas de uma geração à outra)"*.

1341

Pesquisar como obra da mais coerente dúvida é, antes de tudo, matéria ensinada pelas ciências exatas. Mas, através do que as gerações de trabalho puramente artístico nos ensinaram, a arquitetura se encarrega de dar sentido ao mundo construído por artefatos materiais e imateriais. Ela joga com o mundo e os modos de habitar o mundo – materialmente, fisicamente, simbolicamente, esteticamente, culturalmente. Levando em consideração as convenções atualmente compartilhadas pela comunidade de pesquisa internacional, podemos dizer que não é possível conceber projetos de pesquisa que não levem em conta o componente teórico, ou seja, o *"trabalho da mente sobre o terreno de pesquisa"* (Findelli e Coste, 207, p.142).

O que chamamos 'teórico' aqui é a capacidade de não dissociar o pensamento das consequências sobre/no mundo em trabalho; isto que Merleau-Ponty (1996) considerou essencial na fenomenologia de Husserl e que o aproxima (Husserl) do pragmatismo, que lhe é contemporâneo.

Pensando numa pedagogia arquitetural, algo que surja para conduzir e ensinar mais e novos caminhos, não vemos problemas em considerar que todo projeto de arquitetura é um projeto de pesquisa e que o doutorado nos levará, resumidamente, a um projeto mais longo e complexo, que em seu fim alcançará propósitos pedagógicos. E que apesar de uma tradição de 'sair a campo' trazida pelas frequentes expedições artísticas na arquitetura, será na discussão de cunho teórico (na Prática do Discurso) que este trabalho ganhará sua consistência e seguirá diversas linhas de pesquisa dentro das ciências sociais.

²⁶ Ver BUDMAN et AL. (Eds). (1999). Doctoral Education in Design and Architecture. Ohio State University, Montreal: Carnegie Mellon University, pp. 99-116.

Findelli e Coste (2007, p.144) encerram suas considerações sobre a pesquisa doutoral em arquitetura lembrando que "(...) em contraposição ao caráter descritivo, analítico, crítico, explicativo e/ou interpretativo de diversas ciências, a arquitetura sobressai suas análises distinguindo-se das demais por levar em consideração, tanto e fortemente, a questão da habitabilidade do mundo em toda a sua teoria". E com eles escrevemos sobre as mesmas linhas, direcionando as análises desta pesquisa para o campo de onde florescem as análises teóricas que nos farão, em última instância, delinear e comprovar nossa hipótese.

Deste modo, esta tese deve ser lida como um compêndio a partir do seu capítulo 2, que funciona como uma 'enciclopédia' para a concatenação dos conceitos e termos pertinentes aos textos analisados no capítulo 3. Por este mesmo motivo, resolvemos colocar nosso capítulo metodológico (capítulo 1) logo após a introdução, de forma a sedimentar o processo por que elaboramos nossas análises e justamente para esclarecer que foi destas análises que nossos fundamentos surgiram.

O capítulo 3, elaborado de forma a contemplar a análise dos textos selecionados dentro de uma *Prática do Discurso*, apresenta uma característica importante: ele tanto funciona como base analítica quanto interpretativa e por isso, o limiar entre o capítulo 'considerações finais' e 'análises' tornou-se muito tênue. O papel da Prática do Discurso é o de engendrar comentários associados à análise direta do discurso e por isso algumas micro-conclusões parecem emergir do capítulo 3.

| 35 |

Para evitar possíveis problemas na compreensão deste princípio, encerramos o capítulo 3 com um capítulo conclusivo chamado 'interpretações', que serve para salientar em que ponto as teorias estão sendo interpretadas (ou semi-concluídas) e não mais analisadas. Isto também serviu, a nós, como uma introdução para o capítulo final da tese, intitulado 'considerações finais' e não 'conclusões' por realmente não ser conclusivo de nenhuma realidade, mas um princípio para a construção de novas, demarcadas pela comprovação de nossa hipótese.



2 CIDADE E CONTEMPORANEIDADE

Complexidade de Definições

Falar de cidade significa falar do urbano, como afirmam Mumford (1961- versão 1991), Guattari (1992), Lévy (1997), Castells (1995) e Araujo (2007).

Imaginemos uma cidade onde não nasçam bebês e, por isso, a população idosa aumente em qualidade de vida por maior deslocamento de recursos; imaginemos também que esta população idosa, apesar de ter alcançado longevidade e bem-estar, vive para a certeza de sua morte vindoura e acaba por esvaziar os cofres públicos por não ser 'força de trabalho' nos setores de base, que conseqüentemente têm os dias contados para perderem seus trabalhadores; imaginemos, na sequência, que a divisão entre idades começa a ficar menor e todos os esforços científicos da medicina sejam os de diminuir a quantidade de doenças e promover mais imunidade à população, que não se renova; imaginemos uma gradual interrupção no crescimento da cidade edificada, que por mais projetos que se conceba, não tem quem os execute.

1371

Esta cidade começaria fadada ao apodrecimento, por mais que os setores do pensamento se desenvolvessem; ela viveria dos louros de um sistema pouco heterogêneo, que não congrega diversos grupos, nem diversos espaços de sociabilidade, nem abre margem para descobertas (que são, comprovadamente, fruto de uma mobilidade); ela seria um exemplo de uma confluência de muitos usos numa área ilimitada, coisa justamente oposta às primeiras noções de território central (poucas funções diversificadas em espaços limitados, caracterizando a noção de produtividade, como cita Mumford, 1991).

Uma cidade que não se renova não prospera e, seja qual for o conceito posto para ela, não é cidade. Ainda em 1961, Mumford se perguntava como definir cidade, como caracterizar a urbe neste sentido. Desde então, a pergunta não parou de cintilar.

A urbanização está ligada ao princípio da civilização. A *urbe* (sua raiz) era originalmente o termo romano para a caracterização de uma *comuna italiana* (a unidade básica de organização territorial na Itália e posteriormente na França), similar ao município brasileiro (Lissagaray, 1991). A comuna era o ente local fundamental, autônomo e independente – segundo princípios consolidados na Idade Média e parcialmente retomados pela Revolução Francesa – que estruturava as cidades; etimologicamente significava alforria, libertação. E, originalmente, era empregada a grandes unidades de produção rural, abrangendo a agricultura e pequenas indústrias, de forma coletiva e centralizada. Por isto mesmo, as comunas organizavam a vida social e política dos seus habitantes.

Esta visão diretiva e muito pouco flexível na categorização de uma cidade perpetuou por toda a bibliografia das cidades e, muitas vezes, confundia o valor do conceito com o valor da forma de distribuição do espaço físico. Ainda hoje, podemos dizer, assim vinga.

Como tecíamos, a urbe era a comuna, um vir-a-ser cidade. Mas até que a visão de urbe surgisse mundialmente, o valor intrínseco ao espaço físico era dado por sua capacidade agregadora de tantos ou mais elementos que definissem uma comuna (educação, religiosidade, trabalho e lazer distribuídos em edifícios e espaços públicos de controle político soberano). Somente com a disciplina científica (o Urbanismo), inaugurada na segunda metade do século XIX com os textos formulados por planos de reformas de melhoramentos nas principais cidades européias, é que o termo *urbe* se institui. Com a *Teoría General de La Urbanización*, de Ildefonso Cerdà (1857-1863), surge a primeira formulação de uma teoria do processo ou do que, mais tarde, se cunhou como *urbanismo*.

Do século XVIII a meados do século XIX, as concepções iluministas sobre *cidade e intervenção* passaram a preconizar a nova ciência. De Cerdà ao início do século XX, todas as formulações de cidades industriais e metrópoles nascentes corroboraram para a constituição do chamado *urbanismo moderno*, ainda bastante calcado em versões de cunho formalista e quantitativo para as cidades.

1381

Recentemente, em tese defendida pelo Prourb, Araujo (2007) comprometeu-se com uma nova versão para o Urbanismo apregoado por todas as cidades mundiais; votando por um retorno ao antigo tema 'cosmopolita' ou *cidadão do mundo*, a autora transmuta o urbanismo em *urbanismo*, chamando-o de ciência do século XXI. Ora, uma vez *orbe* significar 'globo, mundo', a ideia central é a de que não havendo mais, para nós, referências a fronteiras ou limitações (fruto do desenvolvimento das TIs) "*estariamos tratando como cidade não só o mundo, mas também o universo conhecido e a conhecer*" (Op. cit., p.85).

O termo *cidade*, em breve prospecção, é notadamente um elemento que vinha se estruturando em base aparentemente sólida até ser confrontado por uma profusão de acontecimentos, que desde a década de 60 (com a invenção do computador) tem mudado os rumos de seus conceitos. Sim, porque seria no mínimo 'agnóstico' entender que o conceito de cidade havia se desarticulado; em todos os sentidos, a flexibilização (de cidade e de indivíduo) foi o que ocorreu.

Araujo (2007) apresentou, ainda, outro tema instigante ao urbanismo: a noção de imbricagem do Eu e da Cidade, o que significa a confluência de ambos na noção de Rede atual. Sua pergunta incitativa "sou Eu a Cidade?" respondeu-se por uma associação evolutiva das teorias relacionadas ao espaço (pela Arquitetura e pela Filosofia) e das teorias associadas à subjetividade, através da Psicanálise.

Acostumamos-nos a conceber o espaço urbano a partir dos fenômenos mais visíveis: o solo, as habitações, o terreno agrícola, as indústrias. Estes elementos dominaram o corpus de imagens propagadoras de um conceito geográfico de cidade. Com as transformações iniciadas há, basicamente, cinquenta anos, este conceito acabou por se fragmentar, diluir e novamente solidificar de outras formas.

Em sua maior parte, este fenômeno se deu pela noção de complexidade, hoje cada vez mais assimilada pelas diversas instâncias e setores que executam a vida cotidiana nas cidades.

Para Morin (1999), a complexidade apresenta-se em dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à natureza multidimensional dos problemas e da conseqüente necessidade de se analisarem os distintos fenômenos a partir de distintos pontos de vista. Já o segundo, trata da emergência de contradições irreduzíveis, sempre presentes na análise de problemáticas profundas, o que representa para o pesquisador o constante surgimento de idéias opostas. O princípio da incerteza é tomado como uma premissa para a elaboração de situações complexas, daí a importância atribuída por ele à necessidade de se tomar decisões com urgência, num mundo cada vez mais complexo e quase ininteligível.

No segundo capítulo de *'Complexus: o que se agrupa'* de Benkirane (2005), intitulado *'O fim das Certezas'*, são apresentadas algumas considerações de Ilya Prigogine acerca das implicações que a noção de complexidade tem sobre a forma como o meio é pensado pela lógica newtoniana. Para Prigogine, o meio (social, político, psicológico) deixou de ser compreendido como um fenômeno simples e facilmente controlável; alterou-se a noção de controle e previsibilidade, para a de incerteza e probabilidade. Essa alteração mudou radicalmente a forma como o homem passou a produzir o conhecimento e estabelecer relações com o mundo (construído e abstrato).

Em resumo, a complexidade (como proposta por Edgar Morin e Prigogine) se refere a um conjunto de eventos, principalmente aqueles ligados à área científica, que ocorreram no final do século XIX e que foram sendo debatidos, combatidos e assimilados no decorrer do século XX. Pode-se dizer que o que houve na realidade foi certo tipo de Revolução (como a que Popper salienta, 1976), pois foram quase três séculos de determinismo, racionalismo, univocidade, de concepção mecânica de mundo e, principalmente, da certeza que se transferia ao experimento científico; tudo isso cai por terra com as descobertas da própria ciência (Morin, 1999, 2000).

Não há uma lógica para estas relações aparentemente sistêmicas; isto é o que Morin (1999, 2000) denomina a *"ordem dentro da desordem"* ou a *"certeza da incerteza"*, e é justamente por este motivo que se chama complexidade. E é por isso que o espaço complexo é essencialmente importante; ele é a chave para se compreender uma dinâmica ainda maior, que justamente impregnou diversos setores da contemporaneidade (e se apresenta, coletivamente, com maior força no espaço urbano). Esta complexidade de corpos, idéias, intenções e proporções urbanísticas não segue nenhum modelo de pensamento ou tempo linear.

O modelo mental linear é necessário para lidar com os problemas mecânicos (abordáveis pelas ciências ditas exatas e pela tecnologia). Mas, como corrobora Mariotti (2007, p. 728) não é suficiente para resolver problemas humanos em que participem emoções e sentimentos.

A nossa percepção é uma representação mental do que está fora de nós. É o que se denomina de representacionismo. Em consequência disso, ao relatar a alguém o modo como percebemos o mundo, transmitimos o resultado de nossas percepções objetivas e estruturamos uma ordem na desordem. Por isso, diante do cenário de complexidade com que encaramos nossa vida, nossa posição na sociedade, e com que crescem os edifícios, serviços e bens de consumo no mundo, é preciso ficar atento a esta subjetivação que tanto traz diferença para a interpretação das estruturas arquitetônicas.

Apesar de a experiência cotidiana nos mostrar a cada passo que a percepção ocorre de maneiras assindéticas, a teoria representacionista – hoje sob crescente questionamento – continua a ser amplamente adotada. Em seu nome, as sociedades em que vivemos nos pedem que sejamos diretos e objetivos. No entanto, recentes descobertas da ciência cognitiva e da neurociência já revelaram que o mundo externo é percebido de acordo com a estrutura cognitiva

do observador e que percebemos o mundo segundo o modo como essa estrutura está preparada para percebê-lo, e não exatamente como ele é, ou seja, não objetivamente.

Aprender a repensar o tempo e o espaço, dentro de uma complexidade, significa renunciar a prefigurar inteiramente a imagem do futuro da cidade para retomar a compreendê-lo como uma emergência, um cenário aberto, um jogo em grande parte imprevisível, cujo resultado não pode manifestar-se por imposição de uma solução ou projeto imposto do exterior; para (des) estruturar os sistemas imbricados da complexidade, que tanto amparam as modificações presentes, é preciso se perguntar, dentro desta complexidade, de que cidade falamos. Ou seja: conceituá-la. *“Só pode se configurar a cidade de modo construtivo, por meio dos infinitos nexos, secretas conexões que poderão estabelecer-se no tempo entre todos os jogadores, que poderão e saberão participar dessa obra de construção”.*⁸⁷

2.1. CONCEITOS DE CIDADE



⁸⁷ DECANDIA, L. Op. Cit., p. 191.

Como dissemos anteriormente, conceituar cidade (ou, ao menos, debruçar-se sobre esta questão) é nosso interesse. O conceito de algo tem função mediadora, que organiza a ordem interna do discurso e alcança compreensibilidade. O jogo de comparação, escolha e exclusão entre conceitos é algo que institui a dinamicidade necessária à compreensão do tema, assim como a plasticidade da linguagem e a competência cognitiva humanas criam pontos de passagem e tradução entre os conceitos, facilitando sua transmissão.

Como no campo das pesquisas sociais e, mais especificamente, no urbanismo e na arquitetura o processo de questionamento conceitual é relativamente grande (pois envolve ciclos), partimos do pressuposto que a representação de cidade na atualidade formula conceitos ativos; nós não dizemos 'a cidade', mas 'fazemos' cidade (Lepetit, 2001, p.268).

Neste sentido, importa destacar o estado de indagação acerca do entendimento do que é o espaço contemporâneo, dada a relativização dos parâmetros de sua definição acumulados ao longo de construções e (des)representações de cidade. "*Como entender cidade, hoje?*", perguntou-se Araujo (2007, p.31) em sua tese recém defendida. Lepetit (2001, p.246) ofereceu esta resposta ao dizer "(...) *diante do nosso corpus de definições, isto não é cidade, mas sua representação*".

Para Mumford (1991, p.114), o conceito de cidade tem origem nas referências herdadas da aldeia Neolítica, associada ao nascimento e lugar, sangue e solo. As aldeias tornaram-se conglomerados que viraram cidades e fundaram as associações de funções dentro de uma área limitada. Já as cidades Medievais estabeleceram, definitivamente, as referências que organizam o modo tradicional de se conceituar cidade: concepção física e geográfica que reitera raciocínios de fixação, delimitação, pertencimento e exclusão. O desenvolvimento arquitetônico trouxe a preponderância de um olhar que manipula a forma física, convertida na materialidade de praças, ruas, casas e espaços de serviço, comércio e atividades civis e religiosas.

Como a prática assimila processos simbólicos e "*em todas as sociedades a humanidade tem existido em ambiente simbólico*" (Castells, 1995, p.395), admitimos que a problemática de se conceituar cidade, hoje, num emaranhado de estruturas estanques (como a ideia geográfica de cidade nos sugeriu) ainda não dá conta de sua complexidade. Motivos não faltam para esta inconsistência, mas o maior deles se relaciona ao domínio de novas entidades que são, de maneira heterogênea, assimilados – como é o caso da noção de limite.

Diante de uma abertura semiótica, passaremos a apresentar uma breve compilação de alguns maiores conceitos insurgentes para a cidade contemporânea, usando como base alguns dos trabalhos mais recentes de teóricos voltados a conceituar a cidade contemporânea (Ascher, 1998; Lévy, 2003, 1999; Mitchell, 2001; Virilio, 2001), como forma de delinear as conceituações mais assimiladas no período atual. A profusão de termos sinônimos e adjacentes (*cibercidade*, cidade-virtual, *videocidade*, cidade global, entre outras) tornou-se um turbilhão em que diversos contextos poderiam se tornar repetitivos. De forma a explorar aqueles que já houvessem contribuído – de alguma forma – com trabalhos que têm explorado um questionamento (legítimo) sobre cidade, procuramos nos situar no texto de nos conceitos mais gerais. Dentro do escopo de Araujo (2007)

selecionamos aqueles que realmente se destacavam pela assunção nas cidades que conhecemos (e imaginamos).

Desta forma, o reconhecimento desses conceitos fornece alguns insumos para uma discussão de fato maior e oportuna, sobre o tema que nos interessa: o processo pelo qual a conceituação decida, atualmente, nos permite observar uma gradual individualização dos processos de apreensão de cidade, devido a uma possibilidade de virtualização (fato inédito na história mundial). Esta virtualização, seguida de uma desconexão do sujeito com seu *locus* e de uma perda de referenciais, fabrica um fenômeno de busca de segurança nos elementos imateriais e – muitas vezes – ficcionados. Alguns pontos de semelhança e distinção auxiliam para incrementar o argumento de que cidade, hoje, é um valor efêmero em que a metrópole, o mundo e a rede global são gradações que formalizam um conceito ainda mais consistente: o 'entre'-mundo.

A metrópole mundial: Metápolis

1421

A Metápolis é mais uma das conceituações advindas com a proximidade do século XXI e com o avanço do sistema informacional e tecnológico. Desenvolvido por Ascher (1998), *Metápolis* associa a ideia de cidade a um conjunto de espaços em que a totalidade – ou quase – de habitantes, atividades e territórios está integrada ao funcionamento e ao desenvolvimento cotidiano de uma metrópole (em toda a extensão da palavra). Ser habitante da *Metápolis* é assumir as dimensões globais que cada metrópole carrega. Uma *Metápolis* é composta de espaços heterogêneos que englobam as zonas metropolitanas – diluídas entre o urbano e o 'extinto' eixo rural – divididos pela era pós-Revolução Industrial. Por isso, é um espaço de mobilidade. Para Araujo (2007, p. 45) “[é onde] as relações de proximidade em grande parte se dissolvem, pois ela [a metápolis] está conectada a múltiplas redes”.

Cidade Global

Dentro do mesmo panorama da Metápolis surge outro conceito para cidades contemporâneas: a Cidade Global. Sassen (1998), o construtor deste conceito, parte do pressuposto que na atual era econômica existem características distintas a serem observadas – a integração dos sistemas e a dispersão geográfica das atividades econômicas. Isso não significa que as cidades se tornaram obsoletas; elas continuam centrando funções de comando e agregando novas funções. Sendo assim, a Cidade Global funciona em rede, viabiliza um centro de comércio e possibilita o gerenciamento das atividades econômicas mundiais.

Cibercidades

Pierre Lévy (1999) confronta a visão de preponderância das atividades de ordem material (economia, comércio) com seu conceito de Cibercidade. Em seu livro 'Cibercultura' (Op. cit.) o autor coloca que o ciberespaço e a cidade convergem mediante articulações entre o funcionamento urbano e as formas de inteligência coletiva que se desenvolvem neste espaço imaterial, o ciberespaço. Estes dois elementos – território e inteligência coletiva compartilhada – se articulam de

tal modo a sublimar as formas territoriais de funcionamento das atividades cotidianas; há uma compensação da inércia e rigidez do primeiro pela flexibilidade em tempo real do segundo. Para Lévy (1999, p.37) “o ciberespaço é o espaço dos que habitam todos os meios nos quais interagem”. A Cibercidade não deixa de ser uma cidade em rede, uma Cidade Global, mas é compartilhada apenas no segundo elemento mencionado: o espaço da imaterialidade.

E-topias: cidades inteligentes

William Mitchell (2001) auxiliou a compreensão do mundo digital em plena expansão nos anos 1970 e alta difusão nos anos 1990 através de uma inovadora compilação de interpretações científicas que povoavam a literatura contemporânea. Ao sumarizar todos esses efeitos no desenvolvimento de uma nova cidade, ele a nomeou 'E-topia'. Não mais Utopia como Thomas Morus⁸⁸ batizou o Mundo Novo, nem Atopia como algumas previsões de teóricos como Marc Augé⁸⁹ ou Solà-Morales (1995) fizeram. A E-topia é uma cidade de foco ecológico, de economia global e de funcionamento inteligente no espaço. É, antes de tudo, uma forma de subsistência das cidades contemporâneas, que vivem a pressão de encargos mundiais e não mais locais. Dentro de um conceito evolutivo, as E-topias favorecem a:

1. desmaterialização: substituição de um serviço físico por um virtual (e.g. o sistema eletrônico de *home banking*);
2. desmobilização: eficiência maior de movimentar bits a movimentar pessoas;
3. personalização: as máquinas da era da informática garantem economias e atividades de adaptação inteligente e personalizada. Uma domesticação dos processos artísticos;
4. inteligibilidade: redução do desperdício favorecendo a clareza dos objetivos;
5. transformação gradual: evolução dos sistemas e lugares (físicos) de forma lenta e assimilativa. Em arquitetura, isso tem possibilitado o surgimento de bairros e cidades organizados no intuito de aproveitar as quatro primeiras oportunidades (de desmaterialização, desmobilização, personalização e inteligibilidade).

Para Mitchell (2001) essas são as características das novas cidades eficientemente inteligentes. No século XXI, urbanidade significa participar dos fluxos de informação; pensar mais na conectividade eletrônica do que na centralidade; colecionar menos objetos a agregar exaustos.

Em outro trabalho precursor, Mitchell (1995) explicita esta última informação: a E-topia é uma cidade formulada pelo advento dos BITS (unidade básica de armazenamento de informação, *binary digits*), livre, sem peso, sem materialidade a ser carregada, apenas armazenada. Ela reconfigura uma perda física de centralidade na cidade, transformando-se, ela mesma, no centro da cidade.

A rede é, portanto, o cimento para a construção da cidade de BITS. Esta cidade (manejada por indivíduos) compra e vende livros novos e antigos, emite cheques virtuais, transfere, compra roupas, acessórios, discos compactos e vinis, explora Gauguins, Picassos, La Goyas, obras raríssimas e esgotadas, visita monumentos, vai à Igreja, se gradua, enfim,

⁸⁸ MORUS, T. (1504). Utopia. E-book baixado em versão original e traduzida. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/utopia.html>>.

⁸⁹ AUGÉ, M. (1994). Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus.

move distâncias assustadoras sem sair do lugar. E com esta quantidade de funções as Etopias perdem os valores de recordação, usando sua memória como um objeto de relevância secundária; não há porque evocar lembranças se elas podem estar arquivadas em algum outro lugar – uma pasta de acumulação de BITS.

A visão dessas novas cidades institui a palavra *conexão* como motor de crescimento. E se dentro de tantas visões não é o concreto dos edifícios, nem o asfalto das ruas quem domina mas, sim, o corpo que flexibiliza as transformações, também este corpo se torna programável – com data e hora para se 'desconectar' – requisita constantes dispositivos de *upgrade* – assim como os ambientes que frequenta – e sucumbe à força de uma nova ditadura.

Diante deste quadro, não é por acaso que o cerceamento do conceito de Ambiência Urbana ainda esteja em aberto, mesmo após três décadas de teorização e estudo prático. Uma Ambiência se compreende (e surge) de forma sensorial; ela é a metáfora das representações abarcadas por quem nela transita e dos tempos que ela compõe. Se o tempo e as cidades passam a ser configurados por entidades alheias à contagem padronizada de horas, minutos e segundos, a interpretação de 'recordação' e 'esquecimento'⁹⁰ também se desarticula e compromete o reconhecimento da imagem atual de uma cidade e de suas Ambiências (quaisquer). Como defendemos, e traremos à tona em capítulo específico, a memória de um tempo é um registro flexível de espaço; ela (a memória), sempre evocada, traz à tona o que lhe convém no tempo presente e toma consistência na produção de uma imagem (espacial) futuro.

1441

Mas isto é produto de uma mente que vagueia, com seu corpo, por dimensões apreensivas. Desde o século XVIII, as cidades têm experimentado o apogeu do individualismo subjetivo, que Simmel (*Apud* Waizbort, 2000, p.311) distinguiu de duas formas: o individualismo quantitativo – decorrente da livre concorrência liberal (século XVIII) e o qualitativo – vindo da divisão do trabalho (século XIX). Para Simmel (*Id.*, *Ibid.*), foi na grande cidade moderna (final do século XVIII) que estas duas formas se encontraram e lutaram entre si. Assim, desde o século XVIII, o homem se 'viu' livre para opinar sobre seus rumos deambulatórios e construir lugares de pegadas mais ou menos intensas.

Com este gradual avanço na multiplicação de espaços experienciados e de conceitos de cidades (possibilitados por maior acúmulo de capital) e quantidade de experiências temporais, a cidade vivida deixou de ter uma imagem fixa e estanque. Este indivíduo, cada vez mais subjetivado e transitório, com nome completo, documento e vontade própria, firmou uma nova compreensão das necessidades incorporadas pela estrutura edificada de uma cidade, até uma completa

⁹⁰ Recordar não se confunde com memória (Nora, 1997). A memória é um processo que envolve as diferentes topologias (consciente, pré-consciente, inconsciente) e mecanismos (captura, "apagamento", inscrição, representação de traços) psíquicos. Memória é um processo complexo de inscrições no psiquismo dos traços retidos pela percepção. A recordação é uma das tarefas da memória - assim como esquecimento é outra de suas tarefas - sendo a denominação usual quando se pretende "fazer a memória trabalhar".

flexibilização dessa imagem (de cidade), que acreditamos possível pelo acesso irrefreado à informação e por um processo de valorização do foro íntimo: o sujeito e a possibilidade de virtualização de seu mundo, temas que entraremos nos capítulos seguintes, ainda como parte dos conceitos de vivência nas cidades contemporâneas.

2.1.1. Transitoriedade

“Estamos todos em perigo”.
Pier Paolo Pasolini

A noção de cidade passou por uma mudança radical no final do século XX. Após Aldo Rossi (1961), fomos induzidos a imaginar que é impossível uma cidade existir sem história. Há hoje uma vasta porção da humanidade para quem viver sem história não coloca nenhuma questão em especial, além das já amparadas pela complexidade.

Poderíamos ir mais além: viver sem história é uma aventura intrínseca, como sugerem Bauman (2005) e Koolhaas (2000). Esta observação deveria nos levar a revisar um certo número de dogmas ou teorias de arquitetura e urbanismo e, talvez, reexaminar a validade (ou não) de um dos mecanismos mais importantes para o século XXI: a tabula rasa, a idéia de começar do zero.

| 45 |

O máximo exemplo desta nova realidade encontra-se no Delta do Rio das Pérolas, na China, que Koolhaas identificou e investigou em *Mutations* (2001). O Delta não contém uma única cidade, mas um aglomerado de cidades, como Hong Kong, Shenzhen, Guangzhou, Zhuhai e Macau. A dimensão desta nova megalópole é avassaladora; ela começa sem referências históricas, sem diretrizes estipuladas pelo passado. Ela é marcada pelo valor da *transitoriedade* e da aceitação irrestrita. A real percepção é quase impossível, mas os números ajudam – todos os anos são gerados mais 500 quilômetros quadrados, uma cidade de torres, sem que nenhuma tenha mais de dez anos.

Nesta nova forma de cidade está desaparecida toda idéia de centro e a densidade será completamente disseminada (Koolhaas, 2000, p. 58). O mesmo autor cita alguns exemplos sobre isso:

(...) já não haverá a necessidade de haver um metrô ao lado de arranha-céus, ou um arranha-céu ao lado de outro: a internet e todas as formas de comunicação vão explodir e acabar com esse tipo de lógica. Poderemos ter uma povoação que tenha um arranha-céu de um lado e um campo de arroz do outro, sem que haja qualquer contradição entre estes elementos. São fenômenos que já se observam em certas cidades africanas, como Lagos, na Nigéria.

O tipo de identidade que esses agrupamentos poderão permitir constitui aspecto relevante nas projeções urbanas. As referências locais clássicas desaparecerão, entrando em cena, em parte, o conceito de cidade "genérica" que Koolhaas colocou como marco nas progressões da cidade cibernética, ainda no final do século XX (Op. cit., p. 59), em comparação com identidades demasiado fortes e demasiado confinadas dos períodos históricos antecedentes.

146



Fig. 2: Centro de Hong Kong, 2006. Fonte: <www.geocities.dubaimcau.com>.

De acordo com Bauman (1998) se os habitantes do período moderno concordam que a estranheza com o mundo é anormal e lamentável, e que a ordem do futuro (superior, porque homogênea) não teria espaço para o estranho, o mundo contemporâneo está marcado por uma concordância, quase universal, de que a diferença e a transitoriedade não são meramente inevitáveis, porém boas, interessantes e precisando de cultivo. *"Diferentes culturas e momentos fazem seus integrantes com diferentes valores, formas e cores, e isso é bom"* (Ibidem, p. 44).

Qualquer valor só é um valor – conforme Georg Simmel (1950) observou – graças à perda de outros valores, que se tem de sofrer a fim de se obter um bem maior. Entretanto, como assinala Bauman (1998, p. 10), *"você precisa sempre mais do que mais falta"*. Esta cultura de consumo resalta o que há tempos se defende, tanto por Baudrillard (1978) quanto por diversos teóricos,

como a *espetacularização* da vida cotidiana e a transitoriedade dos vínculos e do espaço, impressa pela valorização da imagem.

De forma bastante apropriada, a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto de desvalorizar a lembrança do valor de uso, uma sociedade em que “a *imagem se tornou a forma final da reificação*”, como observou Guy Debord (dentro dos escritos Situacionistas da década de 60).

A consequência disto tudo é que, por mais excitante que seja essa incorporação, do ponto de vista das Ambiências – nessa paisagem urbana produzida – torna-se cada vez mais difícil exigir um produto arquitetônico de valor associativo à comunidade, às experiências e ao valor do *tempo*.

Podemos utilizar a metáfora da fotografia: o que queremos consumir está na planície da visão, na *superfície* das formas. Não consumimos os edifícios, que atualmente mal digerimos por conta da velocidade nas vias expressas; consumimos imagens, que se deslocam imaterialmente com as necessidades de consumo. Consumimos a transitoriedade e a mobilidade. Pode-se dizer, então, que a arquitetura atual, no fim das contas, é propriedade dos críticos e torna-se textual em vários sentidos, além de narrar um tempo outro que o seu.

O exemplo de cidades, como Macau ou Hong Kong, revelou que a instabilidade e a complexidade das novas formações urbanas – e consequentemente da formação de novos tipos de Ambiências – permitem que se possa conceber um plano urbanístico sem configurações definitivas a serem mantidas durante 20 ou 30 anos, o que exige novas chaves para a interpretação da arquitetura.

| 47 |

Por outro lado, deve-se levar em consideração o fato de que nem os conhecimentos teóricos, nem os valores éticos transmitidos de uma geração a outra são adequados à interpretação e ao tratamento das grandes mutações urbanas ocasionadas por fenômenos tão intensos de transitoriedade, o que coloca a relação entre ética, estética e planejamento numa outra perspectiva de abordagem.

O recurso ao passado (não fixo) da cidade oferece elementos para a definição de problemas a serem solucionados, como uma espécie de catálogo, cujos elementos podem indicar uma rota de leitura.

Através do conceito de Memória do Futuro, que apresentaremos como resposta à transitoriedade das cidades, poderemos buscar nos relatos deste *passado-presente-futuro* uma cidade nunca perdida, antes, arquivada em uma das ‘pastas dinâmicas’ construídas para suportar a mobilidade de homens e cidades. Isto posto, parece claro não existir concordância quanto ao passado da memória, ao presente descrito e narrado e ao futuro da imaginação e de qualquer cidade no mundo. Não há, para nós, outra forma de análise que a via da virtualidade.

2.1.2. Virtualidade como Tensão de Possibilidades

[O QUE É VIRTUAL]

*Virtual: Que existe como faculdade, mas sem exercício ou efeito atual; **potencial; possível**; susceptível de se exercer ou realizar; analógico.*

Um dos temas responsáveis pelos debates mais instigantes em nosso final de século é o da virtualidade. *Virtual* é um dos termos mais usados para a descrição de construções e organizações nas cidades Global, dos BITS e na Metápolis. Este termo se engendrou definitivamente com a concretização de uma oposição corrente entre *digital e analógico* (que por sua vez vem a ser um dos atributos da virtualidade).

Por analógico entendemos todos os sinais que sofrem variações ao longo do tempo, apesar de contínuos; a confiabilidade na potência do sinal é sempre duvidosa, pois opera por variáveis (ora muito alto ou baixo, ora muito intenso ou vago). Já por digital entendemos tudo o que se converte em operações binárias e precisas (os sinais são exatamente da forma como sua origem predeterminou). A dissociação de 'virtual' com o mundo digital só é compreensível atentando para estas explicações. Preliminarmente, nada é mais instável que a virtualidade.

1481

Diante disso, podemos dizer que são virtuais os nossos universos, realidades e comunidades; encontros, sexo e relacionamentos; empresas, amigos e animais de estimação. Sendo um conceito de utilização tão ampla, seria natural que seu significado divergisse, para conter tal gama de categorias. Mas afinal, o que é o virtual, de forma prática? Muitas propostas e definições lingüísticas são apresentadas para tentar abarcar esta diversidade.

Sob certo ângulo, as linguagens apresentam-se como ferramentas não neutras de interação com o que é externo ao intelecto, carregando uma concepção mutante de visões de mundo, preconceitos, conhecimentos e ideias. A construção de significados é constante e obedece a uma dinâmica similar ao da conceituação de cidades.

Mas, diferentemente das estruturas edificadas, as palavras podem continuar iguais (exatamente *ipsis literis*) e assumir significados diferentes para grupos e coletividades distintos, dividindo, dissolvendo, destruindo e reconstruindo suas significações de acordo com a direção assumida por este complexo caótico de tendências. O 'Efeito Babel' na linguagem tem, portanto, uma ação de 'balcanização' de significados – para utilizar uma palavra recentemente cunhada – que não contribui para a epistemologia do objeto de estudo.

Nosso objetivo neste capítulo é apresentar algumas das visões de virtualidade na atualidade tentando captar a direção que assume o seu significado, e contribuir para a cartografia semântica do virtual e de sua associação com os novos conceitos de cidade e – enfim – de manipulação da memória.

DELINEANDO O VIRTUAL

Antecipando o assunto proposto no capítulo 3 (análises), devemos dizer que ao começar nossa defesa da existência clara de uma Memória do Futuro e de ser, ela, a concatenadora de uma Cidade 'entre', Lévy (1997, 1999, 2004) foi um dos primeiros autores a corroborar com nossa visão, além de textos produzidos em consonância por outros autores (Benedikt, 1991 e Batchen, 1998). A discussão sobre os novos caracteres espaciais, afetados pelas tecnologias da informação e definitivamente agregados a nomenclaturas expoentes trouxe a dúvida, primeiramente, do que era *virtual*. E ao debruçar-nos sobre o tema, descobrimos que o *virtual* era a brecha de um espaço (intangível, mas possível) conformado por inúmeras possibilidades temporais; virtual é o mundo que tentamos acompanhar e ele é feito por experiências agregadas com o tempo. *Virtualidade* é uma qualidade que extrapola o acontecimento no plano real, ou seja, é a vivência com um tipo de memória disposta por várias passagens, inclusive – e principalmente – as visões de futuro.

As definições vernaculares, enquanto palavras impressas e cristalizadas, não são, para o vocabulário contemporâneo, fontes de referência seguras. Mas são bons pontos de partida.

A palavra *virtual*, que vem do latim medieval *Virtuale* ou *Virtualis*, tendo mantido seu radical no latim *Virtus* (que significa virtude, força, potência) – é apontada na língua portuguesa, entre outras definições, como:

1. o que existe como faculdade, porém sem exercício ou efeito atual;
2. que não existe como realidade, mas sim como potência ou faculdade;
3. o que é suscetível de se realizar, potencial, possível;
4. que equivale a outro, podendo fazer as vezes deste, em virtude ou atividade;
5. o que está predeterminado, e contém todas as condições para sua realização.

Na acepção anglo-saxônica, um apanhado de definições da palavra virtual a define como:

6. algo que embora não exista estritamente, existe em efeito;
7. algo que é tão próximo da verdade que para a maioria dos propósitos, pode ser considerado como tal;
8. algo que existe em essência ou efeito, embora não seja formalmente reconhecido e admitido como tal;
9. algo cuja existência só pode ser inferida por *uma evidência indireta*;

Estas definições, apesar de bem sucedidas na tarefa de situar o *virtual*, nos levam, frequentemente, a contradições; quando nos deparamos com os exemplos práticos de utilização, observamos a extrapolação e construção *ad hoc* de novos sentidos e podemos observar um agrupamento dos exemplos num conjunto mais ou menos definido de categorias, que por vezes se relacionam com os enumerados acima. Antes de analisarmos as vertentes do virtual, é oportuno situar algumas contribuições significativas de estudiosos contemporâneos.

Lévy (1997) é um dos autores mais importantes, ao menos academicamente, na construção e estudo do significado do virtual. O autor nos apresenta uma interessante concepção de virtualidade; para começar, Lévy (Op. cit.) *desmistifica uma falsa oposição entre o real e o virtual. Virtual, deve ser considerado como algo que existe em potência: "complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer (...) a atualização."* (Lévy, 1997, p. 16).

Neste sentido, o *virtual* se oporia ao atual (e, por conseguinte, se manifestaria como ele próprio); o movimento de atualização seria como a resolução constante do nó de tendências que constitui a virtualidade; a solução assumida a cada momento pelo que potencialmente a entidade pode ser.

O real, por sua vez, assemelhar-se-ia ao tangível ao nível filosófico; este que *"já está todo constituído, mas permanece no limbo. O possível se realizará sem que nada mude em sua determinação ou natureza. É um real fantasmático, latente. O possível é exatamente como o real, só lhe falta a existência"* (Lévy, 1997, p. 16).

1501

Neste ponto, começam a aparecer contradições. Será o possível um "real latente"? Esta idéia, creditada por Lévy (Op. cit.) a Deleuze (1968, p.169-176) soa estranha. O tangível é tão problemático e reconfigurável quanto o virtual; igualmente não acontece sem que sejam descartadas – pelo tempo e rumo dos acontecimentos – as diversas outras possibilidades excludentes que se afiguram a partir de uma dada situação inicial. *E só se atualiza no futuro* – enquanto presente imediatamente posterior – aquilo que, a partir das condições momentâneas e igualmente dinâmicas do problema atual, se mostra possível, passível de acontecer (Deleuze, 1968). O caráter dinâmico do virtual e o estático do possível são construções arbitrárias.

Da definição de Lévy (1997), poderíamos supor que o virtual *nunca acontece no atual*, nunca é manifesto. Como diz, faz parte do pólo do latente, responde ao atual. Mas, se analisarmos esta concepção em última instância, *só o atual apresenta existência*, na sua mutabilidade deslizando no tempo. Daí, poderíamos concluir que o virtual *não existe no agora*; é a gama reconfigurável de *possíveis* resoluções de um problema. E isso excluiria grande parte da aplicabilidade atual do termo virtual, mesmo se considerarmos a existência em um sentido lato.

Mais adiante, para sustentar seus exemplos subseqüentes e tentar ampliar a aplicabilidade de seu cabedal teórico, Lévy (1999, 2004) se rende e reconhece características de um virtual mais próximo do senso comum, embora não coerente com sua própria definição: Virtual seria aquilo que *apresenta um desprendimento do aqui e agora*, ou talvez o *que não está presente* (Lévy, 1999, p.19).

Espaços virtuais ampliam e amplificam o intelecto, mas em última instância, mesmo que extrapolado em suas possibilidades interacionais com as coletividades, este mesmo intelecto continua a sediar a consciência.

Por este motivo, o *virtual* não está agregado a uma vivência em rede de computadores, ou a uma manipulação tridimensional em programa de interface gráfica. Pelo contrário, foi o termo absorvido pela computação e não o contrário. Tantas cidades (entre elas *Utopia*, de Thomas More e as *Invisíveis*, de Calvino) foram virtuais. A Cidade 'entre' é virtual.

Outro efeito apontado pelo movimento de virtualização por Lévy seria o *Efeito Möbius*, ou a inversão entre externo e interno, privado e público, próprio e comum (Op. cit., p.24-25). Neste ponto, podemos abandonar a crítica e reconhecer no movimento virtualizante uma extrapolação dos estados internos das entidades estudadas, sejam pessoas ou organizações, e uma interiorização acentuada, enquanto possibilitada pelo acesso às informações das situações coletivas e externas.

Para ampliarmos a utilização e evitarmos as contradições, poderíamos modificar a concepção original do virtual de Lévy (1997), para que defina uma atualidade mutante e engendrada em vários tempos. Desta maneira, estaríamos nos aproximando de sua nova amplitude. Se as recordações carregam em si suas virtualidades, podemos concordar com o autor que elas são *constituídas* destas. O *virtual* pertence, então, ao pólo do possível, porque denota o quanto algo pode ser naquele momento. Ele trabalha, exatamente, a noção de 'entre', através do congregação dos tempos, que é a noção de Memória do Futuro.

Outro autor dialoga com Lévy (1997) ao expressar as possibilidades de humanização e subjetivação contidas no movimento geral de virtualização contemporâneo; Guattari, em *Caosmose* (1992, p. 51), já lançava as bases das ideias acima, que posteriormente foram desenvolvidas por Lévy (Op. cit.). Ao descrever o conceito de máquina, argumenta que ela está sempre em situação de complementaridade com elementos exteriores (o homem que a fabrica outras máquinas atuais e virtuais) que, em última instância, acarretam um processo autopoietico, que ocorre por meio de desterritorializações.

1511

Neste ponto, Guattari (1992) é taxativo quanto ao futuro da virtualização do mundo: ou caminhamos para "*a criação, a invenção de novos Universos de referência*" ou, no sentido inverso, conseguimos a "*mass-midialização embrutecedora, à qual são condenados hoje em dia milhares de indivíduos*" (Guattari, op. cit., p. 15-6). Sensibilizar-se, criar estratégias de fuga e recompor-se na cidade contemporânea são as máximas da positividade, que defendem a ideia da cidade 'entre'.

Virilio (1993) também contribui com este debate ao mencionar uma "implosão do espaço-tempo", que seria a principal responsável pela crise da percepção destas duas dimensões ontológicas e por sua conseguinte mutação. O arquiteto e urbanista francês, em seu livro *O espaço Crítico* (1993, p. 8-9), argumenta que vivemos na contemporaneidade um rearranjo da Cidade, a partir do que denomina "ruptura de continuidade" e que se descobre em, pelo menos, três aspectos: necessidade de abstração [1]; domínio das questões representacionais [2]; movimentação do homem por diversas esferas do tempo [3].

Se, por um lado, o contato com o *virtual* nos distancia do encontro físico, da contemplação ininterrupta e da vida socializada ao extremo, por outro lado, ele possibilita a incursão por dinâmicas espaciais de grandeza infinita, pois operam nos riscos da imaginação.

Muito do que poderíamos utilizar para apresentar um resultado final, uma definição comum, está espalhado ao longo do texto. Também podemos observar a incoerência e dificuldade de procurar uma definição estrita. Podemos, entretanto, a partir do que observamos, dado que estamos tratando de explicitar a acepção de utilização corrente, sugerir as seguintes propostas:

Virtual: É a descoberta do possível, daquilo que pode existir em tempos congregados.

Virtualidade: Qualidade de entidade que denota seu grau de extrapolação do concreto; ou grau de rompimento com as formas tradicionais de ser e acontecer.

Para que a virtualidade corrobore com a imagem produzida e a forma de experimentação das cidades contemporâneas, recorreremos a um assunto já mencionado e crucial na produção de cidades imateriais: a subjetividade, fato inerente à evolução humana.

1521

2.1.3. Subjetividade: uma recorrência à vida sensível?

A figura do homem Vitruviano, pintado por Da Vinci em torno de 1490 (uma experiência de desenho inflamada pela descoberta do Tratado de Vitruvius em 1415), não valora há bastante tempo no mundo contemporâneo ('datado' por volta da última década do século XX). Em seu lugar surge um habitante muito mais próximo de um *Avatar*⁹¹ do que do Humanismo da era Renascentista.

A comunicação de nosso corpo com o espaço e o tempo é o que tem motivado a maior parte das incursões na teoria arquitetônica sobre o futuro das cidades. Se na cidade dos BITS Mitchell (1995) já articulava as redes informacionais com uma região visível do espaço (pois mesmo na imaterialidade, certa materialidade precisa existir), em futuros possíveis a dissolução das fronteiras trará novas formas de socialização nas cidades e estas serão baseadas pelo tempo dos objetos:

⁹¹ Avatar: termo em sânscrito que denomina a manifestação corporal de um ser imortal (segundo o Hinduísmo). Em correlação, avatares são figuras gráficas que podem atuar, movimentar-se e relacionar-se como outras máscaras digitais numa virtualidade tridimensional.

Vivemos o tempo dos objetos; quero dizer, existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente. Atualmente, somos nós que os vemos nascer, produzir-se e morrer, ao passo que em todas as civilizações anteriores eram os objetos, instrumentos ou monumentos perenes, que sobreviviam às gerações humanas. (Baudrillard, 1995, p.15).

Esta mutabilidade e larga produção de objetos, coisas para auxiliar a 'máquina das cidades', faz com que nossa noção de consumo e de tempo também se minimize. O perecimento das coisas passa a representar a fratura dos sistemas e todas as áreas adjacentes à formação de uma cidade (sua arquitetura, geografia, pessoas, laços afetivos, sociais, culturais) se subjugam a isso e conformam as novas subjetividades imperantes no século XXI.

A subjetividade é o mundo interno de todo e qualquer ser humano. Este mundo interno é composto por emoções, sentimentos e pensamentos. Através da nossa subjetividade construímos um espaço relacional, ou seja, nos relacionamos com o "Eu" ou com o "Outro".

A Subjetividade é entendida como o espaço íntimo do *indivíduo* (mundo interno) com o qual ele se relaciona com o mundo social (mundo externo), resultando tanto em marcas singulares na formação do indivíduo quanto na construção de crenças e valores compartilhados na dimensão cultural que vão constituir a experiência histórica e coletiva dos grupos e populações.⁹²

1531

Nossas discussões neste capítulo margeiam, exatamente, pelas considerações sobre que tipo de praticante e de subjetividade podemos falar, atualmente. Num mundo em constante oferta de dados informacionais e de necessidade por respostas imediatas, concluímos que as identidades e subjetividades produzidas – assim como o vínculo exercido pelo tempo e espaço com os acontecimentos usuais – ficam reféns de necessidades outras, que tornam o objetivo final (ser) mais importante do que o processo (por que ser).

É fato que a capacidade de absorver o novo traz a permissão de uma 'aventura da subjetividade', mas esta aventura está consideravelmente relacionada aos produtos que a cidade (como obra construída) oferece a seus usuários; estes, em contrapartida, se absorvem dela e constroem, como cremos, relações de reciprocidade. Jeudy (2005, p. 84) coloca que "(...) a proliferação de subjetividades permanece inesgotável por nunca se sujeitar a uma ordem semântica que lhe seria imposta previamente" e, por isso, o surgimento de individualidades e novas formas de interação

⁹² ABBAGNANO. Dicionário de Filosofia, Martins Fontes São Paulo 1998.

com o ambiente produzido também se utilizam da subjetividade (na contemporaneidade) como estrutura de interlocução social.

A relação estética que nós mantemos com o mundo, ou que o próprio mundo provoca, essa relação movimentada, sempre incerta, tem como origem a experiência cotidiana da cidade. E nosso corpo ora se inscreve no espaço público, ora joga com uma certa distância desta pluralidade de pontos de vista. Pois é justamente a nossa subjetividade que não pára de construir anamorfoses na cidade, ao se dispor a suportar alguma perturbação em seus hábitos de representação (Op. Cit., p. 84).

Como estrutura interna e relacional, falar de subjetividade é também falar do corpo. E, como discutiremos no capítulo 2.4.1 a relação do corpo na cidade, dentro de um viés experimental, deixaremos para o presente capítulo as discussões de ordem interpretativa e narrativa do termo *subjetividade*, matéria de interesse para categorizar o homem habitante da cidade contemporânea que nos auxiliará com a metodologia desenvolvida nesta pesquisa.

1541

Historicamente, o termo “moderno” tem origem em séculos bastante anteriores a sua eclosão, no entanto, o que Habermas (1984) chamou de “projeto da modernidade” consolidou-se, somente, durante o século XVIII. Acreditava-se que o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente conduziria à emancipação humana. O domínio científico da natureza, pelo homem, anunciava o almejado atendimento das necessidades básicas, a vitória sobre a escassez e as calamidades naturais. Tratava-se de subordinar a natureza ao controle humano ou, nas palavras de Giddens, constituir “o domínio humano do mundo natural” (Giddens, 1991).

O pensamento Iluminista ‘esposou’ o progresso. Sob este ideário, floresceram doutrinas de igualdade, liberdade, crença na inteligência humana e na razão universal. Com maior ou menor ênfase, embalava-se o otimismo de que as artes e as ciências poderiam promover, não somente o controle da natureza, como também a compreensão do mundo e do “Eu”, a evolução moral, a justiça, e até a felicidade dos seres humanos.

O homem era concebido como fonte de suas representações e de seus atos, seu único fundamento. Como cita Mancebo⁹³, “o moderno surgia, idealizado como aquele que não

⁹³ As idéias centrais neste parágrafo foram retiradas da tese "Modernidade e Produção de Subjetividades: gênese e desenvolvimentos atuais", defendida em outubro de 1999, como um dos requisitos para o concurso de Professora Titular de Psicologia do Departamento da Psicologia Social e Institucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por Deise Mancebo.

concebia mais receber normas e leis nem da natureza das coisas, nem de Deus, mas que pretendia fundá-las, ele próprio, a partir de sua razão e sua vontade”.

O século XX, no entanto, trata de desmoronar a recém engendrada cultura de manutenção de subjetividades como depósito de um simples mundo 'interno', citado por Mancebo⁹⁴ como um

“sanduíche histórico”: um tríptico iniciado por uma “era de catástrofe”, compreendidas aí as duas guerras mundiais, seguida de uma “era de ouro”, aproximadamente vinte e cinco anos de crescimento econômico e transformação social; terminando com um “desmoronamento” dos sistemas institucionais que, anteriormente, preveniam e limitavam o barbarismo, um melancólico fim, cujo futuro apresentava-se problemático e incerto. Um retrato de século que deita por terra o otimismo do projeto do Iluminismo, e mais, levanta a suspeita dele voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome de uma subjetividade.

De maior importância para este trabalho, a própria dinâmica de fomento das subjetividades também suscita análises diversas e, não raramente, opostas. Alguns percebem nela uma dinâmica de emancipação, intrinsecamente solidária aos demais valores da modernidade, enquanto outros, ao contrário, consideram sua dinâmica como mera pseudo-emancipação, destruindo, na realidade, um certo número de valores especificamente humanos.

151

É importante frisar que, neste contexto histórico, a questão da subjetividade estava muito direcionada para a noção de individualidade, idéia rechaçada com as primeiras mudanças na cidade pós-moderna e no advento do período contemporâneo.

À sombra das modificações profusas e aceleradas no espaço físico urbano, também as individualidades tenderam a diminuir e dar lugar a um tipo de subjetividade que esbarra na definição colocada no início deste capítulo: a idéia de uma construção relacional, histórica e coletiva do “Eu”, mas que se estabelece sob supervisão, em constante retaguarda. Isso significa dizer que algumas questões cruciais surgem, hoje, para aparelhar a noção de individualidade, que como cita Haroche,⁹⁵ baseiam-se no

(...) papel do espaço como elemento decisivo de solidez na construção e na formação da identidade, e na valorização e aspiração à estabilidade. O recuo contemporâneo da função do espaço parece, portanto, suscetível de acarretar uma transformação mais ampla dos modos de subjetivação, dos próprios tipos de subjetividade e, além destes, talvez dos funcionamentos psíquicos: uma incerteza ampliada, um desarvoramento

⁹⁴ Op. cit., pp.2-15.

⁹⁵ Prefácio do livro de Claudine Haroche, 2008, publicado no Brasil sob título 'A Condição Sensível', 2008. Texto gentilmente cedido pelo Prof. Dr. Robert Pechman.

profundo, uma angústia difusa, um sentimento de despossessão de si, uma confissão de impotência e de desconfiança em relação a si mesmo e aos outros.

A separação dos indivíduos no espaço (essa 'diáspora eletrônica' da contemporaneidade), como comenta a Haroche⁹⁶, acompanhou e talvez tenha permitido uma concepção de sujeito que se define – ao menos no ocidente – por uma propriedade que supõe a delimitação de si conforme hábitos que implicam o auto-controle, a postura, a polidez, a honra, “*esses usos que ocorrem em um espaço de formas de mediação [e] são, na modernidade, progressivamente tidos como direitos*”.

Ocorre, com isso, uma transformação na questão dos limites do “Eu” e do corpo, e, além disso, a própria capacidade de imaginar e de representar. Quando se esvaem as fronteiras entre o homem exterior e o interior, entre a coletividade e a individualidade, surge a ‘familiaridade’, a sensação de que o mundo compartilhado ‘em todo lugar’ é permissível, é público e é, como nomeia Haroche (2008), indiferente.

1561

A ignorância dos limites, sua rejeição ou mesmo sua denegação levam a interrogar os efeitos de sua ausência: o sentimento de um algo indomável que é interior ao sujeito, mas igualmente acarretado por um exterior que se revela, cada vez mais, imaterial e virtual, implicando volatilidade, liquidez, fluidez dos laços, suscetíveis de conduzir, enfim, ao apagamento dos limites do indivíduo, que passa a flutuar em um estado de sensação permanente. O estado de fluidez que hoje incorpora as sociedades contemporâneas, o mundo, pode, ao fim e ao cabo, acarretar estados de indistinação, de indiferenciação entre um real e outro, entre os corpos, os eus e, por fim, entre o real e o virtual, para atingir, assim, a vida da representação.⁹⁷

Este ‘funcionamento’ das subjetividades contemporaneamente é algo inédito na história mundial, pois oferece uma delimitação de profundidades que surge para estruturar as formas de convivência com o “Outro” na cidade. Como há sempre uma meta a ser atingida na inter-relação com outras pessoas (isso, em qualquer período histórico), porém tomada de uma ‘liquidez’ das relações (como colocou Bauman, 2005), as estruturas de relacionamento e de permissividade da sensibilidade são re-estruturadas (e de certa forma, enfraquecidas) diante da incorporação de um ritmo acelerado de vida:

⁹⁶ Op. cit., p. 2-3.

⁹⁷ Op. cit., p. 3.

As formas conhecidas e reconhecidas de estabilidade, fixidez, ancoragem psíquica e emocional, enraizamento psíquico e subjetivo no espaço, são perturbadas, acarretam uma ausência de enquadramento espacial, de limites, e provocam um desenraizamento subjetivo (Legendre, 2004). Esse processo paradoxal tende a um empobrecimento, a um estreitamento e, mesmo, a um apagamento do espaço interior no individualismo contemporâneo: tende, com efeito, a exteriorizar, a setorizar na superfície o homem interior, fazendo-o desaparecer, e, no mesmo movimento, a estender e a intensificar as sensações – ou então a transformar radicalmente as maneiras de sentir, a enfraquecê-las pela submissão ao ritmo de um consumo acelerado e contínuo.⁹⁸

As maneiras de sentir refletem, igualmente, um estado dado das condições de sensorialidade: elas induzem, a partir de formas sensoriais inéditas, transformações profundas nos processos de subjetivação e nos tipos de personalidade. Bauman (1998) corrobora com isso, ao afirmar que a desterritorialização da vida social conduz a uma fluidez do indivíduo, fluidez esta que compartilha a desmaterialização da coletividade.

Novos e antigos “aparelhos” concorrem na “costura ideológica” desse cotidiano administrado. A comunicação televisiva (visual e estereofônica), especialmente, tem exercido um papel de centralidade nos modelos de regulação deste século. Através de imagens/sons/informações padronizadas, com conteúdos lúdico-culturalistas, ou seja, produtos híbridos de entretenimento e de referências à cultura burguesa clássica, o *socius* vai sendo organizado e organizando seus cidadãos em ‘camadas’, ou platôs, como sugeriram Deleuze e Guattari (1995).

1571

Haroche⁹⁹ interpreta essas ‘maneiras de sentir’ pelo olho e pelo ouvido como uma história que se revela através de uma hierarquização dos sentidos e “(...) que se traduz pela predominância e acuidade de certos sentidos sobre outros. O tato se constituiu, juntamente com a audição, no sentido mais importante durante a Idade Média. Hoje em dia, na modernidade contemporânea, ele se perfila atrás da visão e da audição.”

Neste ponto, poderíamos relacionar a subjetividade na cidade contemporânea com a imagem de uma das gravuras de Escher, produzida em 1939 e intitulada “Evolução II”; esta imagem revela quatro traços essenciais: [1] um sistema de figuras que evolui numa progressão aritmética, sem nunca acabar, ou cansar-se de evoluir, ou mesmo sobrepor ao outro; [2] cada sistema de figuras é o ‘fundo’ do outro, ou seja, dentro da teoria gestaltiana assume *duplo valor e duplo significado* - suscita interesse e provocação; [3] as três ordens de figuras (em preto, cinza e salmão) são complementares, ou seja, não são vistas ao mesmo tempo: ou se enxerga uma ou outra e há sempre alguma para se enxergar; [4] as figuras (com suas formas de lagarto) sugerem complementaridade mas nunca se interpolam, nunca se justapõem.

⁹⁸ Op. cit., p. 4.

⁹⁹ Capítulo 12 do livro de Claudine Haroche, 2008.

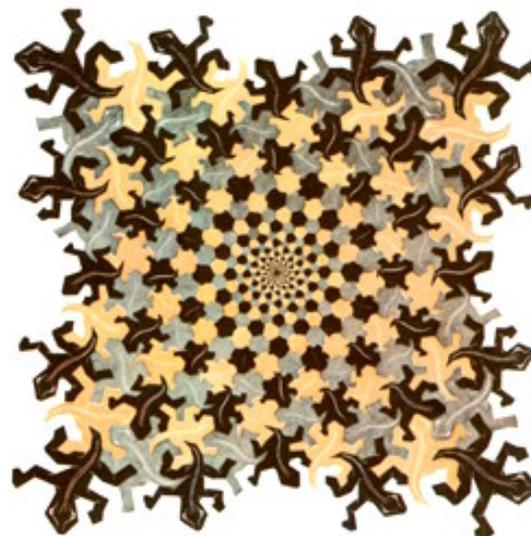


Fig. 3: "Evolução II", de Escher. Simulacro da noção de subjetividade na contemporaneidade.
Fonte: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/seminario/escher/prosto.html>>.

1581

Chegamos, portanto, a um ponto bilateral: por um lado, toda a gestão do *socius* indica a diluição das identidades modernas e possibilidades múltiplas de auto-organização das subjetividades, por outro, as pessoas, cada vez mais, pensam como seres individuais, independentes e únicos, separados uns dos outros por uma espécie de muro invisível.

Trata-se de um paradoxo ainda maior, próprio ao momento histórico que vivemos – designado por uma dinâmica de (pós)globalização. Nesta dinâmica, abrem-se outras condições de produção e reprodução material e imaterial; a vivência do tempo e do espaço encontra possibilidades desconhecidas. No entanto, nesse complexo sistema, assistimos a uma multiplicação das condições de integração e fragmentação e dela participamos.

A multiplicação dos contatos e relações, virtuais ou não, ao mesmo tempo em que podem auxiliar a promover a tolerância e o respeito à alteridade, suscitam o antagonismo, já que usualmente se deparam com diversidades, alteridades, desigualdades, tensões e contradições. Deste modo, mesmo contemplando o seu contraponto, persiste na atual conjuntura, como modo hegemônico de subjetividade, esse estado de "individualismo puro", com o qual temos nos deparado. Devemos atribuí-lo à "natureza indomável do homem", à fragilidade estrutural das regras normativas da sociedade atual, à precariedade ou ausência de normativas ou a um generalizado "mal-estar"?

Por certo, a vivência humana e o desenvolvimento de subjetividades não correspondem mais à noção do indivíduo, tal como foi pensada em qualquer das concepções vigentes no despertar da modernidade (como comentamos anteriormente). Cremos que, da forma como instaurava-se outrora, não haveria mais possibilidades para sua manifestação. Particularmente, a heteronomia e a alienação passam a caracterizar o indivíduo contemporâneo, 'maculado' em sua subjetividade, transitório em seus acontecimentos, complexo em seu *modus vivendi*.

E é a partir das considerações tecidas neste capítulo que introduziremos, no próximo, a noção de Cidade 'entre' para, finalmente, incorporarmos o papel e a noção de Memória do Futuro.

2.2 CIDADE 'ENTRE': uma outra abordagem de cidade



No princípio de *experiência* está instaurado o princípio de mobilidade (do corpo e da mente). Não queremos dizer, sobre mobilidade, de um movimento direto, sincrônico e harmonioso do corpo. Ao pensarmos no movimento dos corpos (pela cinestesia), não importa que o indivíduo possa correr com suas pernas ou sobre cadeiras de rodas, importa, sim, que a tomada de posição de seu corpo desempenhe o papel crucial de auxiliar a interpretação de mundo (Hall, 1990).

1591

Tomemos por base a definição: *Cinestesia* diz respeito à senso-percepção dos movimentos corporais em relação ao ambiente a sua volta. Estão envolvidos muito mais do que os 'cinco sentidos' pregados comumente: há também o sentido da percepção de movimento, de peso, de resistência e posição do corpo provocado por estímulos do próprio organismo. Antes de tudo, *Cinestesia* é uma percepção de *movimento*. É causada pela sensação em nosso ouvido interno (labirinto), que nos dota de equilíbrio e nos dá uma dimensão espacial quando estamos em movimento.

Em Programação Neurolinguística (PNL) a palavra cinestesia é utilizada com uma outra acepção. Entende-se que cinestesia é um tipo de propriocepção (sensação de movimento corporal), estendida para todo tipo de sensação corporal, incluindo as viscerais, musculares, esqueléticas e neurológicas.

Estado cinestésico, em PNL, é aquele estado onde o indivíduo está intensamente ligado ao que sente dentro de si mesmo, seja de maneira objetiva (o seu corpo, o que cheira, toca, sua sensação de peso, temperatura, tensão muscular) ou subjetiva (o que imagina neste tipo de percepção). Isto é, aquele estado onde sua consciência está focada nas sensações proprioceptivas, gustativas, olfativas e táteis. Focar a cinestesia, podemos dizer, significa orientar-se para uma compreensão do corpo em movimento

com o mundo e consigo. Mas, evidentemente, a cinestesia clama por uma liberdade de ação dentro do espaço de atuação dos corpos: as cidades.

Por que falamos em movimento, cinestesia e experiência é justamente o mote por que defendemos – como outros teóricos, entre eles Certeau, 1994, 1980; Castells, 1995; Soja, 1996; Mongin, 2003 – a existência de cidades imateriais que assumem a coesão de imagem de cidade contemporânea. Como as imagens são geralmente consumidas em movimento e em velocidade, podemos dizer que para se formular uma cidade imaterial é necessário agregar valores de diversas esferas do urbano e, ao mesmo tempo, ser um cidadão que absorve os caracteres do espaço físico como matéria, e não como abstração – como em qualquer época da história.

Bergson (1990, p. 2), ainda no prefácio de sua obra seminal *Matéria e Memória*, coloca que "(...) a matéria, para nós, é um conjunto de 'imagens'. E por 'imagens' entendemos uma certa existência que é mais do que aquilo que o idealista chama uma representação". Ao descrever que a seleção de imagens para representação é papel do corpo em sua interferência com o mundo, e que o reconhecimento das imagens é papel da memória, Bergson (Op. cit.) acaba por alavancar a hipótese de nossa tese, cooperando para uma linha investigativa que associa a Memória do Futuro com o papel da Cidade 'entre' em sua estruturação de mundo nas novas dinâmicas espaciais.

161

O papel desta dinâmica espacial, como cinestesia (que incorpora o movimento do homem no espaço habitado), é fatalmente mais uma categoria de análise para a formulação de interações – uma via de mão dupla – entre praticantes da cidade e a cidade em si. É também, por retro-alimentação, um definidor de Ambiências.

Ainda sobre a cinestesia, é Bergson (1990, p. 12) quem coloca que a profusão de imagens (na cidade) possui um caráter motivador que acaba por transformar-se em uma única e intensa imagem, distante e conciliadora de todas as outras: a imagem produzida pela história de vida pessoal, o homem, o corpo individual.

Eis-me, portanto, em presença de imagens, no sentido mais vago em que se possa tomar esta palavra, imagens percebidas quando abro meus sentidos, despercebidas quando os fecho. Todas essas imagens agem e reagem umas sobre as outras em todas as suas partes elementares (...) e o futuro das imagens deve estar contido em seu presente e a elas acrescentar algo de novo. No entanto, há uma que prevalece sobre as demais na medida em que a conheço não apenas de fora, mediante percepções, mas também de dentro, mediante afecções: é meu corpo.

Esse caráter motivador, que convida o homem a participar da atmosfera do mundo, foi definido por Tschumi (*Apud Paula*, 2008, p.57) como "*evento*", ou seja, o aspecto coreográfico da

experiência corporal da arquitetura, onde os corpos constroem o espaço por meio e através do movimento". Essa ênfase dada ao movimento dos corpos é tratada a partir da constatação, pelo autor supracitado, de que da mesma forma como os corpos violam o espaço, o espaço é também violado pelos corpos. Novamente, Bergson (1990) nos auxilia:

Percebo bem de que maneira as imagens exteriores influem sobre a imagem que chamo meu corpo: elas lhe transmitem movimento. E vejo também de que maneira este corpo influi sobre as imagens exteriores: ele lhes restitui movimento. Meu corpo é, portanto, no conjunto do mundo material, uma imagem que atua como as outras imagens, recebendo e devolvendo movimento, com a única diferença, talvez, de que meu corpo parece escolher, em certa medida, a maneira de devolver o que recebe.

O foco sugerido pelo autor torna a propor a interpretação da forma urbana – recriada pelo conjunto de imagens circulantes – a partir da verificação de uma experiência cinestésica e de uma imaterialização do todo. Compreender estas demandas é imprescindível para o reconhecimento de que dentro da cidade metafórica (Certeau, 1994), da terceira cidade (Soja, 1996) ou da cidade-velocidade (Virilio, 1993) está um quadro denso de representação que chamamos Cidade 'entre'.

Não tomaremos a exaurir aspectos e dados que foram colocados na introdução desta tese e por isso admitimos que toda a bagagem que prega uma alienação do homem com as imagens circulantes (tantas vezes excessivas) e uma transitoriedade cada vez maior de corpos e espaços são dados já absorvidos e conclusivos de que o conceito de Cidade 'entre' não precisa ser aqui exposto, mas, apresentado por sua forma constitutiva que – sem dúvida – está no princípio de movimento dos corpos e das imagens pelo tempo e pelo espaço.

Primeiramente sobre corpo, devemos ressaltar uma ferramenta contemporânea que revela, acintosamente, o valor preponderante dado a este ente em algumas das análises mais recentes em arquitetura e urbanismo: *a corpografia*.

Corpografia, em sua definição, deriva do processo de cartografar. Ancorada no real, esta experiência invade as cidades no que lhes tange de mais sensível, os encontros, as descobertas, as formas de interação entre gentes e coisas. *"Trata-se de uma escrita agenciada com o mundo"*, como cita Mizoguchi (2008): *"(...) escrever cidades é, portanto, inaugurar em cada composição inéditas convocatórias de legibilidade. É assim que – distante em muito do simbolismo da hermenêutica e bastante próxima de um delicado empirismo – a cidade faz-se escrita a ser habitada e o texto se transforma em paisagem a ser percorrida"*.¹⁰⁰

1611

¹⁰⁰ MIZOGUCHI, D. (2008). Equivocidades: passagens entre pensamentos. Comunicação oral apresentada no evento Corpocidades, UFBA, Salvador. Anais digitais do evento, disponível em <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/>>.

No entanto, as estratégias de controle e disciplinarização, investidas sobre o corpo por todas as forças de poder engendradas nas civilizações (especialmente ocidentais)¹⁰¹ têm interferido nesses circuitos do corpo (e da mente), influenciando diretamente no que reter, por onde circular e como se portar. Há visões contemporâneas que dão, justamente a esse cerco, o poder de libertar a mente.

Baudelaire tratou primeiramente desse tema em seu livro 'Passagens' (2006, p. 456): "*É, sobretudo da frequência das cidades gigantescas, do cruzamento de suas inúmeras relações que nasce este ideal obsessante*". Assim como Baudelaire, outros escritores e poetas da segunda metade do século XIX e início do XX (amparados pelo tema 'cidade') – Andrei Bièly, Marcel Proust, Charles Dickens, Edgar Allan Poe, Franz Kafka e Machado de Assis – já haviam mostrado que a vida nas grandes cidades (que então se modernizavam) estimulava seus processos de criação:

1621

Não saberia dizer como as ruas me fazem falta. (...) parece que elas fornecem ao meu cérebro algo que lhe é imprescindível quando precisa trabalhar. Durante uma semana, quinze dias, consigo escrever em um lugar afastado; um dia em Londres é então suficiente para me refazer e me inspirar de novo. Mas o esforço de escrever dia após dia sem essa lanterna mágica são enormes. (Dickens, *Apud Benjamin*, 2006, p.470).

Em trabalhos anteriores do grupo ASC, tentamos demonstrar algumas possibilidades de explorações metodológicas que fornecem aos pesquisadores em arquitetura (e em áreas afins) meios para a compreensão das Ambiências, além de seus meros extratos físicos. Na medida em que esta compreensão se aproxima, mais os planejadores do espaço físico podem dar a ele (o espaço) outras dimensões, não meramente físicas, mas que contribuem para a criação de extratos mais bem adaptados ao cidadão que habita a cidade e cria nela a sua própria Ambiência.

Queremos com isso dizer que a transformação, sem dúvida, é mútua e que por causa disso as cidades (e seus habitantes) precisam receber formas diferenciadas de interpretação, possibilitadas pela atenção ao jogo corpo-cidade, pela *corpografia*. Jacques (2004) assim comenta sobre a estratégia corpográfica:¹⁰²

¹⁰¹ Ver trabalho relacionado ao cinema de TARKOVSKI, A. (1998). *Esculpir o Tempo*. São Paulo: Martins Fontes.

¹⁰² Ver em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq093/arq093_02.asp>.

A cidade é lida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo em sua corporalidade, o que passamos a chamar de *corpografia* urbana. A *corpografia* é uma cartografia corporal (ou corpo-cartografia, daí *corpografia*), ou seja, parte da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta, e dessa forma também o define, mesmo que involuntariamente – o que pode ser determinante nas cartografias de coreografias ou carto-coreografias. (...) Uma *corpografia* não se confunde, então, nem com a cartografia nem com a coreografia, e também não seria nem a cartografia da coreografia (ou carto-coreografia que expressa a dança realizada) nem a coreografia da cartografia (ou coreo-cartografia, a idéia de um projeto de dança criado a partir de uma pré-existência espacial). Cada corpo pode acumular diferentes *corpografias*, resultados das mais diferentes experiências urbanas vividas por cada um. A questão da temporalidade e da intensidade dessas experiências é determinante na sua forma de inscrição.

A Corpografia é, assim, a forma pela qual as Cidades 'entre' se consolidam e, por lidar com caracteres impressos pela memória, ela possibilita ratificar este valor na produção de qualquer instância de ordem pessoal e personificada.

1631

Esta relação prático-sensível inaugura uma nova maneira de tratar o corpo dentro do espaço urbano, em uma dinâmica ambiental, quando alguns fatores necessariamente devem ser pensados. Para Thibaud (2000, p.146), "(...) o lugar possui um investimento corporal indissociável de seu poder de orientação e de expressão", o que também nos faz abandonar as antigas teorias do ambiente sem qualidades por "uma abordagem do espaço encarnado" (Ibid., p.147), por uma *corpografia* encarnada. Da mesma forma, sinaliza para uma cada vez maior necessidade de incorporar métodos exploratórios da sensibilidade no percurso das interpretações do mundo contemporâneo.¹⁰³

Já sobre imagens, devemos nos relatar a Bergson (1990). Para o autor, a imagem representa o princípio de uma revolução que é a abolição da oposição entre o mundo físico do movimento e o

¹⁰³ Está em formação uma Rede de Pesquisas Internacionais em Estética e Experiências Urbanas (GRDI – Groupe de Recherche International) que, momentaneamente, opera entre os grupos ASC-Proarq (UFRJ, Br.) e LabelUrbe (Unicamp, Br.), associados ao Cresson (CNRS, Fr.). Esta Rede Internacional, para além daquela que se dispõe a estudar as Ambiências Urbanas e que se encontra consolidada na Rede *Ambiances* (www.ambiances.net) – e que, por ocasião do ano da França no Brasil, promoveu o evento "Ambiências Compartilhadas: cultura, corpo e linguagem" no prédio do MEC, RJ, de 03 a 06 de novembro – busca sondar por métodos de análise espacial que incorporem à arquitetura a elaboração estética e ordinária da vida cotidiana.

mundo psicológico da imagem. Assim, a imagem não é o espelho das coisas e sim a própria coisa, "o conjunto de tudo o que aparece, o conjunto do que é" (Idem, *ibid.*, p. 34). Para Deleuze (1983, p. 86) "[a imagem] é o caminho pelo qual passam, em todos os sentidos, as modificações que se propagam na imensidão do universo desejado".

A tese radical de que uma imagem existe por si foi previamente defendida por Roland Barthes (em 'A Câmara Clara', 1985) e por Paul Virilio (em 'Estética da Desaparição', 1988), da mesma forma que Deleuze (*Op. cit.*). Em diversos campos da arte visual, seja na fotografia imóvel ou na reprodução em movimento, seja na forma com que apreendemos ou representamos o espaço, cabe dizer que a imagem não é o olhar, nem a imaginação, ela é "matéria em movimento, matéria que é olho, olho que é luz, luz que é consciência do porvir" (Bergson, 1990). E, nesta conjunção carnal (já que é matéria), o mesmo autor referenda que o corpo fornece às imagens produzidas justamente as propriedades que já lhe pertencem. Ele fabrica a Cidade 'entre'.

2.2.1. IMATERIALIDADES DA/NA CIDADE

1641

As imagens da cidade comportam a densidade de seus prognósticos (Virilio, 1993). Mas também nos iludem.

É fato que as imagens propagadas por diversos centros efervescentes nas metrópoles atuais carregam consigo uma densidade de signos e símbolos que, muitas vezes, convertem-se numa mudez implacável diante da impossibilidade de relacioná-las com a cidade 'vívda'. Esta afirmativa também encontra nos estudos de Haroche sua partilha (2008a, p. 201), ao perguntar-se sobre os efeitos dos fluxos sensoriais contínuos sobre toda uma sociedade contemporânea; para a autora, ao afastar o tempo da reflexão, o exercício da consciência fica decapitado e afeta decisivamente o sentimento de existência do Eu e do Outro na cidade.



Fig. 4: Nova York, 2007. Em alguma esquina de alguma metrópole, um ícone da informação. Fonte: <<http://www.fotosearch.com.br/FSB038/x15525439/>>



1651

Fig. 5: Tóquio, 2008. A imagem consolidada dos arranha-céus de tantos outros lugares. Fonte: <<http://www.fotosearch.com.br/FSB038/x15525270/>>

Parece, como defendido por alguns autores (entre eles Jeudy, 2005; Koolhaas, 2000; Jameson, 1995), que o excesso de informações se encarrega de empalidecer as cores e a apreensão dos usuários se volta para outras questões, que não o reconhecimento e definição de seus espaços, como defendido originariamente pela geografia humanista. A valorização de aspectos 'desidentitários' e de formas efêmeras de articulação com o espaço físico têm se tomado a linguagem corporal do usuário (um cidadão mundializado, antes de tudo).

Uma implicação imediata deste fato é a interpolação dos acontecimentos urbanos como um novo conceito de *tempo*: o tempo instantâneo. Já que o espaço é visto como um *médium* interagindo com diversos contextos sociais, o tempo histórico, (linear e sequencial) perde seu sentido e dá margem a acontecimentos instantâneos, de atuação imediata e de grande impacto sobre a vida ordinária dos usuários.

O espaço construído ocorre com uma topologia eletrônica onde o enquadramento da perspectiva e a malha das imagens renova, revê a divisão da propriedade urbana (...) assim, a arquitetura urbana tem que lidar com o deflagrar de um novo 'espaço-tempo tecnológico'.

Tempo histórico e cronológico, tempo que passa, é substituído por um tempo que se expõe instantaneamente (...). O novo tempo tecnológico não tem mais relação com qualquer calendário de eventos nem com qualquer memória coletiva. É puro tempo anacrônico, e isso ajuda a construir um presente permanente. (...) No final do século XX, o espaço urbano perde sua realidade geopolítica para benefício exclusivo dos sistemas de transferência instantânea cuja intensidade tecnológica agita, sem pausa, todas as nossas estruturas sociais. (Virilio Apud Leach, 2001, p. 382-90).

Foi por este impacto dos 'acontecimentos instantâneos' que o discurso do arquiteto e especialmente a sua crítica – tradicionalmente centrada na forma – acabaram sendo deslocados para uma dimensão 'conteúdo-forma-imagem'. Em grande parte pelos avanços da tecnologia que se revelaram no cotidiano da vida, modificando a maneira com que interagimos com os espaços da cidade e, definitivamente, representamos arquitetura. A difusão dessas mudanças nas últimas quarenta décadas tornou inadiáveis novas formas de reflexão e análise sobre nossa urbanidade, nossa forma de transitar, explorar e reconhecer, incorporando novas realidades sensíveis à noção de espaço físico atual nas cidades.

1661

(...) com a interface da tela do computador, das teleconferências, a superfície de representação até agora destituída de profundidade se torna uma espécie de 'distância', uma profundidade de campo de um novo tipo de representação, uma visibilidade sem qualquer encontro corpóreo em que o 'face-a-face' das antigas ruas desaparece. Nessa situação, uma diferença de posição se enevoa. Desprovido de limites objetivos, **a cidade inteira começa a ir à deriva e a flutuar em um éter**, destituído de dimensões espaciais, mas inscrito na singular temporalidade de uma difusão instantânea. (Virilio Apud Leach, 2001, p, 238) [grifo nosso].

Mas devemos, neste ponto, situar o qual é a visão (concatenadora, e não única) de cidade em nossos estudos – esta que pode manifestar a Cidade 'entre'.

Quando mencionamos 'cidade', não falamos de uma cidade bombardeada por prognósticos futuristas de ausência do espaço físico, como a ideia de cidade virtual nos tem sido apresentada por diversos autores, entre eles Carter (2004).¹⁰⁴ Não é de se espantar que a defesa de Carter (Id., Ibidem) chegue a apresentar uma cidade controlada tão ou mais desejada que a real, pois

¹⁰⁴ CARTER, D. (2004). New Locations: the virtual city. In: <<http://www.anthropologymatters.com>>, vol. 6, n.1. Para a autora, um novo tipo de cidade surge no século XXI com habitantes e edificações em iguais proporções: a cidade virtual. Uma cidade que vive em comunidade e tem se encarregado de trazer suas experiências, relações humanas e

alguns outros teóricos (Mongin, 2003; Castells, 1998; Cuff, 2000) apresentaram suas teses de que na cidade do controle – onde as opções são escassas, a fricção é domesticada e a ordem é imperante – a coexistência é sempre amistosa e planejada. Pois é justamente dessa cidade que não falamos. Falamos de uma cidade habitada e construída no campo das interpretações imagéticas, muito mais próxima das 'Cidades Invisíveis' (Calvino, 1997) do que de 'Nova Babilônia'.¹⁰⁵

Para Calvino (op. cit.), cada uma das cidades visitadas por Marco Pólo é um encontro com o desejo interior; às vezes cidade mundana, às vezes poética, cidade do medo, da lembrança, do encontro ou da perda. Cidades que comportam explicações para partes desafiadoras de uma mesma cidade e, de forma encantadora, são nomeadas.

Para estabelecer um contraponto, escolhemos como paradigma uma situação que corresponde à materialização do 'desejo de cidade', diferentemente do que entendemos no conceito de Cidade 'entre': a *Nova Babilônia*. Esta cidade encontra no escape da área fisicamente estabelecida para as cidades a solução para a manifestação de outra cidade, povoada de concreto e vontades:

Diante da necessidade de construir rapidamente cidades inteiras, erguem-se cemitérios de cimento armado onde grande parte da população está condenada a levar uma vida muito enfadonha. Ora, para que servem as incríveis invenções técnicas do mundo atual se faltam condições para delas tirar proveito, se não conduzem ao lazer, se há carência de imaginação? Desejamos a aventura. Como é difícil encontrá-la na Terra. Há quem a procure na Lua. **Apostamos antes de tudo e sempre numa mudança aqui na Terra.** Nossa proposta é de nela criar situações, situações novas. Queremos derrubar leis que impedem o desenvolvimento de atividades eficazes para a vida e a cultura. [grifo nosso]. (Bodson, 2003, p. 123).

1671

Na busca por esta outra cidade, Constant Nieuwenhuis constrói seu projeto de 'futuro' através de colagens, pinturas, e tantas técnicas outras que buscam criticar as estruturas sociais conven-

'background' da cidade física para um mundo não-palpável, de forma aparentemente mais organizada e harmoniosa do que nas relações cotidianas da cidade real.

¹⁰⁵ Constant Nieuwenhuis expõe seus primeiros estudos sobre a Cidade Situacionista (Nova Babilônia) – neste texto traduzido por Luís Guilherme, com o título "Outra Cidade para Outra Vida", vemos um escrito de fuga, de apelo a outra dimensão física para a construção de uma outra cidade. Como consta na referência do texto, este "(...) é um dos primeiros escritos publicados de Constant sobre a 'Nova Babilônia'. A cidade situacionista foi por ele concebida através de diversos escritos, mapas e maquetes e levou ao seu desentendimento com Guy Debord e consequente desligamento da Internacional Situacionista (IS) em 1960. Constant continuaria a modelá-la, até publicar em 1974 o manifesto denominado 'New Babylon'". Acesso em 25.03.2009, disponível em <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbetes=357>>

cionais da cidade e, por si, já demonstram a necessidade de materialização urgente dessa cidade. Esta 'hiperarquitetura do desejo' não é uma metáfora calada do que o futuro, no jogo ativo com o passado, pode reservar. Ela é uma *intenção clara* de construção e modificação e, portanto, um objeto que deve nascer, como comprovam suas composições.

Estamos inventando técnicas novas; examinamos as possibilidades que as cidades existentes oferecem; fazemos maquetes e mapas para as cidades futuras. Estamos conscientes da necessidade de aproveitar todas as invenções técnicas e sabemos que as construções futuras que desejamos precisarão ser suficientemente maleáveis para corresponder a uma noção dinâmica da vida (Bodson, 2003, p. 32).

Constant trabalhou por mais de vinte anos no desenvolvimento de sua *utopia* 'New Babylon', tendo publicado os primeiros desenhos do que, posteriormente, se tornou a Nova Babilônia no início de 1959. Associado à Internacional Situacionista (1960-1967) através de Guy Debord, de quem se separou posteriormente, Constant pode desenvolver estas representações de cidade diante de um conceito nômade e criativo que demandava independência dos materiais empregados, elaboração coletiva e engenhosidade – o que se dirigia ao caminho oposto da opinião modernista vigente à época. Nova Babilônia foi produzida por vontades coletivas, acima de tudo, e por um espírito de mudança. Mas não fundou uma cidade 'pacificadora' ou uma Cidade 'entre' para seu autor central. Ela não conseguiu tornar-se um paradeiro.

1681

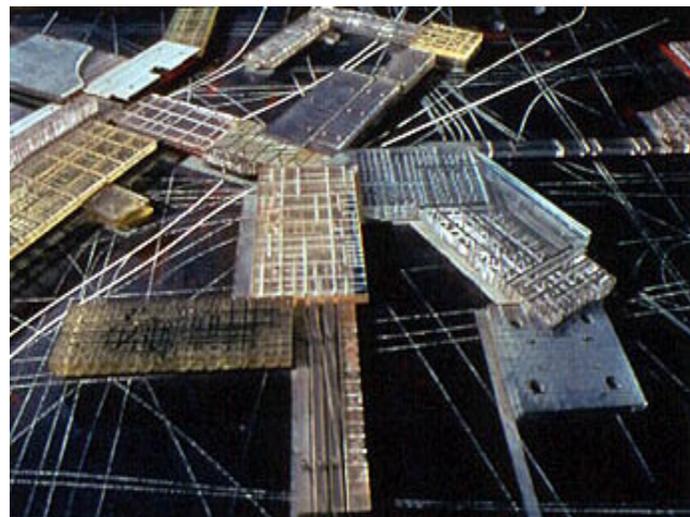


Fig. 6: Group Sector, 1959. Este modelo de Nieuwenhuis propõe que a composição de uma cidade pode seguir um modelo de sobreposições e de diversas atmosferas, uma vez que as imagens são múltiplas e o resultado final é híbrido. Fonte: <<http://rebeccareilering.wordpress.com/>>



Fig. 7: Nova Babilônia em Litografia. Neste modelo o autor enfoca a distância das visadas, o valor do vazio e a dimensão de suas estruturas cidadinas. Fonte: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=357>>



Fig. 8: Diagrama de disposição da Nova Babilônia, 1958. Fonte: <<http://rebeccaereiling.wordpress.com/>>



Fig. 9: Nova Babilônia à lápis. Olhando de perto, as estruturas continuam gigantescas, o homem é impelido a habitar e permanecer nos espaços construídos. Fonte: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=357>>.

Uma cidade que se pretende existir aporta nos estudos situacionistas de Nieuwenhuis (1960), sem a presença do corpo para domesticá-la; uma cidade que é vista além daquela que, fisicamente, se estabelece, adornada de narrativas para os corpos, aporta em Calvino (1997). Nas duas cidades as intenções são originalmente similares – o desejo por algum tipo de construção – mas contraditórias: na primeira é necessário fazê-la emergir e na segunda basta que ela em nós submirja.

Baseando-nos no que colocamos acima e ditados por nossa hipótese (que, por sua vez, vem de um conjunto de teorias contemporâneas), cremos que muitos fenômenos da contemporaneidade vêm estruturando nos cidadãos das cidades a existência 'carnal' de um espaço entremeado com a vontade dupla de permanência e mobilidade, uma cidade que não comporta o extrato físico e, por conseguinte, não precisa 'nascer'. Antes, se alimenta de sua própria concepção e dela se mantém.

1701

Devemos ressaltar, caso ainda não esteja claro, que acreditamos que a cidade, em sua multiplicação de signos, é ainda – como sempre foi – lugar de encontro, de (re)conhecimento e também negação do Outro. Mas ao passo em que se reestruturam as noções de espaço e tempo e, de forma conexa, os padrões de compreensão e convívio entre seus usuários – muito mais individualizados – mais a ideia de que existe um espaço 'entre', separado por cada indivíduo para ancorar suas representações, se solidifica e ampara nossas certezas. Um espaço que, antes de tudo, visualiza os diversos acontecimentos do mundo urbano para se organizar.

A cidade como um corpo representacional, "*montada a partir de diversos membros que possuem uma harmonia entre si*" (Claudel F. *apud* Mongin, 2003, p.39), ou a cidade "*repleta de zonas de fricção, onde a multiplicidade de experiências individuais pode se concretizar e favorecer os acontecimentos*" (Julien Gracq *apud* Mongin, *ibid.*, p. 42) é – hibridamente – uma cidade de urbanidade global, mas tão confusa que chega ao ponto de exigir sua reinterpretação; e tais divergências acabaram por culminar na elaboração (egocêntrica, poderíamos dizer) de teorias sobre 'a morte da cidade' ou 'a morte do espaço público' por determinados autores (Koolhaas, 2000).¹⁰⁶

Em rebatimento a isso, apesar de abandonar a noção de cidade estancada pelos primeiros trabalhos da urbanística, outros autores como Skeates (1997, p. 54) não sugerem o fim ou a morte da vida urbana social com as modificações impostas pela velocidade de informações ou pela 'morte' do espaço público. Pelo contrário, reforçam-na, quando permitem elucidar que:

(...) a sociedade em rede não é mais uma amplificação da urbanidade como mero cenário, mas uma noção interessante que duela com o conceito de 'cidade lisa' e ho-

¹⁰⁶ Para Koolhaas (2000), a cidade genérica não apresenta contexto, não diferencia seus lugares, é em suma 'lisa', abnega seus precedentes.

-mogênea através da capacidade de fornecer elementos para a formação, desenvolvimento e convívio alternativos a uma nova urbanidade.

Mais adiante o mesmo autor (Id., *Ibidem*) comenta que "(...) é por este fator preponderante que buscamos em nossos registros memoriais manter o que se perdeu e ganhar o que se espera". Podemos resumir da seguinte forma: novas dinâmicas se apresentam para moldar mutuamente espaço e usuário e instaurar uma cidade 'entre', finalmente adaptada à perda dos elementos físicos que um dia ampararam a formação de uma imagem coesa. Mas esta imagem não é exatamente catalogável; ela repousa em anseios. E precisa da memória, coisa que queremos comprovar.

Diante disso, outra provocação nos chegou por ocasião da Qualificação; estaríamos propondo um instrumento para analisar o espaço? De fato, não. Nosso problema é torná-lo sujeito diante de nossas peregrinações pela pesquisa.

Por isso também, o estudo das Ambiências Urbanas – conceito que temos explorado em nossos trabalhos no grupo ASC¹⁰⁷ – não será usado como arsenal teórico em nossas considerações, pois não buscaremos testar tal conceito ou aplicá-lo às análises espaciais; antes, partimos do princípio que a Ambiência está aí, que ela está incorporada, que ela é.

Como temos trabalhado em nossas demais pesquisas, o conceito de Ambiência confere à entidade física 'espaço' o status de ente poético, sensorial e multidirecional e é a partir dele que ampliamos o sentido amalgamado do termo 'espaço físico' e cunhamos outra espécie de diligência para com as atitudes, observações e análises que serão tomadas sobre o estudo da cidade contemporânea.

Em artigo apresentado no Colóquio 'Faire une Ambiance' em Grenoble (Duarte et al., 2008, s/p), nosso grupo de pesquisa destrinchou algumas das esferas das Ambiências. Para nós, as ambiências sensíveis que vivenciamos nas cidades são as atmosferas materiais e morais (Amphoux, 2004, p.18) que englobam as sensações térmicas, lumínicas, sonoras, mas também culturais e subjetivas que envolvem um determinado lugar. Através deste enfoque colocamos uma nova forma de se abordar a experiência urbana, particularmente atenta às formas sensíveis da vida social, às sensações tênues de impregnação de um espaço, às expressões corporais dos habitantes e às maneiras de 'estar no mundo', que nos levam a entrar em contato conjunto com o espaço vivido, o corpo e o Outro.

François Laplantine (2009) tem versado em seus últimos ensaios sobre esta dimensão sensível da antropologia, que não está restrita a esta única ciência, mas "a todas as esferas que compõem o mundo social". O autor sinalizou em sua última palestra no Brasil (Op.cit.), entre algumas

1711

¹⁰⁷ Grupo de pesquisa registrado no diretório do CNPq – Arquitetura, Subjetividade e Cultura. Sob coordenação da Profa. Dra. Cristiane Rose Duarte e contando com os membros: Regina Cohen, Dra.; Alice Brasileiro, Profa. Dra.; Ethel Pinheiro, Profa., MSc., doutoranda; Kátia de Paula, Profa., Dra.; Paula Uglione, Profa., Dra. e Victória Delvizio, MSc.

incursões sobre arquitetura e cinema¹⁰⁸, que a magnitude dos sentidos tem sido incorporada às cidades de forma a reverter o quadro de *'anestesia das sensações'* promovida por uma cultura recente do 'individualismo-compartilhado' e fazendo 'olhar de perto' a situação dos praticantes da cidade. Sua leitura de antropologia sensível evidencia o tempo como condicionante indissociável da leitura do espaço arquitetônico contemporâneo. E, em se falando de arquitetura – uma prática associada à construção – Laplantine ressalta que *"construir é entender como o tempo imprime o espaço e como o espaço exprime o tempo"*. Esta visão de uma 'antropologia dos sentidos' (termo cunhado pelo autor) baseada nas experiências temporais, mostra que a cidade deve ser compreendida como um discurso móvel e variável que, constantemente, carrega sobre si mesma.

Esta versão 'humanizada' no foco da cidade tem a ver com o discurso do conceito de ambiências urbanas, propagadoras de um espaço sensível. De acordo com Tixier (2007) o conceito de Ambiência tem sido objeto de estudo em uma série de pesquisas em diversos pontos do mundo e por diversas ciências, o que nos possibilita hoje *"melhor avaliar as dimensões culturais da história, do uso e da eficácia desta noção"* (Op. cit.) e, de nossa parte, fugir de mais uma pesquisa essencialmente, neste tema.

1721

A noção de ambiência foge de qualquer definição formal muito rigorosa. Ela se vive no singular, como um todo que não separa os canais sensoriais nem nossas ações de nossas percepções e de nossas representações. Assim, quanto mais nossos conhecimentos sobre as ambiências se precisam em termos de composição e de modalidade de constituição, mais nós corremos o risco de perder o que faz sua unidade, sua relação vivida do lugar, sempre única. (Tixier, 2007, p.10).

Por admitirmos previamente o papel das Ambiências, por reconhecermos sua atuação junto à evocação de resíduos memoriais que se impregnam dos elementos sensoriais e afetivos dos espaços da cidade, por atentarmos que toda cidade é composta por inúmeras Ambiências,

¹⁰⁸ A relação proposta por uma evolução do cinema no uso do foco da câmera tomou esta ciência a primeira a se preocupar com o 'olhar' da cidade e com a cidade em si; as relações obtidas entre *sujeito-objeto* e *observador-observado* propuseram um concerto entre fases e estilos que se manifestaram nos jogos de cenas que foram sendo incorporados pelas análises em arquitetura: começou se preocupando com o olhar global sobre o 'terreno', ou seja, a dimensão compositiva da cidade (como em 'Sinfonia de Berlim', de Fritz Lang, 1924) até chegar à busca do comportamento e da expressão sensível do homem, nos close e estratégias obtidos pelos filmes de Orson Welles (angulação de câmera; contraponto; narrativa não linear. Cidadão Kane, 1941) e Roberto Rossellini (documentação. Roma, cidade aberta, 1945), denotando toda a rudeza e dificuldade de negociação humana. Para Laplantine, *"nessas imagens há o Outro, a diferença; e também uma marca característica da tensão que não é duplicação do que temos, mas a duplicidade que se percebe nas imagens"*.

afirmamos que elas participam de todas as nossas discussões acerca da cidade 'entre' – nossa cidade imaterial – sem, no entanto, separarmos capítulo específico para 'decifrá-las', o que poderia levar-nos à cegueira num labirinto infundável de considerações.

E para alinhar este capítulo introdutório, passaremos a descrever de que forma a Cidade 'entre', este vocábulo concatenador de tantos outros colocados por demais autores, surge nas pesquisas, igualmente de que formas as questões de nossa tese foram incorporadas em seus objetivos e como nossos temas centrais serão trabalhados nos capítulos vindouros (sujeito – tempo – espaço).

2.3. TEMPO E ESPAÇO CONTEMPORÂNEOS



O meu tempo não é o seu tempo.
O meu tempo é só meu.
O seu tempo é seu e de qualquer pessoa,
até eu.
O seu tempo é o tempo que voa.
O meu tempo só vai aonde eu vou.
O seu tempo está fora, regendo.
O meu dentro, sem lua e sem sol.
O seu tempo comanda os eventos.
O seu tempo é o tempo, o meu sou.
O seu tempo é só um para todos,
O meu tempo é mais um entre muitos.
O seu tempo se mede em minutos,
O meu muda e se perde entre os outros.
O meu tempo faz parte de mim,
não do que eu sigo.
O meu tempo acabará comigo
no meu fim.

(Arnaldo Antunes. O meu tempo. In: *Dois ou mais Corpos no mesmo Espaço*. São Paulo: Perspectiva, 1998).

O tempo psicológico, relacionado no poema de Antunes (Op. cit.) à primeira pessoa é o tempo interior que interrompe a existência do universo, a cada constatação de uma ausência. “*O meu tempo acabará comigo / no meu fim*”. Trata-se de um tempo que participa, no indivíduo, da construção de sua identidade; tempo pertinente à complexidade do sujeito e à sua trajetória pessoal.

Quando Antunes (Ibidem) confere ao seu poema uma leitura sobreposta do “meu tempo” e do “seu tempo”, em que a mesma voz se biparte – desdobrando-se em direções distintas – revela que ambos os tempos são complementares do mesmo sujeito. O tempo, desta forma, pode ser visto

como um meio de expressão do sujeito, na medida em que assume, em cada ‘homem’, a forma dos seus estados interiores.

Diferentes tipos de *tempo* irrompem neste poema e servem – didaticamente – para auxiliar uma reflexão acerca das cambiâncias na contemporaneidade e a forma com que se desenvolvem as estruturas construídas na cidade. Há, assim, alguns tempos que retiramos das palavras do poeta e que se constroem de maneiras diversificadas na tessitura dos padrões temporais atuais.

Primeiramente, o *tempo cronológico*, que o poeta associa à terceira pessoa, corresponde ao tempo impessoal, que segue transcorrendo, indiferente às acumulações, como em “*O seu tempo comanda os eventos*”. Vemos também o *tempo que permanece ou até retroage*, tal como o indivíduo o percebe a partir da memória ou do sonho: “*O meu tempo faz parte de mim / não do que eu sigo*”. Este tempo, determinado pelas impressões do sujeito, não está, portanto, comprometido com a linearidade dos eventos, na medida em que, nas palavras de Bergson (1990, p. 76), sua duração, no presente, “*estende-se ao mesmo tempo sobre o meu passado e sobre meu futuro*”.

1741

O segundo é o tempo que se apresenta como um *movimento contínuo*. Categoria mensurável pelos instrumentos que tentam aprisioná-lo, “*O seu tempo se mede em minutos*”, trata-se do tempo objetivo, como Aristóteles o definia, que contorna o cotidiano dos homens e que é comum a todos. “*O seu tempo é seu e de qualquer pessoa, / até eu*”.

Rubem Alves,¹⁰⁹ assim se refere à descoberta do outro ‘eu’, presente em cada um, como aspecto determinante na constituição psicológica do homem:

Mas a alma, em meio à ruidosa monotonia da vida, continua a ouvir uma voz que vem nos intervalos. Continua a chorar ao ouvir uma melodia que não havia. Continua a ouvir a fala de um estranho que mora em nós, e que nos visita nos sonhos.

Assim, a relação de oposição e de correspondência, que se estabelece no cruzamento das vozes no poema acima, aponta para um entrelaçamento com as teorias em arquitetura que pregam uma diversidade infinita de tempos coadunando com as transformações na cidade

¹⁰⁹ ALVES, Rubem. *Sobre Príncipes e Sapos*. In: _____. O retorno e Terno. 9ª. Edição, Campinas: Papirus, 1997.

contemporânea (Batten, 1995; Benkirane, 2005). Essa mescla, essencial à interpretação da bricolage (Rowe, 1984) e do emaranhado de linguagens e signos que a cidade, é de extrema importância para a formação de um arcabouço consistente em nossos estudos sobre o papel da *memória*, uma vez que a mistura de tempos – essenciais para uma nova compreensão dos espaços – acontece de maneira desordenada e promove a construção de lugares que 'ganham' e 'perdem' atributos ao sabor da velocidade com que se modificam.

Estes tempos (psicológico, cronológico, pessoal [bipartido ou aleatório]) fundamentam a noção de que a *transitoriedade* (dos acontecimentos e fatos) opera um papel crucial nas novas dimensões de tempo e espaço. Não queremos dizer, com isso, que a multiplicidade de tipos seja algo desenvolvido neste período específico em que vivemos, muito pelo contrário, pois diversas noções do individualismo e da elaboração do tempo subjetivo foram primeiramente detalhadas no século XVIII, como Simmel coloca em uma de suas últimas edições.¹¹⁰ No entanto, é fato que a coadunação de diversas noções de tempo – assim como a multiplicidade de identidades – favorece o jogo de inter-relações das estruturas arquitetônicas e sociais e auxilia outras teorizações acerca das atuais complexidade e transitoriedade.

A idéia de que o tempo possa ser pensado separadamente da matéria, como uma dimensão externa do devir dos fenômenos, é uma das questões apresentadas por Descartes em seu "Discurso do Método".¹¹¹ A questão de distâncias planas e homogêneas sem história, na qual o passado e o futuro podem ser comprimidos em um eterno presente, e em que apenas sobressai o futuro, configura a idéia de refundação e reordenamento, assim como de manipulação e controle, que percorre intimamente a inteira concepção de cidade contemporânea e alinhava os acontecimentos consequentes.

Com Foucault (1986, p. 43) podemos traçar um paralelo às linhas acima, justamente no ponto em que associa a contemplação insípida, distante e a-temporal de Descartes (Op. cit.) à atuação dos planejadores e urbanistas que tomam a idéia de cidade atual somente pela visualização de um todo:

Como Descartes fechado em seu gabinete, contentando-se em ver sem ser perturbado pelas paixões e pelos corpos, mas com um olhar de águia voltado a dominar o mundo, o planejador observa a cidade do alto, tomando exclusivamente suas formas. E, do mesmo modo que aquele que, do avião, observa a espuma do mar e a enxerga como imóvel, sem compreender que, de perto, ela é pulsão e movimento, ele não se dá conta de que, por detrás do silêncio das formas, explode o ferver da vida.

¹¹⁰ SIMMEL, G. *Filosofia da Moda e Outros Escritos*. Lisboa: Texto e Grafia, 2008.

¹¹¹ DESCARTES, R. *Discurso do Método*. Baixado eletronicamente pela instituição CultVox em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=2274>.

Olhar do alto, como que ordenando e dominando as esferas de planejamento é uma das maiores incongruências do urbanismo atual, que em muitas esferas, ainda procede desta forma. A sinalização mais óbvia nesta advertência de Foucault (Id., Ibidem) é justamente no momento em

que revela que por trás de qualquer silêncio, ou contemplação atemporal ou atópica, está o cerne da vida na sociedade. Uma passagem do livro *'Alice no País das Maravilhas'*, de Lewis Carrol (2002), nos dá conta disso:

(...) ou o poço era muito fundo, ou ela [Alice] caía muito devagar, porque enquanto caía teve **tempo** [grifo nosso] de sobra para olhar a sua volta e imaginar o que iria acontecer em seguida (...) conseguia ver prateleiras e mais prateleiras, de onde puxou um vidro de geléia, desejando ser de damasco. Mas colocou de volta na prateleira mais abaixo (...) caindo, caindo, caindo. A queda não terminava nunca? 'Quantos quilômetros será que caí até agora?' – disse em voz alta (...) quando subitamente, bum! Bum! Caiu sobre um monte de folhas secas: a queda terminara [grifo nosso].¹¹²

1761

As considerações sobre mobilidade, aceleração e transitoriedade nos acontecimentos vividos em cidades contemporâneas remetem-se diretamente a este trecho de *'Alice no País das Maravilhas'*, em que o autor transforma o tempo de uma queda livre em um experimento de percepção do segundo 'congelado'. Tanto com relação a *tempo*, como *espaço*, Carrol (Op. cit.) brinca ludicamente com os jogos de multiplicidade, ora diminuindo *Alice*, ora aumentando os espaços; ora apressando o *coelho*, ora transformando velocidade em desaceleração.

A passagem relatada encerra uma etapa interessante sobre a entidade *tempo*: a perda do referencial histórico e, em seu lugar, a justaposição de elementos espalhados por toda uma sucessão de eventos, como numa colagem. Esta relação é semelhante à que se desdobra na 'maquinaria do tempo' que o autor desenvolve ao expressar a possibilidade de apreensão dos mínimos detalhes, mesmo numa passagem fugidia e incontrolável como a queda de um corpo.

Para Bacon (1976, p. 21) o corpo humano passa a atuar como base análoga da arquitetura, de forma cada vez mais acirrada, e revela nas novas formas de articulação do espaço arquitetônico com o poder da experiência temporal.

¹¹² CARROL, Lewis (1832-1898). Ibid., 2002, pp. 11-13.

A arquitetura é a articulação do espaço de modo a produzir no participante uma experiência espacial e temporal definida, com relação às experiências espaciais prévias e antecipadas (trad. livre das autoras).¹¹³

Diante desta exposição, encontramos uma cidade atual onde a diversidade cultural e as diferenças temporais são comunicadas e tencionadas em uma profusão de linguagens.

Estas linguagens podem ser expressões de grande mídia, como a publicidade nos outdoors, nas paredes dos prédios, nos pontos de ônibus, nas páginas dos jornais, nos painéis eletrônicos, nos *popups* das telas de computador ou de *Iphones* ou apropriações de todos estes elementos. Podem, ainda, constituir fenômenos comunicativos diversos, como as pichações nos muros, uma intervenção artística, uma manifestação política, um ponto de encontro ou uma comunidade virtual.

A pluralidade apresentada, emerge da dinâmica da vida cotidiana se materializa no espaço urbano contemporâneo sob a forma de fronteiras físicas e temporais, constituindo redes e articulações coletivas e/ ou compartilhadas que movimentam a cidade.

Para Jeudy (2005) é Tóquio que fornece a imagem da cidade contemporânea que funciona como signo do tempo: a eventualidade de um terremoto ameaça permanentemente a estabilidade dos seus edifícios, ela tem a catástrofe natural como horizonte de sua representação. Ali, a memória e o esquecimento são tensionados o tempo todo: o que não está visível ou o que foi destruído pode se sobrepor ao que está acessível ao toque.

1771

Esta multiplicidade de temporalidades e espacialidades distintas e simultâneas é, na maioria das vezes, invisível, ou melhor, é tomada invisível pelos processos hegemônicos de regulação e administração da cidade. É no cotidiano que estes usos diferenciados do tempo e do espaço se exercem e se interpolam na memória e, por isso, são estes dois referenciais a chave para travar o papel de uma memória 'diferenciada' no corpo dos cidadãos que recorrem a diversas experiências diversificadas para explicar a cidade em que vivem.

*Desde o início, a humanidade tem submergido num mar de tempo. O mar é caracterizado por muitas e variadas correntes e contracorrentes, alimentadas pelos rios de diferentes terras. Os rios alteram-se e produzem uma química específica de tempo para cada situação. (Hall, 1989, p. 128)
[trad. autoras]*

Nada neste mundo ocorre que não seja emoldurado por algum tipo de tempo. Falar sobre tempo é, para nós – seres humanos – o mesmo que falar de nossas ansiedades, nossas expectativas,

¹¹³ "Architecture is the articulation of space so as to produce in the participant a definite space experience in relation to previous and anticipated space experiences".

nossas vontades. O tempo, desde a sua remota 'invenção' – como artefato manipulado que é – promove uma contagem progressiva ou cíclica dos acontecimentos e pode ser visto como uma flecha (um seguimento linear que conduz) ou um ciclo (um fenômeno circular que volta ao seu início). Circular ou linear, o tempo sempre anda seguido de suas "molduras", que são os conjuntos de valores específicos para cada cultura. O fator diferenciador nas relações interculturais é que cada cultura tem suas próprias molduras onde os padrões geralmente são únicos e regulares, dificilmente transmutados.

A idéia central de Hall em seu livro *'The Dance of Life'* (1989) é discutir o tempo como objeto da cultura *"como [o tempo] é conscientemente ou inconscientemente formulado, usado e patenteado*

em diferentes culturas" (1989, p.3). Da mesma forma que Hall, cunhamos este capítulo com uma sondagem do tempo (e conseqüentemente do espaço dotado por este), de acordo com as diferentes formas engendradas pela associação do movimento humano em seu espaço físico e social.

Leach (Apud Hall, 1989, p. 5) comenta que *"nós criamos o tempo ao criarmos intervalos na vida. Até fazemos isso, não há tempo a ser medido"*. Aparentemente não nos damos conta disto, mas, ao apreciarmos o desenvolvimento de um bebê no seu primeiro ano de vida, perceberemos uma série de condicionantes espaço-temporais simplesmente desnecessárias para a compreensão de mundo nesta fase de vida pela qual todos passamos. E com justo conhecimento de causa, ao conviver com um bebê, também o nosso tempo pessoal se dissolve, se anula, se entrega a uma ausência de medidas e valores, da mesma forma que é impossível para uma pequena criança responder a um adulto se meia hora é mais ou menos do que dez minutos ou exigir que o ponteiro de um relógio conduza as necessidades do bebê, como conduz os nossos compromissos.

O primeiro intervalo de vida da criança se instaura na imersão no mundo escolar, quando as atividades específicas, as mudanças mais perceptíveis do clima, as variações de humor dos colegas ou mesmo as doenças compartilhadas criam 'brechas' e exigem uma contagem diferente do estado sequencial com que a vida se desenrolava anteriormente. Piaget (1946) comenta que, para a criança, compreender o tempo significa *"libertar-se do presente"*, em outras palavras, construir metas e produzir ritmo. Este ritmo (invisível) é elemento essencial para o reconhecimento de dimensões espaciais, para a postura do homem em seu mundo (dentro do movimento de seu corpo) e para a concatenação das imagens ambientais que são formuladas de acordo com as repetições dos fatos vividos – este último item, bastante prejudicado pela necessidade com que nossos olhos selecionam o que ver e o que reter. Hall (1989, p. 161) destaca que:

1781

Numa cultura como a nossa, com um sistema temporal como o nosso, as pessoas são condicionadas – com raras exceções – (...) a ver tudo de uma única vez (...) [nós] demandamos variedade e rejeitamos o que já vimos antes. Isto introduz uma certa superficialidade, uma perda de profundidade que conduz à insatisfação com as coisas simples da vida, com as memórias – que passam a não ser lembradas (...). Por isso, talvez, o ritmo invisível não é reconhecido em nossa cultura, pois necessita de intervalos repetitivos na essência.

No campo antropológico, Lévi Strauss¹¹⁴ há muito sinalizou esta (des)necessidade de suscitar ritmos e referências temporais em suas análises das comunidades Hopi. Bem mais estruturados e com mais exigências sociais que um bebê, ainda assim os Hopi desprezavam os sistemas numéricos ou a contagem sequencial e linear do tempo, não por descaso, mas porque seus intervalos eram sempre – e totalmente – compartilhados uns com os outros, dando pouca necessidade de instaurar uma contagem diferenciada ou eleger um 'relógio' para esta contagem. Para Albert Einstein, e parafraseando sua sentença célebre, o tempo é simplesmente o que um relógio diz “e o relógio pode ser qualquer coisa”. No entanto, referências, contagem e intervalos são a base da construção do tempo na maioria absoluta das sociedades atuais.

Hall (1989) comenta que na manifestação superficial das sociedades ocidentais é possível distinguir entre seis a oito (dos nove) tipos de tempo possíveis, por ele identificados. Em seus estudos, Hall (Op. Cit., p. 14) conseguiu distinguir um elenco de tempos descritos por *profano, sagrado, metafísico, físico, biológico, rítmico, sincrônico, idealizado (pessoal)* e o tempo regido pelo relógio, os nove tipos catalogados pelo autor.

1791

Em nossas pesquisas, emergem o tempo *pessoal e sincrônico* como pontos de nosso interesse. O tempo pessoal tem como foco primário a experiência do tempo individual – como as pessoas experimentam o curso do tempo em diferentes contextos e estados emocionais e psicológicos (Hall, 1989, p. 19).

Deste tipo de tempo surgem as experiências de um tempo “vagaroso” ou “acelerado” de acordo com a subjetividade de cada indivíduo e pelos fatores ambientais e fisiológicos que explicam essas mudanças consideráveis. Já o tempo sincrônico, uma recente descoberta da ciência, deriva das operações de mídia e remonta ao início dos trabalhos em vídeo, quando era necessário sincronizar trilha sonora e filmagem.

Desde então, quadro-a-quadro, alguns estudiosos têm comprovado pela análise de filmagens que, em atividades ordinárias do dia-a-dia, as pessoas sincronizam suas movimentações e gestuais urbanos de acordo com os ritmos da cidade contemporânea. Hall (Op. Cit., p. 25) comenta que a

¹¹⁴ STRAUSS, L. O Pensamento Selvagem. São Paulo: Papirus, 1989.

primeira coisa que um recém-nascido faz é sincronizar seus movimentos à voz humana e que para sincronizar um grupo de pessoas de maneira coerente, fazer com que preferências sejam compartilhadas, assim como as memórias, é preciso que este tempo sincrônico seja "ativado". Ativar o tempo é também questão inerente ao trabalho de saber 'controlá-lo' ou 'adaptá-lo' aos estados lógicos e mentais que desenvolvemos ao percorrer os espaços físicos das cidades, do mundo.

Após uma série de experimentos empregados por mais de 20 anos nos Estados Unidos, Hall (1989, p. 153) concluiu que "(...) os indivíduos são dominados (...) por complexas hierarquias de ritmos", dadas por seu comportamento no ambiente. Novamente, o ritmo é posto em situação de destaque e sinaliza, de fato, a coerência e dinâmica dos corpos com a situação nos espaços físicos; é a manifestação do tempo no movimento corporal, diferente para cada grupo, cada comunidade, cada pessoa.

Com relação às variantes de tempo suscitadas por diferentes ritmos, Hall (1989, p. 45) cria os conceitos de tempo Policrônico e Monocrônico. Em suas observações, algumas pessoas – especialmente habitantes da América Latina e países Hispânicos – desenvolvem um envolvimento em acontecimentos múltiplos, geralmente compartilhados nos mesmos espaços, que trazem a superposição de "tempos" e "usos", configurando a Policronia.

1801

Este fenômeno incentiva a canalização e o fluxo de informação, a forma com que as redes são tecidas entre as pessoas e outros importantes nexos culturais desses grupos. A Monocronia, ao contrário, é parte de culturas norte-europeias que privilegia "uma coisa a cada hora", constituindo a apreciação e o desenvolvimento do tempo como uma coisa distinta e isolada dos acontecimentos simultâneos; "(...) para pessoas policrônicas, o tempo é visto como 'gasto' e geralmente considerado um ponto, mais do que um caminho ou um laço (...) Os problemas numa cultura policrônica parecem estar em constante estado de fluxo. Nada é sólido ou firme, particularmente os planos para o futuro; até os planos importantes podem ser mudados no minuto de sua execução". (Hall, 1989, p. 46-53). E, continuando, explicita que

(...) culturas Policrônicas são, em sua natureza, orientadas às pessoas. Qualquer ser humano que é naturalmente atraído a outros e que viva num mundo dominado por relações humanas será tanto forçado ou empurrado em direção ao fim policrônico do tempo. Se se valoriza o homem ou as histórias expressas por essas misturas de tempo, então não se pode evitá-lo ou colocá-lo de lado, simplesmente por causa de um horário.

A cultura policrônica é esta em que vivem os sul-americanos e habitantes do Brasil. Mais além, é ela nosso referencial para distinguir o tipo de tempo que impregna as relações sociais e a experiência individual de lidar com as Ambiências a que nos referimos no sub-capítulo anterior.

Descrevemos até aqui as formas com que o tempo pessoal se desenvolve para determinadas pessoas, de acordo com sua ativação de um ritmo acelerado ou lento (levando em conta que o ritmo tem a ver com variações de estilo, procedimento e uso e não simplesmente de velocidade). Hall (1989, p. 139), novamente, nos auxilia nesta questão ao mencionar que *"é difícil falar em ritmos (...) nós não temos o vocabulário e os conceitos não estão na cultura. Nós, do ocidente, temos esta noção de que cada um de nós é sozinho neste mundo – e que a memória é algo que se origina na pele, isolada do mundo exterior e da experiência de outros seres humanos"*.

Nas descrições acima, a figura da flecha é permanente, pois, em culturas ocidentais, o início e a conclusão de um ciclo são questões fundamentais para a compreensão dos intervalos e, conseqüentemente, dos ritmos. Também, por isso, percorrer espaços físicos e gerar formas interativas de relacionamento com tais recortes é um fato dependente da maneira com que conduzimos nosso tempo 'individual' e aprendemos a lidar com as situações externas.

Ora, se o tempo é uma metáfora para toda cultura, para toda cidade e toda gente, podemos dizer – novamente, apoiando-nos em Albert EINSTEIN – que a questão do(s) tempo(s) e de sua relação com o espaço parece ter sido respondida apenas no último século concluído (XX), quando o cientista colocou que *"o tempo é simplesmente o que o relógio lê"*. Le Goff (2003, p. 12) revela o mesmo, colocando a idéia de calendário (ou de contagem dos dias e anos) como um trabalho cultural de interpretação do tempo, mais do que ambiental:

O calendário revela o esforço realizado pelas sociedades humanas para domesticar o tempo natural, utilizar o movimento natural da lua ou do sol, do ciclo das estações, da alternância do dia e da noite. Porém suas articulações mais eficazes – a hora e a semana – estão ligadas à cultura e não à natureza.

O relógio pode ser a rotação da terra, um objeto em movimento, a pulsação sanguínea, um morro de areia que se desfaz com o vento, os objetos físicos de um trajeto. De fato, o tempo – ao final das contas – parece irreal e é apenas uma invenção humana que auxilia os depósitos materiais, estimula as conquistas do porvir e exprime um sistema de valores. Sem ele, colocaríamos nossas questões vitais de lado e abraçaríamos o instante como nosso único objeto de desejo, sem nos questionarmos do que vivimos, sentimos ou produzimos.

Através desta capacidade imagética de reproduzir cenários, sons, cheiros e reinterpretar o vivido, muitas pessoas conseguem 'expandir' o tempo, um efeito que traz o passado para o

tempo futuro – não apenas instantâneo. Nestas considerações, o presente não se materializa, ele simplesmente não existe como entidade de valor. (Hall, 1989, p. 139).

Também por isso, diante de afirmativas retiradas de diversas conclusões de literatura e da experiência pessoal, podemos dizer que o tempo da cidade é ditado por esses instantes outros que amadurecem na mente dos indivíduos e ganham sabor com os elementos sensíveis que incorporam espaços absorvidos, mentalizados e representados. O tempo, em si, é um referencial inerte para sua base espacial, mas quando relativizado sobre os caracteres sensíveis apreendidos pela duração traz à tona o que é assunto latente nas sociedades atuais: a memória.

2.3.1. Uma resposta ao Tempo > Memória

1821

As memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo o momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades, à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um patchwork, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos. (Burke, 1992, p. 72).

A relação da memória com os lugares é de longa data e, como sugerem Fentress & Wickham (1994), a história dessa relação não deixa de ser a história das formas de conhecimento do mundo, das maneiras como as verdades sobre o mundo foram elaboradas pelas diferentes racionalidades culturais da humanidade.

O impulso globalizador que vem delineando os rumos da história recente e redimensionando a compressão das noções sensíveis da cidade, antes aparentemente estáveis de tempo e espaço, tem “*transmutado as memórias urbanas em objeto de novas disputas sociais*” (Machado, 2006). Isto porque as TIs estão tomando a velocidade da comunicação – entre partes distintas do mundo – cada vez mais próxima e resoluta. Para ancorar as vivências e remontar um quadro que fuja do contexto cosmopolita homogêneo, que caracteriza o nosso presente, buscamos a estabilidade de memórias e símbolos para recompor e explicar a cidade que habitamos, como se mirássemos num espelho invisível.

Para Machado (2006), devemos interagir com as cidades e suas memórias particulares como um estrangeiro que consegue estabelecer a distância necessária para desconfiar das coisas demasiadamente familiares e, desta forma, problematizar o presente para compreender melhor os (des)caminhos desta recente cultura da memória.

Na arquitetura e no urbanismo a memória ganha um novo estatuto através do novo paradigma teórico e os novos temas definidos pelo pós-modernismo (Nesbitt, 2002). Neste novo estatuto a memória aproxima-se do espaço físico construído, que agora também ascende diferente nas disciplinas arquitetônicas e urbanísticas como *Ambiência*, ou seja, como realidade vivenciada e significada.

| 83 |

Por outro lado, a memória adquire força de conhecimento do mundo através do corpo, que agora retorna à arquitetura não mais como escala humana fisiológica a ser refletida no desenho espacial, mas o corpo que experimenta, que sente, que toca, que dobra; a memória aqui é força significadora neste corpo que “potencializa” o mundo. É a *memória sensível* que se relaciona com os lugares na reaproximação que a arquitetura faz entre o corpo e o edifício, entre o corpo e a cidade (Vidler *Apud* Nesbitt, 2002; Sennett, 2003).

Nora (1997), por sua vez – outro teórico que contribui muito nas reflexões atuais sobre memória e espaço, principalmente através do conceito de Lugares de Memória, afirma: “*os lugares de memória não são aqueles dos quais nos lembramos, mas lá onde a memória trabalha*” (1997, p.18).

O sociólogo Halbwachs, um dos primeiros teóricos sobre memória social, citado diversas vezes por Pollak (1989, 1992), ressalta a estreita relação da memória com o espaço na medida em que os elementos constitutivos da memória são acontecimentos vividos pessoalmente e multilateralmente, ou seja, pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Esta relação traz, conseqüentemente, outros dois elementos envolvidos na memória e presentes nos acontecimentos: as pessoas (personagens) e as atividades, pois não existe memória que não se apóie num quadro espacial.

A apreensão da memória nos conduz, desta forma, à construção do sentido urbano; faz emergir os significados e valores dos lugares, atribuídos por indivíduos que neles estão, fomenta as ligações

simbólicas entre o ambiente de uma pessoa e suas crenças essenciais, e principalmente nos faz olhar para as imagens e prioridades dos usuários conjuntamente com o ambiente físico.

A memória também depende do *momento* em que está sendo articulada e pelas preocupações inerentes ao processo em que está sendo expressa. Portanto não é uma fonte pronta e definitiva, e sim, esculpida durante o processo de recordar.

Na busca pelo resgate das memórias urbanas, o passado tende a ser recriado de forma a refletir nítida e metaforicamente os desejos do presente. Esta recriação passa por interferências de ordem subjetiva e torna-se, para nós, um objeto de análise sensitiva.

Hoje, a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico encontra, num nível mais sofisticado, o velho tempo da memória que atravessa a história e se alimenta. (Le Goff, 2003, p. 13).

1841

Chegamos a este ponto de nossa pesquisa com esta advertência: memória é coisa do presente, se desfaz e se constrói no presente e se junta a outros dados interiores para agrupar os dados coletivos e dar sentido à história. Baudelaire, em suas inúmeras narrativas sobre o *flanêur* moderno (em sua maioria escritas na década de 1860) já afirmava que cada época tinha seu porte, seu olhar, seu gestual específico e que era necessário manter a “memória do presente” para se entender este mundo visualizado, da mesma forma que comenta Le Goff (2003).

Para Santo Agostinho, o sistema das três visões temporais (passado, presente e futuro) só é expresso no presente, mas esse presente tem várias dimensões: “*o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras*” (Confissões, XI, p. 20-26 *Apud* Le Goff, 2003, p. 211). Para Santo Agostinho, a noção do instante e da divindade personificavam a noção de acontecimento e sabedoria, sendo ambas uma manifestação da memória, esta, produto de uma coletivização.

Para Fraise (*Apud* Le Goff, 2003, p. 210) a memória coletiva implica uma libertação do presente, do passado e do futuro e uma reunião com os dados da tradição e do ensino que se aproximam do passado coletivo, angariado nas memórias genéticas e nas histórias trazidas por pessoas ao nosso redor:

(...) ambas se confundem: a história de nossa infância e a das nossas primeiras recordações, mas também a das recordações de nossos pais, avós, e é a partir de umas e outras que se desenvolve esta parte das nossas perspectivas temporais.

No entanto, esta colocação de Fraise se equipara ao que Claudine Haroche (2008) e alguns autores antecedentes colocaram sobre o 'império da memória individual' nas últimas vinte décadas; apesar de construída sobre bases coletivas – e antepassadas – esta memória insurgente é única, subjetiva e só pode ser ancorada num sujeito único. Os autores sugerem a substituição da palavra 'coletiva' por 'individual', pois rebatem que em nossos tempos, não há sujeito que não seja individualizado e não há experiência que não seja subjetiva. Le Goff (2003, p. 422) complementa que:

Os esquecimentos e silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva, que a princípio, se entrega à memória individual por adesão, mas, finalmente, pode ser renegada diante da subjetividade inerente ao indivíduo.

Antes, porém, cabem algumas linhas acerca da etimologia e consistência da palavra *memória*.

< O QUE É MEMÓRIA >

| 85 |

A constituição da palavra memória remonta ao *mnemon* grego, que historicamente representa uma pessoa separada especificamente para guardar a lembrança do passado na sociedade. Na Mitologia, o *mnemon* é o servidor de um herói que o acompanha sem cessar para lembrar-lhe de algo que poderia lhe causar a morte, caso esquecido. Le Goff (2003, p. 433) comenta que com o desenvolvimento da escrita, estas “memórias vivas” transformaram-se em arquivistas e o papel do *mnemon* passou a ser atribuído à memória registrada, facilmente encontrada por estar catalogada. Este ato de catalogar, reter e arquivar é o que representa a nossa noção de memória atualmente.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações diversas (...) que ele representa como passadas. (Le Goff, 2003, p. 419).

Com a 'morte' dos *mnemones*, a língua falada e escrita passou a prevalecer sobre a função de se 'reter' uma informação. Estando à disposição alheia, a qualquer hora e local, o registro memorial (em obra de qualquer espécie) passou a ocupar este cargo e se instaurou como objeto fixo. Isto significou, para nossas sociedades atuais, uma mudança profunda na noção de memória, que

frequentemente passou a parecer-se com o 'aprender de cor' ou o 'lembrar a todo momento', uma grotesca dissociação do valor de 'permanência' que a memória deveria ter.

No *Fedro* (p.274-275),¹¹⁵ livro elaborado por Platão, o autor coloca a lenda do deus egípcio Thot, patrono dos escribas e da astronomia, inventor dos números e do alfabeto. Platão afirma que, fazendo inventando os últimos dois elementos, Thot transformou a memória, mas contribuiu para enfraquecê-la mais do que desenvolvê-la. Ele põe que:

[o alfabeto] engendrará o esquecimento nas almas de quem o aprender: estas cessarão de exercitar a memória porque, confiando no que está escrito, chamarão as coisas à mente não já do seu próprio interior, mas do exterior, através de sinais estranhos. Tudo (...) é uma receita para trazer as coisas à mente.

1861

Platão criou, com a citação, o papel do arquivo móvel (e das atuais pastas eletrônicas de todos os computadores no mundo); para nós, a idéia de Memória do Futuro (como descreveremos a seguir) está justamente no fato de que desejamos rejeitar os escritos, as imagens e os padrões 'arquivistas' da cidade analisada e, ao invés, recorrer ao exercício de 'traduzir' a memória através dos sentidos – apreciados através dos diversos tempos da cidade.

Seguindo os estudos de Platão, Aristóteles distingue a memória propriamente dita (*a mneme*), faculdade de conservar o passado, da técnica em evocar este passado (*a mamesis*). Esta segunda faculdade, de onde bebemos o antídoto para o esquecimento, é a anamnesis, a reminiscência – que se fixa nos princípios da memória artificial em (1) lembrar imagens e (2) procurar por uma ordem, uma organização.

Apesar de historicamente apresentada, a memória (como estrutura conceitual) vai muito além de sua definição etimológica. Falar de Memória, antes da capacidade de evocar, é explorar a noção de tempo; nos últimos anos, as considerações sobre *tempo e espaço* têm direcionado os usuários para um 'encontro às escuras', dentro dos conceitos desenvolvidos para as cidades genéricas e efêmeras (Koolhaas, 1995; Mitchell, 1995). O espaço, para esses conceitos, não é mais que um 'palco' asséptico para as interações humanas e a vida urbana. Estas noções falharam, por sua vez, em não considerar que o 'palco' interage com a vida urbana e com diferentes instantes de apreensão que doam *velocidades* específicas na cognição ambiental e deslocamentos coordenados pelas novas 'inserções' urbanas, que tencionam uma ordem na

¹¹⁵ PLATÃO. *Fedro*. (2003). Disponível em brochura, Rio de Janeiro: Ed. Martin Claret. Diálogo entre Sócrates e Fedro sobre a Retórica, ou melhor, sobre a genuína arte de falar.

desordem. Há um processo dialético de autoconstrução e autorreconstrução da imagem urbana das cidades, segundo diferentes aspectos econômicos, sociais e culturais.

Mas não apenas da condicionante 'tempo' estrutura-se o conceito de Memória. É preciso que outras forças contingentes do físico e do metafísico trabalhem em equipe para que a operação de *reter*, *arquivar* e *evocar* – relacionadas ao passado – se processe de maneira adequada a trazer à tona o que entendemos como *processos mnemônicos* da *mannesi*. Esta atividade cerebral, de recordar e fazer ressurgir, a Reminiscência (*mannesi*), antes de tudo, traz a estrutura coesa dos registros memoriais por possibilitar recuperar os lugares e tempos 'perdidos' e por auxiliar na estruturação de pensamentos lineares, ou seja, encadeados por acontecimentos lógicos e sequenciais. A noção de Memória Sensível, acima apresentada, remonta à reminiscência, esta atividade agrupadora e apoiada na retórica (ou ciência das palavras):

A memória é a quinta operação da retórica: depois da inventio (encontrar o que dizer), a dispositio (colocar em ordem o que se encontrou), a elocutio (acrescentar ornamento das palavras e figuras), a actio (recitar o discurso como um ato), enfim vem a memoria (mandare, "recorrer à memória"). (Le Goff, 2003, p. 435).

| 87 |

Por convencionarem-se na escrita, muitos teóricos da antiguidade clássica e do medievalismo impulsionaram este pensamento. No tratado *De Memoria et Reminiscentia* de Aristóteles¹¹⁶ podemos encontrar algumas 'regras' mnemônicas baseadas na teoria dos *lugares e imagens* (de Alberto Magno, séc. XIII)¹¹⁷: "é necessário encontrar simulacros adequados das coisas que se deseja recordar; (...) é necessário dispor numa ordem as coisas que se deseja recordar; (...) a memória está ligada ao corpo".

Agostinho deixou de herança para o cristianismo medieval uma adaptação da teoria da retórica sobre a memória. Em *Confissões*, ele parte da concepção dos *lugares e imagens* da memória, mas traz uma enorme profundidade psicológica ao se referir à "imensa sala da memória" e sua "câmara vasta e infinita" (*Apud* Le Goff, 2003, p. 440):

¹¹⁶ Texto acessado em 15.06.2008, versão inglês, disponível em <<http://www.ceeol.com/aspx/issuedetails.aspx?issueid=0e7do902-5738-4cce-ba1f-5e515e35fc5b&articleid=67281536-ae71-42ef-8f26-c3d028079499>>.

¹¹⁷ Alberto Magno foi um dos 'gigantes dominicanos' que, juntamente com Tomás de Aquino, deu um lugar importante à questão da memória e à memória em si. Ele colocou nos Tratados *De Anima*, *Della Memoria* e *Della Reminiscentia* algumas idéias e flexões do pensamento Aristotélico entre memória e reminiscência; entre outras coisas, intencionou o papel da memória no imaginário e a força da fábula, do maravilhoso e das condições que conduzem à metáfora na construção da memória.

Chego agora aos campos e vastas zonas da memória, em que repousam os tesouros das inumeráveis imagens de toda a espécie de coisas introduzidas pelas percepções; em que estão também depositados todos os produtos do nosso pensamento, obtidos através da ampliação, da redução ou qualquer outra alteração das percepções dos sentidos (...). Quando estou lá dentro, evoco todas as imagens que quero. Algumas se apresentam no mesmo instante, outras se fazem desejar por mais tempo, quase que são extraídas dos esconderijos mais secretos. Algumas se precipitam em vagas (...) e afasto-as com a mão do espírito da face da recordação, até que aquela que procuro rompe da névoa e avança do segredo para meu olhar; outras surgem doces (...) à medida que as procuro (...). Tudo isso acontece quando conto qualquer coisa de memória.

Com Agostinho, a memória passou a penetrar o homem interior sendo reposta pelos estímulos do exterior, assim como se espera da reminiscência. Mas foi também a partir dele que a memória ganhou *status* de entidade estática, pronta a ser recuperada quando da manipulação das lembranças.

1881

Para Le Goff (1982), a trajetória da escrita na comunicação humana é um dos mais importantes instrumentos de análise do estatuto da memória em diferentes racionalidades, tornando esta última entidade (a memória) cativa e fixa à primeira.

Para Nora (1997), é na medida em que uma memória escrita substitui uma memória viva, espontânea e diretamente ligada às experiências, que uma mudança radical na racionalidade e na sensibilidade da humanidade ocorrerá. E à sociedade atual, amparada sob o princípio de um produtivismo arquivista e de um culto documentário, cabe delegar ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e de multiplicar os signos onde ela se deposita. Diz o autor (Op. Cit., p. 31):

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivo como a nossa, não somente pelo volume que segrega espontaneamente a sociedade moderna, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação que ela dispõe, mas pela superstição e o respeito pelo vestígio. (...) na medida em que desaparece a memória tradicional, nos sentimos impelidos a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, signos visíveis daquilo que foi, como se este dossiê cada vez mais proliferante devesse ter não-sei-que-prova, para não-sei-qual tribunal da história.

O arquivo armazena uma quantidade finita de dados, dispostos e alocados por semelhanças em sobreposição, e tributa-se a eles o dever de 'relembrar', como se aí tivessem estado todo o tempo.

Assim como a racionalidade medieval acreditou na escritura como chave para “congelar a memória”, a modernidade do século XX foi aquela que começou a desconfiar disto, dando campo ao reconhecimento de que o efeito do arquivamento pode não ser necessariamente o de “conservação” da memória, mas, pelo contrário, o de sua substituição (Huyssen, 1994, 2000; Jeudy, 1990, 2005; Nora, 1997).

Ugione (2008, p.32) comentou em sua tese recentemente defendida pelo Proarq/UFRJ que, com esta desconfiança,

(...) um 'desafeto', por parte da racionalidade contemporânea, incluindo-se a racionalidade arquitetônica e urbanística, surge com relação ao arquivo como dispositivo da memória: a idéia de arquivo passa a ser de maneira ampla, vinculada, não de modo homogêneo, a uma não-vontade de memória na sociedade.

E se a vontade de memória se esvai como defendem Huyssen (2000), Nora (1997) e Ugione (2008), falar sobre memória torna-se questão das mais atuais na análise do espaço urbano das cidades contemporâneas. Pois como é, de fato, científico, a memória está relacionada ao trato humano que lida com as emoções, ela é contingente do sistema emocional que desenvolvemos em relação com o mundo. E se as referências físicas são desarticuladas com uma rapidez nunca vista na história mundial, se os tipos psicológicos multiplicam em bulas de remédios e se o papel da memória – como elemento associado à escrita – se restringe ao arquivo, então é através de uma análise subjetiva que trataremos de delinear esta cidade 'entre'.

| 89 |

Sob o impulso globalizador que vem redelineando os rumos da história recente, a memória emerge, portanto, como uma das preocupações centrais das sociedades (ocidentais), que buscam nesta “cultura da memória” disputar o que lembrar e o que esquecer. Num mundo em constante mutação, o passado presentificado como lugar 'redentor' – no qual podemos ancorar sonhos e expectativas, assim como elementos significantes por ele apresentados – surge como o lugar das experiências e possibilita a formação de novas imagens que reconfiguram a cidade de tantos lugares perdidos.

É por este motivo que esta tese se propõe a estudar a memória (do futuro) nos espaços contemporâneos, ou seja, lançar um olhar investigativo sobre o trabalho que ela opera no mundo vivido. O mundo construído e inventado pela memória é um dos focos de interesse de nossa pesquisa; este mundo que, de forma complexa, se situa entre o desejo de significar, reconhecer e entre a volúpia do crescimento desenfreado que subtrai as imagens do outrora.

Como afirmou Marco Pólo a Kublai Khan, na densa narrativa de Ítalo Calvino¹¹⁸ “a metrópole tem este atrativo adicional – que mediante o que se tornou pode-se recordar através de **novas imagens aquilo que se foi [grifo nosso]**”. As cidades invisíveis da imaginação de Calvino, contidas na descrição de Marco Pólo ao grande imperador, fazem parte deste relato do sujeito narrador que caminha como um *embriagado*, um *flâneur*, buscando na satisfação de saudosas recordações pela metrópole a visibilidade de uma mobilidade e prática concreta de cidade.

Cercadas dessas considerações, nossas pesquisas foram enriquecidas com esta certeza de que a cidade da Memória (sensível) – não da memória estável e fixa do passado, mas a ‘memória do presente’, articulável e ampla – existe, é possível e se refaz a cada segundo, com a mescla dos diversos tempos que se interpolam na linguagem das lembranças. Mas, como mencionamos acima, ela ainda não respondia sobre nossas inquietações, como teimávamos anteriormente em acreditar.

Somente quando o conceito de Memória do Futuro se apresentou foi que conseguimos entender o efeito ‘metafórico’ da extensão da memória nas cidades contemporâneas e da importância de diversos outros tipos de memória (como a eletrônica). Virgílio Almeida, diretor do IEAT (Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares) e professor de Ciência da Computação (DCC-ICEx, UFMG)

1901

ressaltou, ao comentar – brevemente – sobre sua concepção de Memória do Futuro (2008),¹¹⁹ que “a memória que se desintegra e se reinventa como artigo selecionável é a memória que a computação maneja com suas placas de rede integradas e sua inerente randomização”; ela é *transtemporal*,¹²⁰ ou seja, quanto mais tentamos nos projetar ao futuro, simultaneamente nos projetamos ao passado, criando possíveis futuros, que podem nunca ser tangenciados.

Random é palavra inglesa, de origem francesa, usada na expressão *at random*, cujo sentido é “ao acaso”, “a esmo”, “sem seleção ou critério de escolha”. *At random* deve traduzir-se por aleatório, palavra derivada de igual vocábulo latino, com o significado de fortuito, casual, acidental, dependente de fatores incertos e sujeitos ao acaso.

¹¹⁸ CALVINO, Ítalo. As Cidades Invisíveis. Trad. De Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1996.

¹¹⁹ ALMEIDA, V. (2008). As Próteses da Lembrança e o Futuro da Memória. Palestra de 1:05h proferida em 26 de novembro de 2008. Acessado em 12.02.09 e disponível –para visualização em vídeo – em <http://www.ufmg.br/ieat/index.php?option=com_content&task=view&id=407&Itemid=9>.

¹²⁰ Fazendo alusão à palestra anterior da Prof. Maria do Céu (EBA, UFMG) durante o evento “A Arte da Memória e a Memória do Futuro”, produzido pelo IEAT em 26.11.2008. CEU, M. (2008). As *Machinas Memoriales* e as Memórias como Invenção do Discurso. Palestra de 1:44h proferida em 26.11.2008. Acessado em 11.02.2009 e disponível em <http://www.ufmg.br/ieat/index.php?option=com_content&task=view&id=409&Itemid=9>.

Aleatória é a forma com que a Memória do Futuro se instaura nos corpos, navegantes dos espaços.

2.3.2. Memória do Futuro

Como tecemos, a memória acompanha, atravessa e entrecruza as diferentes racionalidades culturais da humanidade. Foi no reconhecimento do mundo urbano que, entretanto, a memória ganhou suas mais variadas articulações.

Para a Haroche (2008), antes de se falar em memória (ou falta de memória) contemporânea, é necessário voltar a Platão e a Husserl, trilhando os meandros da solidariedade humana em compilar os dados registrados mentalmente e tão essenciais à manutenção das sociedades.

Há que se desgarrar da idéia de memória como passado, como coisa estável, fixa, que não carrega as mudanças das subjetividades proporcionadas pelos avanços do ser-humano neste mundo e de sua total necessidade de adaptação. Se tudo muda, os registros memoriais, por sua vez, mudam e constroem cidades outras daquelas percebidas anteriormente. (Op. Cit., 2008).

| 911

Para a pesquisadora Margareth Pereira (em comentário tecido durante a palestra de Haroche, 2008), a memória ocidental (e mais especificamente a memória sul-americana) busca uma fixação individual e não mais coletiva como diversos autores supuseram. Para ela, os acontecimentos e o reconhecimento das coisas estáveis (eventos que modificaram algum padrão da história) foram reconfigurados pela noção de *movimento*, que na contemporaneidade, tece novos padrões de memória, mais flexíveis, menos engendrados na característica social do espaço e mais aparelhados de sensações e subjetividades (ou seja, ligados ao sujeito individual) – como acontece com a noção de Cidade 'entre'.

Daí, cremos que, com as reinterpretações da entidade tempo, constrói-se uma noção diferenciada de espaço, adotada como repositório de uma memória operada pelo corpo, como argumenta Bergson (1990). Não uma memória fixa, como já comentamos. Falamos de uma Memória do Futuro, um conceito que explora a compressão do tempo – ou tempos. Da mesma forma que usufrui do espaço modificado (e se subjetiva), o corpo também busca na recordação do movimento articular as representações do seu presente e os desejos de futuro. O corpo aparece como um limite entre passado e futuro e só ele trabalha inteligentemente para comprovar este tipo de memória. Ferraz (2004), um dos poucos autores nacionais que versa sobre este conceito em arquitetura, coloca:

(...) uma memória que assim chamamos por servir de espelho e de percurso, de referência; como nos primeiros relatos sobre os processos de notar, nas primeiras pinturas rupestres encontradas, estava ali a memória do futuro, o que serve de lição e de ação. O que se produziu de melhor no campo das sensações e o que se recupera sem hesitar, isto é a noção de futuro na memória.

Mas Ferraz (Op. cit.) não se antecipa ao ineditismo, pelo contrário, toma carona em diversas especulações colocadas desde o início do século XX por meio de instalações artísticas e exposições nacionais e internacionais.

Antes, porém, no início do século XX, foi Pierre Janet (1928) quem deu o pontapé nas discussões sobre a Memória do Futuro, nomeando-a exatamente assim, e gerando um ponto de inflexão nas ciências sociais aplicadas e humanas sobre a forma de se compreender memória –

estudo que ficou relegado às estantes por mais de 70 anos, sendo reincorporado às pesquisas sobre tempo e memória mais recentemente, após as contribuições de Freud (1996).

1921

No Brasil, um dos primeiros episódios a manipular este conceito foi demarcado pela Exposição 'Memória do Futuro' promovida pelo grupo Itaú Cultural (São Paulo)¹²¹ em uma programação intermitente que tomou de 2002 a 2007.

Com alguns motes definidos (virtualidade, transitoriedade, cidade, imaterialidade), os convidados a executar as exposições permanentes e transitórias no Centro Cultural Itaú de São Paulo deixavam impressas as suas definições para o conceito, que a partir de 2006 começou a ser discutido por meio de simpósios no mesmo espaço físico. Num total de doze instalações executadas durante os cinco anos de exposição, os eventos encerraram (em sua materialidade e imaterialidade) algumas dúvidas e prováveis certezas acerca dos caminhos da cidade, do homem e do futuro.

Para os curadores desta exposição *“passado e futuro são separados por uma tênue linha chamada presente”*. Como acreditamos, o presente é uma ficção necessária, pois tudo o que vivenciamos ocorre nesse instante fugaz, mesmo quando evocamos o passado ou especulamos sobre o futuro. O “agora” parece ser uma prisão inescapável de nossa consciência.

¹²¹ Para mais detalhes acessar: <<http://www.itaucultural.org.br/memoriadofuturo/>>.

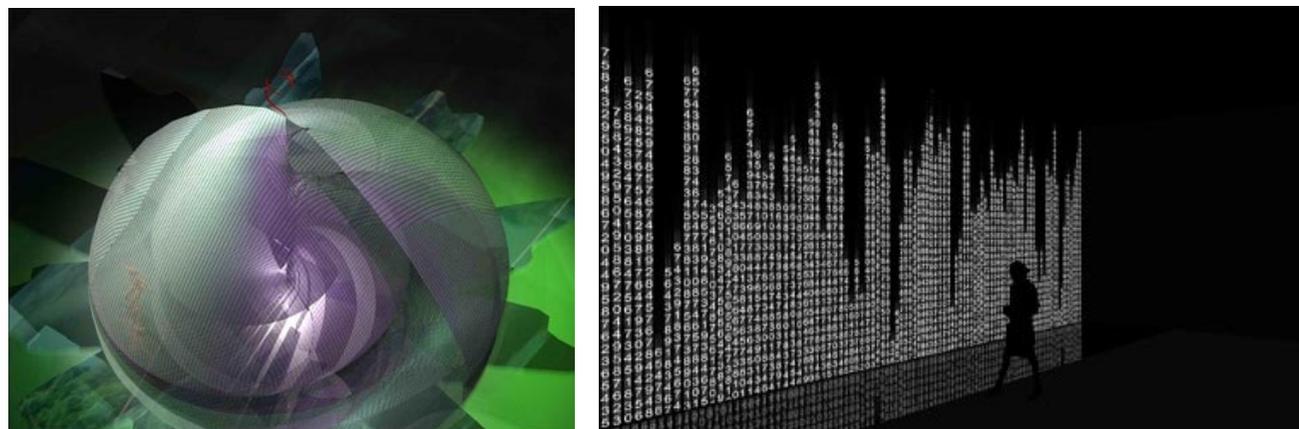


Fig.10: Mutáveis, de Tânia Fraga. Fonte: http://vejsaopaulo.abril.com.br/red/galerias_vejinha/memoria_do_futuro/index.html.

Fig. 11: Reflexões #3, de Raquel Kogan. Fonte: http://vejsaopaulo.abril.com.br/red/galerias_vejinha/memoria_do_futuro/index.html.

A ciência, mais especificamente a Física, mergulhou mais fundo nesta ideia do *continuum*, a entidade formada pela união de espaço e tempo. Segundo a teoria, os aspectos temporais e espaciais do universo apresentam-se em unidade indissolúvel; os eventos que, em nossa visão tradicional, parecem surgir na confluência entre passado e futuro são, na verdade, apenas regiões distintas desse espaço-tempo. Mas o tempo não corre no *continuum* – ele é idêntico aos outros eixos de espaço. Os eventos não acontecem no espaço-tempo – “novo” e “velho” coexistem, estáticos e completos, além de nossa percepção. Causa e efeito adquirem, assim, características espaciais.

1931

Porém, mais do que trilhar definições para o conceito – que, aliás, ficou aquém disto – a exposição ‘Memória do Futuro’ propôs uma reflexão sobre espaço e tempo. As obras e os produtos que compuseram a exposição não foram apenas reminiscências de um passado específico, foram processos distribuídos numa entidade alheia aos grilhões convencionais. E, por proporcionarem um breve vislumbre do *continuum*, abriram campo para as discussões do papel do futuro no presente das cidades.

No mesmo ensejo, em 2008 um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) se articula em torno e no entorno da Memória do Futuro. Com o tema “A Arte da Memória e a Memória do Futuro” o IEAT buscou ressoar transdisciplinarmente os desafios que competem ao homem do século XXI enfrentar. E, atuando com diversas ciências, a arquitetura se posicionou frente a este impasse.

Em sua abordagem dentro das cidades (e dos caminhos da arquitetura), Brandão (2006) coloca que o fenômeno de retenção tem feito com que o ato de recordar desapareça e transforme os

símbolos em imagens com valores reais, um simulacro perfeito (como alguns teóricos já mencionaram – entre eles Baudrillard, 1991; Huyssen, 2000; Nora, 1997). Porque é possível enumerar e catalogar tantas ruas, quadras, edifícios e espaços quanto os livros incontáveis da Biblioteca de Babel de Borges,¹²² é que a memória contemporânea falsifica os nomes, a ordem das coisas. Brandão diz “(...) a memória mente”. E por não cometer crime algum, fica perdoada como está.

Imagem e simulacro são, portanto, conceitos associados ao de Memória do Futuro. Consecutivamente, ao compreender a evolução do *corpus* da imagem simulada, encontramos também o campo da evocação da memória, não uma memória que se utiliza do passado para amalgamar uma lembrança, mas uma memória que opera por força própria e reconstrói uma imagem preexistente.

Consecutivamente, ao compreender a evolução do *corpus* da imagem simulada, encontramos também o campo da evocação da memória, não uma memória que se utiliza do passado para amalgamar uma lembrança, mas uma memória que opera por força própria e reconstrói uma imagem preexistente. A Memória do Futuro.

1941

Se atentarmos em todas as instalações promovidas pelo evento 'Memória do Futuro' verificar-se-á que a palavra de ordem não é, justamente, o engessamento do passado e sim a crença de um mundo que não é um futuro concreto, é uma outra realidade – uma talvez virtualidade. Esta virtualidade é também parte de nossos pensamentos, nossos desejos; ela pode se 'materializar' hoje através de diversos *softwares* mas é na mente que ela opera a grande transformação.

E se existe um ponto forte no que concerne às exposições ou aos debates do IEAT, este é a alusão ao papel da Ciência da Computação na produção de um mundo que pode ser facilmente idealizado, não simplesmente pelas ferramentas computacionais, mas pela presença da imagem de novas realidades, proporcionadas pelo alcance das informações. O cinema conhecido como *SciFi* (Ficção Científica) aborda esta relação de forma bastante abrangente e denota como identidade, espaço e memória se coadunam numa produção discursiva de alcance em massa (o cinema) para formatar os padrões e diversidades que interferem na postura de uma memória que se relaciona ao futuro.¹²³ Para Asimov (1984, p.97) “*ficção científica pode ser definida como o ramo da literatura que lida com respostas humanas a mudanças ao ramo da ciência, da*

¹²² Ver BORGES, J.L. (1989). *Ficções*. Rio de Janeiro: Editora Globo.

¹²³ Para maiores detalhes ver o trabalho consistente de RIBEIRO, WILKE e OLIVEIRA (2006). *Memória do Futuro e a Diversidade Cultural projetada nos Filmes de Ficção Científica*. Trabalho apresentado no II ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado de 03 a 06 de maio na Faculdade de Comunicação – UFBA. Disponível em: < www.cult.ufba.br/enecul2006/leila_valeria.doc.pdf>. Este trabalho faz parte da pesquisa *Texto Fílmico, Informação e Memória* desenvolvida na UFRJ com apoio da Faperj.

AS IDADES DE ZENÓBIA

Aos dezoito anos, Zenóbia tinha olhos ávidos e não usava óculos. Os cabelos, de um preto instável, pendiam em breves ondas sobre os ombros. Seu corpo magro lhe impunha uma fragilidade que não tinha. Sorria sempre como se escondesse a face sob as sombras.

Aos trinta e dois anos, Zenóbia tinha olhos óbvios e ainda não usava óculos. As maçãs do rosto, de um rosa rubro, quase que encobriam o nariz miúdo. Os cabelos, reclusos. Uma linha – quase ruga – trazia à testa um ar de austera brandura. Mas nenhuma dureza no conjunto, nenhum escuro.

(...)

Aos cinqüenta e oito anos, Zenóbia tinha olhos sólidos, sob os óculos de lentes turvas. No susto da idade aprendeu que ainda era cedo e quis experimentar tudo. Nos cabelos cinza, nenhum sinal de pejo. Imune ao peso do mundo, ela parecia não ter culpa ou medo.

Aos setenta e quatro anos, Zenóbia tinha olhos estóicos por detrás dos óculos de hastes curvas. Trazia o cabelo de nuvem rente à nuca. E apesar do luto, não perdia o lume. De tudo, mesmo das coisas soturnas, sabia extrair o sumo. Sua vida era o resumo de seu nome. Todos diziam que não morreria nunca.

Aos oitenta e dois anos, Zenóbia parece ter setenta e quatro. Os olhos, sob as lentes sem aro, estão ilágrimes. Os cabelos, ralos, de um branco insone. Já não há dor ou noite para a sua alma, é claro. Na aura da idade, já sabe quase tudo. E todos já pensam que ela é um milagre. Ou um futuro.

Maria Esther Maciel Borges, O Livro de Zenóbia (Ed. Lamparina, 2004).

tecnologia e da informação (...) o importante nela é aquilo que a fez surgir, ou seja, as mudanças produzidas pelo avanço da tecnologia”.

Ulteriormente à exposição em São Paulo (1999-2007), ao discurso de Ferraz (2004) e mesmo ao Seminário do IEAT (2008) foi essa ciência (da Computação) que fabricou o preceito, que simplesmente se define assim:

'MEMÓRIA DO FUTURO' – É AQUELA QUE RETEM, QUE PREVÊ.

Dentro da terminologia, em termos práticos, esta é uma memória eletrônica que guarda informação mesmo desconectada de uma fonte de energia (utilizada em chips de cartões inteligentes *smart cards*, em bilhetes de transporte público, celulares, TV digital e transações bancárias). Feita a partir de materiais ferroelétricos, a memória eletrônica (ou memória do futuro) não necessita de nenhum tipo de energia para funcionar. A capacidade de armazenar informações está ligada ao arranjo de seus átomos, que por fim, se conecta ao objetivo final sem necessidade de aproximação da fonte. Isto significa que, com a adesão desta memória em diversos dispositivos, abrir uma cancela de metrô ou mostrar uma carteira de habilitação seriam possibilitados à distância (ou seja, remotamente) e que a questão da segurança nas transações comerciais ou financeiras seria aumentada.

| 95 |

Da TI para as artes e a arquitetura, depois de perpassar tantos acontecimentos, podemos autoctonamente e justamente fabricar nosso conceito de Memória do Futuro:

É aquela que opera nos limites promovidos pela distância do tempo linear deixado para trás e pela proximidade de um futuro que se apresenta, subjetivamente, ideal; que possui uma realidade própria e quando, fixada em imagem(ns), diagnostica e critica o tempo presente, fazendo surgir uma metáfora das relações de ordem pessoal, social e cultural; que funciona como um imã na construção de uma cidade desalojada, talhada em espaços imateriais.

Resumidamente, a Memória do Futuro é o elo que associa o espaço da cidade em que se catalisam as lembranças e aquele produzido por um ideário individual e coletivo (um imaginário, antes de tudo), favorecendo a construção de uma cidade 'entre'. Há mais de treze séculos, Agostinho (Confissões XI, *Apud Le Goff*, 2003) corroborou com esta versão ao comentar de diversos tipos de 'presente' que trabalhariam para fundamentar nossa compreensão de mundo e promover a fundação de um espaço determinável e assimilável diante das variações de tempo, como comentamos. Este *“presente das coisas futuras”* (Id., *Ibidem*), que Agostinho defendeu, é resultado de uma interpretação consistente do poder de mudança associado aos avanços da

sociedade, da comunicação, dos espaços construídos e da forma de operação sensorial da memória. E é através desses parâmetros que o corpo e a cidade se fundem em imagem ('entre').

2.4. UM ESFORÇO EMPÍRICO: a questão da mobilidade



A relação homem+espaço carrega entre estes pólos (humano e espacial) uma infinidade de considerações, qualitativas, suposições e dúvidas que permeiam a forma com que o simples habitante escolhe seu trajeto por uma conveniência pessoal ou o arquiteto insere seu edifício no entorno.

O espaço contemporâneo, como relação entre sistemas de objetos e estruturas de ações, é definido por fixos e fluxos (como iniciou Santos, 1987, 1994) que circulam e variam intermitentemente (Duarte, 2005). E já que a pertinência dos conceitos envolve características de ordem filosófica, cultural e sensorial, a posição do homem (corpo) neste espaço, como intérprete e usuário, é (sempre) fundamental à qualidade deste processo temporal (Id., Ibid.).

Ao sujeito, Virilio (2001, p.39) chama de "homem mótil"; e é desta *motilidade* (a mobilidade diferenciada) que as subjetividades se compõem, no mundo contemporâneo. O homem móvel, posteriormente automóvel, encontra-se 'mótil', "*limitando voluntariamente a área de influência de seu corpo a alguns gestos, algumas impulsões, como as do zapping*" (Op. cit., p.40). A criação de micro-territórios de fronteiras fluidas faz com que a necessidade espacial se subjugue à necessidade temporal; isto, para nós, significa dizer que as subjetividades proporcionadas por uma quebra completa de paradigmas não buscam se situar espacialmente na cidade, mas domesticá-la através de uma sensibilidade unicamente possível pela sublimação imediata do visível e pela assunção dos valores de memória (relacionados ao esquecimento, como tocamos em capítulo específico).

Michel Serres (2004), ao falar sobre as variações do corpo e da sensibilidade suscita a presença de outro plano além do físico, ao que denominamos 'corporeidade do pensamento'. Apesar da distinção semântica entre os termos, fazem referência a domínios que comparecem interferindo um no outro, mergulhados em movimentos, contágios e afeições que constituem uma zona de indiscernibilidade entre si: a subjetividade, meu corpo e meu pensamento.

Levando-se em conta que a corporeidade do pensar equivale a conceber o corpo como produtor de sensações subjetivas que mobilizam o pensamento, ora desterritorializando-o, ora reterritorializando-o, e que tais sensações se referem a um campo vital intensivo acionado pela presença do Outro em sua singularidade, logo concluímos que o a integridade de nossas

SINTO SAUDADES

Sinto saudades do futuro,
de mover-me no idealizado que
provavelmente não será
do jeito que eu penso que vai ser...
(...)
Minha saudade.
Ela é a prova inequívoca
de que somos sensíveis!

Clarice Lispector

subjetividades, esse nosso espaço vital, encontrava-se ameaçado pela separação das habilidades corpóreas e as engendradas pelas mudanças produzidas na assimilação de cidade.

Pensando na potencialidade de uma Cidade 'entre' pela ação de uma subjetividade reinante, Merleau-Ponty (2000) sinaliza o papel do entrelaçamento das circunstâncias, ao que ele chama de *quiasma*. Note-se que os textos buscados neste autor datam de períodos anteriores ao início da década de 1960 e continuam tão cabíveis quanto outrora, justamente por constituírem-se axiomas. Pois é este autor quem explicita, através de uma abordagem existencialista, que mesmo dentro das subjetividades o compartilhar está sempre presente, o Outro existe e só a partir dele conseguimos, em nossa individualidade, pensar em conjunto e nos reconhecer:

(...) como o quiasma dos olhos, esse é também o que faz com que pertençamos ao mesmo mundo – um mundo que não é projetivo, mas que realiza a sua unidade através das impossibilidades tais como a de *meu* mundo e do mundo do outro serem os mesmos. (Merleau-Ponty, 2000, p.201).

| 97 |

No entanto, ao fixar a tese de que não há distância que possa circunscrever *Eu* e *Cidade*, Araujo (2007) incorre no problema da desconsideração de realidades distintas para esta fixação, que podem com facilidade expurgar determinados sujeitos da condição de *Cidade*, simplesmente por não fazerem (ou não se sentirem) parte das mudanças que transformaram com tanta rapidez a relação entre homem e espaço.

Somente pela subjetivação dos corpos conseguiremos a desejada mobilidade (no tempo e no espaço). Apesar de tantos clamores por uma busca da 'embriaguez na cidade', por uma errância (Jeudy et Jacques, 2006), por um retorno à experiência ordinária (De Certeau, 1994) e por uma imersão na *corpografia*, ainda assim a ordem das cidades continua sendo a *motilidade*. Uma mobilidade que saiu do plano corporal para ceder à mobilidade dos fluxos; e nesta mobilidade, o único vínculo com o real é através do domínio da memória, da apreensão do que podemos operar com ela.

Mas por que o desejo de mobilidade? Cremos que esta 'sanha' se deve, em grande parte, ao período de questionamento das verdades instaurado com o final do modernismo, período que trazia consigo a vontade e o desenvolvimento de elementos que haviam ficado de fora da evolução da arquitetura das cidades por quase cinquenta anos (o valor da história, a dissociação dos entornos, a flexibilidade das construções, o movimento livre dos corpos). Por isso, faremos a seguir um breve histórico que busca sinalizar este acontecimento.

BREVE HISTÓRICO sobre MOBILIDADE ESPACIAL

Sem nos estendermos pelos primórdios das cidades Medievais e Renascentistas, iniciaremos nossas reflexões acerca de um ponto de inflexão latente nas cidades: a chegada do modernismo.

A reflexão histórica sobre a cidade na modernidade expõe o plano urbanístico como manifestação recorrente do poder, distinguindo as utopias pré-modernas (as cidades morais exemplares) das *topias* modernas, e considerando, entre outros exemplos, as cidades produtivas, as reformas urbanas do século XIX ou o urbanismo socialista (entre guerras) como pontos de partida, como comenta Vicentini (2001, p. 9). Nestes casos, a arquitetura do tecido urbano sugeria a multiplicação de um repertório, onde diferenciados projetos urbanos subordinam-se a uma lógica do plano da cidade e, conseqüentemente, ditavam o 'andamento' e a posição do indivíduo. A *utopia* da cidade moderna difundiu no território mais do que um plano, um poder instituído a partir de uma complexa trama de ações de transformação sócio-territorial.

1981

Dois conceitos foram trabalhados por esta 'virada arquitetônico-urbanista' do modernismo, o de *emancipação* e o de *regulação*. No plano da 'regulação', o crescimento – sem precedentes – rompia os limites territoriais e institucionais, concentrando-se na formação de conglomerados que esboçavam a hegemonia do final do século XIX e início do XX. No campo da emancipação, o Modernismo e suas conseqüências mostravam os caminhos da especialização e diferenciação funcional no pensar da racionalidade técnica, afastando de forma irreconciliável a ciência da cultura.

Harvey (1992) explora estes enfoques quando enfatiza que o princípio da racionalidade estética expressa a idéia de totalidade e determina, no campo do urbanismo, sua conjugação com a possibilidade do planejamento racional, através do qual se almejava alcançar a igualdade social (ao menos, em palavras). Na convergência de argumentos, a crise no mundo pós-guerra configurou a crise do humanismo na experiência do século XX, de crescimento do mundo técnico e de uma sociedade ocidental racionalizada onde a relação com a técnica e as ciências humanas passou a corresponder a uma ameaça.

Nesta direção, o esgotamento do pensamento (estruturalista), no final do século XX, trouxe a revalorização dos *indivíduos* que protagonizavam esta mesma realidade. O regresso dos indivíduos=corpos – análises da vida privada, dos modos de vida, do espectador e do localismo, em aparente contradição com a intensificação das interações globais – tornou-se um dos importantes paradigmas sobreviventes da modernidade, cuja promoção é feita hoje pelo neoliberalismo e em dependência dele.

Polemizando sobre a modernidade e a pós-modernidade, Boaventura Santos (*Apud* Vicentini, 2001, p. 11) coloca que:

(...) Enquanto Habermas acredita que o projeto da modernidade é apenas um projeto incompleto (...) eu penso que o que quer que falte concluir da modernidade não pode ser concluído em termos modernos, sob pena de nos mantermos prisioneiros da mega-armadilha que a modernidade nos preparou: a transformação incessante das energias emancipatórias em energias regulatórias. Daí a necessidade de pensar em descontinuidades, em mudanças paradigmáticas, e não meramente subparadigmáticas.

Deste modo, Santos (Op. cit.) defende a tese de que a idéia da racionalidade global da vida social e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de mini-racionalidades ao serviço de uma *irracionalidade* global e incontrolável. Nesse caso, o autor nomeia as subjetividades correspondentes às várias formas básicas de poder que circulam na sociedade: “os *micros despotismos do cotidiano, do trabalho, do lazer e o consumo estão, em parte, ligados a esta perda da vontade. Se na modernidade a alienação assentava-se, sobretudo na estúpida compulsão pelo trabalho, no presente assenta-se na estúpida convulsão do consumo*” [grifo nosso] (Vicentini, 2001, p. 12). O consumo, podemos acrescentar, de tudo o que está disponível aos olhos e aos sentidos (inclusive os espaços).

Perante estes paradigmas, o planeamento da cidade passou a envolver uma delicada operação técnica na produção de projetos de um refinado jogo entre o ‘movimentar-se’ e o ‘utilizar-se’ dos equipamentos urbanos. Assistiu-se, no final do século XX, ao desenvolvimento de um pensamento urbano consolidado em um plano de projetos localizados e de preocupações globais. Estes, sem dúvida, têm sido os extensos argumentos expostos por autores como Harvey (1992) e exemplificados com as mais diversas celebrações de uma especulação seletiva, como a área para a Expo 98, em Lisboa, os estaleiros de Buenos Aires também em 1998, o Plano

Estratégico de Barcelona em 1992, as *downtowns* recolonizadas e gentrificadas em diferentes cidades mundiais e a IBA de Berlim.¹²⁴

Por outro lado, as críticas formuladas neste período dizem respeito à diversidade deste processo que conduziu, em alguns trechos urbanos, a uma dispersão e fragmentação, como afirma Lampugnani (1993). Em verdade, o tema abordado por este autor – a cidade da tolerância – desnuda uma vontade política de abertura na cidade alemã de Berlim, um mostruário internacional

¹²⁴ Sobre a IBA, podemos considerar algumas linhas: antes mesmo da queda do Muro na década de 80 e sob o tema – o *centro da cidade como lugar para viver* – desenvolve-se a experiência conhecida como IBA (Internationale Bauausstellung) dividida em áreas de recuperação e áreas para novas construções (atuações arquitetônicas pontuais). Para o processo de recuperação, definiram-se zonas próximas ao muro que dividia a cidade, onde foram organizados concursos para as áreas de renovação urbana, abarcando conjuntamente as áreas urbanas de *Tegel, Prater Platz e Distrito de Tiergarten de Friedrichstadt Sul* na cidade de Berlim. Participaram desta experiência vários arquitetos expoentes no cenário da época, como os italianos Aldo Rossi, Giorgio Grassi e Vittorio Gregotti, além dos norte-americanos Charles Moore, John Hedluk e Peter Eisenman, o inglês Colin Rowe e os alemães Oswald M. Ungers e Hans Kollhoff, entre outros.

que introduz o pensar “estrangeiro”, uma característica também perceptível nos projetos urbanos contemporâneos da década de noventa.

Desta forma, em um contexto de generalidades, cremos que o *revival* de uma mobilidade espacial sucumbe às leis de uma mentalidade globalizadora, fomentando o paradigma presente de organização dos espaços de *consumo* e não mais de *produção* e trazendo – consequentemente – a noção de circulação dos corpos dentro de um processo de ‘devoração’ de imagens e símbolos. Nesta conjuntura modificam-se, também, as noções de *público* e *privado* na cidade.

O espaço público, tornando-se um espaço ‘privado’ pela aceitação ininterrupta da dominação, transforma-se em diversos simulacros e a simbologia do poder na cidade passa a referir-se, então, ao poder de grandes nomes e suas ramificações. Esta visão coopera com as já discutidas noções da complexidade na cidade contemporânea e estabelece, de forma mais ou menos experimentada pelos cidadãos, uma cidade de trocas e negligências, elementos dualistas que transformam o espaço de *permanência* (sólido e nominal) num espaço de *contingência* (efêmero e anônimo), e onde cada minuto a mais passado em determinados locais é mais tempo de consumo.

11001

Este solavanco impulsionou, entre outras coisas, o estagnamento do homem em seu ambiente, a noção de globalidade e a percepção de uma cidade contemporânea que sofre interferências em pontos específicos e muitas vezes ‘inóspitas’ ao sítio que as abriga. Os corpos, neste cenário, ritmizam suas andanças e descobertas com o desenvolvimento das noções de complexidade e crescimento virtual da cidade – chegando muitas vezes a negar a mobilidade. Se é possível estar em três lugares ao mesmo tempo, através de uma teleconferência que me doa a noção de ubiquidade, então é preferível estar ‘inerte’ frente a um computador pessoal (qualquer) do que deslocar o corpo por entre espaços físicos que sucumbirão ao tempo ou a sua ‘falta’.

Consideramos importante traçar este breve panorama histórico, uma vez que falar sobre a experiência cinestésica na cidade contemporânea supõe entender que *tipo* de espaço físico participa das interações do usuário com seu meio e as das novas associações genéricas. Da mesma forma, este capítulo serve para demonstrar que mobilidade é um conceito diferente de movimento, muito mais relacionado às variações de ritmo.

Se as conjunturas produzem um homem mótil, por um lado, por outro deixam claro que a cidade contemporânea é feita de corpos, ela necessita da realidade carnal de modo a produzir as realidades engendradas pela virtualidade, pela transitoriedade e pelo valor das subjetividades.

Ela (a cidade) possui um valor estético, muito maior que seu valor ético (Haroche, 2009). Assim, características estéticas, antes aparelhadas em cada grupo cultural e em cada ambiente, circulam por entre diversos grupos e comunidades, mesmo onde o grupamento humano (Geertz, 1989) parece inacessível; pelo contrário, a idéia de um ‘urbano em todo lugar’.

2.4.1. O Corpo na Cidade Contemporânea

O mundo surge a nós primeiramente como objeto sensível¹²⁵ que se alinha com a nossa representação pessoal; é pelo “corpo-a-corpo”, pela noção de centralidade do “Eu” que a nossa aventura do conhecimento tem início. Há um saber sensível, primitivo, um saber corporal, que é anterior às nossas representações simbólicas e inteligíveis do mundo. Esse saber primitivo, anterior ao saber intelectualizado, é para o qual voltamos a atenção ao refletirmos acerca das bases que conformam a nossa apreensão da Ambiência.

À medida que meu corpo se desloca no espaço, todas as outras imagens variam; a de meu corpo, ao contrário, permanece invariável. Devo portanto fazer dela um centro, ao qual relacionarei todas as outras imagens. (...) Mas, se concordarmos, como a experiência demonstra, que o conjunto das imagens é dado de início, percebo claramente de que modo meu corpo acaba por ocupar nesse conjunto uma situação privilegiada. E compreendo também de que modo surge, então, a noção de interior e de exterior, que no início não é mais do que a distinção de meu corpo e dos outros corpos. (Bergson, 1990, p.46).

| 101 |

Tal colocação, ao enfatizar a experiência multisensorial e multilocal do corpo, ilustra o quanto a vivência corporal, rica em sua multiplicidade, fortalece a experiência existencial, o sentir do “ser-no-mundo”. Com isso, passa-se a atribuir ao corpo humano a tarefa de gerar e transformar os ambientes. Se, em contrapartida, o corpo contemporâneo parece se ‘esvair’ da atitude da mobilidade, é certo que esta experiência passa a ser menosprezada e o sentido de interpretação do mundo começa a buscar em outras coisas (como a memória) o alicerce para sua fundamentação.

Tschumi (*Apud* Paula, 2008) comenta a ausência do corpo no discurso da arquitetura contemporânea. Para o arquiteto “a habitual exclusão do corpo e sua experiência de todo discurso [contemporâneo] sobre a lógica da forma” é derivada das interpretações reducionistas que centram no olhar a discussão da forma arquitetônica. Assim, o autor estabelece que deve ser o corpo “o ponto de partida e o ponto de chegada da arquitetura. A concepção cartesiana do corpo-como-objeto foi contraposta pela visão fenomenológica do corpo-como-sujeito e a materialidade e a lógica do corpo se opuseram à materialidade e à lógica dos espaços.” (Op. cit.).

Essa visão do corpo é da mesma forma trabalhada por Tixier (2004, p. 115) quando explica que o espaço que se coloca aos viventes não é unicamente um objeto para ser observado, visto com os

¹²⁵ Sensível é “aquilo que pode ser percebido pelos sentidos. Nesta acepção, ‘o sensível’ é o objeto próprio do conhecimento sensível, assim como ‘o inteligível’ é o objeto próprio do conhecimento intelectual.” (ABBAGNANO. Dicionário dos Termos Filosóficos, 1970, p. 840).

olhos. Esse espaço se revela graças aos demais sentidos – e podemos acrescentar, tempos. Ele nos coloca à prova e por nós é provado. Com isso, Tixier (2004) enfoca a importância de ações correlacionadas ao ato da experiência corporal homem-ambiente.

Para traçarmos um panorama do 'corpo na cidade', tomamos como base algumas recentes teorizações sobre o corpo na arquitetura (Boyer, 2006; Read, 2006; Tixier, 2004), como forma de relacionar o corpo na cidade contemporânea (em busca de uma identidade e uma Memória Sensível). Não nos interessa, neste capítulo, rodear as questões sobre subjetividade ou questões relacionadas à experiência do movimento; ou mesmo talhar o desenvolvimento do corpo historicamente, o que nos levaria para outros tipos de consideração, que não os desejados. Em suma, buscamos ganhar material de fundamentação para entender os princípios de *relacionamento contemporâneo* do corpo que 'navega' e usufrui da cidade, ao mesmo tempo em que ambos são modificados mutuamente por necessidades de adaptação e de reestruturação – diante da mudança de tempos.

Para isso, então, iniciaremos alguns questionamentos advindos das leituras de Bergson (1990) quando relaciona o papel do corpo (como matéria) no reconhecimento das imagens (como memória). Este autor, em especial, traçou um panorama filosófico-fenomenológico sobre a união dessas duas entidades no campo da representação e do que ele nomeou a "teoria da memória". Bergson (1990, p. 83) assim coloca, na redação preliminar:

Dizíamos que o corpo, colocado entre objetos que agem sobre ele e os que ele influencia, não é mais que um condutor, encarregado de recolher os movimentos e de transmiti-los, quando não os retêm, a certos mecanismos motores (...). Tudo deve se passar, portanto, como se uma memória independente juntasse imagens ao longo do tempo à medida que elas se produzem, e como se nosso corpo, com aquilo que o cerca, não fosse mais que uma dessas imagens.

No entanto, esta elaboração inicial cedeu lugar a um novo tipo de compreensão conforme algumas hipóteses de Bergson (1990) caminhavam para a incerteza. Se o passado sobreviveria somente nos corpos através de mecanismos motores (ou a memória impregnada na transmissão do movimento), será possível que um corpo sem experiências pudesse englobar a memória? A resposta do autor foi uma nova hipótese (na verdade, duas): o passado pode sobreviver através de lembranças independentes (1); e o reconhecimento de um objeto se faz pela ação do movimento (quando emana do próprio objeto) ou por representações (quando emana do sujeito).

O que Bergson (Op. cit., p. 84) quis dizer é que a operação prática e ordinária da memória – a utilização da experiência passada para a ação presente – se faz por duas vias: a da ação, o ato de encontrar no movimento a base para a recordação (o funcionamento automático apropriado

às circunstâncias); e no que ele chamou de “trabalho do espírito”, quando o corpo busca no passado e na internalidade as representações capazes de inseri-lo na situação atual. As duas vertentes coadunam-se na noção apresentada por nós, anteriormente, de Memória do Futuro.

Desta lição de Bergson (1990), acreditamos que o corpo contemporâneo se utiliza. Ao mesmo tempo em que usufrui do espaço modificado (e se subjetiza), também busca na recordação do corpo (e do espírito bergsoniano) articular as representações do presente. O corpo aparece como um limite entre o futuro e o passado.

Enquanto meu corpo, considerado num instante único, é apenas um condutor interposto entre os objetos que o influenciam e os objetos sobre os quais age, por outro lado, recolocado no tempo que flui, ele está sempre situado no ponto preciso onde meu passado vem expirar numa ação. (...) Corte essa ligação, a imagem passada talvez não se destrua, mas você lhe tirará toda a capacidade de agir sobre o real.

Nas relações que estamos adentrando, sobre a sincronicidade dos elementos que emergem das relações entre o corpo e o tempo (tema que expusemos no capítulo 2), cremos que a arquitetura se insere na produção culminante dessas relações.

| 103 |

Temas envolvendo o corpo humano, em suas capacidades intelectuais e sensoriais, são recorrentes na teoria arquitetônica. A organização do corpo, tendo como conquista mais espetacular o surgimento de uma matemática do olhar, que se baseia na perspectiva, foi central

para o desenvolvimento do Humanismo. No entanto, após esta inserção, o discurso arquitetônico passou a lidar com um conceito estático de corpo, no qual as capacidades aludiam a uma busca por centralização dos objetos e não correspondem, nem de longe, às pesquisas e necessidades científicas e estéticas nas teorias atuais sobre o corpo. Partindo dessas noções, podemos dizer que a leitura contemporânea do espaço estruturado sugere uma noção de ‘corpo’ que deve ser buscada sobre os diversos tipos possíveis (assim como para o tempo): o corpo individual, o coletivo, o místico, o corporativo e institucional e o corpo *ethológico* – que é feito, hoje, de variações entre a rapidez e a lentidão, muito mais que pela diferenciação cultural, num contexto de múltiplas possibilidades e trocas (Boyer, 2006, p.31).

Numa leitura contemporânea da noção direta de ‘corpo’, concordamos com Deleuze e Guattari (1995) que é necessário entender os tipos de corpos – acima apresentados – incluindo a noção de corpo terrestre e divino, de forma a considerar os efeitos e processos da desterritorialização na postura do homem contemporâneo. Contudo, o que os corpos podem se tornar, ou o que as novas organizações espaciais podem trazer – que esbarra no conceito de organismo, ou máquina – depende no tipo de evento que se vive. Para Deleuze e Guattari (Op. cit.), a questão recorrente é a experiência, é justamente, “o que o corpo pode fazer”, do ponto de vista subjetivo.

Schumacher¹²⁶ afirma que percepção do espaço se torna subjetiva como derivação de uma ordem espacial. O tempo se torna igualmente subjetivo, como deformação das relações estabelecidas mecanicamente por um tempo produzido por metas (hora de sair, de entrar, de encontrar, de andar).

Os modelos urbanos trazidos por expoentes do Modernismo (Tony Garnier, Le Corbusier, Ernst May, Frank Lloyd Wright etc.), baseados na clássica disposição geométrica da modularidade, trouxeram a estrutura da tábula rasa. As espacialidades mais complexas e livres emergiram do Supremacismo, do Futurismo, do Cubismo e das divagações Situacionistas¹²⁷, tendo sido assimiladas por experimentos (anti) arquitetônicos na escala das habitações e dos edifícios institucionais.

A nova sensibilidade e conceito espacial que culminou no termo 'espaço-tempo' gerido por Gideon (1967), incluiu a noção de subjetividade e movimento na arquitetura sem, contudo, solidificar-se definitivamente. Em sua pesquisa, Gideon (Ibidem) descobriu que com os estacionamentos em

1104 | Nova Iorque, uma 'arquitetura do movimento' se colocou como necessidade em escala urbana. A lei fundamental dos *parkways*, como o autor coloca (1967, p. 24) incita uma "*liberdade irrestrita de movimento*". Porque os estacionamentos não seguem nenhum princípio compositivo obrigatório, nem noções lineares de estruturação, porque estão diretamente associados às necessidades de manobra e tráfego e porque, geralmente, se adaptam à topografia, Gideon os compara à total independência da mobilidade.

Com uma mesma idéia de produção modular massiva, Le Corbusier desenvolve uma arquitetura do movimento sem explicitar que, neste movimento, os corpos carecem de liberdade subjetiva. Para Schumacher (Op. cit.), "*o habitante da cidade moderna de Corbusier deveria ser um flaneur, um estranho em sua própria casa. (...) com o exemplo de Ville Savoye, a surpresa e o desconhecido reemergiriam muitas vezes, até que o habitante confundisse liberdade com prisão*".

¹²⁶ SCHUMACHER, P. (1996). The Architecture of Movement. In: ARCH+ 134/135, Wohnen zur Disposition, Dez. 96, Alemanha: Architektur der Bewegung.

¹²⁷ A Internacional Situacionista (promovida através de Manifesto propagado em 1960), tem na figura de Guy Debord o ícone de assentamento, principalmente com sua obra "A Sociedade do Espetáculo", de 1967. Em alguns trechos do Manifesto Situacionista de 60, algumas bases emergem: "*Contra o espetáculo, a cultura situacionista realizada introduz a participação total. Contra a arte conservada, é uma organização do momento vivido diretamente. Contra a arte unilateral, a cultura situacionista será uma arte do diálogo, da interação e assim se prega na apreensão do espaço*". Todos os livros e Manifestos podem ser baixados livremente em < <http://www.geocities.com/autonomiabvr/situacio.html>>.

Como destrinchamos até aqui, a idéia de corpo na cidade modificou-se bastante, às custas de um reposicionamento do indivíduo como entidade subjetiva (de escolhas e tomadas de decisões também individuais). A cidade e o corpo em todos os tempos e, principalmente, na contemporaneidade, jogam como sistemas que envolvem processos complexos que permanecem invisíveis ou inespecificados. Para Boyer (2006, p. 27) um *“sistema altamente complexo é aquele em que o observador não tem completo conhecimento ou informação de todos os seus nexos e no qual não é possível acontecer uma completa descrição operacional ou estrutural de como ele funciona. (...) Desta forma, a complexidade é medida por razões não precisas de informação acessível e torna a compreensão global fragmentada”*. Para desfragmentar (usando um termo da ciência da computação) esta noção, buscamos os relatos e as memórias sobrepostas por afetos e subjetividades da Memória do Futuro.

1106 |

[análises]



3. ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA

Panorama



Este capítulo se preza a confrontar nosso maior material de estudos: fontes bibliográficas que utilizam o discurso sobre a existência de uma cidade 'entremeada' na noção 'concreta' de cidade, dentro de uma abordagem contemporânea (Certeau, 1994 – *quando se refere à cidade metafórica*; Virilio, 1993, 1993a – *quando atribui uma ideia de cidade composta por imagens oferecidas, somente, em velocidade*; Soja, 1996 – *ao delimitar a existência de uma 'tela' que favorece o reconhecimento do espaço complexo e nomear a terceira cidade*; Castells, 1995 – *ao salientar a existência de diversas cidades na estrutura central e política de um espaço físico, construindo um ambiente de redes*; Randolph, 2001 – *ao chamar de 'outra cidade' o conjunto proposto pela cidade concreta e a 'cidade das ideias*; e Mongin, 2003 – *ao fabricar a cidade-depois, ou 'après-ville'*).

Preza-se, também, a colocar em ação a ferramenta *Prática do Discurso*, um aplicativo da Análise do Discurso que apresentamos previamente no capítulo 1 desta tese; e preza-se, finalmente, a avaliar as reverberações de tais discursos no contexto prático da arquitetura e de ciências sociais que também discutem o tema 'espaço'. Para isso, levaremos em consideração que a análise das fontes será feita por sua síntese e interconectividade de conteúdos, assim como por uma coerência do texto (consumo), pontos exauridos na ferramenta *Prática do Discurso* e colocados na descrição da metodologia de nossa análise, que não tornaremos a apresentar.

Essas fontes foram o local de onde 'bebemos', por meses a fio, a noção de que a flexibilização do conceito de cidade e da noção de espaço (e conseqüentemente de tempo) são pontos de essencial contribuição para a forma com que todos os responsáveis por pensar espaço (e aqueles que dele fazem uso) devem considerá-lo e projetá-lo.

É sabido que o termo 'cidade' hoje, lançado em qualquer discurso urbanístico, perde sua força se não for categorizado (de que cidade falamos? De qual conceito?); da mesma forma, em qualquer outro tipo de discurso (seja sociológico, antropológico, político, psicológico ou artístico) o campo de abrangência da mesma palavra se multiplica em diversas possibilidades de direcionamento semântico.

Se a ideia de cidade - ligada ao urbano¹²⁸ – e seu surgimento foram preliminarmente associados a medidas e quantificações planimétricas, a entrada de capital e o crescimento industrial

¹²⁸ Como disciplina científica, o Urbanismo se constituiu a partir da segunda metade do século XIX, com os textos teóricos formulados através de Planos de Reformas de Melhoramentos nas principais cidades européias. Com a *Teoria Geral de*

(e posteriormente das tecnologias) favoreceram a multiplicação de conceitos e objetivos para ela. Se no século XVIII a cidade estava onde estava a indústria, no século XXI ela está em todo lugar, ela é uma extensão das mesmas tecnologias que a retiraram do conceito puramente físico.

Isto significa dizer que a preocupação por produção e crescimento econômico (relações de poder) também encontra na busca por uma produção de relações uma das chaves para a compreensão do espaço contemporâneo, que não subsiste completamente dos louros advindos da riqueza social, mas também, da manutenção de um sistema de trocas que tende a salientar o que (ou quem) vale mais ou menos. Se a arquitetura e as ciências que se ancoram em 'cidade' negligenciam esta marca contemporânea, provavelmente os circuitos que promovem o ensino, a extensão e a prática destas ficará depauperado, ou simplesmente, sem campo de atuação efetivo.

De acordo com isso podemos dizer, sem ressalvas, que a cidade contemporânea é muito maior que sua abrangência geográfica e política, que ela se expande por níveis muitas vezes não visíveis ou mensuráveis, que as novas relações sociais por ela promovidas não essenciais para sua interpretação e que sua compreensão (ou assimilação) se dá através de processos de 'negociação' subjetiva com o ambiente externo e com os sentidos apreendidos por suas modificações. Podemos dizer que além da cidade física há, sim, uma cidade de ordem virtual que favorece em cada indivíduo a formação de um extrato imaterial de cidade.

Os trabalhos que selecionamos para confrontar esta visão de existência de uma cidade imaterial e subjetiva (além dos conceitos vigentes e já assimilados) emergem em meio a uma profusão de atributos que, por fim, trabalham sobre a questão da dúvida. "O que é" ou "Como é" são perguntas de cunho universal, porém nunca antes erigidos sobre o papel de uma subjetividade latente no espaço, que por esta razão, opera em tempos diferenciados daquele que comumente associamos às sociedades ocidentais.

Mumford, depois de se indagar sobre "A Cultura das Cidades" (1938) e "A Cidade e suas Origens" (1961) continuou se perguntando no final de sua vida: "Que é a cidade?" (Mumford, 1991, p.9). Sua pergunta nos certifica que, ao considerar cidade, muitas vezes consideramos o conceito de cidade e não seus valores materiais. O conceito de cidade assume na atualidade, como dissemos, a pluralidade, a possibilidade e com isso a junção de novos vocábulos colocados à disposição de novos conceitos, como em *metápole*, *e-topia*, *cibercidade* – bem mais do que as transformações de ordem física que presenciamos.

11081

la Urbanización (1857-1863) de Ildefonso Cerdà, no bojo das reformas implantadas em Barcelona, surge a primeira formulação de um teoria do processo ou do que, mais tarde, se cunhou chamar de 'urbanismo' ou 'urbanística'. Do século XVIII a meados do século XIX, as concepções iluministas sobre a cidade e suas ideias de intervenção preconizavam esta nova ciência. De Cerdà ao início do século XX, as formulações quanto às cidades industriais e metrópoles nascentes levaram à constituição do urbanismo moderno, engendrado sobre valores espaciais, o que hoje, confronta-se.

São esses vocábulos que permitem demonstrar uma ausência de limites físicos entre cidades, limites que desapareceram com a urbanização ilimitada, o que também corrobora com a não dissociação entre rural e urbano na atualidade.

Não vemos, não entramos e muito menos saímos de uma cidade (Araujo, 2007). Ela é imaterial e por isso “anóptica”¹²⁹. Não se reduz a seus suportes geométricos e quantitativos, tampouco à simples competências cognitivas desenvolvidas sobre nossas capacidades – ou seja, explicita-se muito mais por sua topologia.

Notamos também, e isto se tornou nossa maior inquietação, que o tempo das cidades explorado pelos mesmos autores é feito de forma a ressaltar as ações (*ethos*) e os ritmos de mudanças que possibilitariam nomear uma cidade ‘metafórica’, mas nunca relacionando-o às percepções (*eidós*) e sentimentos (*pathos*) dos praticantes, estes que fazem a cidade.

Cidade para nós é, antes de tudo, conceito – como já definimos. Todo conceito está sujeito a revisão, mas – de igual modo – tende a sobreviver, em essência, em algum atributo visível. O(s) conceito(s) de cidade que vislumbra(m) a sua melhor incorporação é(são) justamente o(s) que diz(em) respeito à subjetividade inerente ao habitante, fruto de um processo de conquistas, e por isso impossível de determinação através de ferramentas metodológicas que busque(m) desvendá-lo(s). Assim, coube a nós (nesta tese) o trabalho de contraposição de ideias afins capaz de gerar estratégias de ação que, conseqüentemente, cheguem ao trabalho de produção de tais instrumentos (algo que acreditamos ser possível futuramente, além deste trabalho).

| 109 |

Nesta cidade de conceitos (isto é, formada por diversos), a cidade subjetiva surge como a concatenação de tantas formulações neste sentido, pois só ela mobiliza todas as outras relações sociais, políticas, culturais e arquitetônicas. É neste princípio de subjetividade que cremos que as noções de cidade, tempo e indivíduo se estabelecem e se fundem com uma nova interpretação de memória, a que chamamos Memória do Futuro.

Merleau-Ponty, nosso condutor para abordar a questão fenomenológica de alguns extratos desta tese especialmente relacionados à percepção e ao corpo sensível, comenta em textos fragmentados de ‘O Visível e o Invisível’ (2000) que o reino do sensível é o operador dessa possibilidade de reinterpretação do mundo e o motivador de uma transposição de situação real (em sua fisicalidade) para uma condição de pura recepção. Ora, uma sensibilidade condiz, somente, com a existência de subjetividade:

¹²⁹ MAYO, F. (1708). The British Appolo. London: The Gentleman Society Press. ‘Anoptica’ é o termo latino adotado pela física para designar o fenômeno da visão em que todas as partes do objeto são confinadas abaixo da linha superior (*real upper line*) do arco de visão, gerando um efeito de distensão em que os membros superiores esticam-se para cima e os inferiores para baixo [trad. das autoras]. Em termos gerais, isso significa que a imagem parece elástica, maior e mais colossal do que, em realidade, a óptica sugere (sendo esta a linha média direta de visão em que o objeto se situa da seguinte forma: a parte superior perpassa a linha óptica e a parte inferior é distorcida pela catóptica, entrando completamente nos raios de visão).

O sensível é precisamente o meio em que pode existir o ser sem que tenha que ser posto; a aparência sensível do sensível, a persuasão silenciosa (...) é o único meio de o ser manifestar-se (...) sem cessar de ser ambíguo e transcendente. (...) O sensível é isso: essa possibilidade de ser evidente em silêncio, em outro espaço, de ser subentendido, e a pretendida positividade do mundo sensível (...) prova ser justamente um inatingível; só se vê finalmente num sentido pleno a totalidade onde são recortados os sensíveis. (Merleau-Ponty, 2000, p.199).

É por acreditar nesta “cidade-terceira”, “cidade-metafórica”, “cidade-periférica” (respectivamente em Soja, 1996; Certeau, 1984 e Castells, 1995) que decidimos concatenar este conceito num só: a cidade 'entre'. E é por acreditar que ela se institui (nos indivíduos) a partir de um reconhecimento de sua realidade cognitiva que afirmamos ser a memória (não fixa) um agente de sua fabricação.

Pensando ainda na potencialidade de uma Cidade 'entre' pela ação de uma subjetividade reinante, Merleau-Ponty (Op. cit.) sinaliza o papel do entrelaçamento das circunstâncias, ao que ele chama de *quiasma*.¹³⁰ Pois é este autor quem explicita, através de uma abordagem existencialista, que mesmo dentro das subjetividades o confronto está sempre presente, o Outro existe e só a partir dele conseguimos, em nossa individualidade, pensar em conjunto e nos reconhecer:

(...) como o *quiasma* dos olhos, esse é também o que faz com que pertençamos ao mesmo mundo – um mundo que não é projetivo, mas que realiza a sua unidade através das impossibilidades tais como a de *meu* mundo e do mundo do outro serem os mesmos. [grifo nosso] (Merleau-Ponty, 2000, p.201).

Para experimentar o tempo do Outro é preciso que outras realidades se associem ao tempo e nelas estão a experiência, a cognição e prática social. Deste conjunto de reconhecimentos temporais é possível falar da impregnação de uma Memória do Futuro, conceito que ancora fundamentalmente na noção de Eu (como sugere Magno, 2004) o valor de cidade: “(...) porque a Pessoa é constituída também de seus saberes, que são precários, espaciais e mudam com o tempo; ela é sua cidade.” (Id., Ibidem, p. 141).

Acreditamos que somente através da análise do Outro, ou seja, da contraposição de ideias (em nosso caso, presente na análise dos textos), conseguiremos trazer à tona uma científica alterida-

¹³⁰ Note-se que os textos buscados neste autor datam de períodos anteriores ao início da década de 1960 (período de inflexão dos conceitos espaciais) e continuam tão cabíveis quanto outrora, justamente por constituírem-se axiomas.

-de. Nas linhas a seguir passaremos, então, à análise direta do discurso dos autores mencionados, tomando primeiramente a Cidade 'entre' como tema central e, posteriormente, a Memória do Futuro, pretendendo com isso chegar à demonstração efetiva de que – através da escrutinação dos textos – a Memória do Futuro surge como o elo que estrutura a Cidade 'entre'. Trataremos de cada autor separadamente no quesito Cidade 'entre', como sugere o *Consumo* do texto, e após sondaremos pelos traços da Memória do Futuro num texto linear e conjunto.

3.1. SOBRE CIDADE 'ENTRE'



Lewis Mumford (*Apud* Relph, 1990, p.120-121) construiu a metáfora da cidade que insurgia no século XX como “megamáquina moderna”, de forma a expressar suas preocupações sobre as tendências baseadas no desenvolvimento de um sistema de gestão e administração distantes do fazer humano; para o autor (Op. cit.), a cidade

é uma máquina enorme e irracional que ordena, organiza e controla tudo o que pode (...) a megamáquina é insensível à informação, especialmente a informação da qualidade, que não é compatível com o seu sistema e atrai especialistas, poder e dinheiro para fins que ultrapassam os limites da razão humana. Só tem uma velocidade de funcionamento – mais rápido; só um destino atrativo – mais longe; só um tamanho desejável – maior; só um objetivo racional – mais.

| 111 |

A escala e complexidade da paisagem propiciada pela descrição de uma 'megamáquina' citadina podem ser percebidas nos produtos espaciais que a compõem atualmente, incluindo arranha-céus, reatores atômicos, terrenos ocupados crescentemente, centros comerciais, aeroportos internacionais, parques, *shopping centers* e tudo o mais que compõe a paisagem contemporânea.

Em tal escala nem tudo fica evidente, pois os elementos dependem e resultam de conhecimentos técnicos e de níveis de organização bastante sofisticados. De fato, essa 'percepção' parece não ser imediata, ou como sugeriu Hume ainda em 1739, “(...) estaria legada a uma compreensão da contemporaneidade [que ressalta aspectos de ordem imperante] como a fragmentação e a descontinuidade das sensações, o que prontifica o papel de desagregação das elaborações perceptivas” (*Apud* Haroche, 2008a, p. 202). Seja porque a preocupação maior está voltada a uma continuidade de fluxos e a uma falta de profundidade nas relações sociais – que tornam rasos os

processos de reflexão – seja porque estamos alienados com as ilusões "imaginadas", conforme observa Edward Relph (1990).¹³¹

Falamos em habitar cidades, em percebê-las e vivê-las não apenas porque vemos, ouvimos e sentimos – atribuindo significados a seus espaços, mas porque ela própria se converte em categoria do pensamento e da experiência. Mas para se compreender, ou aprender com a experiência, é necessário uma modificação de postura, uma nova conduta de sociabilidade na cidade contemporânea, que prega a transitoriedade dos sentidos, das realidades e dos elementos compositivos do espaço urbano (Cuff, 2003, p.9).

Para Haroche (2008a, p. 122) este *desengajamento* (termo cunhado por Bauman, 1998), fato reiterado nas relações contemporâneas (de ordem social ou arquitetônica), influencia as relações de consciência, reflexão e percepção nas cidades, levando ao esmaecimento das fronteiras entre objetos reais e virtuais.

Pedro Nava sinalizava isso, ainda na década de 70, ao mostrar que “a experiência é como uma lanterna virada para trás: adiante continua tudo escuro”. Esta disposição para entender que a certeza das coisas fixas não auxilia a compreensão das coisas que ainda virão e que, além disso, o futuro é construído no instante, é a estrutura do pensamento urbano e social atual.

1121

Na adoção de uma *incerteza* premente, a cidade/sociedade contemporânea se fixa sem grandes receios na necessidade de consumo rápido e de supervalorização desse instante; para fugir da “nostalgia”, que retiraria o mundo da noção do “agora” (um *agora* bastante diferente da inovação abordada no modernismo), os habitantes do “novo espaço” encontram na infixidez e na transitoriedade de sua situação um atrativo para prevalecer sobre a aflição da incerteza. Buscam, a todo instante, novas e ainda não apreciadas experiências; são seduzidos pelas propostas de aventura e flexibilidade e preferem a abertura de opções à estaqueidade das respostas, como citam Bauman (2005) e Jameson (1997). Isto significa dizer que ‘rotulam’ e escolhem seus espaços de convívio de acordo com a multifuncionalidade, a possibilidade de mudanças e a condição de mobilidade (bastante reforçada por um processo de repetição e continuidade dos elementos espaciais).

¹³¹ Edward Relph desenvolveu o conceito de “imaginaria” como engenharia imaginativa da ilusão. É o mundo de Walt Disney, que capta o verdadeiro caráter da criatividade apoiada técnica e cientificamente, que subjaz às ilusões da Segunda Idade da Máquina. Embora mais concentrada em lugares como a Disneylândia, em produções televisivas e cenários de filmes, a imaginaria ultrapassa esses limites, constituindo a base para a construção de aldeias-museus cuidadosamente recriadas em seus pormenores, mas que omitem seus aspectos negativos. Exemplos disso são as réplicas de colônias americanas como *Pilgrim Fathers*, em Massachusetts, as *Habitações Históricas para o Futuro*, em Toronto e *Kimberley*, réplica de uma cidade de mineradores construída na Columbia Britânica.

Em suas estruturações ao longo dos tempos e desde a noção mais completa do 'reino urbano' nas propostas de Ildefonso Cerdá para Barcelona, em 1859⁵⁹, a cidade nem sempre abrigou o corpo do cidadão como uma estrutura móvel plena de decisões.

O deslocamento, como arma de reconhecimento, ingerência, memória e apropriação da cidade – além de experiência fundamental para a adoção de uma postura prática (a dos praticantes) – foi algo lentamente assimilado pela forma com que as postulações se inseriram no meio social e conforme as proposições urbanísticas se deram.

Não é possível apreender a ideia de um corpo dessensibilizado diante das mudanças físicas (e virtuais) na estrutura urbana atual se não compreendermos a necessidade de interação do homem com novos ambientes suscitados pela participação das cidades num contexto global. É diante disso que afirmamos que a passividade com que os cidadãos têm lidado com os elementos compositivos das estruturas físicas e sociais, diante de quadros recorrentes nas metrópoles (engarrafamentos e ocupação plena de vias e viadutos, excesso de informação circulante, acesso ilimitado a lugares e contingente do espaço cibernético, imagens e mais imagens exaustivamente dispostas e acessíveis nas fachadas) reforça a necessidade de se encontrar, de forma diferenciada, autônoma e intensa, 'lugares-paradeiros' que liberem a visão de cidade que cada indivíduo carrega. Estes lugares, como defendemos, são as Cidades 'entre'.

| 113 |

Chamamos este conjunto de conceitos desenvolvidos pelos autores adotados em nossa base metodológica como **Cidade 'entre'** por entender que em todos eles (os discursos), a noção central é de uma permeabilidade, de uma coexistência que permite à cidade física manter-se como referência imagética e, ainda assim, promover a 'imaginação' de um espaço imaterial, sólido e comprometido com as mudanças. Além disso, concatenar os conceitos numa palavra enxuta e objetiva é também um passo metodológico para estruturar o que queremos comprovar: o papel da memória (do Futuro) na construção dessa cidade.

A Cidade 'entre' é um lugar recorrente nas buscas por uma solidificação social e imagética de seus habitantes. Sua existência representa a certeza do esmaecimento das esferas reais e virtuais, como também colocado por Haroche (2008a). Esta cidade procura um *locus* de manifestação; é nela que experimentamos as variações de ritmos, a cadência compreensível de imagens e cheiros, ancoramos nossas lembranças, criamos possibilidades e mantemos operante a vontade. Ela é uma extensão do corpo.

⁵⁹ O Plano de Extensão (*Ensanche*) de Barcelona é considerado a principal obra de Ildefonso Cerdá. A decisão oficial de derrubar as muralhas, em 1854, abriu caminho para a transformação da cidade de Barcelona. Em 1855 uma comissão (da qual Cerdá fez parte) inicia os estudos de um plano de extensão para a cidade. A comissão apresentou um anteprojeto em dezembro do mesmo ano. O principal objetivo do plano foi o de aumentar a área total da cidade, permitindo sua expansão além dos limites da antiga muralha e fornecer uma alternativa mais ordenada de ruas e quadras em comparação à confusa trama da do centro histórico de Barcelona.

Diante disso, passaremos a considerar cada conteúdo numa análise pontual, buscando ressaltar três pontos específicos em cada autor analisado: a temática central dos textos (1); sua configuração de cidade 'entre' (2); e de que forma a definição de cidade 'entre' participa da imagem da cidade contemporânea (3).

Michel de Certeau. A cidade-metafórica

Em sua obra (Certeau, 1994), o interesse pelo *outro* define uma perspectiva epistemológica e um método: trata-se da procura pela "compreensão" do que não é inteligível dentro de certo discurso social e histórico. O *outro*, a alteridade são chaves para a interpretação histórica e sociológica: o *outro* lança o *mesmo* nos territórios da *diferença*, rompendo o mundo calmo das certezas (Op.cit., p. 115). É nesta visão do *outro* que Certeau coloca seus fundamentos para impregnar uma geração posterior de 'manipuladores do espaço'.

Primeiramente, sua obra explicita que (tensionada ao limite da representação) a prática metafórica de reconhecer ruas e becos, tecer relações sociais e experimentar as reveses do espaço externo revela distintos focos no urbano: há sempre um perto e um longe; um escuso e um familiar. Ela também nos conduz a exercícios de fuga de um olhar totalizante sobre as cidades, posto que nos confronta com o real e suas representações.

Há, assim, toda uma estranheza do cotidiano que emerge ou se destaca sobre o visível, mas cuja visualização não pode emergir sem outros vieses, que – absolutamente – emergem na cidade contemporânea: as informações propagadas, as imagens veiculantes, o convívio permissivo no espaço público/privado e a mobilidade dos fluxos.

Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de operações (maneiras de fazer), a uma outra espacialidade (uma experiência poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada. Uma cidade metafórica insinua-se assim no texto claro da cidade visível e planejada. Analisar as práticas singulares e plurais; seguir as minúcias desses procedimentos, caminhadas, percursos pela cidade que se reforçam em proliferações ilegítimas, desenvolvidos e insinuados nos interstícios da vigilância e do controle, são maneiras de fazê-la emergir. (Certeau, 1994, p. 172).

Sendo um simulacro visual ou ainda um quadro cuja possibilidade de existência é também o esquecimento sobre o urbano e o desconhecimento das práticas nele realizadas, a cidade é tomada por este 'andar' que escreve textos e percorre lugares invisíveis que fogem às legibilidades. Tomamos a ressaltar que esta obra de Certeau (mais especificamente no capítulo sobre 'Caminhadas') foi um ponto de inflexão nas discussões sobre produção do espaço à época

e que sua importância é dada justamente nisso, no poder da mobilidade corporal, fonte até hoje utilizada nas teorias mais recentes sobre corpografia urbana e errância (Jacques, 2004).

Como as trajetórias do homem contemporâneo (assim como do homem moderno) são continuamente fragmentadas e marcadas por espaços alterados, o conhecimento dos percursos pela cidade é, sempre, mínimo. Disso decorre que sua representação é sempre outra. Desse modo, Certeau (1994) sugere que esses procedimentos multiformes e plurais levariam a uma teoria do espaço 'imaginado' ao salientar práticas 'estranhas' ao espaço geográfico ou geométrico das cidades.

Aliás, é precisamente por essas práticas que a manipulação da cidade se dá pela metáfora, outra maneira de dizer a mesma cidade, que desarticula os modelos prontos e previsíveis construídos sobre os espaços e os transporta a outros níveis de imaginação.

Sendo assim, podemos afirmar que a obra de Certeau (Op. cit.) define esta cidade metafórica, apresenta os processos pela qual ela é construída e referencia esta existência no período contemporâneo (este, que vivemos hoje) ao dizer que *"ela [a cidade] está cotidianamente sendo reescrita por seus habitantes nas práticas do espaço (...). As metrópoles tornar-se-ão labirintos de imagens"* (Certeau, 1994, p.45).

| 115 |

Gilles Deleuze. *A cidade recriada*

Deleuze e Guattari (1995) montaram seu arcabouço teórico sobre a ideia de um 'estriamento' intensivo do espaço, no início da década de 90 (séc. XX), de modo a fazer emergir uma realidade complexa, polimorfa e mutável que não se fundamenta em pontos ou objetos, mas no conjunto de suas relações. Um espaço, portanto, não extensivo, mas enrugado, feito de dobras, de lacerações, de conflitos: *"(...) um espaço tátil, muito mais que visível; um espaço ocupado por eventos, espaço de afetos, mais que de propriedades"* (Op. Cit., p. 54). Também sobre isso, Foucault (1986, p. 14) colocou:

Estamos diante de um espaço que se reconfigura continuamente: nunca fixado, determinado de maneira rígida. Objeto de contínuas manipulações, usado de modo flexível, para responder a sucessivas estratificações de exigências. Usado como um material plástico, trabalhado com o calor, que se retorce, alonga, se apresenta em formas sempre transmutantes.

Mas a origem de tal teoria encontra-se na obra individual de Deleuze, *'Diferença e Repetição'*, em que os processos de 'estriamento' são colocados como processos de dialética do mundo. Para o autor, há mais nesta esfera que engloba o espaço físico, o tempo e o indivíduo do que os nossos

olhos vêem. Exatamente no momento em que a própria planificação construiu seus melhores instrumentos de classificação (uma época associada ao modernismo e, atualmente, à pós-modernidade), Deleuze (1988, p. 35) insiste em que cidade é um objeto sem denominação.

Voltando à narrativa mítica dos dois mundos em Platão (que permite a separação entre as ideias puras e impuras através dos princípios de identidade e semelhança), Deleuze (Op.cit.) afirma que é a semelhança entre as imagens do mundo sensível e as ideias o que funda uma dialética de convivência das formas.

Nesta perspectiva, a inserção do que consideramos singular se faz por analogia ou afinidade. É ainda pela repetição dos elementos que os estímulos absorvem determinado contexto e podem recriá-lo, segundo uma diferenciação.

Machado (1990, p. 43), discorrendo sobre a obra filosófica de Deleuze, coloca que "(...) a cópia está ligada por semelhança à ideia de algo. O modelo é a ideia, e a cópia se funda a partir de uma semelhança interna com a identidade da ideia". Segundo Deleuze (1988), a motivação existente no processo platônico que cria a representação é a exclusão das cópias sem semelhança. Assim, a realidade viria através de uma reconstituição feita pela razão, por um processo de escolhas, e não deixaria de ser real. Teríamos uma imagem do que vemos (1) e outra imagem, já selecionada e categorizada (2) do que esperamos.

116

A partilha deleuziana de dois grandes conceitos para a imagem produzida pela mente livre do observador circula entre o que se chama 'imagem-movimento' (1983a) e 'imagem-tempo' (1983b); Rancière (2001) coloca que esta divisão escapa do circuito geral de diversas teorias impostas a partir da década de 1920 e se torna um ponto para repensar as estruturas do espaço (político, social e físico).

Podemos também salientar a fundação de um 'corte' na ontologia das imagens produzidas nas representações de cidade, a partir de Deleuze (1988). Essa uma linha tênue, porém marcante, que destrincha uma imagem produzida por arquétipos do passado e por uma imagem que surge de um conhecimento sensorial, é o próprio conceito de cidade. *Imagem-movimento* e *Imagem-tempo*, assim, surgem como explicações amplamente abraçadas pela arte cinematográfica do final dos anos 1970, que ainda buscava se estabilizar entre a 'câmera-olho' (apresentada por reformas importantes na maneira de se absorver o espaço físico das cidades) e a necessidade de objetivação das filmagens.

O primeiro tipo de imagem, a *imagem-movimento*, seria organizada pela lógica de um esquema sensório-motor, concebida como elemento de um encadeamento natural com outras imagens, trazidas pelas percepções e ações cotidianas.

A *imagem-tempo*, por sua vez, seria caracterizada por uma ruptura dessa lógica, pela aparição de "situações óticas, sonoras e sensitivas puras [sic] que não se transformam em ações" (1983a, p. 15).

Para Randière (2001), a partir daí se constituiria – como no cinema produzido pelo cineasta Orson Welles¹³³ – “a lógica da imagem-cristal, em que a imagem real não se conecta a uma realidade fixa, mas a sua própria imagem virtual”. Nesta teoria, a imagem-tempo vai fundar a compreensão do espaço contemporâneo, que, por conseguinte, trabalhará junto com o cinema moderno, oposto à imagem-movimento, de criação puramente narrativa e factícia – o cerne do cinema clássico.

Da teoria de Deleuze (1988) não podemos extrair um único conceito para esta cidade imaterial (que se apresenta como imagem), mas um verbete que permite entender que toda a experiência de espaço vem através de representações mentais e que estas (as representações) são elementos 'reais', estruturantes do mundo observado e, por isso, recriam as cidades.

Paul Virilio. A cidade-velocidade

Paul Virilio (1993) defende que para se tornar representação da *velocidade* o mundo teve de ser investido de imagens instáveis, fulgurações ininterruptas cujas referências colocam-se em vias de desaparecimento. Em 'O espaço Crítico', Virilio (Op. cit.) insiste nas relações como crise das dimensões, das referências e da apreensão do usuário:

Câmara obscura, Planetarium, Noctarium, a arquitetura reencontra suas origens obscuras: se a câmera de registro fotográfico e cinematográfico teve início outrora na caverna dos filósofos (...) e na câmara escura dos perspectivistas, hoje ela parece invadir toda a extensão visível, transformando as aparências sensíveis em instantâneos, espectros de uma realidade em vias de desaparecimento. (Virilio, 1993, p.69).

A questão central de seu trabalho é, portanto, não mais a da “crise da modernidade” como declínio progressivo dos ideais comuns, mas antes, a questão da *narrativa* em si, ou seja, de um modo de se absorver e repassar a representação 'oficial' das cidades.

Desta forma, a crise da noção de “narrativa” se mostra como a outra face da crise da noção de “dimensão” do ambiente, promovida por um mergulho cada vez maior em imagens oferecidas para consumo imediato e cidades-imagens (Virilio, 1993a, p.18-19).

¹³³ Orson Welles (1915/1985), cineasta, ator, roteirista e diretor norte-americano. A indústria cinematográfica fixou nele a atenção quando, em 1938, realizou uma emissão radiofônica inspirada em 'A Guerra dos Mundos' de H. G. Wells. Com o seu primeiro filme, Cidadão Kane (1941), Welles criou uma das obras-primas da história do cinema. Uma das suas facetas mais instigantes, na manipulação de imagens, foi a invenção da profundidade de campo e a oposição à tradição narrativa cinematográfica.

Os transtornos que afetam os modos habituais de representação se tornam ainda mais agudos quando a velocidade, a instantaneidade e a simultaneidade de um tempo real desvelam uma transferência desconhecida do olhar. Neste sentido, a produção industrial de velocidade encontra nas telecomunicações os materiais de transferência adequados à constituição de uma nova lógica da imagem, que remete a uma visão resultante da própria velocidade.

Se "(...) o espaço é aquilo que impede que tudo esteja no mesmo lugar" (Virilio, 1993, p. 60), este confinamento brusco faz com que tudo, absolutamente tudo retorne a este "lugar", a esta localização. Ou seja, se o autor defende que as imagens televisivas (remotas), os outdoors e a vida 'lida' em movimento são caixas encapsuladoras da ideia de espaço, é exatamente por meio delas que uma outra cidade emana e se confunde à realidade:

Se a arquitetura, por exemplo, *permite ver* por intermédio da materialidade da ereção dos muros, das paredes, a construção dos prédios, ela contribui para dissimular (de forma ocular) o horizonte das aparências. (Virilio, 1993, p.71).

| 118 | Assim, a instantaneidade resulta na atopia de uma interface única. Depois das distâncias de espaço e de tempo, a *distância-velocidade* abole e dá condições aos sujeitos (ou impele) que busquem outras referências de ancoragem no espaço. (Virilio, 1993, p. 13).

Em O '*Espaço Crítico*', Virilio (1993) faz uma perfeita associação entre o mundo real e o conceitual – este que chama de "mundo ausente" (1993, p. 97), ao mesmo tempo em que se pergunta: "*Como viver verdadeiramente se o aqui não o é 'mais' e se tudo é 'agora'?*"

Porque percebe que o segundo (o mundo conceitual) está em crise em razão das inovações técnicas, Virilio (Op. cit.) defende que o primeiro (o real) também sofre as conseqüências desta crise. A partir deste ponto, o autor abandona a identidade entre mundo real e conceitual para mostrar que diante da indecisão entre considerar o espaço real e conceitual, uma coisa só surge, coisa que é representação e é espaço, e que não está em lugar nenhum: "*Da mesma forma e simultaneamente, já que o que é interativo é intercambiável, o urbano não possui mais uma forma (...) está em toda parte e lugar nenhum.*" (Virilio, 1993, p. 97).

Na versão de Virilio (Op. cit.), esta Cidade 'entre' é vertida pela velocidade, é mais do que contemporânea (como todo o seu discurso) e necessita da circulação de imagens para se fundamentar.

Manuel Castells . A cidade-informação

Para Castells (1995, p. 69), “estamos vivendo um desses raros intervalos na história: um intervalo cuja característica é a transformação de nossa ‘cultura material’ pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação”. Um desenvolvimento tecnológico que, oriundo deste intervalo, foi baseado na habilidade de armazenar, recuperar e processar a informação – atividades relacionadas aos efeitos contemporâneos da memória.

Como principal resultado, o processo perde sua valia e o produto passa a ter maior consistência, advindo desta inserção (rápida e eficiente) das tecnologias da informação (TIs), tendo consequências diretas nas relações sócio-culturais e nos capitais simbólicos adquiridos pela vivência na/das cidades.

Como outros autores colocaram, entre eles o precursor da teoria no Brasil (Milton Santos, 1994), a ideia de fluxos é pertinente à ideia de fortalecimento da cidade física, devido a sua mobilidade crescente e a sua flexibilidade temporal. O espaço dos fluxos é uma das características mais acintosas nas cidades contemporâneas, cunhando outros grandes termos como cidades *Virtuais*¹³⁴ (Aurigi, 1997) ou *Cibercidades* (Lévy, 1996). Conceitos diversos têm emergido de forma a salientar as formas de interação entre cidades e as redes digitais de comunicação (conceitos que exploramos em capítulo afim), todos relacionados a um processo de *networking* (processos de circulação e funcionamento em redes), o que constitui uma marca essencial à noção de pós-globalidade. Mas Castells (1995) denomina este fenômeno simplesmente como cidade-informacional, por sugerir que são as trocas baseadas nos sistemas de informação que gerem a ampliam o conceito de cidade.

A cidade informacional é a cidade do espaço de fluxos, na qual uma série de transformações sociais, econômicas e políticas têm renunciado novas formas de interação do cidadão com o espaço dito ‘real’. Nesta nova configuração, as TIs informação são utilizadas fundamentalmente para flexibilizar a noção de espaço, tempo e apreensão do indivíduo nas cidades.

A cidade-informação traz, igualmente, a necessidade de uma visão holística (que se sobrepõe à análise de partes da cidade), convocando uma mesclagem entre seus aspectos materiais – sua estrutura urbana – e seus aspectos imateriais – fluxos construídos através de relações sociais (Castells, 1995, p. 36), o que corrobora com a visão de cidade ‘entre’.

Nos debruçamos (e escolhemos) esta obra de Castells ‘*The Rise of the Network Society*’ (1995) e não uma de suas mais abrangentes obras, *A Questão Urbana* (1974), por acreditar que a primeira

¹³⁴ Resumidamente, um espaço urbano virtual é a porção do ciberespaço onde podemos identificar os vários elementos espaciais do sistema urbano. N. A.

obra refere-se a um comprometimento com os acontecimentos contemporâneos delimitados a partir da implantação definitiva das tecnologias em rede, por volta da década de 1990 e com as

necessidades de reinterpretação de tempo e espaço que acometem os demais autores que citaremos neste capítulo. Da mesma forma, esta obra (traduzida como '*Sociedades em Rede*' no Brasil) amplifica os discursos acerca de uma cidade-referência ao mundo físico estabelecido, chegando assim no tema pertinente a nossa pesquisa.

Para Castells (1995, p 56) "*a cultura da virtualidade real*" está imbricada em todas as esferas da vida cotidiana e é um processo de ordem cultural; uma vez que as culturas consistem processos de comunicação e que, sendo a comunicação baseada em sinais, não há separação entre "realidade" e representação simbólica, também as cidades em rede favorecem a construção de uma cidade imaterial, adornada dos registros de ordem material que se tecem ao longo da vida humana.

Ao defender esta visão, Castells (1995, p. 73) abole de vez a noção de região – que correspondia à noção de vida social, econômica e política há até vinte anos atrás – e instaura uma dimensão atemporal do espaço, dando ao "tempo intemporal" o lugar do tempo cronológico.

I 120 I

Para Castells (op. cit.): "*a ausência da noção de tempo torna o futuro um eterno presente nas cidades*".

Em sua cidade-informação, a cidade 'entre' – que se constrói por balizadores com a cidade fisicamente estabelecida – reside na consciência de uma eterna possibilidade e de uma manutenção da vida social que excede os limites de um espaço construído; é também com as informações recebidas pelas redes digitais na cidade contemporânea que a cidade-informação pode ser vista por seu lado metafórico, e não apenas como um produto de uma ciência da computação.

Edward Soja . O terceiro espaço

Soja (1996) é um dos pensadores mais recentes sobre a questão de cidades imateriais (ou imaginadas, como coloca em seu título), porém referencia-se à obra *A Produção do Espaço* de Lefebvre (2000) de forma peremptória, fazendo com que seu texto seja uma releitura de teorias precedentes. Em suas primeiras linhas, Soja coloca (Op. cit., p.2):

(...) meu objetivo é simples: encorajar o leitor a pensar diferentemente sobre o significado e a significância do espaço e de conceitos que lidam com a espacialidade da vida humana: lugar, localização, ambiente, casa, território, geografia, (...) enfim, abrir sua sensibilidade crítica à imaginação espacial.

Para Soja (1996), a ideia de um espaço receptor de lembranças e catalisador de uma imagem correspondente à cidade idealizadora/idealizada por seu usuário mescla-se para gerar o 'terceiro espaço', defendido em sua tese como um resultante do que o autor nomeia 'primeiro' e 'segundo' espaços, respectivamente, o receptor de lembranças e o ideário da lembrança.

Para o referido autor, o primeiro espaço caracteriza a prática espacial do espaço vivido, ou seja, constitui-se a versão material do que denominamos espaço (sem, no entanto, referir-se à terra, ao solo, mas sim às condicionantes que geram situações específicas com as atividades cotidianas, 'o lugar da brincadeira', 'o lugar do estudo'). Já o segundo espaço caracteriza o espaço concebido e sua assunção se dá através das representações possibilitadas "*pelo trabalho da mente no espaço*" (1996, p. 78).

Apesar de opostos em epistemologia, Soja (Op. cit.) entende que esses dois espaços possuem um hiato e que, avançando em sua tese, um terceiro espaço é convocado a surgir da "*desconstrução empática e da reconstrução heurística*" entre os dois espaços materializados (Soja, 1996, p. 81). O 'terceiro espaço' seria o lugar de manifestações espaciais imediatas (físicas, de aparência) e mediatas indiretas (imagens, signos, símbolos). Em outras palavras, ele é a concatenação entre 'sensação', 'percepção', 'concepção' e 'lembrança'; ele é um 'entre', nomeado por Soja como um espaço *realimaginado* (1996, p.11).

Esta 'trilética' do espaço (como é proposto no capítulo 2 de *Thirdspace* por Soja, Op. cit.) baseia-se antes, como dito, nas contradições ressaltadas por Lefebvre (2000) para o espaço urbano. Para este último autor, a relação dialética das cidades reside no seio desta triplicidade, indicada como: *o percebido, o concebido, o vivido*.

O espaço enquanto coisa imediata só pode ser sentido (e só conhecido enquanto ausência), mas não percebido. Pois sua percepção já resulta de uma atividade prática e de um trabalho de entendimento. Fatalmente, lançará mão de representações. A percepção unifica racionalmente as sensações e lhes acrescenta *recordações*, tomando-se um conhecimento mediato proposto por este exercício do lembrar. (Lefebvre, 2000, p. 45);

Em nossa pesquisa, este terceiro espaço, aparentemente simbólico, emerge na existência e ciência de sensações, atividades e elementos imateriais que se agregam à espacialidade (por uma sondagem sensitiva do mundo) e conferem ao usuário das cidades (e à própria cidade) a noção de um único conglomerado.

Mas é óbvio que para dissolver todas as diferenças e 'costuras' oferecidas pela cidade incessante, este terceiro espaço manifesta-se de forma subjetivizada, encontrando em aspectos de alguma coletividade suas semelhanças.

Devemos ressaltar que após a análise desta obra de Soja (1996), ficou claro a nós que sua teoria não passou de um postulado, pois o autor não conseguiu avançar no conhecimento dos processos sócio-espaciais que exigiriam a construção de um *thirdspace* e, sobretudo, deteve-se em assegurar a existência de uma crise, conforme Lefebvre já havia citado (2000).

Entretanto, o uso da dialética como um método de análise para o campo físico das cidades se constitui um avanço inédito na produção de ferramentas na área da arquitetura e acreditamos que sua concepção de terceira cidade é, de forma clarividente, imediatamente associada com a cidade 'entre', que defendemos.

Rainer Randolph . *A cidade simulada*

Segundo Lefebvre (1979) o espaço enquanto “coisa mediata” só pode ser sentido (e conhecido) enquanto ausência, mas não em sua fisicalidade. Ao corroborar com esta versão, Randolph (2001, p. 1753) levanta a tese de que se a percepção do espaço já resulta de uma atividade prática e de um trabalho de entendimento, portanto, fatalmente, já lançará mão de algum tipo de representação: “(...) a percepção já unifica racionalmente as sensações, lhes acrescenta recordações. É, então, um conhecimento mediato”.

| 122 |

A ideia desse mediatismo na adoção de uma espacialidade específica recai sobre a insurgência de outros espaços, que necessitando de elementos intercessores para sua compreensão (como as lembranças ou as imagens produzidas por uma *memória abrangente*), monta um novo cenário cognitivo que exige novas formas de olhar. O *Ciberespaço*¹³⁵ está, assim, presente nesta relação mediata e vence o discurso em que “o imaginário se torna real” e cria o confronto entre o “factual” e “friccional (ou espaço de simulação)” (Randolph, 1998).

Neste espaço de simulação (friccional) surgem novas formas de subjetivação (socialização) e de formação de identidades através de um processo de desconexão que vai ser complementado por uma reconexão (imagética) com outros lugares da cidade, vivenciados em situações múltiplas, configurando um cenário de imagens da cidade que se justapõem por qualidades afins (Op. cit., p. 1764).

Este processo só pode ser fabricado por um praticante ativo da cidade física e da cidade produzida por redes (de informação e de relações), como coloca Randolph (2001), obtendo no reino das imagens (da imaginação) sua maior resistência.

¹³⁵ *Ciberespaço* é um espaço de comunicação que descarta a necessidade do homem físico para constituir a comunicação como fonte de relacionamento, dando ênfase ao ato da imaginação.

Por isso, esse espaço *simulado* ou *abstrato* de Randolph (2001, 1998) assemelha-se, em muito, com a ideia de *terceiro espaço* de Soja (1996), ao recobrir-se de um paradigma lefebvrino de justaposição de uma triplicidade vertida pelo percebido, o concebido e o vivido.

Para Randolph (Op. cit.), desconsiderar novas (e outras) componentes que dariam margem à ampliação do conceito de cidade é o mesmo que negar a cidade contemporânea, destituída de valores puramente espaciais, como cita Haesbaert (2001) – um dos autores focados por Randolph:

Uma noção de cidade que despreze sua noção simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam o seu caráter político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros de sua conceituação (...) mesmo para o mais tradicional dos intérpretes do espaço e do território no final do século passado, Ratzel, um laço 'espiritual' ou uma ligação 'psicológica' ao solo é criado no costume hereditário da habitação e se torna espaço. (Haesbaert, 2001, p. 1770).

Assim, a ideia de território físico se finda, se neutraliza e se dissolve em 'imaginárias' que são, como defende Randolph (2001), produtos de uma simulação que possibilita ao praticante da cidade incorporar-se a ela de forma análoga:

Inadaptado aos novos dados da economia, impotente para pôr em ordem a proliferação contemporânea das reivindicações identitárias, abalado pelos progressos do multiculturalismo, [o espaço] foi ultrapassado pelos avanços de uma mundialização que pretende amplificar regras, valores e objetivos para a humanidade e assim, possibilitar novas relações espaciais que se vinculam à simulação. (Randolph, 1998).

Desta forma, esta cidade mediata e friccional (produzida por um ato de simulação, ou fricção da *realidade* e do *fato*) se apresenta também em nosso conceito de Cidade 'entre' e pode ser associada a uma valorização do poder da ausência física, diante de uma materialidade abundante e caótica nas cidades.

Dana Cuff . A cidade-incorporada ou cidade-imanente

Juntamente à crise em que se encontram as diversas áreas do conhecimento em que prevalecem as ideias de *ordem*, *previsão* e *controle*, também se encontram exauridos muitos dos conceitos e operadores por meio dos quais as cidades vinham sido pensadas por séculos, diante de quadros de abordagem estritamente mecanicista.

Ao tocar nestes pontos, Cuff (2003) nos apresenta em sua obra *'The Immanent Domain'* seu conceito de *'virtualidade incorporada'* (*embodied virtuality*) como sendo uma das formas por que os espaços urbanos contemporâneos têm sido experimentados e estruturados.

Defendendo quatro implicações principais para a maneira como percebemos e interagimos com o espaço físico, Cuff (Op. cit.) reforça a ideia de que a cidade contemporânea não opera na mesma marcha dos planos e da tratadística urbanística, antes, convoca diversas esferas relacionadas ao *controle* para manter-se operante diante das mudanças físicas e sociais por ela incorporadas.

Ordenação, Invisibilidade, Oposição e Controle são os quatro quesitos abordados por Cuff (2003) de modo a categorizar as discussões em torno das necessidades e expectativas de crescimento das cidades, os mesmos elementos apresentados por Mumford (*Apud Relp, 1990*) ao se questionar sobre as novas áreas do conhecimento técnico¹³⁶.

Numa primeira tomada, utilizando a comparação com o 'Panóptico de Bentham', o discurso de Cuff (2003) afirma que o espaço urbano contemporâneo é parte de um ambiente extremamente controlado, um *'ambiente ordenado'* (*enacted environment*), que por este motivo, apazigua conflitos de ordem social e tende a homogeneizar as relações.

I 124 I

Num segundo ponto, a *invisibilidade* das TIs sugere à autora que o que *"era sólido e opaco se torna transparente e, o que faz acessível coisas escondidas é invisível"* (Cuff, 2003, p. 43). Isto se refere à natureza da infraestrutura de tecnologias telemáticas onde fibras óticas são subterrâneas, as ondas de rádio são invisíveis e os satélites estão além do alcance de nossa visão.

A terceira implicação diz respeito ao *conflito* entre os aspectos públicos e privados do espaço urbano. O argumento da autora é que a sociedade atual, extremamente vigiada e controlada, redefine nossa percepção para o que é público e o que é privado, reconfigurando as noções de *oposição* entre interno e externo, real e imaginário ou físico e virtual.

Finalmente, a quarta implicação se relaciona às noções de civilidade e vida públicas, também afetadas pelo aumento do controle e da vigilância. Cuff (Op. Cit., p.62) argumenta que este novo espaço *'cibemético'* e *pervasivo* (*pervasive*) é a essência dos espaços contemporâneos, facilitando a imersão dos usuários da cidade em *ciberespaços* (espaços desmaterializados) e criando, em última instância, *cyburgs* (espaços onde a computação é espacialmente incorporada ou *"um ambiente saturado com capacidade computacional"*, Cuff, 2003, p. 44).

¹³⁶ Mumford elenca quatro categorias de ampliação do conhecimento humano na pós-modernidade em *Arte e Técnica* (obra de 1952): organização, ocultação, oposição e controle.

Tais questões reforçam a necessidade de reprogramação de nossa compreensão generalista das cidades, que tem sido tratada, freqüentemente, de modo fragmentário. Um fator primordial diz respeito à forma de olhar a cidade (ou de trabalhar este olhar)¹³⁷ que, longe de traduzir apenas imagens parciais, revela “qualificações” do espaço urbano. A abordagem de Cuff (2003) implica a noção (ao menos acadêmica) de como a complexidade interfere na maneira com que absorvemos os espaços e, então, fazemos uso da memória e construímos seu imaginário.

Conforme aponta Sennett (1997, p.24), é preciso entender como os diversos aspectos da experiência urbana – em sua diferença, complexidade e modificação – sustentam a sociabilidade humana em sua resistência à ordem e à dominação. Considerando a cidade como obra de arte e não como mero artefato, Sennett (1990, p.170) também acredita que os impulsos para o desenvolvimento de um olhar consciente devem ser (igualmente) as fontes necessárias para a emergência e mobilização de energias criativas, tomando as visíveis os sujeitos e recuperando a plenitude dos sentidos perdidos pela continuidade e excesso de informações.

A visão otimista de Sennett (Op. cit.) esbarra no prognóstico incisivo de Cuff (2003), mas também se aproxima ao encontrar nas considerações sobre o ‘divórcio’ estético da unidade entre espaço e tempo um ponto de inflexão das duas falas (Cuff, 2003, p. 81; Sennett, 1990, p.170); para ambos, é preciso reunificar estas relações, ao menos no nível interpretativo da arquitetura, para que a ausência de privacidade, o domínio do olhar ‘invasivo’, o controle exagerado e a camuflagem das estruturas (como no caso do quesito *invisibilidade*, Cuff, 2003) não venham a maquinar uma cidade ainda mais temerosa que os seus preceitos.

| 125 |

Justamente na junção das quatro categorias de Cuff (Ibidem) é que uma cidade – nova, atemporal e atópica – se instaura. Para Cuff (2003, p. 38) “o reino imanente da cidade [*the immanent domain*] se estabelece num conjunto de materialidades possíveis que conseguem, através da aparição de tais preceitos [*organização, ordenação, invisibilidade e controle*], evadir uma cidade nova, que não é domesticada por nenhum deles, mas, mesmo assim, vive da imanência deles”.

A cidade incorporada de Cuff (*embodied space*, 2003, p. 21) é um conceito regulamentador de relações, antes de tudo. E é páreo à ideia de cidade ‘entre’ no momento em que é materializada (ou imaterializada, se assim podemos dizer) através de relações cada vez mais repetitivas no cenário urbano das cidades. Ela (a cidade incorporada) pode ser construída por sujeitos que igualmente estão à mercê das implicações apontadas por Cuff (Op. cit.), mas não é um objetivo único; é um meio de sobrevivência.

¹³⁷ A leitura de Merleau-Ponty (1996a) esclarece uma das questões relativas ao ‘olhar’, por meio de uma fenomenologia dos mecanismos de percepção e de reflexão que supõe o sentido dos sentidos. O autor diz que o fato de possuir sentidos torna possível a capacidade de “encontrar um sentido para certos aspectos do ser”; tomando claro que o olhar provém de uma elaboração da percepção. Ao enfatizar o fluxo contínuo a da percepção e nela o movimento, ele analisa os mecanismos e processos que levam da sensação à percepção, da irreflexão à reflexão para mostrar que olhar, como atributo dos sentidos, só é possível na alternância do movimento e da pausa, ou seja, na descontinuidade – marca, esta, ausente do espaço e tempo contemporâneos.

“Vivemos em um mundo urbano onde o que quer que se viva, ou se experimente, é capturado pelo que consideramos ‘urbanidade’”, coloca Read (2006, p.49). Para o referido autor, estamos ‘suspensos’ por uma noção instaurada de velocidade, conectividade e mundo tecnológico (como cotidianamente atestamos) que se constitui um resumo de nossas próprias vidas futuras.

Diante deste panorama, o termo ‘urbano’ perde completamente o seu oposto – periferia ou rural – e se insere nas contradições do que ‘é ou não’ uma cidade, o que é ‘de fora’ e ‘da’ cidade. Apontar, hoje, que nosso mundo é urbano significa apontar para um único pólo de dualidade e assumir que representamos um estado de ‘ser’.

Mongin (2003, p. 36) coloca esta diferença em dois pólos oriundos da própria certeza de urbanidade geral, o que acaba por criar duas visões de espaço físico urbano, de acordo com as implicações de controle e tempo disponíveis no imaginário das cidades; são elas: a noção de espaço *clássico* (expressão dos desacordos possíveis na cidade) e de espaço *genérico*¹³⁸ (lugar do controle, onde há impossibilidade de expressão dos conflitos). Para Mongin, esta é a ‘cidade-depois’:

I 126 I

A cidade-depois [après-ville] é um mundo onde, de certa maneira, ocorre a remissão da política, mas, sobretudo, acontece a impossibilidade de expressão dos conflitos (...) interessa-nos, portanto, saber por que a cidade buscou até então – desde a Grécia antiga até as cidades da Renascença Italiana – expressar esta referência conflituosa como desejável e necessária para, abruptamente, se desenvolver sobre a ordem, o controle e a falta de convívio. (...) É fato que o controle ordena a vida diária e possibilita a manutenção do poder, da cidadania rôta e da falta de identidade (...) pergunto-me, no entanto, se esta cidade do amanhã não seria perigosa para todos nós, à medida que nos separa da possibilidade do conflito [trad. livre das autoras]. (Mongin, 2003, p. 37).

Nesta ‘cidade-depois’ que Mongin (Op. cit.) ressalta, o espaço clássico (geralmente demarcado por edifícios que perpassam o tempo, por pequenos campos disponíveis à colheita familiar e por quadras, ruas e praças públicas) está diminuto, desferido de seu papel, pois mesmo que ainda exista, precisa sucumbir aos atributos da ideia oferecida de ‘cidade genérica’ – que através do controle se aporta como cidade ‘ideal’.

É esta mesma cidade ‘ideal’ que exige a urbanização de todas as esferas (da vida social à vida pública) e se instaura como o “*reino da urbanidade generalizada*” (Mongin, 2003, p. 36). Em

¹³⁸ Ideia próxima de como Koolhaas tratou a cidade contemporânea em *A Cidade Genérica*, 1995.

termos gerais, a cidade-depois é uma visão niilista e provocativa do que podemos encontrar como definição de espaço (habitável) após muitas e extenuantes décadas de controle sobre a vida pública.

No entanto, a visão de Mongin (Op. cit.) representa um avanço na compreensão das características do espaço contemporâneo, bastante conotado por sua primazia nas relações de ordem social e pouco restrito às conformações de ordem espacial e política.¹³⁹

Como comentado acima, Mongin (2003, p. 35) colocou que “(...) a expressão da nova imagem das cidades designa um reino de urbanidade generalizada: o urbano em todo lugar. Desta forma, a distinção [de cidade] mais vale pela distinção entre velocidades e tempos do que pela experiência”. Assim, o autor salienta uma das possíveis respostas para sua dúvida sobre o amanhã: as cidades se reinventam em outros tempos. Elas buscam, em sua própria crítica, sedimentar um panorama de reconciliação com os problemas advindos de uma pós-globalização: “elas podem não se construir materialmente diante de cenários caóticos, mas constroem-se mentalmente em aspirações” (Idem, *ibid.*, p. 42).

Isto significa que a cidade, como um corpo representacional (oriunda de representações), “montada a partir de diversos membros que possuem uma harmonia entre si” (Caudel F. *Apud* Mongin, 2003, p.39), ou “repleta de zonas de fricção, onde a multiplicidade de experiências individuais pode se concretizar e favorecer os acontecimentos” (Gracq *Apud* Mongin, *ibid.*, p. 42) convida seus praticantes a reconsiderar a questão de *habitat* e de lugares, assim como a construção de uma vida espacial conjunta. A luta por lugares físicos (Mongin, 2003, p. 46) é uma luta pela construção de lugares imateriais e acreditamos ser aí que o conceito globalizador de Cidade 'entre' se insira no discurso político do autor.

| 127 |

Tessituras

Auxiliando a multiplicação de novos e diversos significados e co-produzindo uma imagem – principalmente no que tange às imagens de consumo do novo 'cidadão contemporâneo' – algumas dessas teorias emergentes e seus produtos reforçam o princípio de *superficialização* das cidades, diante de formulações virtuais e efêmeras para o espaço e os corpos sustentados por este.

Dentro de uma ótica antropológica surge uma nova faceta dos centros urbanos: a cidade das aparências, do simulacro, onde 'o que é' não 'parece ser' e vice-versa, num complexo jogo de desejo e frustração, de sonho e realidade. Por esses, e outros conceitos explorados na cidade contemporânea, fica cada vez mais evidente a necessidade de arquitetos e urbanistas repensarem as formas pelas quais vêm atuando sobre o espaço físico e estimularem, de forma coerente, o re-

¹³⁹ Optamos por não convencioná-lo de *pós-moderno* uma vez o termo encontrar-se em região indefinida de consistência e mesmo de aplicação (seu nascimento culmina com seu término, como comenta SOLÁ-MORALES, 1995).

-lacionamento entre os elementos materiais e imateriais das cidades – de forma simplificadora, dando atenção aos elementos físicos e à noção de Cidade 'entre', defendida com tantos nomes por diversos teóricos.

O desejo por uma representação e vivência simbólicas (numa sociedade em que a duração não é extensiva) revela a sobreposição entre realidade e imaginário (simulacro) gerada, também, por um culto imagético. O simulacro, portanto, atinge seu ápice e incorpora-se definitivamente à vivência individual e coletiva urbana (Baudrillard, 1993) na necessidade de uma Cidade 'entre', que dá voz aos praticantes da cidade contemporânea.

Dentro deste simulacro residem lembranças, anseios e aspirações que precisam ser enxergados por um viés arquitetônico-antropológico e que desempenham papel preponderante sobre a imagem final do espaço urbano planejado.

No entanto, fixar esta noção (de Cidade 'entre') sem contar com as diversidades oferecidas pelo(s) tempo(s) e pela *memória*, valores agregadores e representativos de uma necessária e cada vez maior transitoriedade, foi ponto recorrente na pauta de tais autores analisados, como teceremos a seguir e comprovaremos, de fato, a existência de um valor memorial associado à Cidade 'entre'.

I 128 I

3.2 SOBRE MEMÓRIA DO FUTURO

REGALO

*Quando meu pai
voltava da roça
trazia, além da alegria
garrafas de leite cru.*

*Às vezes, cestas de ovos
mangas maduras
polvilho, açúcar em pó.*

*Trazia o cheiro das coisas
sem malícia. A memória
dos pastos que iam crescer.
O azul do amanhã.*

Maria Esther Maciel Borges

Por que considerar a memória como um elemento (ou conceito) agregador nos estudos sobre cidades contemporâneas? Primeiramente porque, assim como a linguagem, o espaço vivenciado (muitas vezes idealizado) e estruturado mentalmente nasce de um mecanismo de diálogo entre o sensível e o inteligível (Duarte et al., 2007). Em segundo porque, neste processo, o indivíduo não apenas busca a explicação de sua situação, sua identidade num mundo em transformação, mas também reconstrói suas próprias lógicas e aspirações a partir de uma sensibilidade pessoal e individual, que acreditamos participar dos processos de reconhecimento e fundação de imagens (Id., Ibidem).

Todo espaço possibilita uma história e, de certa forma, os praticantes das grandes cidades encontram (nos pequenos recortes espaciais) os fragmentos de que necessitam para construir suas próprias histórias individuais e coletivas. Assim, a memória reflete a relação entre passado, presente e futuro de cada fragmento e delimita um princípio importante no reconhecimento do potencial simbólico e apropriativo dos espaços construídos.

Eckert e Rocha (2005) abordaram este tema de importância fundamental às Humanidades em um de seus últimos trabalhos, '*Tempo e Cidade*'. Ao traçarem um breve panorama da antropologia brasileira, justamente naquela a que nos acostumamos denominar 'antropologia urbana', as autoras analisam as formas de assimilação 'acomodadora' do homem ao seu meio, configurando expressões singulares da relação entre o espaço físico e suas mudanças temporais e ressaltando algumas tensões evocadas pelo ato de *lembrar*, ou ainda, da experiência *mnemônica* (Eckert e Rocha, 2005, p. 39) como um ato de resposta à insegurança desenvolvida nos novos espaços construídos.

| 129 |

Dentre tantas incertezas que são levantadas neste estudo, uma é bastante clara: diante do processo natural de evolução e atualização das cidades, o espaço contemporâneo já não é o mesmo que caracterizou as cidades industriais e o modernismo no final do século XIX e grande parte do século XX. A 'distância', grande limitador e fator decisivo na organização espacial, já não representa uma barreira em vários setores de atividades e é latente que passamos a operá-lo (o espaço) em função de seus fluxos temporais, viabilizados pela informação.

Também o debate sobre a 'sociedade da informação' está em pauta nos autores que apresentamos no subcapítulo anterior e, de igual modo, por todas as esquinas das cidades e nos teóricos comprometidos com elas (Soja, 1996, p. 57; Randolph, 2001, p. 1756, entre outros).

Se Eckert e Rocha (Op. cit.) falam diretamente do papel do *tempo* como um processo de experiências mnemônicas na cidade contemporânea e de – consequentemente – fundação de lugares, há, porém, uma falta de remetimento direto a esta temática que nos seria chave para qualquer análise que busca desvendar esta nova realidade espacial nos trabalhos de Certeau (1994), Deleuze (1988), Virilio (1993 e 1993a), Castells (1995), Soja (1996), Randolph (2001), Cuff (2003) e Mongin (2003).

Antes, gostaríamos de lembrar a que tipo de *espaço* nos referimos (dentre as infinitas possibilidades da nomenclatura): *espaço*, para nós, é o elemento que associa movimento e tempo, ou seja, incorpora as dimensões psicológicas de quem o apreende e as questões de *grandeza, permanência e memória* (Huyssen, 2000; Nora, 1997).

Dito isto, devemos notar que nosso trabalho começou (ainda no projeto de tese apresentado ao Proarq) baseado numa discussão sobre esses caracteres (*permanência, memória*) impressos na dimensão física do espaço urbano e na dimensão sensitiva do indivíduo que habita a cidade; foi neste momento que trouxemos, através de um conceito estruturador dos demais (o de memória), a dimensão *afetiva* das *Ambiências* para dentro dos espaços 'maquinados' da cidade contemporânea.

Não obstante, foi com o desenrolar das pesquisas que entendemos que a versão contemporânea de memória, presente em todos os procedimentos de apreensão da cidade e nos discursos de teóricos expoentes na questão da narrativa (como Derrida, 2001), abarca uma ideia de memória estruturadora de valores individuais e sensibilizadora para o mundo – o que, eventualmente, pode produzir visões de mundo semelhantes em indivíduos diferentes.

I 130 I

Dentro deste discurso, onde o espaço surge como um novo porta-voz em busca de uma centralidade da memória no contexto contemporâneo, frágil por sua efemeridade, alguns outros teóricos têm afirmado que "*vivenciamos o fenômeno do 'boom das memórias', onde a progressiva e irrevogável inserção no mundo transnacional tem incentivado a re-valorização de diferenciadas cidades e identidades culturais*" (Anico, 2005, p. 74).

Coube então, em nossas considerações, repensar de que maneira o 'tempo das cidades e dos indivíduos' tem se interpolado com o 'espaço das convivências' e formulado um espaço outro, o de uma cidade 'entre'.

Mariotti (2007, p. 727) nos auxiliou nas primeiras incursões pela complexidade da cidade contemporânea ao comentar que:

A cidade complexa corresponde à multiplicidade, ao entrelaçamento e à interação contínua da infinidade de sistemas e de fenômenos que compõem o mundo atual, as sociedades humanas, a pessoa humana e todos os seres vivos. Não é possível reduzir a complexidade a explicações simplistas, a regras rígidas, a fórmulas simplificadoras ou a esquemas fechados. Ela só pode ser entendida e trabalhada por um sistema de pensamento aberto, abrangente e flexível – o pensamento complexo, que justamente se materializa em algo prático e assimilável: **o espaço da cidade**. Não uma cidade carnal, mas aquela emblemática, que favorece nosso pertencimento e está lá, **entre a que trafegamos todos os dias**. [grifo nosso].

Para que a noção de complexidade seja tomada como um princípio da cidade contemporânea devemos assumi-la como um fato, e não como um conceito. Os sistemas complexos estão dentro de nós e a recíproca é verdadeira. O único motivo pelo qual denominamos nosso estágio atual de associação espaço-temporal como *complexo* é porque, exatamente neste ponto, a multiplicidade de conceitos, teorias, projeções e desmembramentos têm se tornado excessivos.

Se nosso foco está no discurso sobre a memória (que se evoca) e num questionamento (aparentemente) coletivo em torno dela – como comprovamos pela recorrência do assunto em interesse global – também ela está presente em nossas formas de dialogar com o 'complexo', especialmente em se tocando na experiência ordinária da cidade.

Mas não falamos de uma noção de memória cristalizada pela história evolutiva das cidades, nem de um padrão associado ao ato de 'recordar'. Falamos da memória que trabalha no(s) tempo(s) contemporâneo(s), que comporta uma 'miscigenação' temporal, que produz a interpolação da 'real' existência do espaço com as conseqüências de formas diferenciadas de fixação do tempo.

Huyssen (2000) coloca que o fim do século XX foi marcado por um deslocamento na experiência e na sensibilidade do tempo; e este 'tempo das cidades' é um escrutinador das relações de permanência e apropriação, de acordo com a intensidade da permanência em determinadas situações.

| 131 |

Dentro desta abordagem de memória, que chamamos Memória do Futuro, surge um referencial 'tempo' justaposto de vários tempos, ou muitas vezes inerte, onde a contagem das horas não é a mola propulsora, onde definições e especulações não se fazem necessárias; onde o relógio que controla os percursos é ditado por uma agenda ou uma lista de prioridades e onde a experiência de espaço não é dada simplesmente pela quantidade de minutos despendida no local, mas pela intensidade com que mergulhamos nas dimensões volumétricas – físicas ou digitais (Read, 2006).

Nesta perspectiva, o espaço passa a ser (como dissemos anteriormente) um *médium* entre os diversos contextos temporais e não mais um palco; ele possui as entidades físicas necessárias para a consolidação da vida humana, mas não é uma finalidade. É um entre. Ele necessita do tempo (reflexivo) para fornecer aos seus usuários o ato (a peça) que proporcionará a formação de identidades.

A Geografia Humanista, a Sociologia e a História foram as primeiras ciências a sinalizar que a flexibilização deste conceito além de necessária era, também, importante para a segmentação dos saberes. Desta forma, o entendimento de que uma Memória do Futuro faz parte da compreensão do mundo construído e habitado, fato discutido desde Agostinho (ano 354-430), foi imprescindível para a estruturação do tempo nas cidades.

Apesar de mais recentemente introduzida em trabalhos na arquitetura, foi entre 1927 e 1928 que Pierre Janet (1928), problematizou a questão do tempo na apreensão das cidades; com uma série

de escritos posteriormente intitulados *L' évolution de la Mémoire et de la Notion du Temps*, transformada em compêndio pela editora A. Charine (Paris), o autor desenvolveu (boas) questões voltadas para o campo da psicologia experimental e comparada.¹⁴⁰

Janet (1928) nos mostra em sua obra seminal que o presente é uma conduta particular da memória¹⁴¹ e da narrativa, visto que (o presente) é uma narrativa da ação que construímos enquanto estamos agindo. Esta conduta 'paradoxal' (que sugere que coloquemos memória e narração no presente) foi apresentada em meio a um continente bombardeado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e bastante ciente desta posição; atualmente, esta conduta tomou-se mais do que uma proposição; uma necessidade ao cidadão do espaço contemporâneo, que fixa suas referências em movimento e as associa no próprio momento em que a ação se realiza.

Para compreender esta dinâmica, Janet (1928, p. 28-30) explicita que “ao remontar o acontecimento do interior, unindo em uma única história completa o passado, o presente e o futuro, constroem-se ‘fabulações’ necessárias que encontram na Memória do Futuro seu paradeiro”. O paradeiro necessita de uma base espacial, qualquer que seja para se solidificar. As cidades promovem este paradeiro, de forma física ou, como chamada por Janet à época (1928, p. 52) “extrassensorial”.

I 132 I

Nenhum autor havia penetrado tão profundamente no detalhamento da estrutura do tempo e da memória quanto Janet (Op. cit.) à época e, por isso, seus escritos funcionam até hoje como referência para o pensamento do tempo nas cidades – e para nós, na certeza do desenvolvimento de um arcabouço que se concretiza no futuro (ou na intenção deste) para problematizar as cidades imateriais pregadas por tantos teóricos.

Ora, para se introduzir a memória num tempo ainda não abordado ou experimentado, é preciso que outros (tempos) funcionem como imãs de detecção dos pontos favoráveis à construção de tal narrativa (em nosso caso, da narrativa de fabricação de uma cidade) e fazer com que os narradores abstenham-se de sua centralidade, ou seja, caiam em uma relação de não-determinação de si mesmos (Op. cit., p.32) – o que corrobora com nossa análise de conteúdo, feita neste capítulo.

¹⁴⁰ Em edição esgotada, só tivemos acesso a este material através de textos passados diretamente por Jean-François Augoyard (2009), um dos muitos estudiosos atuais sobre a memória contemporânea nas Ambiências Urbanas.

¹⁴¹ Memória, aqui, vista como uma memória consistente, por oposição a uma memória de fabulação, típica das narrativas não-lineares. A diferença que Janet (1928) faz entre a *memória consistente* e a *memória de fabulação* faz ressoar uma diferença cabal entre memória e história: “a história é essencialmente longitudinal e a memória, vertical. A história consiste em passar ao longo de todo o acontecimento. A memória consiste, essencialmente, estando dentro do acontecimento, mais que tudo em não sair dele, em remontá-lo por dentro (Apud Gilles Deleuze, 1990. Cinema II, a imagem-tempo. São Paulo: Brasiliense).

E isto significa dizer que os preceitos, teorias vigentes e esquemismos engendrados nas cidades contemporâneas passam a ser, definitivamente, incorporados como uma realidade objetiva e coletiva que possibilita uma construção individual de futuro e de uma subjetividade específica.

Stiegler (1996) também é outro autor importante na questão sobre a Memória do Futuro. Com referências explícitas às obras de Husserl, Paul Valéry, Heidegger e Derrida, o autor enumera alguns pontos importantes relacionados à memória direcionada ao futuro. Stiegler (Op.cit., p. 72) cita que:

(...) da ideia de *duração* (presente na modernidade e no pensamento iluminista) para uma visão mais instantânea do tempo, imediata, que acompanha uma ideologia de consumo em tempo real, aprendemos a posicionar nossa memória como um objeto de valor e não como uma peça de museu (...) assim, entendo os meios de comunicação com o mundo como objetos temporais que coincidem no tempo de seu escoamento com escoamento do tempo das consciências (...) que só operam diante de uma memória flexível ao futuro.

A obra de Janet (1928) nos situa numa evolução progressiva de três grupos principais de escala temporal: [1] a duração; [2] a memória elementar; [3] a organização do tempo. Estas três escalas reforçam o papel de uma miscigenação de tempos que fundamenta a compreensão espacial de qualquer extrato, já que a memória permeia os corpos que se utilizam de uma base espacial. Esses grupos também possibilitam compreender que a Memória do Futuro está presente em qualquer relação interpessoal que necessite de esquemas, representações e simbolizações, ou seja, está em praticamente todo o discurso sobre Cidade 'entre' dos teóricos escolhidos.

| 133 |

Mas o que, resumidamente, opera a Memória do Futuro? Como nossa definição mostra, ela auxilia a construção de imagens metafóricas que possibilitam ao usuário do mundo (urbano) atuar em seu espaço físico através de considerações que utilizam o tempo passado, presente e futuro como referências, sem perder a capacidade criativa de reconstruir seu próprio lugar 'sobre' os elementos constitutivos da cidade.

Se para outras ciências este dado permite uma reinterpretação das verdades, para a arquitetura e o urbanismo ele gera a possibilidade de mudanças de paradigmas nas formas de analisar, construir e habitar o espaço. É, de fato, por esta mudança que a atuação arquitetônica na vida pública se reveste de novos olhares ao favorecer mais e ampliadas soluções para os "*depósitos de problemas causados pela globalização*" (Bauman, 2009, p.32). E é por isso que sondar sua existência dentro do discurso de algumas teorias que convergem para o tema 'cidade' tem se feito nosso mote.

Prosseguiremos, deste ponto, no confronto dos autores selecionados por nós – agora dentro do tema Memória do Futuro.

Nosso maior objetivo é apontar, dentro de seus discursos, o momento em que a relação temporal aparece imbricada à noção de Cidade 'entre' (1) e de que modo este discurso (da memória) participa ativamente para fundamentar a versão de Cidade 'entre' de cada autor (2). Objetivamente, pretendemos encerrar este capítulo demarcando nossa defesa, a de que a Memória do Futuro fabrica a Cidade 'entre'.

Não tomaremos cada autor separadamente, como fizemos no capítulo imediatamente anterior, pois não pretendemos focar a etapa denominada *Contextualização* (já realizada). Nesta etapa, estaremos fazendo uma crítica direta aos traços narrativos dos autores selecionados e abordando o que a teoria sobre Análise do Discurso chama de *consumo do texto*, ou seja, 'ameaçar' a literalidade do discurso por momentos de 'hiato' colocados no jogo de desaparecimento e reaparecimento de contradições (Foucault, 2005, p. 171). Por isso, os autores aparecerão em ordem menos relacionada com a cronologia e a história e mais relacionada com a semelhança dos discursos e a recorrência.

Confrontando Memória do Futuro Prática do Discurso

I 134 I

Randolph (2001) considera em seu texto uma das máximas sobre a recente 'cultura da memória': a de que ela (memória) atravessa os liames da esfera privada e avança sobre as experiências subjetivas da cidade contemporânea. Para o autor (Idem, *Ibid.*, p. 1757) a "*investigação do 'novo' não pode ser realizada sem dar conta do 'velho' e de seus contrapontos temporais*". Neste sentido, Randolph (Op. cit.) explicita que a estabilização espacial baseada nas memórias cotidianas (talhadas pela presença de diversas esferas de tempo) tem papel essencial em sua teoria sobre uma 'cidade simulada', para além do papel estritamente concedido aos seus *espaços de fricção*.

É justamente ao mencionar o papel de tais espaços (*espaços de fricção ou simulação*) que ele se dirige à noção de uma conversão de temporalidades que 'dá poderes' à ausência física através das redes de informação. Na tríplice relação assumida por Randolph (2001) para incorporar a cidade contemporânea (o percebido, concebido, e vivido) – paradigmas propostos por Lefebvre (2000) – tanto o *percebido* quanto o *vivido* necessitam de conotações temporais promovidas pelo confronto de um 'anterior' e um 'posterior', "*(...) um processo de desconexão que vai ser complementado por uma reconexão (imagética) com outros lugares da cidade vivenciados em situações múltiplas (...)*". (Op. cit., p. 1764).

Nenhuma reconexão (ou conexão) pode se dar sem uma dinâmica de evocações e deslocamentos que se promovem por um jogo de memória baseado em extratos espaciais; da mesma forma que nenhuma relação com o *vivido* ou o *percebido* pode se estabelecer sem uma profunda relação com o *concebido* e, este sim, corrobora com uma visão de futuro que des-

-mantelamos a cada cingida por outros tempos, construindo novos arquivos (Derrida, 2001).

Na escrita, como na foto de nossos antepassados, a evidência de nossa mortalidade, de um mundo que continua independentemente de uma presença física, revela o poder do arquivo. O arquivo é um lugar de recorrente acesso (Op. cit.). O fato de a memória arquivada não estar completamente comprometida com a reprodução do mundo 'real' (tal como ele nos está legado) desfaz em grande medida o conforto e a segurança de uma compreensão linear da história e nos exige circular por diversas esferas de tempo para concretizar um cenário mais condizente com sua evolução.

Se no filme *Intervista* (1987) Federico Fellini, Marcello Mastroianni e Anita Ekberg visitam o seu passado e constata sua mortalidade, "(...) no envelhecimento precoce da ovelha Dolly¹⁴², o presente tem a possibilidade de visitar seu futuro biológico e este futuro teria a oportunidade de reconhecer o passado como algo que lhe sobreviverá" (Stiegler, 1996, p. 36).

Se para Randolph (2001, p. 1753) "a percepção do espaço resulta de uma atividade prática" é notório que participar dos espaços físicos e reconhecer, neles, os diferentes extratos de tempo que possivelmente auxiliam a construção de cidades simuladas é um princípio estruturador do papel da Memória do Futuro que, como dissemos não se catalisa pelo valor das 'lembranças', mas pelo poder das projeções praticadas.

| 135 |

O ato de praticar a cidade, na ideia de movimento (Certeau, 1994), propicia uma atitude que pode ser localizada em textos ficcionais da literatura (brasileira). Estes constroem lugares teóricos a partir dos quais pode ser estabelecida uma dialética entre a configuração do narrador e a constituição de uma representação estética da cidade (e uma 'imaterialização' de cidade). Dois bons textos nacionais nos revelam isto: *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) de Lima Barreto e *A alma encantadora das ruas* (1910) de João do Rio.

Apesar de pertencerem ao século passado, acreditamos que suas obras vêm ilustrar esse mote de modo bastante preciso: a Memória do Futuro engendra-se ao corpo que trafega o espaço. Soma-se a isso o fato de que os textos tomam a cidade do Rio de Janeiro como ponto de partida, o que fornece um recorte bastante específico: historicamente o Rio de Janeiro afigura-se como cidade privilegiada, espécie de "moldura mítica" para seus praticantes, sempre ensaiada em suas possibilidades. Passeando pela noção de 'percursos afetivos' e por 'circulações infinitas' que chegam a detonar qualquer discurso totalizador sobre a representação de uma cidade, os dois autores mencionados impulsionam a teoria que relativiza a fixação da memória.

¹⁴² A ovelha Dolly, primeiro mamífero clonado, envelheceu mais rapidamente que sua própria "mãe". Podemos ainda falar de papéis centrados numa lógica de origens, como "pai" e "mãe", diante deste fato irrefutável: Dolly foi menos uma cria que um desenvolvimento celular de sua suposta "mãe". Dolly foi a possibilidade de o presente visitar um futuro possível, assim como a possibilidade do futuro desenvolver-se como algo pretérito. N.A.

Michel de Certeau (1994), ao analisar as 'Caminhadas pela Cidade', lembra que este ato funciona como redefinição espacial e temporal, ocasião onde cada caminhante faz escolhas, cria atalhos e sustenta sua marca transformadora pelo tempo. Por esta ação reveladora de se 'apropriar' de lugares, ora fragmentando-os, ora integrando pontos que conformam novos espaços (pelas mudanças naturais ou forjadas de paisagens), o caminhante também interfere no que quer apreender. Neste ponto, a cidade metafórica de Certeau (Op. cit., p. 171), assim como a valorização da prática urbana por Randolph (2001) não pode se concretizar sem levar em conta um princípio universal: a cidade é movimento e o tempo conduz esta mobilidade; corpo e tempo são uma única estrutura, dentro do movimento.

Logo, podemos dizer que no ensaio de Certeau (Op. cit.) a condução à cidade metafórica é feita pelos que se deixam colocar na condição de estimulados a extravasar os limites tradicionais de tal paisagem. É pela possibilidade do prolongamento mental da reflexão, feito através da *desconstrução dos fluxos* informativos assimilados pelo tempo, que Certeau (1994, p.110) analisa as caminhadas como possibilidades de desvio, táticas subversivas do consumo imposto.

A invenção do cotidiano então se dá, no caso específico da cidade, por meio da arte de encontrar 'clareiras' temporais, o que na visão 'nostálgica' de Certeau é a fenda que permite a extensão mental do lugar, a tessitura do mapa psicogeográfico¹⁴³.

I 136 I

Se é através do tempo que as metáforas podem se consolidar e só a experiência (como empirismo) traduz esta conformação, é através do que evocamos pelas caminhadas que a *cidade-metáfora* (= cidade 'entre') vem à tona. Não pelo que se visualiza, mas pelo que a representação fornece em diferentes colagens temporais, que emergem em novas representações de cidade pela experiência da Memória do Futuro (um agente de 'previsão' e de 'recriação').

Ao afirmar que "(...) *as metrópoles tomar-se-ão labirintos de imagens*" (Certeau, 1994, p.45) o autor denuncia, exatamente, o papel que a configuração da Memória do Futuro assumirá após o intervalo necessário para engendrar tais imagens (e representações) na fabricação de sua 'cidade metafórica'. É pela colagem das experiências, promovidas por tal memória, que a cidade 'entre' se manifesta.

Também é assim que Virilio (1993) assume sua 'cidade-velocidade'. Ao atacar o processo de desterritorialização (pela entrada de uma cultura digital) na cidade contemporânea, o autor

¹⁴³ A psicogeografia foi definida pelos Situacionistas (1960) como o estudo das leis exatas e dos efeitos específicos do entorno geográfico, seja organizado conscientemente ou não, sobre as emoções e o comportamento dos indivíduos. Ela se fez necessária quando o principal problema do urbanismo era assegurar a circulação fluida de uma quantidade cada vez maior de veículos. A psicogeografia instaura novos ambientes situacionistas que se caracterizam pela sua curta duração e sua transformação permanente. A experiência do espaço urbano foi concebida então, não como o resultado de uma ordem compositiva, mas como deriva: uma acumulação errática de experiências cinestésicas.

parece agarrar-se, anacronicamente, a uma concepção de espaço/tempo que acredita não existir mais (Op. cit., 1993, p. 18). Todavia, assume uma posição de destaque ao tempo da memória (sem referenciá-lo desta maneira, no texto), ao confrontar a noção de 'tempo real'.

Podemos dizer que é exatamente através dela, da colagem de tempos e imagens (Virilio, 1993, p. 96) que as propostas do autor se baseiam; se para Virilio (Ibidem) o urbano perdeu sua forma e está em todo lugar porque 'navega' em imagens e proporciona uma vigilância global (ou seja, uma forma de reconhecimento de qualquer cidade em qualquer lugar), é por causa da velocidade, da instantaneidade e da simultaneidade de um tempo 'real' que a transferência desse olhar se faz.

Resumidamente, é em associação ao princípio de *repetição* de Deleuze (1988) que as imagens do cotidiano se somam e se amontoam e é somente pela transposição dos tempos que a repetição se torna possível. Obviamente, um mecanismo de arquivo se torna necessário, e este é a Memória do Futuro.

Mas, sobre a tese de Deleuze (1988), o que poderia ser dito acerca de um princípio que define 'inscrição' e 'repetição' no processo de arquivamento, de definição de memória? Em primeiro lugar, que "*o arquivamento tanto produz quanto registra o evento*" (Derrida, 1994, p. 29). Em segundo lugar, e mais importante: que ele funciona como uma referência ao futuro, aliás, ele é a própria referência.

| 137 |

Evidentemente, interessa-nos aqui analisar um tipo de memória particular, nomeadamente o tipo em que as próprias "(...) técnicas de arquivamento, impressão, de inscrição e reprodução, de formalização, de codificação e de tradução de marcas (...)" são objetos de racionalização (Derrida, 2001, p. 26). Em outras palavras, interessa-nos a memória *tecnocientífica*, que lida com as habilidades de criticar e escolher seus (melhores) traços e recortes; uma Memória do Futuro que consegue buscar referências para uma determinada lacuna espacial da cidade.

Alguns dispositivos tomam-se necessários nessa empreitada e, como citou Lefebvre (1979, p. 107), a ideia da ausência (ou da lembrança) se encaixa nesta lacuna de forma a criar este espaço imaterial, entre o vivido e o sentido. Através da Memória do Futuro colecionamos os retalhos que se incorporam à malha pré-existente da colcha cidadina e se multiplicam em aldeias de informações.

Para Soja (1996) o 'terceiro espaço' (sua ideia de cidade imaterial) seria o lugar de manifestações espaciais imediatas e mediatas (imagens, signos, símbolos). Sendo uma condensação de *estímulos, sensação, concepção e lembrança*; assim, o autor (Soja, 1996, p. 77) oferece, livremente, o que seu texto não conclui: que a Memória do Futuro (como força conceitual) é uma das forças, se não a maior, na fabricação de uma cidade imaterial e que a mediação entre a primeira e a segunda cidades é feita por este elo.

Por utilizar-se desta dialética (entre a prática espacial e as representações advindas desta), fazendo emergir um conceito de 'terceiro espaço' para preencher a lacuna entre os dois outros

espaços, Soja (Op. cit.) coloca o papel de uma habilidade mótil e temporal na apreensão das cidades, assim como de uma dialética sobre a consideração de memória. E ao tomar partido de uma fabricação de cidade que verte pela centralidade de um objeto 'recriado' por um discurso, o autor materializa as premissas da Memória do Futuro, em seu poder de concepção. Poder, este, investido pelos fluxos de tempos dos quais a cidade informacional é reprodutora.

Para Castells (1995) é esta cidade (informacional) a razão de tantos aparatos teóricos que intencionam minimizar os efeitos de uma série de transformações sociais, econômicas e políticas na interação do cidadão com o espaço dito 'real'.

Diferentemente da maior parte dos teóricos selecionados, Castells foi a campo e coletou mais de 20 anos de dados para serem comparados e trabalhados naquilo que se tomou sua trilogia: *'Economia, Sociedade e Cultura'*¹⁴⁴. Obviamente, alguns pontos comuns surgiram das diversas abordagens e foi em *'A Sociedade em Rede'*, seu primeiro volume (1995, cuja primeira edição foi lançada no Brasil em 2000), no capítulo *'Espaço de fluxos e Espaço de lugares'* (Op. cit., 512-517) que o autor sinalizou uma perspectiva de incorporação da memória (flexibilizada num futuro). Para Castells (1995): *"a ausência da noção de tempo torna o futuro um eterno presente nas cidades"*. E esta afirmativa possibilita que interpretemos sua visão de cidade 'entre' (ou cidade informacional) como sendo um objeto constantemente talhado pelas intenções e pelas projeções de futuro.

I 138 I

Para Castells (Op. cit.), o tempo é um objeto de valor e surge em todo o seu discurso panorâmico (das interferências micro e macro do papel das redes, nas sociedades contemporâneas) como um propiciador de *"todas as expressões culturais (...) que vêm juntas nesse universo digital (...) em um supertexto histórico gigantesco, [fazendo emergir] as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa"* (Castells, 1995, p. 394). Mais adiante, o autor arremata de vez a ideia de que uma cidade (e sociedade) em rede possibilita a criação de cidades virtuais (e imateriais) fundamentalmente associadas à realidade, através deste manejo de diferentes referências temporais, com a conclusão de sua frase anterior: *"(...) com isso, elas [as expressões culturais] constroem um novo ambiente simbólico e fazem da virtualidade nossa realidade."* (Idem, lbid., p.395).

A realidade, como vivida, explica Castells (Op.cit.), sempre foi virtual porque sempre é percebida por intermédio de símbolos formadores da prática com algum sentido que escapa à sua rigorosa definição semântica. De modo direto, afirma, *"toda realidade precisa de um meio imaterial, refletido por diversos tempos pessoais, para se tornar real"* (Castells, 1995, p. 397).

No entanto, Mongin (2003, p. 35) colocou sua preocupação sobre a 'cidade-depois' numa postura diferente de Castells (1995). Para o autor, *"(...) a expressão da nova imagem das*

¹⁴⁴ Volumes derivados da coleção *'A Era da Informação'*, editados no Brasil pela editora Paz e Terra.

ciudades designa um reino de urbanidade generalizada (...). Desta forma, a distinção [de cidade] mais vale pela distinção entre velocidades e tempos do que pela experiência". Deste modo, tirando o 'peso' da experiência na fabricação de sua cidade, o autor ressalta o valor da passagem e incorporação do tempo distante dos valores pessoais pregados por Castells (Op. cit.), mas bem próximo de uma possível resposta para sua dúvida sobre o amanhã: as cidades se reinventam em outros tempos.

Como diretor da conceituada revista *Sprit*, e assumindo parte da crítica ao urbanismo contemporâneo, Mongin (2008) parece ter esbarrado num problema seminal às primeiras teorias (Certeau, 1994; Deleuze, 1988) ao evadir da noção de 'prática' e incorporar simplesmente a noção de 'território' no discurso pós-globalizado de seu texto.

Entretanto, é por este discurso de Mongin (Op. cit.) que a ideia de uma cidade 'entre' fica absolutamente concreta e factível. *"A cidade informe pode ser o futuro que nos espera"*, avisa Mongin (2008, p. 48) e esta advertência sinaliza que o futuro é sua preocupação latente, assim como a democracia plena. Em um trabalho voltado para o questionamento sobre "o que é a cidade do amanhã?", também Cuff (2003) se emparelha a Mongin (2008) e resume: *"o reino imanente da cidade [the immanent domain] se estabelece num conjunto de materialidades possíveis que conseguem (...) evadir uma cidade nova (...) e consagrar a possibilidade de resistência de um vínculo com a cidade física no plano absorvido por uma memória de todos os tempos"* (Cuff, 2003, p. 38-39).

| 139 |

Tessituras

O que promoveria tal necessidade de busca de referências espaciais num conjunto de abordagens que refletem – unanimemente – o poder da desterritorialização? Em nossas pesquisas no ASC temos acenado que as *Ambiências* impregnam o espaço das cidades estabelecendo uma maior interação entre as pessoas e seus ambientes. Portanto, se a *Ambiência* ativa a estruturação da experiência através de um estreitamento dos vínculos afetivos entre homens e ambiente, feitos de diversos tempos, podemos considerar que os atributos das *Ambiências* são capazes de estimular o desenvolvimento de uma experiência subjetiva e dinâmica e de uma *Memória do Futuro*, uma vez que os sentidos e a capacidade de evocar esta memória participam nos processos de diferenciação e dotação de valor às cidades.

Por relacionar-se ao ritmo da vida cotidiana é que a *Memória do Futuro* inspira tais conceitos, demanda interpretação e oferece temas à reflexão e à imaginação. Badiou (*Apud* Paula, 2008), afirma que *"(...) não se pensa da mesma forma em todos os espaços. Os praticantes da cidade sabem disso; eles percebem a pluralidade de suas *Ambiências*, seus sintomas, indícios, mudanças através de suas coleções de referências"*.

Uma vez que a cidade é reconstruída e reelaborada (mentalmente) e que sua realidade é negociada dentro das infinitas relações sociais ancoradas no tempo, como vários dos teóricos

analisados afirmaram, é também sobre esta estrutura concatenadora, a Memória do Futuro, que todo o discurso de cidade 'entre' se consolida. Ao final deste capítulo, chegamos numa espécie de sumarização que pode ser colocada desta forma: a Cidade 'entre' é fato demarcado no processo de concepção e representação das cidades contemporâneas e sua fixação se dá, exclusivamente, por esta flexibilização da memória (e valorização dos extratos de tempos – passado, presente e futuro) nas sociedades globais.

Por que valorizar o tempo é uma pergunta que tem muito a ver com o fim de uma 'era de otimismo' ilimitado ao futuro (iniciada com o Iluminismo) e o fim de uma repúdia ao historicismo (colocada pelo modernismo). Sem esses dois pólos, ou vivendo no hiato deles, perceberemos que o desenvolvimento das cidades a partir do final da década de XX (de forma pontual) foi baseado numa quebra total de paradigmas para sua cristalização, já que uma de suas razões para o desenvolvimento (a tecnologia da informação) possibilitaria a presença do futuro em todo o instante e uma recorrência a diversos outros tempos.

Por conta disso, também, todas as teorias que defendem uma cidade imaterial ainda mais viva e instigante no seio da cidade física contemporânea só podem ser validadas, como colocamos, através da noção de que a Memória do Futuro é, hoje, o recurso das sociedades para fabricar novas imagens (mais concretas para o indivíduo do que o cenário mutante das cidades) – fato sinalizado neste capítulo. Incertezas acompanham todos os momentos de transição, mas são justamente elas que permitem a concordância de tempos. E é justamente num processo de ruptura da continuidade histórica que as atenções tendem a se direcionar para o papel da memória (Halbwachs, 2001).

Daí, cremos que abordar a cidade como objetivo de uma recuperação (ou aparecimento) das subjetividades ou 'criação autônoma' representa, para nós, uma tentativa de analisar a constituição do mundo representativo da arquitetura e das ciências sociais. Por isso, chegamos a este ponto comprovando que a cidade, em sua ordem dinâmica, está ligada a universos temporais, 'reais' e auto-propagadores, mesmo quando adotada pelo viés do imaginado; ela é parte de um sistema temporal que fabrica imagens e que se relaciona, assim, à Memória do Futuro. Em contraposição a todas as buscas por um sentido podemos que dizer que só ela (a cidade), em todas essas buscas, faz sentido (Read, 2006, p. 50).

3.3. INTERPRETAÇÕES

A imagem da rede nos propõe uma multiplicidade de conexões em movimento constante; o ir e vir das informações constitui importante processo de comunicação que se desenvolve nos recor-

-tes espaciais (materiais ou imateriais) escolhidos para seu desenvolvimento. Se assim a cidade contemporânea se apresenta, também assim sua apreensão se faz: ambulante, multiplicadora, desenfreada. Mas, ao passo que as imagens se proliferam, diminuem os anseios por fidelidade ao real. Ao fabricar mais e repetidos modelos de estruturas públicas e privadas em sítios cheios de retalhos superpostos, a arquitetura se insere na condição de transportadora da informação. É fato que diversas imagens se espalham com facilidade por diversos cenários, ampliando o sentido de desterritorialização do homem e trazendo a memória como uma entidade de estudo. É fato, também, que existem vários casos de exceção.

Deleuze e Guattari (1995) sinalizaram que as construções dos espaços urbanos na contemporaneidade são máquinas enunciativas de novos tempos, ou seja, seu alcance vai além de suas estruturas visíveis e funcionais, pois interpela os sujeitos das mais variadas maneiras: histórica, funcional, afetiva, simbólica, estilística.

Cada conjunto material que produz a cidade é um foco de subjetivação. *“Não seria demais enfatizar que a consistência de um edifício não é unicamente de ordem material, ela envolve dimensões máqunicas e [desejáveis] universos incorporais”* (Op. cit., p.161-162). Falar desses universos é abarcar o papel da memória na manutenção do corpo que ‘navega’ por diversos espaços e que constrói sua Cidade ‘entre’.

| 141 |

Mas o que marca a cidade contemporânea, senão a compreensão de que a contemporaneidade não tem um limite definido, espalha-se por todas as rebarbas possíveis? Atrela-se, assim, um processo de subjetivação que aponta para o surgimento de um universo homogêneo em sua diversidade, trazendo a ilusão de que a cidade é única em sua estruturação, de que o urbano está em todo lugar, de que o mundo é uma extensa cidade.

É justamente na transposição dos espaços tradicionais, consolidados e históricos para a “colagem urbana”¹⁴⁵ flexível e mutante que há, primeiramente, o surgimento de um espaço urbano que se reproduz. Em segundo plano, há um esmaecimento das relações de pertencimento na cultura contemporânea, ao que Jameson (1997) chamou de “esmaecimento do afeto”, e este esmaecimento demarca um emblema programático visual que se incorpora em diversas formas de compreender as transformações urbano-arquitetônicas do espaço contemporâneo.

“Vivemos em um mundo urbano onde o que quer que se viva, ou se experimente, é capturado pelo que consideramos ‘urbanidade’”, coloca Read (2006, p. 49). Para o autor, estamos ‘suspensos’ por uma noção instaurada de velocidade, conexão e mundo tecnológico que se constitui um resumo de nossas próprias vidas. Apontar, hoje, que nosso mundo é urbano significa apontar para um único pólo de dualidade e assumir que representamos um estado de ‘ser’.

¹⁴⁵ Numa alusão à ROWE, Colin. *Collage City*. Cambridge: MIT Press, 1978. In: NESBITT, Kate (org.). *Theorizing a New Agenda for Architecture*. New York : Princeton Architectural Press, 1996.

Podemos dizer, aí, que a maior característica da Memória (do Futuro) e da subjetividade do corpo, na cidade contemporânea, é tão somente o de desenvolver uma nova imagem, este 'estado de ser': assimilável e possível.

Podemos colocar o 'urbano' como um objetivo ou 'força empreendedora' o que, para nós, representa uma tentativa de analisar a constituição do corpo e da memória, nossos primeiros suportes informacionais. Nossos estudos apontam, em todas as direções, que o caminho da cidade que ainda será projetada (em coexistência com sua história prévia) é o de incorporar estes anseios coletivos (ou Cidades 'entre') como ferramenta para sua inserção no mundo construído. Para isto, nenhum outro conceito se encaixa com mais fidelidade do que a Memória do Futuro, com seu corolário de 'previsão' e 'retenção'. Ao admitir que tal conceito é possível, que ele participa da interpretação do espaço físico das cidades, também admitimos que a cidade por ele se traduz.

Confabulando novamente com Mongin (2003, p. 51), acreditamos que “a grande lição política das cidades reside no fato de que o desacordo exige um espaço comum recriado pela lição da memória”. Por isso, estudar os espaços urbanos contemporâneos no foco de sua sensorialidade e sensibilidade, espaços estes geralmente relacionados a um excesso de controle – nos permitiu entender de que forma a nova urbanidade vem se consolidando nas relações imagéticas e como é possível construir abordagens e propostas mais fortemente relacionadas a essas necessidades.

Fala-se atualmente numa *geografia narrativa*, onde a paisagem=ambiência é protagonista. Devido as suas imagens pré-concebidas, os símbolos urbanos têm o poder de sintetizar a experiência espacial, visto que entre eles e o espectador já existe certa apropriação emotiva. A cidade surge, então, como extensão psicológica, como um agente sensorial. Dentro de uma ótica antropológica surge uma nova faceta dos centros urbanos: a cidade das aparências, do falso, do simulacro, onde 'o que é' não 'parece-ser' e vice-versa, num complexo jogo de desejo e frustração, de sonho e realidade. Por estas, e outras noções exploradas na cidade contemporânea, fica cada vez mais evidente a necessidade de arquitetos e urbanistas repensarem as formas pelas quais vêm atuando sobre o espaço físico e estimularem, de forma coerente, o relacionamento entre usuário e cidade além de seu 'acontecimento instantâneo'.

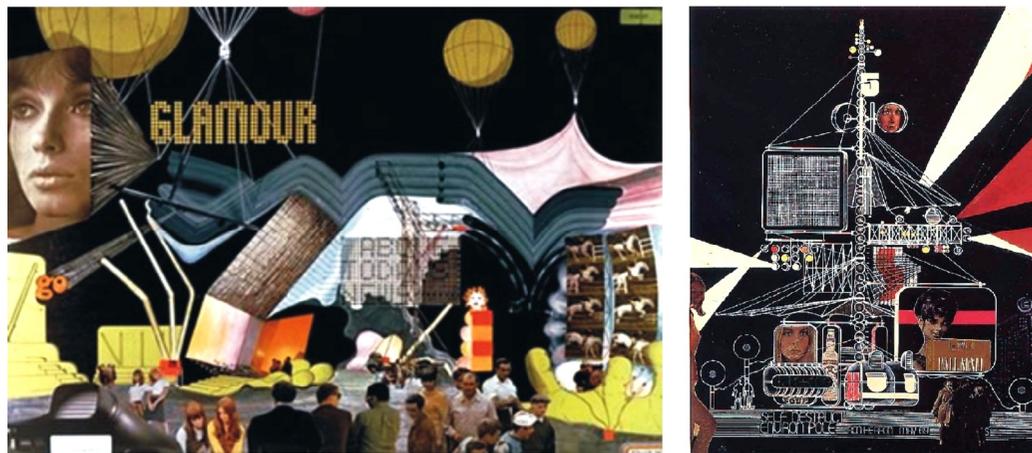
A ilusão do 'instante' esbarra na dinâmica entre *velocidade e tempo*. A imagem conceitual comumente adotada nas civilizações ocidentais é a da *seta*, que direciona um movimento de estática e aceleração ilusórias. Sob este ponto de vista, *velocidade* tem sido associada a uma 'falta de paciência' (histórica, afetiva e pedagógica), que por sua vez a transforma numa *velocidade relativa*, que relativiza o tempo de acordo com as necessidades momentâneas e incita à 'perda da memória' diante do acesso infinito à informação (Jeudy, 2005).

A memória randômica (análoga à Memória do Futuro, mas não ela), que se renova a cada novo fato, que se acessa em terminais digitalizados e que – de certa forma – permite o arrasamento

de obras arquitetônicas inteiras (devidamente catalogadas) é um dos sintomas que tem tomado o olhar do usuário mais propenso a cegar-se ou misturar-se ao mar de imagens flutuantes dessa cidade ilusória.

Reeducar o corpo e a mente à necessidade de um novo tipo de absorção dos espaços é necessário – e tem sido tema de debate entre as mais diversas esferas dos estudos arquitetônicos e urbanísticos nos últimos 20 anos. As legendas 'espaço cibernético', 'liquid architecture' e 'transarchitecture' (Spuybroek, 1998) representam tanto a materialização de um desejo por invadir o futuro quanto de um retrocesso às instâncias mais subjetivas e inconscientes do ser, ou seja, uma busca pela dinamização dos estímulos sensoriais e pela coleção dos elementos constantemente rememorados.

Como falamos excessivamente, a massificação destes estímulos, de tanto ofertados, levou multidões à aceitação ininterrupta de qualquer imagem e à falta de necessidade reflexiva. Enquanto na década de 60 os desenhos do grupo *Archigram* (fig. X) clamavam por "instant cities", no século XXI as teorias relacionadas às "slow cities"¹⁴⁶ – em suas devidas proporções – clamam por uma *reconfiguração* do ser diante do cenário mutante.



| 143 |

Fig.12: Sketches do grupo Archigram para duas Instant Cities (1962). Fonte: <www.retrofuture.com>.

¹⁴⁶ O movimento "Slow Cities" começou em detrimento do lançamento de uma tendência em estilo de vida e alimentação chamado "Slow Food". As cidades-membro deste movimento comprometem-se com a qualidade de vida de seus habitantes, especialmente em relação à vida pública, social e ao beneficiamento de sua comida. O primeiro encontro de "Slow Cities" aconteceu em Orvieto, Itália, em outubro de 1999, 10 anos depois do primeiro movimento relacionado à comida. Para ser uma "Slow City", não basta pensar em agir com menos pressa, plantar e colher no seu tempo, mas ligar-se a métodos tradicionais para fugir do mundo homogeneizado e industrializado.

Este cenário mutante aceita ininterruptas formas de desmembramento e absorção por seus usuários e é o principal responsável — em conjunto com as novas práticas sociais e o avanço das tecnologias — pela adoção facilitada de 'vias de escape' que facilitem sua incorporação.

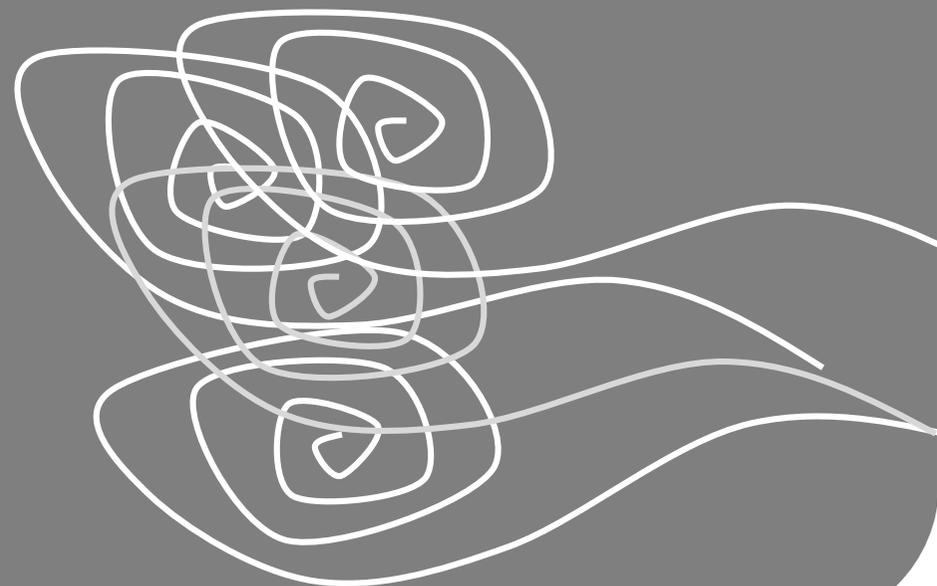
Entendemos que nenhum postulado genérico deve ser lido como uma verdade global, assim como não é uma verdade absoluta que o cenário contemporâneo seja assim assimilado por todos os seus praticantes. Mas, em compensação, são também essas verdades que circulam e se agregam à noção (e busca) de assimilação da cidade e muitas vezes não podemos dizer se o processo é somente bilateral ou efetivamente retroativo. Se existem cidades à margem de outras, assim como homens à margem de outros, também existem conceitos à margem de outros posteriores ou anteriores. cremos, contudo, que nosso estudo foca — unicamente — um conjunto de discursos que funciona como uma via de mão dupla, ou seja, traz a teoria para perto de sua exegese e leva os resultados para perto de outras dimensões que, ao final, transmutarão os primeiros estudos. Assim, escolhidos e agrupados, eles demonstram uma coerência e é isso que se tornou mais importante para nós nesta tese.

| 144 |

Encerramos este capítulo com a certeza de que a ferramenta *Prática do Discurso* nos auxiliou efetivamente no dismantelamento de alguns discursos selecionados e, conseqüentemente, na produção de uma certeza que corrobora com a comprovação de nossa hipótese: a Memória do Futuro está presente na ideologia formadora de uma Cidade 'entre'.

Os autores analisados trouxeram suas versões para a existência de Cidades 'entre' em todo o cenário contemporâneo e nossas análises nos trouxeram para a comprovação de que, embutido nos discursos, existe a Memória do Futuro. Nosso último e conclusivo capítulo fundamentará esta defesa.

[cojugações]



| 145 |

CONJUGAÇÕES . considerações finais



Ficou claro em nossas pesquisas que caracterizar e expandir o leque de abordagens nesse espaço mutável e 'carnalmente' entranhado nas mudanças que exercemos sobre o espaço e em nós mesmos é assunto para diversas ciências – o que retira qualquer autonomia do saber (sobre cidade) em arquitetura.

| 146 |

Por este motivo nos embrenhamos na análise de discursos específicos de autores como Deleuze (1988), Certeau (1994), Virilio (1993), Castells (1995), Soja (1996), Randolph (1998, 2001), Cuff (2003) e Mongin (2003), justamente buscando nesta interdisciplinaridade o melhor caminho para chegar às respostas que conduzem à comprovação de nossa hipótese: a Memória do Futuro participa ativamente da fabricação de uma Cidade 'entre'.

Nossos autores analisados trouxeram à tona – com o devido auxílio de nossa interpretação discursiva – pontos fundamentais para desbravar todo um conjunto de dúvidas que se instaurou ainda nas primeiras fases de desenvolvimento desta tese, ainda quando seu corpo estava informe e bastante multiplicado.

Acenando em direção ao espaço contemporâneo e suas formas de engendramento nos usuários e no(s) tempo(s) de cidade, os autores utilizados no capítulo de análise desta tese contribuíram para consolidar uma certeza que corrobora com diversos outros escritos e teorias vigentes e, ainda, auxiliaram na demonstração de que pensar o espaço (e a arquitetura) da atualidade é pensar o homem em suas necessidades mais individuais e subjetivas.

Quando Virilio (1993) constrói sua tese de uma cidade vinculada às imagens circulantes e à velocidade imperante, também Castells (1995) funciona como um alibi, ao dizer que tudo isso é um processo construído em conjunto com a TI e que a cidade-informação é esta Cidade 'entre' que necessita dos avanços e da junção de tempos e memória para se arraigar e espraiar completamente.

Há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas; aquelas que têm a ver com a individualidade e que conduzem a considerar diversos graus de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, do Outro, consciência de nós. Todas estas formas de consciência têm que ver com a individualidade e lhe constituem gamas diferentes, tendo também que ver com a **transindividualidade**, isto é, com as relações entre indivíduos. Relações que são uma parte das condições de produção da socialidade, isto é, do fenômeno de estar junto. [grifo nosso].

Milton Santos (s.d.)

Também quando Deleuze (1988) recria (e reconfigura) sua cidade continuamente, assim como Soja (1996) Cuff (2003) ou Randolph (2001) defendem esta recriação na terceira-cidade e na cidade-imanente, também juntos acabam alertando que o processo de reconstrução é um processo temporal, subjetivo, transitório, randômico e – conseqüentemente – memorial. Não na memória dos traços passados – novamente nos justificando – mas na memória de todos os tempos, a Memória do Futuro – presente também na cidade-depois de Mongin (2003).

Este cenário oferecido pelos autores – em nossas análises – permite-nos comprovar que se a memória é construção, o jogo de linguagens impostas por fachadas e edifícios arquitetônicos não pode se engessar numa visão simplesmente 'compositiva' da arquitetura. Se a 'contação' de histórias (de uma cidade) reverte e refaz as noções representativas da cidade (como grande objeto sensível), é através da admissão de instâncias de tempo e permanência (ou duração) que esta imagem deve se solidificar.

Ao final de nosso trabalho podemos assumir e atestar que pensar a Memória do Futuro implica abandonar perspectivas de uma banal rememoração e assumir a dimensão desejante do espaço; ao passo que a memória escolhe seus traços desejantes, como nas linguagens indiretas, também as representações de cidade se rendem a uma forma estritamente relacionada com o corpo individual.

| 147 |

Na prática arquitetônica, os resultados de uma assunção dos sentidos desejantes e de um reconhecimento de Cidades 'entre' significa negar qualquer tipo de intervenção de cunho memorialista, que busca no 'valor histórico' do edifício reviver uma extinta glória, como a produção do período conhecido como pós-modernidade o fez. Também, em sua dimensão macro (o urbanismo), significa dizer que a produção arquitetônica das cidades não precisa e não deve se pautar por previsões indevidas de uso do espaço e, sim, 'abrir espaço' para as possíveis incorporações e modificações contingentes de seu uso.

Tirando o apelo de uma marca (ainda vigente) do modernismo em nossa sociedade brasileira, pudemos comprovar com nossa análise que o valor do espaço construído foge aos planos e intenções projetuais dos arquitetos e se consolida na imaterialidade das relações propostas por tantas modificações sociais, que ainda estão por vir. Como considerar isto em projetos e mesmo no ensino de arquitetura é um dos pontos que transforma este trabalho muito mais em uma ponte do que em um refrão.

Se a arquitetura favorece a formação de uma imagem coletivamente compartilhada (assim como a linguagem), também ela, como prática, contribui muitas vezes para a confusão metodológica da estrutura edificada das pequenas, médias e grandes cidades. Devemos lembrar, sempre, que a cidade é uma invenção e só ela é campo possível para o crescimento e desenvolvimento da arquitetura e das sociedades.

Não lançar um olhar crítico sobre a subjetividade operante na condição sensível da contemporaneidade é negar um princípio básico da arquitetura, o da experiência. E não relacio-

-ná-la (a arquitetura) às inúmeras possibilidades de expansão e retração do espaço é desconsiderar o fator *tempo* nas cidades globais – estas, sempre à margem de um excessivo controle.

Quando atestamos – baseados nos autores mencionados, e tantos outros – que as cidades são globais e que a urbanidade encontra-se generalizada, que o urbano permeia todas as esferas da vida pública e que o rural é um termo decaído na diferenciação entre cidades, também comprovamos valor imensurável ao papel das Cidades 'entre', que não se inserem em categoria nenhuma e não merecem, portanto, ação de vigilância.

Desde Foucault (*Vigiar e Punir*, 1977), a ideia de vigilância e controle – que induziriam à ordem – permeia a construção de uma sociedade obediente, educada e apartada de eventuais conflitos físicos – e que, assim, evitaria ações punitivas pelo poder governamental. Se assim a vida social se estabeleceu, e tantos séculos de civilidade foram impostos, fica em nós um problema: também as cidades que fogem à regra merecem algum dispositivo penitencial? Não uma punição empregada por pequenos e escusos grupos de pessoas nos procedimentos de demolição, reabilitação, revalorização dos edifícios; mas uma punição baseada em pressupostos definidos da mesma forma que para a sociedade (exclusão, reclusão, morte). Alguns bons ensaios já abordaram este assunto.

| 148 |

A resposta imediata é que nem a punição nem a própria ideia de cidade cabem em ancoragens voltadas ao controle. Só ela (a cidade) comporta de forma irrestrita a imprevisibilidade, a casualidade, o desejo, as benesses e mazelas que tantas vezes reprecendemos nos atos humanos. Ela é sempre possível.

Não, não tomemos cidade como um monte de pessoas apinhadas em determinado espaço; muito menos como a densidade de edifícios ou a quantidade de pessoas em determinado território (definido por diversas condicionantes); nem por um parágrafo que define 'cidade' diante da Nova Carta de Atenas¹⁴⁷. Cidade é esta manipulação do pensamento humano que une tantas disciplinas ao redor de um tema comum e que possibilita criar conexões com diversas esferas da vida mundial.

É por ser este tema (cidade) tão caro ao desenvolvimento de tantas teorias em arquitetura que ela (a cidade) se encontra aberta às possibilidades de reestruturação; e é também por isso, pela infinitude de definições – que acabam levando à pouca compreensão – que pudemos congregamos um conceito atual e tantas vezes diagnosticado por outros teóricos: a Cidade 'entre', este lugar que refugia e pacifica todos os problemas de consideração epistemológica.

Foi por isso tão importante buscar uma metodologia de análise baseada na apreciação do discurso: para que a epistemologia do termo Cidade 'entre' pudesse ser comprovada e para que

¹⁴⁷ Nova Carta de Atenas, adotada pelo conselho Europeu de Urbanistas (CEU) em Maio de 1998.

nossa questão, a comprovação da existência de um agente temporal baseado na Memória do Futuro, surgisse como resposta dentro desse arcabouço previamente referendado.

Assim, alguns pressupostos foram comprovados nesta tese: [1] a Cidade 'entre' não se materializa – ela não pode dar margem ao controle; [2] a Cidade 'entre' viabiliza a incorporação do espaço urbano fragmentado; [3] a Cidade 'entre' não é a lição, nem o fim principal de um projeto arquitetônico-urbanístico, mas um meio por onde circulam algumas respostas buscadas para a cidade 'real'; [4] a Cidade 'entre' não é estável, mas circula com as mudanças temporais; [5] a Cidade 'entre' não deve ser entendida como uma questão, mas como uma resposta (sim) à Memória do Futuro, operante nos corpos que 'navegam' pela cidade.

Comprovamos também, com a Análise da Prática Discursiva dos autores, que é a *memória* (assim como todas as suas atribuições) que permite ao homem reconhecer uma cidade sua, um 'entre' que se manifesta na brecha das diversas possibilidades e que o capacita a viver, de forma associativa, no espaço contemporâneo.

Como queríamos demonstrar, a análise de tais textos selecionados para nossa abordagem sobre cidade imaterial comprovou que a Memória do Futuro está lá, embutida nos discursos que produziram um *corpus* eficiente no discurso de nossa Cidade 'entre'. Nesses discursos (e em tantos outros que não colocamos nesta tese) o valor agregado à memória é ligeiramente tocado, mas constantemente atribuído. A memória é uma das formas de interação do homem com seu(s) tempo(s) e a Memória do Futuro é a grande chave para resolver o problema de flexibilidade das instâncias espaciais.

| 149 |

Daí chamarmos 'cidade contemporânea' este grande conjunto de 'cidades' é também reduzir sua competência, mas, por outro lado, sumarizar esta quantidade de processos. Ela é isto: uma denominação alimitrofe, superurbanizada – e, antes de tudo, informacional (Castells, 1995); baseada no espaço de fluxos e de complexos modelos organizacionais que absorvem variadas ideias de tempo; ela é uma *videocidade* (Virilio, 1993)¹⁴⁸ – tomando um dos conceitos (de cidade) – um espaço sem portas, onde o urbano perde sua realidade geopolítica em benefício de sistemas instantâneos, que acontecem e se desfazem com rapidez.

Não seria demais repetir, portanto, que a flexibilidade promovida por essas mudanças fabricou também um cidadão muito menos comprometido com o 'solo' e muito mais ligado ao confronto tátil (seja ele virtual ou não). E por isso, algumas noções de mobilidade na cidade se rendem à ideia dos fluxos, que não necessitam do corpo material para acontecer; eles (os fluxos) operam em dimensões atópicas e muito mais relacionadas ao tempo, este elemento de operação silenciosa. E também isto serve de 'comida para o pensamento' na forma de se atuar arquitetonicamente no espaço urbano, público ou privado.

¹⁴⁸ Para Virilio (1993), a *videocidade* é uma cidade 'sem portas', onde o sistema urbano perde sua hegemonia geopolítica e se solidifica no campo da transição de informações.

Assim, a ideia de uma virtualidade¹⁴⁹ (como um lugar possível e *do possível*) se colocaria para demonstrar que a cidade 'concreta' (da visualidade, da objetividade política) só se compreende através de uma '*terceira cidade*' (Soja, 1996) – ou de tantos outros nomes – que é delimitada por uma 'colagem de tempos' que estabelece na *memória* seu caminho para a construção.

De forma prática, isso significa dizer que em algum ponto do ensino e da prática arquitetônica (assim como de sua pesquisa) há que se rever alguma metodologia, método ou processo conceitual da forma para que elementos de ordem imaterial sejam emparelhados com todos os elementos pragmáticos da análise espacial, ainda erroneamente chamados de diagnósticos (pois, para que serve um diagnóstico senão detectar algum problema? Rever esta nomenclatura também é outra forma de salientar processos mais 'salutares' de análise).

Comprovando nossa hipótese, podemos dizer, então, que o corpo precede e organiza o movimento e o comportamento do homem na Cidade 'entre', que por sua vez, é ativada por uma solicitação motriz que coloca este corpo num certo estado de tensão e mobiliza sua capacidade de agir. Como enfatizou Bergson "(...) os objetos que rodeiam meu corpo refletem sua ação possível sobre ele" (1990, p.35). Ação que consegue na Memória do Futuro tornar-se uma entidade em constante reconstrução.

11501

Por isso, podemos afirmar que nenhuma proximidade visível, por mais instantânea que seja, pode substituir a experiência, que por sua vez se baseia em *mobilidade*. E é o *tempo* um dos principais componentes dessa experiência, uma vez que as reações do usuário com relação a uma cidade são influenciadas por sua noção de passado, seus desejos condicionados pela lembrança (seletiva), seus valores do presente e intenções do futuro, e também pelas dimensões sociais e culturais que talham outras físicas e sensoriais. Em suma, nada do que se percebe se concretiza sem a materialização dessas entidades e todas elas convergem para uma cifra: a imagem.

Como comprovamos, dentro do valor de imagem está o de simulacro. E isto significa que projetar em arquitetura e urbanismo deve ser um processo que comece por conjecturas de ordem imagética, sensorial e experiencial para que as formas de atuação (pontuais ou macroscópicas) levem em consideração o valor da Memória do Futuro e da construção de Cidades 'entre', sempre possíveis. Não como objetos imateriais, ou como abstrações de subjetividade completa, mas como realidades de conduta sócio-espacial de todos os praticantes das cidades globais.

¹⁴⁹ Podemos facilmente admitir que as operações mediáticas da tecnologia da virtualidade fazem com que as distâncias geográficas não sejam mais empecilho para a interação de subjetividades, mas isso é diferente de abolir totalmente a noção de espaço físico, enquanto perspectiva de vivência cognitiva pessoal. A ideia de espaço virtual relacionado exclusivamente ao mundo digital é falsa, ela prescinde da interpretação e contextualização individual humana das experiências vividas. Por isso, podemos dizer que a virtualidade acontece no nível imagético e trabalha em consonância com a memória e o espaço 'real'.

Pode ser através de uma ferramenta de análise que desperte um método científico capaz de prever possíveis mudanças no projeto em alguns 10 ou 15 anos vindouros, ou pode ser através de sistemas qualitativos que consigam absorver nos espaços sua materialidade sensitiva, bem mais que a quantidade de árvores, os planos inclinados ou as funções locais.

Além de comprovar nossa hipótese (e assim chegar a nosso objetivo geral), também nossos objetivos específicos foram alcançados: conseguimos entender (através dos textos) como a Memória do Futuro se associa ao valor de imagem (e representação) e participa da cidade contemporânea (1); também conseguimos estruturar uma sistemática de análise baseada na Análise do Discurso que conseguiu detectar o papel da Cidade 'entre' na fixação de uma cidade sensível (2); acreditamos ter aprimorado o estudo acerca da participação dos corpos (e do homem) no cenário das cidades contemporâneas (3); e demonstramos que a Cidade 'entre' se insinua no texto da cidade e é, de fato, um elemento corroborado pela memória (4).

De todo o modo, ao final desta tese, sobrevive e se mantém a Cidade 'entre' como uma consequência desta resposta às cidades que é a Memória do Futuro, como pretendíamos demonstrar desde o início.

UM HIATO

I 151 I

O sentido não está na origem, no centro, nem dentro, nem fora do labirinto, não está em parte nenhuma; talvez sua mitologia possa nos esclarecer sobre isso. Certas culturas têm alimentado o mito de que o sentido ou a essência está no centro, no vazio das coisas ou do labirinto. As cidades enumeram seus centros; a arquitetura clama por um centro 'vivo' em seus projetos; a teoria da arquitetura centraliza os conceitos. Esta vontade por encontrar (ou produzir) explicações (em todas as ciências) é o que mantém este labirinto bem cuidado e sinuoso.

O vazio que se encontra no centro do labirinto, nos espaços e lugares em geral ou nas salas vazias, faz parte de um sentido comum secular muito discutido nas religiões, que gerou o equívoco de que a essência reside no vazio, no centro, na relação entre o cheio e o vazio, entre um dentro e um fora. Mas a história dos que conseguiram sair do labirinto esqueceu-se de contar que para perceber esse vazio é necessário estar presente 'ali'. E o que se encontra no final do labirinto é sempre o próprio ser ocupando o espaço, o 'eu' de todos os tempos. (...) Um outro mito que tem alimentado o labirinto é o de que ele é o lugar do encontro. A função do labirinto da cidade nunca é o encontrar-se, mas sim o perder-se. É uma armadilha, uma trampa para aprisionar e matar. Seu objetivo é que, uma vez lá dentro, não se consiga mais sair, seja por um motivo ou por outro.¹⁵⁰

¹⁵⁰ FUÃO, F. F. O Sentido do Espaço. Em que sentido, em que sentido? Acessado em ago.2009. Disponível em <http://vitruvius.com.br/arquitextos/arq050/arq050_02.asp>

Mas a crença de que existe um sentido do espaço, uma essência, persiste em suas roupagens camufladas ou emboloradas, como Fuão (Op. cit.) comenta. Este sentido sobrevive na história e teoria da arquitetura, na mente de muitos de seus teóricos.

A desorientação, a inquietante estranheza é a percepção da existência de uma fratura no espaço e no tempo. O lapso, a descontinuidade, a emenda, a cola de quando se passa de dentro para fora do Anel de Moebius. Pelo efeito da dobra, a cidade se apresenta ora como uma produção ordenável lógica, ora como um labirinto ilógico, carente de qualquer sentido, dependendo do lado da superfície em que estamos. O sentido é muito frágil, se rompe fácil, quando sua superfície é cortada e cai na profundidade do abismo dos significados.

Solà-Morales (1995) em seus últimos ensaios também percebeu essas diferenças:

Os lugares da arquitetura atual não podem ser permanências produzidas pelas forças da firmatas vitruviana. São irrelevantes os efeitos de duração de estabilidade, do desafio da passagem do tempo. É reacionária a ideia de lugar como cultivo e entretenimento do essencial, profundo, de um *genius loci* difícil de acreditar em uma época de agnosticismo. Mas essas desilusões não têm porque levar ao niilismo de má arquitetura da negação.

I 152 I

O descortinar do sem-sentido sempre passa pelo labirinto, cruza de ponta a ponta a cidade. E quanto mais se estende essa busca pelo sentido, mais sem sentido ela se torna.

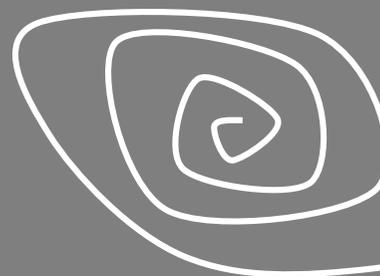
Dominar o virtual, subjetivar-se e compreender a perda de um sentido original de cidade tomam o homem cada vez mais aberto a estruturar sua Memória do Futuro e construir um 'entre'. Da mesma forma que para arquitetos e urbanistas, seja na prática ou no ensino, compreender estas razões de mundo capacita a melhor abordagem e experiência do/no espaço.

Uma Cidade 'entre' é narrada todos os dias por cada usuário. Ela se constrói e reconstrói mantendo algumas ou muitas características 'originais', mas mantém seu enredo na Memória do Futuro.

E por que exigir uma mesma história mais de mil vezes? A Psicanálise infantil responde a isso claramente: para dominar melhor o relato; controlando o enredo, os personagens, os locais de desenvolvimento do fato e as inquietações próprias das mudanças, o futuro se antecipa.⁷⁸ O conhecedor da 'história' é o autor do (alter)enredo e espera sem medo o seu desenlace, pois o confirma pelo que considera conhecimento. Na repetição evocativa da memória, mesmo que sempre representada (ou seja: nunca real), também assim se manifesta o conceito de Memória do Futuro na construção de uma Cidade 'entre', objeto de nossa tese.

⁷⁸ FREUD, S. (1996). Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

[bibliografia]



| 153 |

- ANICO, M. (2005). A Pós-modernização da Cultura: Patrimônio e Museus na Contemporaneidade. Horizontes Antropológicos: Porto Alegre, vol. 11, n. 23, jan/jun pp. 71-86.
- AMPHOUX, Pascal; THIBAUD, Jean-Paul; CHELKOFF, Grégoire (2004). Ambiances en Débats. Bernin: Editions A la Croisée.
- ARAUJO, R. (2007). A Cidade Sou Eu? O Urbanismo do Século XXI. Tese de doutorado defendida pelo PROURB-UFRJ. Rio de Janeiro: Prourb.
- ARDENNE, P. (2002). Un Art Contextuel. Création artistique en milieu urbain, en situation d'intervention et de participation. Paris: Flammarion.
- ARGAN, G.C. (1961). El Concepto Del Espacio Arquitectónico. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- _____. (1984). A História da Arte como História da Cidade. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- ASCHER, François (1995). Metapolis. Acerca do futuro da cidade. Trad. de Álvaro Domingues, Lisboa: Celta editora. (Paris: Éditions Odile Jacob).
- ASIMOV, I. (1984). No Mundo da Ficção Científica. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- AUGOYARD, J.F. (2009). L'espace Inaperçu. Rio de Janeiro: palestra proferida na sede do MEC-MinC, por ocasião do Colóquio 'Ambiances en Partage – Ambiências Compartilhadas', em 03/11/2009, duração de 70 min.
- _____. (2005). Une physique contextuelle des ambiances urbaines, Culture et Recherche, In "Physics and Culture" dossier, n. 104, Paris: January-March, pp. 21-22.
- _____. (2004). Vers une esthétique des Ambiances, In Amphoux, P.I; Thibaud, J. et Chelkoff, G.. Ambiances en Débat. Bernin: À La Croisée, pp. 7-30.
- _____. (1998). Éléments pour Une Théorie des Ambiances Urbaines, In Les Cahiers de la Recherche Architecturale, n. 42-43, Paris, pp. 7-23.
- AUMONT, J. (1995) A imagem. Campinas: Papyrus.
- AURIGI, A. (2000) *Digital City or Urban Simulator?* In: ISHIDA; ISBTER. *Digital Cities: Technologies, Experiences and Future Perspectives*. Berlin: Springer-Verlag, pp. 33-44.
- BACON, E. (1976). Design of Cities. New York: Penguin Books.
- BADIE, B. (1995). La Fin des Territoires. Paris: Fayard.
- BARDIN, L. (2002). Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.
- BARTHES, R. (1977). Incidentes. Tradução de Julho Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Guanabara.
- _____. (1984). A Câmara Clara. Trad. Júlio Castañon Guimarães, 7ª impressão, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- BATCHEN, J. (1998). Spectres of Cyberspace. In: MIRZOEFF, N. (Ed.). *The Visual Reader*. Londres: Routledge, pp. 273-278.
- BATTEN, D. (1995). Networked Cities: creative urban agglomerations for the 21st century. London: Urban Studies 32, vol. II, pp. 313-327.
- BAUDRILLARD, J. (2001). Senhas. Rio de Janeiro: Bertrand.
- _____. (1991). Simulação e Simulacros. Trad. de Maria da Costa Pereira, Coleção Antropos, Rio de Janeiro: Relógio d'água.
- _____. (1995). A sociedade de Consumo. Rio de Janeiro: Elfos.
- _____. (1978). Cultura y Simulacro. Barcelona: Kairós, 1993.
- BAUMAN, Z. (2005). Identidade. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1998). O Mal-estar da Pós-modernidade. Trad. Mauro Gama e Cláudia Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BENEDIKT, M. (1991). *El Ciberespacio: algunas propuestas*. In: _____, *Ciberespacio, los primeros pasos*. Mexico: CONACYT, Sirius Mexicana, PP. 113-206.
- BENJAMIN, W. (2006). Passagens. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

- _____. (1989). Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Obras Escolhidas, v.II, trad. de J.C.M. Barbosa e H.A. Batista, São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1987). Rua de Mão Única. Obras Escolhidas, v.II, trad. de R.R.Torres e J.C.M. Barbosa, São Paulo: Brasiliense.
- BENKIRANE, R. (org) (2005). A Complexidade, Vertigens e Promessas. Histórias de Ciência. Trad. de Maria João Batalha Reis, Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Epistemologia e Sociedade.
- BERGSON, H. (1990). Matéria e Memória. Tradução de Paulo Neves da Silva. 1a. Edição, São Paulo: Martins Fontes.
- BOERI, S. (org.). (2001) with KOOLHAAS, R.; KWINTER, S. Et al. Mutations: Harvard Project on the City – Multiplicity. Actar Editorial.
- BODSON, G. (2003). *Les Situationnistes - 1966 et 1967*, 12. édition. Paris: Supplément.
- BOITO, Armando Jr. (org.) A Comuna de Paris na História. SP: Xarrã. 2001
- BRANDÃO, C.A.L. (2006). As Cidades da Cidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, IEAT.
- BOUDON, P. et al. (1994). Enseigner la Conception Architecturale: cours d'architecture. Paris : Éditions de la Villete.
- BOYER, C. (2006). *The Body in the City: a discourse on cyberscience*. In: HAUPTMANN, D. (org.), *The Body in Architecture*. Rotterdam: 010 Publishers, pp. 26-47.
- BURKE, P. (Org.) (1992). A escrita da história – novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- BRANDÃO, L. (2002). A Casa Subjetiva; São Paulo: Perspectiva; Quiabá: Secretaria do Estado de Cultura de Mato Grosso.
- CAIRNCROSS, F. (2000). O Fim das Distâncias: como a revolução nas comunicações transformará nossas vidas. São Paulo: Nobel.
- CAMPANELLA, T. (2001). *Eden by Wire: webcams and the telepresent landscape*. In: _____. *The Robot in the Garden: telerobotics and teleistemology in the age of the internet*. London: MIT Press, pp. 22-47.
- CARDINALLI, O. De La Ville e du Citadin, Paris: Éditions Parenthèses, pp. 35-51.
- CARROL, L.(2002). *The Annotated Alice [Alice: Edição Comentada]*. Ilustrações originais de John Tenniel, introdução e notas de Martin Gardner, tradução de Maria Luiza Borges, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CASTELLS, M. (1995). *The Rise of the Network Society*. Cambridge: Blackwell.
- _____. (1989). *The Informational City: information, technology, economic restructuring and the urban-regional process*. Oxford: Blackwell.
- CAÚLA, A. (2002). *Cidades Imaginárias: utopia, urbanismo e quadrinhos*. Rio de Janeiro: PROURB [Dissertação de Mestrado].
- CERTEAU, M. (1994). *Caminhadas pela Cidade*. In: A invenção do cotidiano, Petrópolis, Vozes.
- _____. (1980). *L'invention du Quotidien*. Paris, Union Générale d'Éditions: 1980.
- CHOAY, F. (2001). *Monumento e Monumento Histórico*. In: _____. Alegoria ao Patrimônio. São Paulo: UNESP, pp. 11-29.
- _____. (1979). *O Urbanismo: Utopias e Realidades – uma antologia*. São Paulo: Perspectiva.
- CORBOZ, A. (2001). *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*. Les Editions de L'Imprimeur. Paris.
- CRANG, M. (2000). *Urban Morphology and the Shaping of the Transmissible City*. London: City 4.
- CUFF, D. (2003). *Immanent Domain: pervasive computing and the public realm*. London: Journal of Architectural Education, n. 57, vol. I, pp. 43-49.
- DELEUZE, G. *Différence et Répétition*, (1968) PUF, Paris.
- _____. (1988). *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1983a). *L'image-temps*. Paris: Minuit.
- _____. (1983b). *L'image-mouvement*. Paris: Minuit.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, F. (1995). *Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro, Editora 34.

- DERRIDA, J. (2001). *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- _____. (1994). *Of grammatology*. Londres: John Hopkins University Press.
- DESIMPELAERE, W. (2000). *The Cosmopolitic City as Mirror of Today Culture*. "Encontro Latino-brasileiro", maio (MIMOS).
- DONDI, D. *Sintaxe da Linguagem Visual*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DREWE, P. (2000). *ICT and Urban Form, Urban Planning and Design: off the beaten track*. Delft: Delft University Press.
- DREWS, D. (1981). *Book Review: Urban Space (Stadttraum)*. In: *Project Documentation, The Harvard Architecture Review*, Vol. 2, London: MIT Press.
- DUARTE, C. R. (1993). *Intervention Publique et Dynamique Sociale dans la Production d'un Nouvel Espace de Pauvreté Urbaine: Vila Pinheiros, à Rio de Janeiro*. Paris : Sorbonne I [Thèse de Doctorat de l'Université de Paris-I Sorbonne].
- DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice; SANTANA, Ethel Pinheiro; PAULA, Katia Cristina Lopes de; VIEIRA, Mariana Dias; UGLIONE, Paula (2007). *O Projeto como Metáfora: explorando ferramentas de análise do espaço construído*. In: Duarte, C.R.; Rheingantz, P.A.; Bronstein, L.; Azevedo, G.A. (Org.). *O LUGAR DO PROJETO no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contracapa.
- DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice; SANTANA, Ethel Pinheiro; PAULA, Katia Cristina Lopes de; UGLIONE, Paula (2008). *Exploiter les Ambiances: dimensions et possibilités methodologiques pour la recherche en architecture*. Trabalho apresentado ao Colóquio 'Faire une Ambiance'. Grenoble, FR: Museu de Arte Contemporânea, set.
- DUARTE, F. (2005). *A Cidade Infiltrada: o ambiente urbano e os desejos da cultura tecnológica*. In: *Revista Tecnologia e Sociedade*, n.1, Curitiba: Outubro, 2005.
- _____. (2002). *Crise das Matrizes Espaciais. Arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- DURAND, G. (1968). *La Imagination Simbólica*. Buenos Aires: Amorrortu.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. (2005). *O tempo e a Cidade*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- EAGLETON, T. (1993). *Da Polis ao Pós-modernismo*. In: _____. *A Ideologia da Estética*. Tradução de Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., pp.264-300.
- EVANS-PRITCHARD, E. (1978). *Os Nuer*. Rio de Janeiro: Ed. Perspectiva.
- EVANS, R. (1997). *Translations from drawing to building and other essays*. Cambridge: The MIT Press, p. 154-193.
- _____. (1995). *The Projective Cast: architecture and its three geometries*. Cambridge: MIT Press.
- EZECHIELI, C. (1998). *Shifting Boundaries: territories, networks and cities*. Athens: University of Georgia, 1998.
- FAIRCLOUGH, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- FERRAZ, M. (2004). *Memória do Futuro*. Texto publicado originalmente na *Revista Eletrônica Universia* em 19.11.2004. Acessado em 05.02.2008, disponível em <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=5695>>.
- FENTRESS, James & WICKHAM, Chris (1994). *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema.
- FINDELLI, A.; COSTE, A. (2007). *De La Recherche-création à La Recherche-project: um cadre théorique et méthodologique pour La recherche architecturale*. In: *10 Lieux Communs, Les Cahiers Du LAUA*, n. 10, Nantes: ENSAN, PP. 139-161.
- FIRMINO, R. (2001). *A Simbiose do Espaço: cidades virtuais, arquitetura recombinante e a atualização do espaço urbano*. Newcastle University, School of Architecture, Planning and Landscape, U.K. [Tese de Doutorado].
- FOUCAULT, M.. (2005). *A arqueologia do Saber*. ed.7ª. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- _____. (2001). *L'Herméneutique du sujet. Cours au Collège de France, 1981-1982*. Édition établie par François Ewald et Alessandro Fontana, par Frédéric Gros, Paris: Seuil/Gallimard (Coll. Hautes études).
- _____. (1996). *A Ordem do Discurso*. ed. 5°. São Paulo: Loyola.
- _____. (1986). *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- _____. (1980) *Subjectivité et Vérité. Cours au Collège de France, 1980-1981*. Arquivos IMEC, Paris.
- _____. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1969). *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- FREUD, S. (1996). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- FUKUYAMA, F. (1992). *Fim da historia e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GANDELSONAS, M. (1976). *From Structure to Subject: The Formation of an Architectural Language*. In: *Oppositions*, New York: Princeton Architectural Press.
- GEERTZ, C. (1997). *O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne, 5ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan.
- GIDDENS, A. (1991) *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp.
- GIDEON, S. (1967). *Space, Time and Architecture*. Fifth Edition, Harvard University Press.
- GRAVES, M. (1997). *The Necessity of Drawing: tangible speculation*. In: *Architectural Design*, vol. 47, n. 6, London: Academy Editions.
- GUATTARI, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- GUILHERME, L. (2009). *Outra Cidade para Outra Vida*. Acesso em 25.03.2009, disponível em <<http://www.cronologiadourbanismo.com.br>>.
- HABERMAS, J. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HAESBAERT, R. (2001). *Da Desterritorialização à Multiterritorialidade*. In *Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço, Anais do IX Encontro da Anpur*, pp. 1769-1777.
- HALBWACHS, M. (2001). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- _____. (1952). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Universitaires de France.
- HALL, E.T. (1989). *The Dance of Life: the other dimension of time*. New York: Anchorbooks.
- HALL, S. (2001). *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, 5ª edição, Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- HALL, S. (1990). *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage Publications.
- HAROCHE, C. (2008). *A Condição Sensível*. Rio de Janeiro: palestra e ciclo de debates desenvolvidos na sede do Ippur/UFRJ, em 11/11/2009, duração de 5,5h.
- _____. (2008). *O Futuro do Sensível: os sentidos e os sentimentos em questão*. Rio de Janeiro: palestra proferida na sede do Ippur/UFRJ, em 07/04/2008, duração de 3h.
- _____. (2008a). *A Condição Sensível. Formas e maneiras de sentir no ocidente*. Trad. Jacy Alves de Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa.
- HARVEY, D. (2003). *Paris: Capital of Modernity*. New York: Routledge.
- _____. (1992). *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HAUPTMANN, D. (Ed.) (2006). *The Body in Architecture*. Rotterdam: 010 Publishers.
- HEIDEGGER, M. (1993). *A Política do Ser*. In: EAGLETON, Terry. *A Ideologia da Estética*. Tradução de Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., pp.210-229.

- HUYSSSEN, A. (2000). *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumento, mídia*. Aeroplano Editora. Rio de Janeiro.
- _____. (1994). *Twilight Memories: marking time in a culture of amnesia*. Routledge: London.
- IBELINGS, H. (1998). *Supermodernismo: Arquitectura em la era de la Globalización*. Barcelona: Gustavo Gili.
- INDOVINA, Francesco (1990). *La Città Diffusa*. Daest. IUAV. Veneza.
- JAMESON, F. (1997). *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevasco, 2. edição. Rio de Janeiro: Ed. Ática.
- _____. (1995). *Espaço e Imagem. Teoria do pós-modernismo e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- JACQUES, P. (2004). Elogio aos errantes. Breve histórico das errâncias urbanas. In: *Arquitextos*, n. 053. São Paulo, Portal Vitruvius, disponível em <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp256.asp>.
- JACQUES, P. (2003). *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- JANET, P. (1928). *L'evolution de la Memoire et de la Notion du Temps*. Paris: A Chahine.
- JEUDY, H.P.; JACQUES, P. (2006). Elogio aos Errantes. In: *Corpos e Cenários Urbanos*. Salvador: EDUFBA.
- JEUDY, H-P. (2005). *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- KOOLHAAS, R. ; ,S.; KWINTER, S.; TAZI, N.; OBRIST, U. et al. (2000). *Mutations*. Paris: Actar & Arcen rêve centre d'architecture.
- KOOLHAAS, R. (1995). *SMLXXL*. In: *The Generic City*. Rotterdam: 010 Publishers (Trad. ital. Domus 791.Milão. 1977).
- LAMBERT, J. (1997). *New Babylon – Constant*. Art et utopie, Paris: Cercle d'Art.
- LAPLANTINE, F. (2009). *Architecture et Anthropologie: la construction du social à partir du sensible*. Rio de Janeiro: palestra proferida na sede do MEC-MinC, por ocasião do Colóquio 'Regards Croisés sur L'habiter – Olhares Cruzados sobre o Morar, em 21/09/2009, duração de 60 min.
- LEACH, N. (2001). *La an-estética de la arquitectura*. Tradução de Fernando Quesada. Barcelona: GG.
- LEFEBVRE, H. (2000). *La Production de l'Espace*. Librairie de l'architecture et de la ville, Centre national du livre et Direction de l'Architecture et du Patrimoine, 4^e édition. Paris : Ed. Anthropos.
- _____. (1999). *A Cidade do Capital (1905)*. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur, Rio de Janeiro: DP&A.
- _____. (1979). *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LE GOFF, J. (2003). *História e Memória*. Trad. de Bernardo Leitão et al., 5. Edição, Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- _____. (1982). *História e Memória*. Lisboa, Edições 70.
- LEPETIT, B. (2001). *Por uma Nova História Urbana*. São Paulo: EDUSP.
- LEVY, P. (2004). *A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4. Edição, São Paulo: Loyola.
- _____. (1997). *O Que é o Virtual*, (1997) São Paulo, Editora 34.
- _____. (1996). *Cibercultura*. São Paulo, Editora 34.
- _____. (1995). *L'intelligence Collective*. Paris: Éditions La Découvert.
- _____. (1993). *A-t-on encore (vraiment) besoin de territoire?* Paris: EspaceTemps, pp. 51-52.
- LEMS, P. (1983). *The Galactic Metropolis*. In: PLATT; MACINKO, G. *Beyond the Urban Fringe: land-use issues of nonmetropolitan America*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 23-49.
- LISSAGARAY, H. (1991). *História da Comuna de 1871*. São Paulo. Ensaio.
- LYOTARD, F. (1986). *O Pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MACHADO, D. (2001). *Os (des)caminhos da redenção: cultura de memória e subjetividades em uma cidade contemporânea*.

- Cadernos da Pós-graduação em História do Tempo Presente, UDESC, Santa Catarina, pp. 23-36.
- MACHADO, R. (1990). Deleuze e a Filosofia. Rio de Janeiro: Graal.
- MAGNO, M.D. (2004). A Psicanálise, Novamente: um Pensamento para o século II da era Freudiana. Rio de Janeiro: NovaMente Editora.
- MARIOTTI, H. (2007). Complexidade e Pensamento Complexo: breve introdução e desafios atuais. In: 'Dossier Complexidade' Revista, n. 23, pp. 727-731.
- MARTINS, A. M. (2008). Turismo e Arquitetura. A produção do atrativo via singularidade/notoriedade do lugar. Texto publicado na revista eletrônica Arqtextos, fev. 2008, acessível em <<http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp460.asp>>.
- MATATYAAOU, U.J. (2007). Architecture In-between Ethics and Poetics. In: Caderno de Resumos International Conference Architecture & Phenomenology. Faculty of Architecture and Town Planning. Technion, Israel.
- MERLEAU-PONTY, M. (2005). O Visível e o Invisível. Trad. de José Artur Gianotti e Armando Mora d'Oliveira. São Paulo: perspectiva.
- _____. (2002). A Prosa do Mundo. Trad. Paulo Neves, São Paulo: Cosac & Naify.
- _____. (1996). Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1996a). Projet de travail sur la Nature de la Perception In: _____. Le primat de la Perception. Paris: Verdier.
- MITCHELL, W. (1995). City of Bits: Space, Place and the Infobahn. Cambridge: MIT Press.
- _____. (1995a). E-Topia: Urban Life, Jim – but Not as We Know It. Cambridge: MIT Press.
- MONGIN, O. (2003). *De La Ville à la Non-ville*. In: RONCAYOLO, M.; JACQUES, L.; PAQUOT, T.; CARDINALI, O. De La Ville e du Citadin, Paris : Éditions Parenthèses, pp. 35-51.
- MONTANER, J.M. (1999). *Arquitectura y Crítica*. Barcelona: Gustavo Gili.
- _____. (1993). Después del Movimiento Moderno. In: *Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX*. Barcelona: Gustavo Gili.
- MORIN, E. (2000). *A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (1999). *Complexidade e Transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental*. Natal: EDUFRRN.
- _____. (1991). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MOSCOMICI, S. e FLATH, E. (1983). Social Representation, In: HARRE, R. e LAMB, R. (eds.). *The Dictionary of Personality and Social Psychology*. Londres: Basil Blackwell Publisher, PP. 35-87.
- MOSCOMICI, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MUMFORD, L. (1991). *A Cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas*. 3. Edição, São Paulo: Martins Fontes.
- NASCIMENTO, Evandro e GLENADEL, Paula (orgs) (2000). *Em torno de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- NESBITT, K. (org.) (2002). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NORA, P. (1997). *Lês Lieux de Mémoires*. Gallimard, Paris.
- _____. (1997a). Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: _____. *Les Lieux de Mémoires*. Gallimard, Paris.
- NORBERG-SCHULZ, C. (1988). *The two faces of Post-Modernism*. In: *Architectural Design*, n.7/8.
- _____. (1976). *Lieu?* In : _____. *Genius Loci: Vers une Phénoménologie de l'Architecture*. Paris: Oslo, 1976. p. 6-49.
- ORLANDI, E. (1988). *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp. In: _____. (et al.). *Sujeito & Discurso*. São Paulo: Editora da PUC-SP (Série Cadernos PUC – 31)
- _____. (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- PAULA, Katia Cristina Lopes de; SANTANA, Ethel Pinheiro; DUARTE, Cristiane Rose De Siqueira (2005). *Estudos Cinestésicos: Uma*

- Experiência Projetual em Torno do Exercício Experimental da Liberdade*. In: *Projetar 2005: II Seminário Sobre Ensino e Pesquisa Em Projeto De Arquitetura, 2005*, Rio De Janeiro. Anais Do *Projetar 2005: II Seminário Sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura*. Rio de Janeiro: Proarq, V. 1, pp. 253-266.
- PAULA, K. C. L. (2008). *Pela Câmera: delineamento metodológico de uma etnografia dinâmica das ambiências*. Tese (doutorado) submetida ao Proarq/ UFRJ, Rio de Janeiro.
- PAUL-LÉVY, F.; SEGAUD, M. (1983). *Anthropologie de l'Espace*. Centre de Création Industrielle. Paris : Centre Georges Pompidou.
- PÊCHEUX, M. (1999). Sobre a (des)construção das teorias lingüística (p. 07-31). In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas: Pontes.
- PÉREZ-GÓMEZ, A. (1998). *Architectural Representation Beyond Perspectivism*. In: *Perspecta nº 27*, New Haven: Yale University Press, pp. 13-25.
- 1160 | PÉREZ GOMES, A.; PELLETIER, L. (1997). *Architectural Representation and the Perspective Hinge*. Cambridge: MIT Press, 1997.
- PETERSON, Steven K. (1980). *Space and Anti-space*. In: *The Harvard Architecture Review*, n.1, London: MIT Press.
- PIAGET, J. (1946) *Le Développement de la Notion de Temps chez L'enfant*. Paris: Presses Universitaires.
- POLLAQ, M. (1992). *Memória e Identidade Social*. In: *Estudos Históricos*. Vol. III. Rio de Janeiro: Ass. de Pesquisa e Documentação Histórica do Cpdoc/FGV.
- _____. (1989). "Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro.
- POPPER K. et all. (R. Harré org.) (1976). *A Racionalidade das Revoluções Científicas*. In: *Problemas da revolução científica: incentivos e obstáculos ao progresso da ciência*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- PORTELLI, A. (1996). *A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n.2, dez. , pp. 59-72.
- PRIGOGINE, I. (2000). *Ciência, Razão e Paixão*. Trad. de Edgard Assis Carvalho. Natal: EDUFRN.
- RANDOLPH, R. (2001). *O Espaço na/da Sociedade da Informação. Reflexão Teórico-Metodológica e Crítica a Respeito do seu Novo Caráter enquanto Ciberespaço*. In: *Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço*, Anais do IX Encontro Da Anpur, 2001, P. 1756-1767.
- _____. (1998). *Urbanismo Abstrato Na Era Digital? Tentativa de uma Provocação*. Anais Do V Seminário Sobre A História da Cidade e do Urbanismo. Campinas: Puc-Campinas, Out.
- RANCIÈRE, J. (2001). *De uma Imagem à Outra?* Trad. de Luiz Felipe Soares do texto original *La Fable Cinématographique*. Paris: Le Seuil.
- READ, S. (2006). *The Urban Image: becoming visible*. In: HAUPTMANN, D. (Ed.), *The Body in Architecture*. Rotterdam: 010 Publishers, pp. 48-65.
- RELPH, E. (1990). *A paisagem Urbana Moderna*. Lisboa, Edições 70.
- RODMAN, M. C. (2003). *Empowering Place: multilocality and multivocality*. In: LOW, Setha M.; Lawrence-Zuñiga, Denise. *The Anthropology of Space and Place. Locating Culture*. Blackwell, Bodmin, Cornwaal, U.K., 2003, pp. 204-223.
- ROSNAY, J. (1997). *O Homem Simbiótico: perspectivas para o terceiro milênio*. Petrópolis J ROSNAY - RJ: Vozes.
- ROSSI, A. (1975). *Para una arquitectura de tendencia*. Escritos: 1956-1972. Barcelona: Gustavo Gili.
- ROWE, P. (1984). *Collage City*. Massachussets : The MIT Press.
- SANSOT, P. (1984). *La Poétique de la Ville*. Paris : Méridiens Klincksieck.
- SANTANA, E. P. (2006). *A Metáfora da Cidade: som, velocidade, deslocamento e vertigem - pesquisa de doutoramento submetida ao Proarq/ UFRJ*.
- _____. (2004). *A Cidade no Fragmento: Lugar e Poiesis no Largo da Carioca*. Dissertação de Mestrado PROARQ/ FAU/UFRJ, 2004.

- SANTOS, M. (1994). Técnica, Espaço, Tempo. São Paulo: Ed. Hucitec.
- _____. (1987). O espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel.
- SASSEN, S. (1994). As Cidades na Economia Mundial. São Paulo: Studio Nobel.
- SCOFFIER, R. (2006). Les Quatre Concepts Fondamentaux de L'architecture Contemporaine. Palestra proferida no auditório Archimedes Memória/FAU/UFRJ através do convênio entre Ecolle de Versailles e UFRJ em 16/03/2006. Duração: 03:50:00.
- SENNETT, R. (2003). Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. São Paulo: Record.
- _____. (1990). The conscience of the eye. The design and social life of cities. Nova York: Norton.
- SERRES, M. (2004). Variações sobre o corpo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SIEVERTS, T. (2003). Cities without Cities. An interpretation of the Zwischenstadt. London: Spon Press.
- SKEATES, R. (1997). The Infinite City. London: City 8, pp. 5-20.
- SIMMEL, G. (1991). Essai sur la Sociologie des Sens. In: _____. Sociologie et Épistémologie. Paris: PUF.
- _____. (1950). *The Metropolis and Mental life*. Adapted from Kurt Wolff (trans.) In: WEINSTEIN, D. The Sociology of Georg Simmel. New York: Free Press, pp.409-424.
- STIEGLER, B. (1996), La Technique et le Temps. Paris, Galilée (vol. 2: La désorientation).
- SOLA MORALES, I. (1995). Diferencias – topografia de la arquitectura contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili.
- _____. (1997). *Liquid Architecture*. In: Anyhow. Cambridge, MIT Press.
- SQJA, E. (1996). Thirdspace. Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Cambridge, Massachussets: Blackwell.
- STRONGOLI, M. (1998).. Pluridimensionalidade da Metáfora. In: Intercâmbio. vol.VII. São Paulo: PUC SP, pp. 85-94.
- THIBAUD, J.P.; DUARTE, C.R. (2009). Ambiances Urbaines et Esthétique Environnementale: vers une fabrique sensible de l'environnement ordinaire. Projeto de Pesquisa da Rede Internacional em Estética e Experiências Urbanas (GRDI), CNRS-CNPq. Documento sob produção das equipes envolvidas.
- THIBAUD, J.P. (2004). O Ambiente Sensorial das Cidades: para uma abordagem de Ambiências urbanas. In: TASSARA, E. T. O; RABINOVICH, E.P.; GUEDES, M. C. (Eds.). Psicologia e Ambiente. São Paulo: Educ.
- _____. (2003). *La compréhension de l'Expérience Sensible*. In Chapitre 4 de l'Habilitation à Diriger les Recherches: "La ville à l'épreuve des sens". Université Pierre Mendès France, Grenoble, pp. 71-86.
- THIBAUD, Jean-Paul et GROSJEAN, Michèle (dir.) (2001). L'Espace Urbain en Méthodes. Collection Eupalinos, Marseille: Éditions Parenthèses.
- TIXIER, N. (2007). L'usage des ambiances. In Culture et Recherche: Ambiances: Ville, architecture, paysage. No. 113, disponível em <<http://www.culture.gouv.fr/culture/editions/r-cr/cr113.pdf>>. Acesso em 27 de julho de 2008.
- _____. (2004). *La Dynamique des Cheminements: Modèles Et Récits*. In: AMPHOUX, P.; THIBAUD, J.P. & CHELKOFF, Grégoire. Ambiances En Débats. À La Croisée: Bernin.
- UGLIONE, P. (2008). Arquivo Memônico do Lugar: memória e histórias da cidade. Tese apresentada ao Proarq/UFRJ. [Tese de doutoramento].
- VICENTINI, Y. (2001). *Teorias da Cidade e as Reformas Urbanas Contemporâneas*. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 3, jan/jun, Paraná: Editora da UFPR, pp. 9-31.
- VIDLER, A. (2006). *The b-b-b Body: Block, Blob, Blur*. In: HAUPTMANN, D. (org.). The Body in Architecture. Rotterdam: 010 Publishers, pp. 130-137.
- _____. (1976). *The Third Typology*. In: Oppositions, N.Y.: Princeton Architectural Press, n.7.

VIRILIO, P. (1993). *O espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real*. Tradução de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Ed. 34.

_____. (1993a). *A Cidade Superexposta*. In: *O Espaço Crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, pp. 07-21.

_____. (1988). *Estética de la Desaparición*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1988.

_____. (2001). *A Velocidade de Libertação*. Lisboa: Relógio D'Água.

WAIZBORT, L. (2000). *As Aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34.

Sites consultados

Google books – **Cities without Cities**, Thomas Sieverts – in: <<http://books.google.com.br/books?id=oQtgeG8q3ikC&dq=cities+with+out+cities&printsec>> acesso em 24.08.2009.

Google books – **O Espaço Crítico**, Paul Virilio – in: <<http://books.google.com.br/books?id=zY4fAQAIAAJ&q=o+espaco+critico&dq=o+espaco+critico>> acesso em 24.08.2009.

Google books – **Condição Sensível**, Claudine Haroche – in: <<http://books.google.com.br/books?id=zY4fAQAIAAJ&q=o+espaco+critico&dq=o+espaco+critico>> acesso em 10.09.2009.

<<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=357>>

<<http://conversearteexpandida.wordpress.com/>>

<<http://ww.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=5695>>

IEAT - Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares. (2008). *A Arte da Memória e a Memória do Futuro (Seminário)*. Auditório da COPEVE, UFMG, 26.11.2008, acessado em vídeo em <<http://www.ufmg.br/ieat>>.

<<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=5695>>

IEAT – Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares. (2008). *A Arte da Memória e a Memória do Futuro (Seminário)*. Auditório da COPEVE, UFMG, 26.11.2008, acessado em vídeo em <<http://www.ufmg.br/ieat>>.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.